Trapézio

Publicação semestral do Centro de Estudos Brasileiros, dedicado à análise do Pensamento Social

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Unicamp

Número 5 / 6 / 7
2003 - 2004

Trapézio

Publicação semestral do Centro de Estudos Brasileiros do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

Conselho Editorial

Alexandro Dantas Trindade, André Botelho, Roberto Barbato Jr., Simone Meucci, Tiago Losso

Projeto gráfico / Editoração

Alexandro Dantas Trindade / Roberto Barbato Jr.

Capa

Alexandro Dantas Trindade

Impressão

Gráfica do IFCH / UNICAMP

CENTRO DE ESTUDOS BRASILEIROS – IFCH/UNICAMP

Diretora

Walquíria Gertrudes Domingues Leão Rego

Membros

Alexandro Dantas Trindade, Ana Lucia Lana Nemi, André Botelho, André Simão, Carlos Henrique Gileno, Conrado Pires, Dimar Silva Alves, Elaine Carraro, Golbery Lessa, Leonora De Luca, Marcelo Almeida, Pedro Meira Monteiro, Roberto Barbato Jr., Simone Meucci, Tatiana Martins, Tiago Losso

IFCH/UNICAMP

Diretor

Rubem Murilo Leão Rego

Diretor Associado

Rita de Cássia Lahoz Morelli

SUMÁRIO

Ao Leitor 5

Notas sobre Octavio Ianni
Walquíria Gertrudes Domingues Leão Rego 7

7 teses sobre o Brasil Moderno
Octavio Ianni 11

Alberto Torres em contraponto ao espiríto de reverência à Europa
Renato Ramos Martini 39

O Ocidente possível no pensamento de Almir de Andrade e José Ortega y Gasset
Ana Lúcia Lana Nemi 57

Guerreiro Ramos e a Interpretação do Brasil (1930 - 1964)
Edison Bariani Júnior 81

Roland Corbisier, Hélio Jaguaribe e o processo de formação do ISEB
Alexsandro Eugênio Pereira 113

Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso – Perspectivas sobre a Teoria da Dependência
Kátia Aparecida Baptista 137

Sociologia como crítica e a Mística Desenvolvimentista
Duarcides Ferreira Mariosa 161

Encruzilhadas: Roger Bastide, Gilberto Freyre e Arthur Ramos
Priscila Nucci 181

Da outra América: Gilberto Freyre e a "New History" norte-americana
Gustavo Henrique Tuna 199

Florestan Fernandes e a questão do Papel do Intelectual
Tatiana Gomes Martins 213

A sociologia nos anos 50: Florestan Fernandes,
um olhar sobre a sociologia brasileira
Patrícia Olsen de Souza 227

As categorias weberianas na ótica de Raymundo Faoro –
uma leitura de *Os Donos do Poder*
Jair dos Santos Júnior 241

Canudos e os Militares
Maurício Siaines 269

Pelos olhos do *Menino de Engenho*: José Lins do Rego,
Cronista e Crítico Literário
Mariana Miggiolaro Chaguri 295

Neoconcretismo e Sociabilidade
Sabrina Marques Parracho Sant'Anna 315

O Rio de Janeiro na Literatura Policial de Luiz Alfredo Garcia-Roza
Fernanda Rangel de Paiva Abreu 329

Resenha: Gilberto Freyre e o pensamento hispânico
Simone Meucci 343

AO LEITOR

Apresentamos um número triplo da revista *Trapézio* (segundo semestre de 2003 / primeiro e segundo semestres de 2004). A maioria dos textos que compõe este novo exemplar é resultante dos trabalhos originalmente apresentados no IV Seminário de Pensamento Social do Centro de Estudos Brasileiros (CEB) da Unicamp ocorrido entre os dias 16 e 18 de junho de 2003.

Os artigos reunidos oferecem uma perspectiva representativa acerca dos temas e abordagens da área de pensamento social brasileiro. E revelam também o esforço notável de novos pesquisadores dedicados não apenas a compreender e avaliar autores, mas a oferecer subsídios para a compreensão do trânsito de idéias, do processo de formação e sistematização do pensamento em diferentes momentos históricos. Orientação que tem constituído o eixo central de atuação do próprio Centro de Estudos Brasileiros. Uma resenha dedica-se à avaliação do livro da Professora Elide Rugai Bastos, *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre D. Quixote e Alonso el Bueno* (SUMARÉ / EDUSC / ANPOCS, 2003).

Este exemplar traz ainda um texto do Professor Octavio Ianni (falecido no dia 04/04/2004), que fora também apresentado no IV Seminário do CEB. Nele, Ianni procura realizar um balanço crítico do pensamento social, tema aliás do seu último livro lançado no último congresso da ANPOCS e cujo título é justamente *Pensamento social no Brasil* (EDUSC / ANPOCS, 2004). Antes, porém, um depoimento escrito pela Professora Walquíria Leão Rego, atual diretora do CEB, nos faz lembrar e vivificar a

contribuição de Octavio Ianni para as Ciências Sociais no Brasil. Procuramos assim prestar nossa singela homenagem a este grande professor e pesquisador que nos honrou com sua presença intelectual instigante no CEB desde a sua fundação em 1996.

Conselho Editorial

Alexandro Dantas Trindade
André Pereira Botelho
Roberto Barbato Jr.
Simone Meucci
Tiago Losso

NOTAS SOBRE OCTAVIO IANNI

Walquíria Gertrudes Domingues Leão Rego

O presente texto tem como objetivo principal prestar modesta homenagem ao professor Octavio Ianni, recentemente falecido. O Centro de Estudos Brasileiros, cujos membros realizam pesquisas sobre pensamento social brasileiro, não poderia deixar de recordar a importância de Ianni como inspiração e referência para a realização de seus trabalhos.

Recordar sua presença na sociologia brasileira é, antes de tudo, falar de certo pioneirismo intelectual e de um cientista social dotado de grande sentido de relevância. Isto é, dotado de sentido que perscruta fundo na memória do país, porque impregnado de imaginação sociológica, que sabe distinguir, na imensidão de objetos existentes no mundo social, o que realmente é necessário esclarecer em dado momento da vida da sociedade.

Octavio pertenceu à geração fundadora das ciências sociais brasileiras, que aprendeu desde o inicio de sua aventura intelectual a importância do trabalho coletivo, interdisciplinar e de grande capacidade de interpelação teórica.

O contexto de fundamentação da reflexão octaviana se originou das grandes transformações sociais em curso no nosso país iniciadas na década de 1930 e intensificadas pela industrialização tardia, substitutiva de importações, do após segunda guerra mundial, nas quais figurava destacadamente a atuação reguladora e intervencionista do Estado Nacional. Desta feita, fazia-se urgente compreender os modos pelos quais este se re-estruturara para realizar seu decisivo papel de agente ativo no novo padrão de acumulação capitalista no Brasil. Tornara-se imperativo desvendar a natureza das relações de forças contidas no seu âmbito, e, com isto, iluminar o máximo possível a configuração específica que havia recebido no Brasil como "associação de domínio" e também, potencialmente, agência re-distributiva da riqueza socialmente produzida.

A problemática do Estado e a reflexão sobre sua dimensão e papel na integração da nacionalidade constituira tema tradicional do pensamento social brasileiro desde o Império. O pensamento sobre o assunto sempre esteve cindido entre a visão pombalina, habituada a ver no Estado a solução de todos os problemas nacionais, e a tradição liberal, especialmente a linhagem tavaresbastiana e faoriana, na qual o acento se colocava de modo contrário, isto é, o Estado centralizado e burocratizado de maneira patrimonialista era considerado uma das principais causas de nossa miséria social e moral.

Em nossa tradição ensaística dos primeiros três decênios do século vinte o Estado nacional permaneceu sendo uma das instituições sociais mais destacadas como objeto de descrição e de prescrição normativas. Evidentemente, essa obsessão nacional não fora um simples capricho mental das nossas elites intelectuais. A história da colonização portuguesa, suas heranças políticas e intelectuais, havia feito do Estado, sobretudo depois da independência, o espaço de poder institucional mais visível e concreto para a tomada das decisões políticas fundamentais da nação. Convergiam, para ele, todos os olhares e todas as vontades poderosas do país. O desenho de suas instituições específicas havia se convertido em fulcro do debate político brasileiro, ao menos até os anos de 1850. A base escravista sobre a qual deitava suas raízes permaneceria durante muito tempo fora do debate sobre as questões cruciais do país. Fazia parte de nossas estruturas de dominação espiritual erguer sobre a escravidão uma muralha de silêncio. Talvez constituísse uma das grandes ilusões sociais do tempo canalizar as energias mentais do país para discutir predominantemente o melhor modo de organizar a instituição estatal. Quem sabe isto nos tornaria mais contemporâneos da Europa!

No século passado, em especial depois dos anos de 1930, as transformações ocorridas no âmbito estatal exigiram, mais uma vez de forma premente, a reflexão sobre sua natureza e seu destino no Brasil. A era Vargas havia conferido ao Estado novas e extensas funções. O mundo capitalista do pós-guerra prosseguia em velocidade inaudita – pressionado pelas lutas sociais por direitos de cidadania democrática – o processo de desmonte do Estado liberal clássico. Cada vez mais, os antigos Estados Nacionais europeus se

convertiam em Estados de Bem Estar Social, dotados de amplas estruturas de serviços públicos e de planejamento econômico.

Importa ressaltar que, entre nós, Octavio Ianni será o autor que desenvolverá uma pesquisa pioneira, inspirada no marxismo, e que versará sobre as relações entre mudanças na esfera estatal e a alteração profunda que isto trazia ao padrão de acumulação capitalista no Brasil.

Em um dos seus livros mais argutos – Estado e Capitalismo[1] –, que tomaremos como caso exemplar de combinação entre senso de relevância e compromisso com o esclarecimento das questões decisivas do país, analisa detalhadamente o papel do Estado na dinamização geral das forças produtivas nacionais, que trouxe como conseqüência mais notória a modernização da agricultura e principalmente a diversificação do sistema produtivo nacional.[2]

A pesquisa, baseada em abundante material empírico, entrevistas, relatórios comerciais, documentos oficiais, discursos presidenciais e em variada bibliografia sobre o assunto, demonstra pela primeira vez os modos pelos quais o Estado se aparelhara institucional e burocraticamente para desempenhar eficazmente suas funções regulatórias e normativas. Havia adquirido musculatura necessária para atuar em âmbito nacional.

Emergira do grande processo de mudança social mundial do pós-guerra o Estado planejador, em certo sentido capacitado a cumprir na sociedade brasileira o que Antonio Gramsci previu como função básica do Estado capitalista moderno, ou seja, o papel de fabricar fabricantes, aquele de desenvolver as forças e as relações decisivas do capitalismo. Nesta assertiva do pensador italiano se destacava a relação orgânica existente entre ação estatal e sociedade civil, como modo supremo de ação política articuladora de nova configuração histórica.

A lúcida análise de Octavio sobre a questão não perde de vista a dupla dimensão problemática do novo objeto. A modernização do Estado brasileiro

---

[1] Octavio Ianni. *Estado e Capitalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965.
[2] Octavio Ianni. *Idem*.

era um fato, contudo não trouxera em sua bagagem a modernidade de uma atuação democrática. Ou seja, a racionalidade imprimida ao Estado para criar um ambiente propício ao desenvolvimento urbano-industrial não produziu a racionalidade da democracia e da cidadania. Permaneceu uma instituição atravessada por todos os lados por interesses particularistas. Não desenvolvendo em seu interior uma esfera pública estatal de corte republicano.

O sociólogo paulista, reiteradamente, coloca em relevo os paradoxos da nossa modernização industrial, demonstrando, por exemplo, que aquele momento foi um dos raros momentos em que a "nação voltou-se para si mesma". Mas voltou-se de modo canhestro. O movimento de retorno para dentro não foi capaz de produzir padrões políticos de integração nacional cidadã.[3] De maneira dominante, o corpo social e político brasileiro, surgido da conjunção existente entre industrialização e ativismo estatal, permaneceu cindido pelos privilégios e distâncias sociais abissais que sempre nos caracterizaram como formação social.

Nosso autor foi um dos primeiros sociólogos brasileiros que utilizando refinado instrumental analítico sociológico tentou, em análise totalizadora sobre o Estado brasileiro, articular a esfera econômica, cultural, jurídica e a política. O empreendimento octaviano com isto cumpria uma das promessas fundadoras das ciências sociais modernas, aquela de tomar seus objetos de investigação em suas múltiplas e diversas determinações.

Por todas essas razões, a obra em tela de nosso autor se constituiu em um "acontecimento do pensamento" social brasileiro.[4]

Ao fim e ao cabo, relembrar Octavio Ianni é também recordar uma velha lição agostiniana que nos adverte que a razão consegue alcançar o ausente somente porque o espírito sabe, pela imaginação, tornar presente o que está ausente, manejando a ausência na recordação e no pensamento.

---

[3] Apud, Octavio Ianni. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1963.

[4] Tomo esta expressão de empréstimo de Hanna Arendt. In: *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo, Cia. das Letras, 2004, pp. 226 e seguintes.

7 Teses Sobre o Brasil Moderno

Octavio Ianni

Uma das singularidades da história do Brasil é que este é um país que se pensa contínua e periodicamente. Ele se pensa de forma particularmente sistemática, no contexto de conjunturas críticas ou a partir de dilemas e perspectivas que se criam quando ocorrem rupturas históricas. Nessas ocasiões, a sociedade nacional como um todo, ou em alguns dos seus setores sociais mais atingidos pela ruptura, ou mais interessados nela, logo se põem a analisar o curso dos acontecimentos, suas raízes próximas e remotas, suas tendências prováveis no futuro. As interpretações tanto podem priorizar um ou outro setor da sociedade como formular visões de conjunto, integrativas, buscando as linhas mestras da história nacional. Daí a profusão de explicações, interpretações ou teses que se multiplicam, sucedem, complementam e polemizam. Sem esquecer que os interpretes têm sido principalmente brasileiros; mas que também muitos são estrangeiros. O fato de que são muitos os estrangeiros que se debruçam sobre dilemas e perspectivas da sociedade brasileira, em geral também procurando traçar as linhas mestras dessa história, pode ser tomado como maus um elemento intrigante.

Afinal, por que se interroga contínua e reiteradamente o que é o Brasil, em cada época de sua história; e o que tem sido o Brasil ao longo de toda a sua história? A rigor, todas as interpretações, setoriais e abrangentes, desenvolvidas por nacionais estrangeiros, colocam e recolocam problemas que merecem reflexão. São problemas históricos e teóricos da maior importância. "Históricos", no sentido de que os indivíduos e as coletividades, as classes e os grupos sociais, estão sempre empenhados em compreender como se organiza, movimenta e transforma a sociedade, tendo-se em conta principalmente os jogos das forças sociais que se manifestam em arranjos sucessivos ou em arranjos mais ou menos persistentes. "Teóricos", no sentido de que estão sempre em causa: a questão nacional; as condições de formação da sociedade

nacional; a contrapartida sociedade civil e Estado; a possibilidade e a impossibilidade de formação do Estado-Nação, simbolizado no princípio da soberania; democracia e tirania; reforma e revolução; além de outros dilemas. É óbvio que os problemas históricos e teóricos estão em contraponto, determinam-se reciprocamente, ao mesmo tempo que se criam desafios. Algumas vezes, ou melhor, freqüentemente, a história atropela a teoria; mas também é verdade que a teoria, como tal, como ideologia ou como utopia, com freqüência atropela a história. Essa é uma dialética que se esclarece melhor quando a análise desvenda o jogo das forças sociais e os arranjos dos blocos de poder, tomando em conta as determinações internas e as externas que configuram e movimentam as situações e épocas da história.

A despeito da multiplicidade de aspectos da realidade histórico-social abordados e da diversidade das orientações teóricas evidentes nos escritos, é possível observar a recorrência de alguns temas. São temas que se reiteram em diferentes autores, às vezes nos mesmos termos, mas com freqüência enriquecidos com novos dados e elucidações.

Dentre os temas recorrentes nos estudos sobre a formação e as transformações da sociedade brasileira, logo sobressaem os seguintes: as três idades do Brasil, isto é, Colônia, Monarquia e República; centralismo e federalismo; Estado forte e sociedade civil débil; história incruenta e revoluções brancas; conciliação e reforma; lusotropicalismo e democracia racial; economia primária exportadora e industrialização substitutiva de importações; mercado emergente e neoliberalismo; além de outros temas também significativos. São temas que permitem ampla fundamentação empírica e rigorosas análises, sendo que vários convergem entre si. Há autores que lidam com diversos desses temas, buscando integrá-los, desenvolvendo interpretações abrangentes. Daí a pluralidade de visões do Brasil; e a pluralidade de Brasis.

Mas é necessário acrescentar que toda interrogação sobre a formação da sociedade brasileira leva consigo alguma interrogação sobre o futuro. Os dilemas do presente suscitam incursões no passado e viagens pelo futuro. Em muitos casos, de forma implícita ou mesmo explícita, está em causa a busca das

raízes do presente, com o intuito de delinear as perspectivas do futuro; o que pode envolver o contraponto ciência e ideologia, algumas vezes compreendendo nostalgia e utopia.

Um exemplo crítico da maioria das interpretações revela que elas se aglutinam em certas orientações, linhagens ou "famílias". Seriam vertentes predominantes, revelando tanto os desafios que se abrem ao curso da história do país como filiações dos autores, alinhando-se segundo estilos de pensamento já constituídos ou em constituição. Desde logo cabe registrar que as interpretações, explicações ou teses em geral inspiram-se em autores europeus e norteamericanos, por suas filiações teóricos expressas ou reveladas em estudos, monografias e ensaios.

Em forma breve e apenas em termos de sugestão para pesquisa e debate, vale a pena delinear algumas orientações, linhagens ou famílias de intelectuais, isto é, de interpretações sobre as tendências predominantes na história do Brasil.

O Estado como Demiurgo de Sociedade

Uma intervenção não só muito evidente, mas nítida e recorrente, é a que se concentra na análise do Estado, da organização do poder estatal, tendo em contas ressaltar a missão do Estado como "demiurgo da sociedade e da história". É óbvio que há variações, entre os intérpretes que se colocam nesta linha de pensamento. Uns são abertamente autoritários, com inflecções fascistas; outros reconhecem o jogo das forças sociais subalternas. Estes abrem-se a argumentos relativos a direitos políticos, à institucionalização das relações trabalho e capital, aos diretores dos assalariados, à criação de partidos políticos e sindicatos. No limite, no entanto, a sociedade civil parece um sub-produto da atividade demiúrgica do Estado.

Implícita ou explicitamente, essa tese estabelece que a sociedade civil é débil, pouco organizada, gelatinosa. É claro que os argumentos variam. Há argumentos nos quais sobressaem as raízes coloniais e escravocratas da sociedade nacional, compreendendo tradições patrimoniais, coronelismo,

caciquismo, políticas de campanário. Outros são abertamente evolucionistas, ou mesmo situados na linha do darwinismo social, apelando para o racismo, o arianismo, uma europeização imaginária. Em geral tomam escritores europeus como se fossem expressões indiscutíveis da formação das nações européias, modelos definitivos para as outras sociedades. Idealizam o que, em certos casos, os europeus também idealizam.

Nessa linha de pensamento encontram-se Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos, Helio Jaguaribe, Oliveira Ferreira, Bolivar Lamounier e alguns outros. Sempre com variações em seus argumentos, inclusive no que se refere ao caráter mais ou menos autoritário do Estado, em suas relações com a sociedade civil como um todo e com os seus diferentes setores sociais: classes e grupos sociais, agrários e urbanos, civis e militares, partidos políticos e sindicatos, movimentos sociais e correntes de opinião pública.

Esta tese é antiga e nova, periodicamente renovada. Tem raízes em várias conjunturas históricas. Nasce dos problemas com os quais se defrontam os governantes, ou blocos de poder, quando se defrontam com uma sociedade civil muito especial: três raças tristes, escravos e livres, índios, negros, brancos, imigrantes e nacionais, regiões mais ou menos isoladas, economia primária exportadora decisivamente influenciada por relações de tipo imperialista e remascentes colonialistas. Diante dessa realidade, o modelo jurídico-político de Estado-Nação adotado é o europeu com ingredientes norte-americanos, inspirado no liberalismo, constitucionalismo, divisão dos três poderes, democracia e cidadania; sem maiores compromissos com a efetivação desses princípios ou ideais. Essa a visão da história de boa parte das "elites" deliberantes e governantes, visão essa na qual está implícita ou explícita a idéia de que o povo, enquanto coletividade de cidadãos, precisa ser criado e tutelado, de cima para baixo. Inclusive porque a composição índios, negros e brancos, isto é, escravos e livres, ou dominantes e subalternos, pode ser explosiva.

Essa é a visão da realidade sócio-política, econômica e cultural que está presente, aberta ou implicitamente, nos lemas que assinalam momentos cruciais da história da sociedade brasileira: Independência ou Morte (1882), Ordem e

Progresso (1998), Nacionalismo e Industrialização (1930), Segurança e Desenvolvimento (1964) e Nova República (1985). É claro que há fissuras, divergências e mesmo oposições abertas entre setores das classes, grupos ou blocos de poder. Há os que preconizam a democracia e os inícios do Estado do Bem-Estar Social, em termos de nacionalismo, populismo, desenvolvimentismo e outras palavras de ordem. Mas predominam os que preconizam a missão civilizatória do Estado; mesmo sendo que alguns chegam à hipótese de "Brasil Potencia", com sua geopolítica sulamericana ou afroamericana, imaginando o Atlântico Sul como "mare nostrum". Alguns destes estiveram bastante evidentes na época da ditadura militar "Segurança e Desenvolvimento" dos anos 1964-85.

Sob vários aspectos, no longo da história dos séculos XIX e XX, em termos práticos e teóricos, a tese do Estado como demiurgo da sociedade, povo e história está muito presente; nas formas de organização do poder estatal e no pensamento brasileiro.

A Sociedade Patriarcal

Outra corrente de pensamento debruça-se concentradamente na formação, tecitura e mudança da sociedade. Prioriza a família, o parentesco, a casa-grande, a fazenda, a plantação, a criação, o clã, o patriarcalismo, a oligarquia; e enfatiza aspectos psico-sociais e sócio-culturais, praticamente esquecendo, ou deixando implícitas, a economia e a política. Há também ênfase nas heranças da colonização portuguesa, do lusitanismo, sem esquecer a "informalidade" com a qual os colonizadores portugueses e os seus descendentes relacionam-se social e afetivamente com os nativos, isto é, indígenas, e com os escravos trazidos da África, compreendendo inclusive os descendentes de uns e outros. Aí nascem as teses do caráter "benigno" do regime de trabalho escravo no Brasil e da "democracia racial" brasileira. Assim, estamos a um passo da tese de que a história do Brasil é uma história de "revoluções brancas", uma história de "conciliação e reforma". Esse o clima

intelectual em que se forma e difunde a tese do "lusotrocialismo", como uma forma civilizatória original, diferente da hispanoamericana, da angloamericana e outras; original, diferente e implicitamente caracterizada como "melhor".

Nessa orientação situam-se Gilberto Freyre, René Ribeiro, Thales de Azevedo, José Lins do Rego, Jorge Amado, Darcy Ribeiro, Roberto da Matta e outros. É claro que não são unânimes. Em seus escritos revelam variações quando a um ou outro aspecto da história sócio-cultural e psico-social do país. Mas convergem no que se refere a uma visão ahistórica da história da formação e transformação do Brasil. Alguns lembram Afonso Celso e Oliveira Lima.

Nesse ponto cabe esclarecer que a interpretação formulada por Gilberto Freyre, o principal autor dessa linhagem, está fortemente enraizada na história social do Nordeste, enquanto uma poderosa "matriz" da sociedade brasileira. É importante lembrar que o Brasil Colônia e o Brasil Monárquico estão decisivamente apoiados na economia açucareira, compreendendo o mercantilismo e o colonialismo. Grande parte do que se produzia e reproduzia no Nordeste, em termos de economia e sociedade, política e cultura, era importante para o conjunto da sociedade; uma nação que se encontrava no limbo, enquanto Colônia, e que começou a estruturar-se e institucionalizar-se durante a Monarquia. Essas são algumas raízes remotas e próximas da Escola de Recife, na qual a obra de Gilberto Freyre aparece como coroamento e réquiem.

Vale a pena observar que a tese de que "o Estado é o demiurgo da sociedade" e a tese de que "a sociedade civil é patriarcal" complementam-se e servem-se reciprocamente. Se a sociedade é inocente, logo se depreende que o Estado se defronta com uma missão excepcional: construir, orientar, administrar ou tutelar a sociedade, isto é, o povo, os setores sociais subalternos. Justifica-se que o Estado seja patriarcal, oligárquico, benfeitor, punitivo, deliberante, onisciente, ubíquo.

O patriarcalismo pode ser anacrônico mas continua vigente, dado que a sociedade nacional é uma coleção de épocas, regiões, oligarquias e elites, de par-em-par com setores sociais subalternos, remanescentes sócio-culturais de séculos de escravismo e reivindicações brutalmente combatidas ou esmagadas.

Aí situam-se os quilombos, as inconfidências, as revoltas, compreendendo Palmares, as Inconfidências Baiana e Mineira, Praieira, Confederação do Equador, Cabanagem, Farroupilha, Canudos, Contestado, Araguaia e outros movimentos de setores sociais subalternos no largo da cartografia e da história. Esse tem sido o ambiente e o fermento do coronelismo, caciquismo e patriarcalismo com os quais se argamassam as oligarquias. Sim, o patriarcalismo pode ser visto como um signo, símbolo e emblema de um estilo de mando e desmando, no qual se distinguem e confundem o público e o privado, o burocrático-legal e o tradicional, o carisma secularizado e a prepotência.

No fim do século XX, quando está em curso um novo ciclo de globalização do capitalismo, os remanescentes das oligarquias patriarcais readquirem papéis políticos importantes na intermediação entre as diretrizes neoliberais predominantes no âmbito do aparelho estatal e as raízes sócio-culturais e clientelísticas remanescentes em distintas regiões do país. As oligarquias garantem bases sócio-políticas, e obviamente econômicas, para o bloco de poder comprometido com a globalização neoliberal da economia brasileira. Mesmo porque as oligarquias "modernizam-se", associando-se em empresas, corporações e conglomerados, dando particular atenção aos meios de comunicação, à mídia em geral; transformando-se em "oligarquias eletrônicas".

Uma História de Tipos Ideais

Cabe registrar ainda outra interpretação, bem como linhagem de intelectuais. Neste caso a história do país é bastante culturalista, focalizando a sociedade, a política e a literatura como círculos ou setores que podem ser tratados separadamente, nos quais haveria dinâmicas próprias, certa autonomia. É como se a história do país se desenvolvesse em termos de signos, símbolos e emblemas, figuras e figurações, valores e ideais; sem que se revelem relações, processos e estruturas de dominação e apropriação com os quais se desvendam os nexos e movimentos da realidade social. A ênfase é principalmente culturalista, mas com elaborações típico-ideais. Aí entra o "homem cordial", no

sentido de fortemente determinado pelas emoções, a subjetividade, o coração (cordis), um tanto alheio ou mesmo avesso ao "racional". Aí também entram o "bandeirante", o "índio", o "negro", o "imigrante", o "gaúcho", o "sertanejo", o "seringueiro", o "colonizador", o "desbravador" o "aventureiro", "macunaíma", "martim cererê", "martim pererê", a "preguiça", a "luxúria", "jeca tatu" e outras figuras e figurações da história, isto é, de uma história ahistórica.

Esta interpretação está fortemente marcada pelos escritos de Sérgio Buarque de Holanda; e conta com contribuições notáveis de Ribeiro Couto, Graça Aranha, Paulo Prado, Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e outros. Aí pode haver ressonâncias de escritos de Silvio Romero, Rui Barbosa e, anteriormente, José de Alencar. Mas cabe observar que essa visão da história do Brasil impregna também os escritos de vários autores da Semana de Arte Moderna, de 1922.

Mais uma vez, cabe reconhecer que cada interpretação do país nasce de um dado clima intelectual, envolvendo questões e tensões que flutuam no ar e desafiam uns e outros. O clima que Sérgio Buarque de Holanda traduz no "homem cordial" é o mesmo em que se gestou "macunaíma", "martim cererê", "preguiça", "luxúria" e "jeca tatu", conforme os escritos de Mario de Andrade, Cassiano Ricardo, Paulo Prado e Monteiro Lobato.

Na história do pensamento brasileiro debruçado sobre a sociedade e sua cultura, são freqüentes e às vezes notáveis os tipos que se criam e recriam, taquigrafando a difícil e complexa realidade. Assim, a história aparece como uma coleção de tipos relativos a indivíduos e coletividades, a situações e contextos marcantes, a momentos geohistóricos que se registram metafórica ou alegoricamente. Esclarecem ou ordenam o que se apresenta complexo, contraditório, difícil, como é habitualmente a realidade histórico-social, em suas formas de sociabilidade e em seus jogos de forças sociais.

Na história, geografia, antropologia, sociologia, ciência política, psicologia, teatro, romance, poesia e outras linguagens são freqüentes as construções típicas. Algumas estão rentes ao universo empírico, outras captam tipos médios, mas há as que elaborem tipos extremos. Poderiam ser tomados

como naturalistas, realistas, impressionistas, surrealistas ou de outros estilos. São taquigrafias de uma história difícil.

Note-se que diversos tipos ideais possuem algo em comum, revelam proximidades e semelhanças, dando a impressão de que se compõem como se fora uma "família". Estes são os que se revelam aparentados, ou mesmo reciprocamente referidos: "homem cordial", "macunaíma", "martim cererê", "saci pererê", "Pedro malazarte", preguiça, "luxúria", "jeca tatu". Talvez sejam somente expressões ocasionais e soltas, ou fantasias de imaginação. Mas também é possível reconhecer que têm raízes na sociedade, cultura e história.

Pode-se formular duas hipóteses interessantes sobre as singularidades dessa "família" de tipos ideais, idealizados, idealizantes. Vale a pena refletir sobre esse enigma, ainda que de forma breve.

Os tipos parecem bastante enraizados na formação sócio-cultural, político-econômica e psico-social brasileira. Aí entram tradições indígenas, africanas e portuguesas, além de outras menos fortes, até fins do século XIX. São tradições, práticas, valores, ideais, mitos e fantasias muito presentes em uma sociedade em que se manifestavam no passado, continuando no século XX, o "animismo", o "fetichismo", a "pagelança", o "candomblé", a "umbanda", a "quimbanda", o "espiritismo" popular, o "catolicismo" rural e outros traços mais ou menos notáveis de origem não só indígena, africana e portuguesa, mas também ibérica e mediterrânea. Há todo um vasto, complexo e mágico substrato cultural "pagão" na formação da sociedade brasileira, entrando pelo século XX. Esse, muito provavelmente, o contexto histórico social e cultural em que se produz a "matéria" de criação de tipos e da sua articulação em "família". Nesse sentido é que tanto "macunaíma" como o "homem cordial" são indo-afro-luso brasileiros.

Cabe reconhecer, no entanto, que essa família de tipos aponta para o descompromisso, a informalidade, a liberdade inocente, o trabalho como atividade lúdica, o descompromisso com a disciplina, a rejeição do trabalho como obrigação, a sociabilidade solta, imprevisível. São traços do homem cordial, macunaíma, martim cererê; convivendo com a preguiça e a luxúria. É

muito sintomático que esses tipos sejam formulados e vividos em uma sociedade na qual houve praticamente quatro séculos de escravismo. Há aí, portanto, um dilema: em uma sociedade em que o trabalho é visto como atividade subalterna, escrava, de casta inferior, outra raça, quando se dá a abolição do escravismo coloca-se o desafio premente e urgente de redefinir o trabalho, conferir-lhe dignidade, considerá-lo atividade indispensável, com o qual se expressa a dignidade do indivíduo e da sociedade. Em larga medida, esse é o ideário do movimento abolicionista e em muitos discursos, crônicas, editoriais e outros pronunciamentos comemorativos do 13 de maio de 1888.

Ocorre que o escravismo entra em declínio e termina com regime de trabalho escravo, forçado, submetido. Simultaneamente, intensifica-se a imigração de europeus, enquanto "braços para a lavoura" destinados a substituir o escravo e, simultaneamente, "branquear", "europeizar" ou "arianizar" a população brasileira. De-repente, toda uma cultura do trabalho como atividade de trabalhador escravo precisa ser abandonada ou redefinida em termos do trabalho como atividade de trabalhador livre. De-repente, todos são desafiados a redefinir a ética do trabalho. Desenvolve-se todo um vasto e complicado processo sócio-cultural, psico-social e ideológico destinado a conferir dignidade ao trabalho e ao trabalhador. Daí os tipos, como estereótipos sátiros, irreverentes e críticos, inocentes e negativos, com os quais se taquigrafam e exorcizam traços, figuras e figurações, ou modos de ser, que a nova ideologia dominante rejeita. No limite, os tipos "homem cordial", "macunaíma", "martim cererê", "preguiça", "luxúria" e outros parecem sintetizar-se em "jeca tatu", que a nova ética do trabalho sataniza.

Um País Católico

O catolicismo é uma presença poderosa e constante no pensamento e nas formas de sociabilidade, desenvolvendo-se através da Colônia, Monarquia e República. Tem sido a mais importante argamassa intelectual, cultural e ideológica, sendo particularmente relevante em conjunturas críticas, quando se

ameaçam ou rompem estruturas de poder. Torna-se fundador e fundante de toda a história do país, com a simbologia da "Primeira Missa", quando se adotam os nomes: "Terra de Vera Curz", "Terra de Santa Cruz", "Brasil". Está presente na catequese das populações indígenas, participa da cultura do escravismo, está em geral à sombra do senhor da casa-grande e participa das esferas políticas do poder colonial, monárquico e republicano. Na preparação do Golpe de Estado de 1964, com o qual a ditadura "Segurança e Desenvolvimento", teve presença ativa e decisiva nas marchas organizadas em torno das palavras de ordem tais como "Deus, Pátria e Família", entre outras.

O catolicismo tem sido, desde o princípio da história no Brasil, uma poderosa argamassa na tecitura das formas de sociabilidade e na tecitura das relações entre as "elites", as esferas de poder, em especial os aparatos estatais, com a sociedade civil, principalmente em seus setores sociais subalternos, rurais e urbanos. Esse tem sido um catolicismo herdeiro da contra-Reforma e fortemente enraizado e constituído no longo de séculos de organização social e técnica do trabalho e termos de escravatura. Portanto, séculos de uma formação social de castas, na qual distinguem-se jurídica, política, social e culturalmente o "senhor" e o "escravo", envolvendo em geral indígenas, africanos e brancos, em suas mesclas e descendências. É óbvio que essa antiga e poderosa tradição pesa nas décadas posteriores à Abolição da Escravatura, quando se desenvolve a sociedade de classes, apoiada em outro tipo de organização social e técnica de trabalho "livre". Em várias ocasiões cruciais da história da sociedade brasileira, durante a República, a alta hierarquia da Igreja tem estado solidária com as "elites" dominantes, deliberantes; sem prejuízo de que alguns setores do clero sempre estiveram e continuam solidários com setores sociais subalternos, na cidade e no campo.

Sim, o catolicismo expressa uma visão da história do Brasil, uma interpretação importante, tanto pelos escritos que se produzem como pelas práticas que se adotam. A despeito da presença e importância do mercantilismo, liberalismo, evolucionismo e positivismo, com variações no longo da história, o catolicismo está presente todo o tempo, no tecido da

sociedade. Talvez o Brasil seja "o maior país católico do mundo", em termos de população ou em termos de geografia, mas é inegável que no Brasil o catolicismo tem sido uma poderosa ideologia, cultura, mentalidade, modo de ser, por meio do qual se cria e recria a imagem da nação. São várias as divindades que aglutinam indivíduos e coletividades, em todos os quadrantes, muitas vezes à sombra das estruturas de poder do lugar e da ocasião. É uma poderosa "técnica social", que, ao lado de outras, garante a integração nacional, colabora decisivamente na invenção da identidade nacional.

Dentre os autores mais notáveis nessa linha de pensamento, destaca-se primeiramente Jackson de Figueiredo, cujos escritos das décadas iniciais do século XX não só são marcantes mas bastante influentes. Seguem-se Alceu Amoroso Lima (Tristão de Atayde), Gustavo Corção, Augusto Frederico Schmidt, Álvaro Lins e outros, sem esquecer Farias Brito e Nestor Victor, entre outros, que precederam ou colaboraram nas atividades intelectuais, teológicas e ideológicas de Jackson de Figueiredo.

No Brasil, segundo a ideologia predominante, oficial e oficiosa, religiosa e secular, todos são católicos. Assim, com uma frase, eliminam-se o candomblé e as suas variantes, assim como a pagelança e suas variantes do protestantismo e do próprio catolicismo. Em todos os espaços públicos, do palácio presidencial à câmara municipal, há sempre um crucifixo ou alguma variante de ícones católicos. Nas escolas, a despeito dos preceitos constitucionais em que se contemplam as ou todas as religiões, predominam símbolos católicos. Também na mídia em geral, explícitos ou nas entrelinhas, eles aparecem. Na cultura popular, em sentido amplo, seja rural ou urbana, aí sempre aparecem signos, símbolos e emblemas católicos. De tal forma que se reconhecem, encobrem ou esquecem em ampla e múltipla gama de práticas, valores, ícones, tradições, modos de ser e visões da vida e da sociedade enraizados em um caleidoscópio de formas culturais e religiosas.

Sim, o catolicismo catequiza e batiza o país, desde a Primeira Missa, em 1500. Tem sido sempre uma poderosa argamassa dos blocos de poder: Independência ou Morte, Ordem e Progresso, Nacionalismo e Industrialização,

Segurança e Desenvolvimento, Nova República. Na última década do século XX o Papa circula pelo país, aquém e além do Tratado de Tordesilhas.

A Formação do Capitalismo Nacional

Desde os inícios do século XX, desenvolve-se o debate sobre a vocação agrária e/ou vocação industrial do Brasil. A sucessão e a coexistência de "ciclos econômicos" na história do país, bem como a sucessão de crises da "economia primária exportadora", ou de "enclaves", logo colocaram a possibilidade, a necessidade e a urgência da industrialização.

Esta é a nova tese sobre a história e o desenvolvimento do Brasil: "industrialização substitutiva de importações". Essa tese nasce, expande-se e enraiza-se em forma intensa e generalizada nos anos 1930-1964, para estabelecer uma cronologia aproximada. Mas já vinha sendo gestada anteriormente. E adquire efetividade nos anos que se seguem à Revolução de 1930. Assim surge o projeto de "capitalismo nacional", buscando interiorizar os centros decisórios sobre problemas de economia política e redefinindo os laços com a economia dos paises mais fortes ou imperialistas, dentre os quais destacam-se a Inglaterra e os Estados Unidos. Em várias ocasiões essa política de "nacionalismo e industrialização" teve o apoio de setores sociais e organizações políticas de esquerda. A despeito das vacilações, recuos e bloqueios ocorridos no curso dos anos e décadas, a "industrialização substitutiva de importações", isto é, o projeto de "capitalismo nacional" concretizou-se em larga medida. Tanto se acomodou às injunções da "economia agrária exportadora" como conseguiu obter vantagens econômico-financeiras e políticas da sua atividade. Houve tensões e conflitos, mas também acomodações com os setores sociais enraizados na "vocação agrária". E surgiu um novo bloco de poder, de composição industrial-agrária, sob a direção da burguesia industrial em expansão.

São vários e notáveis os autores situados nessa orientação: Roberto C. Simonsen, Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira, Celso Furtado, Francisco

de Oliveira, Paulo Singer e outros. Tiveram antecessores em Serzedelo Correia, Pandiá Calógeras e Cincinato Braga, entre outros.

Esta é a realidade: o projeto de capitalismo nacional teve sua época, gênese, ascenso, prosperidade, êxito, problemas, contradições, declínio e esgotamento. Foi errático, mas com êxitos inegáveis, no que se refere à criação e ao desenvolvimento de uma ampla, complexa e dinâmica economia nacional, crescentemente apoiada na industrialização, acompanhada de intensa urbanização e outros processos sociais de alcance nacional. De par-em-par com as transformações econômicas, alteram-se as condições e as perspectivas da sociedade e da política. Começou a formar-se a categoria povo, no sentido de coletividade de cidadãos. Desenvolveram-se as classes e os grupos sociais. Sob certos aspectos, o florescimento cultural dos anos 1930-64 foi, em larga medida, fertilizado pelos debates realizados no âmbito do projeto de capitalismo nacional. Sem esquecer que esse projeto beneficiou-se bastante das mobilizações, debates e criações de setores sócio-políticos e culturais de esquerda, mobilizados em torno do nacionalismo, anti-imperialismo e transformação da sociedade. Houve uma vasta incursão em torno do que se poderia denominar de "popular", "operário", "camponês", "indígena", "afrobrasileiro" e outras expressões sócio-culturais do povo. Houve uma fundamental viagem de políticos, cientistas sociais, escritores, teatrólogos, cineastas e outros, de diferentes gerações, em distintas regiões do país, na direção do povo, coletividade, setores sociais subalternos, em seus modos de vida e expressões culturais. Simultaneamente, desenvolveu-se bastante a politização das classes e dos grupos sociais subalternos, na cidade e no campo.

A Formação do Capitalismo Transnacional

Simultaneamente à interpretação simbolizada na "industrialização substitutiva de importações", ou no projeto de "capitalismo nacional", desenvolve-se a tese de que a economia brasileira deveria beneficiar-se ao máximo da "inserção" na economia mundial. Trata-se de por em prática o

projeto de "capitalismo associado", baseado no reconhecimento de que essa seria a única e realmente eficaz, produtiva e lucrativa via de desenvolvimento econômico. Combatem-se todas e quaisquer formulas nacionalistas; preconiza-se o internacionalismo, o multinacionalismo e, nas décadas finais do século XX, o globalismo. Os seus autores, atores e executores evoluem de argumentos liberais aos argumentos neoliberais, com os quais se desenvolve o novo ciclo de globalização do capitalismo em curso na transição do século XX ao XXI. Todos estão mais ou menos alinhados com as diretrizes teóricas e práticas formuladas e induzidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD), secundados pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Dentre os economistas situados nessa linha de pensamento e prática situam-se Eugênio gudin, Octavio Gouvea de Bulhões, Roberto de O. Campos, Mario H. Simonsen, Delfin Neto e alguns outros; claro que sem esquecer outros cientistas sociais, além de setores empresariais. Mas esse é um pensamento, e prática, presente e ativo nas associações de empresários, nas corporações transnacionais, em amplos setores da mídia, em geral pressionadas pelas organizações de marketing. São muitos os profissionais, economistas, administradores, sociólogos, cientistas políticos e outros formadores nessa direção. Muitos, intelectuais e empresários, foram mobilizados pelo neoliberalismo no clima da diplomacia da Guerra Fria, baseada no maniqueísmo "capitalismo" e "comunismo".

O que está em causa é a primazia do "mercado", em detrimento do "planejamento". Os autores e atores empenhados na crítica e no desmonte do projeto de "capitalismo nacional" preconizam a associação ampla com o capitalismo norte-americano, europeu, japonês e outros, isto é, a franca, rápida e ampla "inserção" da economia brasileira na economia mundial. Assumem que a colaboração, associação ou fusão de empresas, corporações e conglomerados, compreendendo nacionais e estrangeiros, é o melhor caminho para o desenvolvimento, o progresso, a modernidade, o "primeiro mundo".

Essa linha de pensamento preconiza o "Estado Mínimo", compreendendo a reforma do Estado, a desestatização da economia, a

privatização das empresas estatais, a privatização da educação, saúde, previdência; a redefinição das relações de trabalho, o abandono de compromissos do Estado do Bem-Estar Social. O neoliberalismo adotado timidamente pelos governos militares nos anos 1964-85 e ostensiva e intensivamente pelos governos desde 1985, tem provocado toda uma ampla e profunda alteração das relações entre o Estado e a Sociedade Civil, provocando evidentes dissociações. Antes, quando predominava o projeto de "capitalismo nacional", havia-se desenvolvido um certo metabolismo entre a Sociedade e o Estado. Depois, aos poucos, à medida que predomina o projeto de "capitalismo transnacional", desenvolve-se uma crescente dissociação entre o Estado e a Sociedade, rompendo-se o metabolismo que se havia criado nas décadas anteriores. Modificam-se os significados de "público" e "privado", "nacional" e "mundial", "indivíduo" e "sociedade", "povo" e "cidadão", "democracia" e "tirania".

Na transição do século XX e XIX, as diretrizes adotadas pelos governantes, em conjungação com as corporações transnacionais e as organizações multilaterais, como o FMI, o BIRD e a OMC, têm sido alheias ou mesmo adversas às tendências predominantes na sociedade civil. A maioria dos setores sociais, compondo a maior parte do povo, tem sido alijada de conquistas sociais que haviam alcançado em longas décadas de lutas sociais. Grande parte da sociedade está sendo desafiada a reorganizar-se e movimentar-se de modo a sobreviver em um contexto no qual o Estado se transforma em aparelho administrativo de classes e grupos sociais, ou blocos de poder, dominantes em escala mundial.

Sob certos aspectos, o projeto de economia transnacionalizada, de inserção crescente na economia mundial, de aliança com metrópoles imperialistas ou blocos geoeconômicos e geopolíticos, tem uma longa história. Uma história que se revela na sucessão dos acontecimentos e em muitas análises da história, evolução, progresso, desenvolvimento ou modernização do Brasil. A "vocação" européia e norte-americana de parte importante das "elites" brasileiras sempre esteve e continua a estar presente nas controvérsias e

práticas, teorias e ideologias, com as quais se move o Brasil, desde a Independência. Não é demais relembrar que o Estado-Nação nasce à sombra do poder monárquico de raízes portuguesas, com as bênçãos do poder monárquico britânico, garantindo-se assim a legitimidade metafórica do Estado-Nação e dos governantes. Sem esquecer que a presença ativa do imperialismo inglês participa decisivamente dos laços econômicos-financeiros e institucionais indispensáveis à formação e consolidação do Estado nacional. Alguns setores das "elites" nacionais que se haviam beneficado do colonialismo português, beneficiam-se durante todo o século XIX do imperialismo inglês; e no século XX combinam este com o norte-americano, que aos poucos substitui aquele.

Esta pode ser uma surpreendente "lição" dessa história: boa parte das "elites" empresariais, intelectuais, militares e eclesiásticas tem escasso ou nulo compromisso com a nação, a sociedade nacional, o povo; devido aos seus vínculos, sempre renovados, com as "elites" transnacionais, desde o colonialismo ao globalismo. Por isso resta sempre a impressão de que são estranhos, ou alheios; na realidade colonizadores, conquistadores ou desfrutadores.

Visto assim, em perspectiva histórica de larga duração, o projeto de "capitalismo transnacional" ou "globalizado", tem antecedentes no colonialismo e no imperialismo, entrando em novo ciclo com o globalismo.

A Idéia de Socialismo

Uma tese também notável, por suas implicações práticas e teóricas, concentra-se na análise da formação e transformação da sociedade brasileira em termos de classes sociais e lutas de classes. Debruça-se diretamente sobre as formas de organização social e técnica do trabalho e da produção. Focaliza as relações escravos e senhores, operários e burgueses, camponeses e latifundiários, nacionalistas e imperialistas e outras categorias. Analisa as diversidades e desigualdades, hierarquias e tensões que se formam e transformam no curso da história. Assim, nasce o relato das revoltas,

quilombos, greves, revoluções, golpes e contra-golpes de Estado, nacionalismos e anti-imperialismos. Essa a interpretação da qual emerge a explicação do caráter da "revolução burguesa" que se desenvolve de cima para baixo principalmente no longo dos anos 1888-1945, com desdobramentos e rescaldos importantes nas décadas posteriores. Essa época em que se compõe o bloco agrário, sob a Primeira República (1889-1930) e ocorre a ruptura de 1930, quando se recompõe o bloco de poder como industrial-agrário.

São vários e notáveis os autores situados nessa corrente de pensamento, em geral inspirados nos escritos de Caio Prado Junior. Aí estão Astrogildo Pereira, Nelson Werneck Sodré, João Cruz Costa, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho e outros; sem esquecer antecessores notáveis, dentre os quais destacam-se Euclides da Cunha, Lima Barreto e Manoel Bonfim; e lembrando as narrativas de Graciliano Ramos publicadas desde a década dos trinta. A despeito de suas formulações diversas, historiográficas e literárias, é inegável que com esses autores desenvolve-se toda uma interpretação original da história do Brasil, desde as condições e as possibilidades dos setores sociais subalternos da sociedade.

A tese da sociedade de classes e da história como uma história de luta de classes remete à idéia de uma sociedade sem classes, no que se refere às condições de dominação e apropriação. A reflexão crítica sobre o presente e o passado implica na busca de perspectivas futuras, a redução ou eliminação da alienação individual e coletiva concretizando-se na emancipação de uns e outros. Em lugar das diversidades produzindo e reproduzindo as desigualdades, criam-se as condições para que as diversidades produzam e reproduzam multiplicidades, polifonias.

Na transição do século XX ao XIX, quando se está entrando em um novo ciclo de globalização do capitalismo, a tese de que a história é a história da formação das classes sociais e das lutas de classes está diante do desafio de dar-se conta de como o "nacional" e o "mundial" se mesclam e determinam. Ressurgem as pesquisas e os debates sobre imperialismo e globalismo, buscando repensar o nacionalismo e o internacionalismo, compreendendo que

o novo ciclo de globalização do capitalismo institui um outro e novo palco da história, de lutas sociais.

Mas as pesquisas e os debates que ressurgem reconhecem que no Brasil a sociedade de classes emerge de uma sociedade de castas, enraizada em quase quatro séculos de escravismo, ou de diferentes formas de trabalho compulsório. No século XX, a sociedade brasileira combina a estrutura e dinâmica de classes sociais com os remanescentes de castas. Há formas de sociabilidade, etiquetas de relações raciais, padrões de organização da família, trabalho, associações, vizinhanças, escolas, igrejas, clubes e outras instituições nas quais manifestem-se traços remanescentes de castas mesclados com as práticas das relações de classes. Note-se que essa realidade social complexa, intrincada e contraditória é bastante diversificada, quando se comparam cidade e campo, industria e agricultura, regiões de tradições indígenas, afrobrasileiras e de imigrantes europeus chegados nos séculos XIX e XX. Na transição do século XX ao XIX, o Brasil ainda tem algo de uma cartografia de províncias e regiões, compondo um singular arquipélago sócio-cultural e político-econômico em processo de integração simultaneamente nacional e transnacional.

A interpretação da formação e transformação da sociedade brasileira na perspectiva da sociedade de classes, revela nexos e movimentos fundamentais do Brasil-Nação, uma história atravessada por lutas sociais e rupturas históricas. E aponta para o projeto de "socialismo", como idéia e prática, reivindicações e lutas, a caminha da democracia política e social. Sob vários aspectos, o projeto de "socialismo nacional" tem raízes em momentos cruciais da história brasileira; e está desafiado a recriar-se, quando está em curso um novo ciclo de globalização do capitalismo, compreendendo a transnacionalização das classes e das lutas de classes.

O Brasil Brasilianista

É importante reconhecer que os brasilianistas realizam uma contribuição fundamental para a inteligência do Brasil. É possível construir toda uma

história da formação e das transformações da sociedade brasileira com base em relatos, crônicas, depoimentos, entrevistas, estudos, monografias, ensaios e textos de ficção elaborados por europeus e norteamericanos, entre outros. Seria uma história um tanto caleidoscópica, mas inegavelmente reveladora. Diferentes aspectos da realidade, às vezes insuspeitados pelos "nativos", revelam-se em seus estudos. Simultaneamente, aspectos da realidade já examinados e explicados, adquirem outras significações, podem realçar-se ou obscurecer-se. Sem esquecer que as metodologias e os estilos de pensamento dos brazilianistas muitas vezes são bastante distintos, inclusive inovando na construção histórica, na pesquisa de campo, na monografia e no ensaio.

Um tema que fascina boa parte dos brasilianistas, norteamericanos, europeus e outros, é a "questão racial", tomada principalmente em termos do contraponto "negros e brancos" na formação e dinâmicas da sociedade brasileira. São muitos os estudos nos quais discutem-se os argumentos envolvidos na tese, hipótese ou mito da "democracia racial". Debruçam-se sobre os dados, realizam minuciosas pesquisas de reconstrução histórica e de campo, empenhados em desvendar o enigma, a tese, a hipótese ou o mito.

Também são notáveis os textos empenhados em descrever e explicar "comunidades", "populações indígenas", "imigrantes" europeus e aisáticos. Estes estudos, juntamente com aqueles relativos a negros e brancos, contribuem para o esclarecimento do tema "raça, povo e nação"; passando pelo mito da "democracia racial" e o enigma da "mestiçagem".

São muitos e bastante diferentes os temas dos estudos brasilianistas. A ênfase neste ou naquele tema altera-se com o correr dos tempos, em especial devido à emergência de conjunturas críticas, situações problemáticas, rupturas históricas. Em algumas dessas ocasiões pode haver revoadas de brasilianistas. Nesse sentido é que nos anos da ditadura militar de 1964-85 multiplicaram-se os estudos sobre a presença e a abrangência do poder militar na gestão do país. Alguns preocupam-se com as responsabilidades das Forças Armadas na preservação da "Lei e Ordem" ou "Segurança e Desenvolvimento", que teriam sido ameaçadas pela democracia "populista dos anos 1946-64"; ou pela

"iminência" de uma "república sindicalista". Em geral, os brasilianistas "esqueceram" que a ditadura militar estava sendo um capítulo da história brasileira no âmbito da "diplomacia total" desenvolvida pelos governos norteamericanos na geopolítica da Guerra Fria.

Desde 1985, com o término da ditadura militar e os inícios da democratização, ou redemocratização, multiplicaram-se os estudos sobre a "nova ordem econômica mundial e a economia brasileira", a "reforma do Estado", a "inserção" da economia brasileira, como "mercado emergente" na economia global, entre outros temas. Sim, em cada época, situação crítica ou ruptura histórica, reavivam-se os estudos brasilianisticos.

É claro que os estudos dos brasilianistas dialogam entre si e com os dos brasileiros. São vários os temas nos quais estão evidentes os diálogos, convergências, fertilizações, controvérsias e divergências. São vários os temas envolvidos: "preconceito de marca e preconceito de origem", "bandeirantes e pioneiros", iberoamerica e angloamerica", "catolicismo e protestantismo", "populismo e neoliberalismo", "nacionalismo e globalismo". Em geral, no entanto, os estudos brasilianistas alinham-se com as teses prevalecentes no pensamento brasileiro.

Há brasilianistas discreta ou ostensivamente normativos. Incutem nas entrelinhas, ou abertamente em seus textos, sugestões, idéias, objetivos e avisos, ou alertas, para alguns setores sociais ou para a sociedade como um todo. Dedicam-se a compreender e explicar, bem como a formular alvos e diretrizes, modelos e procedimentos. Às vezes, são também consultores. Em certos casos, parecem heróis civilizadores. É o que se pode depreender de alguns escritos de Alain Touraine, Albert O. Hirschmann e Thomas E. Skidmore, entre outros.

Assim como há textos de brasileiros que também possuem a mesma entonação normativa. Nas entrelinhas, ou abertamente, sugerem idéias, objetivos e avisos, ou alertas, para alguns setores sociais determinados, ou para a sociedade como um todo. Dedicam-se a compreender e explicar, bem como a formular alvos e diretrizes, modelos e procedimentos. Às vezes também são

consultores. Em certos casos, apresentam-se como heróis civilizadores. Parecem "brasilianistas nativos". É o que se depreende de alguns escritos de Helio Jaguaribe e Roberto de Oliveira Campos, entre outros.

Precursores, Clássicos e Novos

É obvio que as interpretações sintetizadas aqui não esgotam a gama de interpretações parciais e abrangentes que se formularam e reformularam antes e depois das mencionadas. Cabe reconhecer que continuam a formular-se novas e diferentes interpretações do Brasil, algumas totalmente originais, outras em diálogo e compromisso com as mencionadas. Esta é uma questão interessante: o pensamento brasileiro já desenvolveu um compromisso forte, às vezes obsessivo, com as interpretações que se definiram como "clássicas". E é claro que isto pode ser uma conquista, mas também pode ser um impedimento. Todo cientista social está desafiado a desenvolver a sua pesquisa e análise a partir do que estava, está ou parece estabelecido; é como se olhasse o presente, o passado e o futuro desde o olhar de algum clássico; e não desde os seus ombros. Mas esta não é a regra única e inquestionável. Algumas interpretações se lançam como absolutamente diferentes, no sentido de que instituem novas visões da história, da tecitura da sociedade e da economia, dos jogos do poder político, das raízes e significações da cultura; estabelecendo novas modalidades de olhar, observar, descrever, compreender, explicar.

Neste sentido é que se podem distinguir "precursores", "clássicos" e "novos", quando se trata de explicar o Brasil; entendendo-se que os novos são realmente inovadores, no sentido de que instituem novos parâmetros, desvendam outros nexos, percebem diferentes dinamismos nas formas de sociabilidade e nos jogos das forças sociais; compreendendo configurações históricas, formas de pensamento e cultura, estilos de vida.

Dentre os "precursores", colocam-se Euclides da Cunha, Alberto Torres, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Silvio Romero, José Veríssimo, Machado de Assis e Lima Barreto; sem prejuízo de Tavares Bastos, José de

Alencar, José Bonifácio e Frei Caneca, além de outros. Sem esquecer Eduardo Prado e Varnhagen.

Os precursores estão mergulhados na sociedade escravocrata. A despeito de refletirem em termos de teorias e sugestões do pensamento europeu, estão desafiados a compreender e explicar a formação de uma sociedade civil e Estado enraizado no escravismo. Daí a metáfora das "três raças tristes", de que irá falar Olavo Bilac, traduzindo uma inquietação crescente no século XIX e presente no século XX. Daí a presença explícita ou implícita do darwinismo social, arianismo, evolucionismo e positivismo. São autores às vezes atônitos diante do insólito de pensar o Estado-Nação com base em uma população simultaneamente "indígena", "africana" e "lusitana", em um país imenso, disperso em províncias isoladas, em uma sociedade na qual se dá a combinação aparentemente eficaz entre escravatura, economia primária exportadora, liberalismo nas relações exteriores e monarquia. Sim, estes são alguns dos temas com os quais os precursores pensam o Brasil em formação: raça, povo e nação, centralismo e federalismo, escravatura e monarquia, europeização e americanização.

Dentre os "clássicos", conforme se viu, destacam-se Jackson de Figueiredo, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto C. Simonsen, Caio Prado Júnior e Eugênio Gudin.

Tomados em conjunto, os clássicos estão fascinados pela "questão nacional". Empenham-se em descrever, compreender e explicar como se forma a sociedade civil e o Estado, a população e o povo, a cultura e a mentalidade, a história e as tradições, a ordem e o progresso. Para eles, o Brasil é principalmente um país marcado pela "vocação" agrária, cuja economia, política, sociedade e cultura enraízam-se na agropecuária e mineração. Pode até modernizar-se, mas a partir de e nos limites das condições agrárias instituindo o substrato geral da sociedade: cana de açúcar, borracha, cacau, gado, extrativismo, mineração e café, principalmente café, predominante desde meados do século XIX aos anos trinta e quarenta do século XX. Alguns colocam-se a industrialização como algo possível, necessário e próprio da dinâmica da sociedade tomada como um todo.

A época em que se produzem os principais estudos dos clássicos é também a época dos rescaldos da Primeira Grande Guerra Mundial e da Revolução Soviética, do "crash" da Bolsa de New York, da débâcle da economia cafeeeira e da Revolução de 1930, com desdobramentos posteriores importantes. É a época da Semana de Arte Moderna, do Tenentismo, da fundação do Partido Comunista e do Centro Dom Vital. Fundam-se universidades e institutos de ensino e pesquisa de cunho universitário. Simultaneamente, delineam-se alguns dos contornos do projeto de "capitalismo nacional"; e já se fala em socialismo.

Os "novos", realmente inovadores, assinalam nitidamente diferentes interpretações do Brasil. Instituem outros parâmetros de compreensão e explicação da realidade político-economica e sócio-cultural. Estão mais ampla e sistematicamente imersos na cultura das ciências sociais, em alguns casos beneficiando-se dos padrões de ensino e pesquisa desenvolvidos no âmbito universitário. Esse o contexto em que produzem suas análises e criações Mario de Andrade, Florestam Fernandes, Raimundo Faoro, Clovis Moura, Jacob Gorender, Celso Furtado, Antonio Candido, Mario Pedrosa, Alfredo Bosi, Candido Portinari, Graciliano Ramos e Oscar Niemeyer.

É óbvio que esses autores dialogam com os clássicos e os precursores. Inclusive revelam compromissos e continuidades, implícitos ou assumidos com alguns. Mas também é óbvio que inauguram novas interpretações do Brasil, seja em alguns dos seus problemas fundamentais, seja em suas visões de conjunto.

Os novos estão empenhados em aprofundar a análise da tecitura da sociedade brasileira, em suas instituições e valores, classes e grupos sociais, história e tradições, formas de organização e condições de transformação, reforma e revolução. Beneficiam-se amplamente das conquistas das ciências sociais, por suas pesquisas de reconstrução histórica e de campo; combinando economia e sociedade, política e cultura, com acentuado sentido de história e do contraponto entre as nações. Partem da preliminar de que a análise da realidade social precisa deslindar a formação e dinâmica das classes e grupos sociais, das condições e possibilida da consciência de indivíduos e coletividades,

envolvendo as formas de sociabilidade e os jogos das forças sociais. Além das identidades e alteridades, trata-se de deslindar as diversidades e as desigualdades, de forma a alcançar-se o enigma dos movimentos da sociedade. É bastante evidente que os novos já trabalham amplamente inseridos em universo histórico e intelectual em que se colocam os desafios: fascismo e nazismo, liberalismo e nacionalismo, mercado e planejamento, reforma e revolução, capitalismo e socialismo, alienação e emancipação.

Vistos assim, como um todo abrangente e em perspectiva de larga duração, os precursores, clássicos e novos de par-em-par com os brasilianistas de várias épocas e nacionalidades, pemitem construir toda uma ampla, complexa, múltipla, colorida e sonora visão do Brasil; como se fora um painel, um mural de largas proporções, caleidoscópico.

História e Ficção

Vistas assim, em perspectiva ampla, logo fica evidente que o Brasil é um país sobre o qual há toda uma profusão de explicações, interpretações ou teses; como se fosse uma "terra de papagaios". Resta sempre a impressão de que ao lado do empenho em esclarecer situações, conjunturas, impasses, épocas, rupturas e perspectivas, há também o empenho em conferir significados, explicar recorrências, descobrir tendências, clarificar perfis e movimentos de uma totalidade geohistórica, político-econômica e sócio-cultural um tanto errática.

Esta é a idéia: o Brasil é um país que se pensa continua e reiteradamente. Tanto é assim, que pode ser visto como uma "fábrica" de explicações, uma coleção de interpretações compondo toda uma visão do país no curso da história. Simultaneamente, revela-se uma "incógnita sem fim", contínua e reiteradamente taquigrafada, com o que se adquire fisionomia, expressão, colorido, sonoridade, harmonia, estridência. Mas também pode ser visto como uma "nebulosa" movendo-se no espaço e no tempo, ao acaso das forças sociais internas e externas. Eventualmente, revela-se uma larga narrativa atravessada por dilemas, impasses e perspectivas que o leitor vislumbra.

Uma aventura intelectual possível, interessante e altamente criativa é tomar as explicações, interpretações ou teses em conjunto, umas e outras vistas como uma ampla e complexa narrativa sobre a formação e as transformações do Brasil.

As teses aqui sintetizadas e referidas podem ser vistas em conjunto, como distintas versões sobre a formação e as transformações da mesma sociedade. Seriam distintas explicações, cada uma das quais contendo uma contribuição importante para o conhecimento dos desenvolvimentos da sociedade brasileira. Seriam distintas explanações compondo uma única e complexa explicação do Brasil. Esta é uma hipótese perfeitamente cabível: as teses combinam-se em uma interpretação integrada, abrangente e convincente, dando conta de todos os aspectos fundamentais da formação e transformações do Brasil, compreendendo os períodos, ou as três idades, Colônia, Monarquia e República, em suas implicações geohistóricas, político-econômicas e sócio-culturais; atravessando o colonialismo, o imperialismo e o globalismo.

Mas essas mesmas teses podem ser vistas como narrativas que não só ficcionalizam a história como, em conjunto, compõem uma ampla e complexa narrativa ficcional. Nesse caso, as explicações, interpretações ou teses podem ser tomadas como narrativas naturalistas, realistas, impressionistas, modernistas, surrealistas. Lançam-se em distintas tonalidades e andamentos, estabelecendo diferentes situações problemáticas ou críticas, normais e tranqüilas, bem como épocas e ciclos, elegendo indivíduos e coletividades, classes sociais e grupos sociais, formas de governo e projetos nacionais, golpes e contra-golpes, quarteladas e revoluções que seriam marcantes, verossímeis, representativos, típicos, simbólicos. Vistas assim, nesses termos, as teses compõem uma narrativa de grande envergadura, metanarrativa, complexa e abrangente, de tal modo que nela o leitor encontra metáforas e alegorias, bem como vibração, tensão, mistério, revelação e aura, com o que se tece uma vasta, insólita e fascinante obra de ficção; reconhecendo-se que a ficção pode ser uma forma de esclarecimento.

Bibliografia

ANDRADE, Mario de, *Macunaíma*. Livraria Martins Editora, São Paulo, 1944.

ARANHA, Graça, *A Esthetica da Vida*, Livraria Garnier, Rio de Janeiro, 1920.

ASCARELI, Tullio, *Apresentação do Brasil*, trad. Da 2ª edição italiana por Olinto de Castro, Edições Sal, São Paulo, 1952.

BASTIDE, Roger, *Brésil Terre des Contrastes*, Hachette, Paris, 1957.

BOSI, Alfredo, *Dialética da Colonização*, Companhia da Letras, São Paulo, 1992.

CANDIDO, Antonio, *Formação da Literatura Brasileira*, 2 vols., Livraria Martins Editora, São Paulo, 1959.

COSTA, João Cruz Costa, *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1956.

EAKIN, Marshall C., *Brazil, The Once anda Future Country*, MacMillan, Londres, 1998.

FAORO, Raimundo, *Os Donos do Poder*, Editora Globo, Porto Alegre, 1958.

FERNANDES, Florestan, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, 2 vols., Dominus Editora, São Paulo, 1965.

FIGUEIREDO, Jackson de, *Do Nacionalismo na Hora Presente*, Edição da Livraria Catholica, Rio de Janeiro, 1921.

FREYRE, Gilberto, *Interpretação do Brasil*, trad. de Olívio Montenegro, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1947.

FURTADO, Celso, *Formação Econômica do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1967.

GRAHAM, Richard, *Britain & The Onset of Modernization in Brazil* 1850-1914, Cambridge University Press, Cambridge, 1968.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1956.

LAMBERT, Jacques, *Os Dois Brasis*, 2ª edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1967.

MANCHESTER, Alan K., *Preeminência Inglesa no Brasil*, trad. de Janaína Amado, Editora Brasiliense, São Paulo, 1973.

MOURA, Clovis, *Rebeliões da Senzala*, 4ª edição, Mercado Aberto, Porto Alegre, 1988.

NORMANO, J. F., *Brazil: A Study of Economic Types*, The University of North Carolina Press, Chapel Hill, 1935.

PAIM, Antonio, *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, Editora Convívio, São Paulo, 1987.

PRADO JÚNIOR, Caio, *Evolução Política do Brasil*, Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, São Paulo, 1933.

PRADO, Paulo, *Retrato do Brasil*, Duprat-Mayença, São Paulo, 1928.

RICARDO, Cassiano, *Martim Cererê*, 9ª edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1947.

SKIDMORE, Thomas E., *Politics in Brazil, 1930-1964* (an Experiment in Democracy), Oxford University Press, New York, 1967.

VIANNA, Oliveira, *Evolução do Povo Brasileiro*, 4ª edição, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1956.

ZWEIG, Stefan, *Brasil País do Futuro*, trad. de Odilon Gallotti, Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1941.

ALBERTO TORRES EM CONTRAPONTO AO "ESPIRÍTO" DE REVERÊNCIA À EUROPA[1]

Renato Ramos Martini[2]

Apresentação

O presente texto se refere ao esforço da elite brasileira de sentar-se à mesa dos países "civilizados", imitando suas modas e costumes e elaborando um projeto modernizador, visando apagar todo resquício daquilo que não aparentasse ser europeu.

Esse projeto só não conseguia apagar que nem toda população brasileira poderia participar do banquete, pois um Brasil à margem de tal projeto, continuou existindo.

Será visto no artigo que alguns intelectuais, entre eles Alberto Torres, chamam a atenção dessa porção interiorana e "atrasada" não incorporada pelo projeto modernizador e pelo espírito de reverência ao estrangeiro.

Cosmopolitismo e Modernização

O advento da República não significou apenas a substituição de um modelo político por outro, mas também proclamou sonoramente a vitória do cosmopolitismo[3] no Rio de Janeiro.

---

[1] Este artigo foi apresentado no 'IV Seminário de Pensamento Social', organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros do IFCH/UNICAMP, nos dias 16, 17 e 18 de junho de 2003.

[2] Mestre e doutorando em Sociologia pela Unesp/ Araraquara. Docente da FAFIBE / Bebedouro.

[3] O uso da expressão cosmopolita ou cosmopolitismo, neste caso, não se refere ao sentido mais atual, carregado de um conteúdo que busca o universal, daquilo que extrapola determinada cultura e se traduz em sentido abrangente. Cosmopolitismo no sentido aqui utilizado se refere a um padrão de comportamento relativo principalmente às elites, que nas primeiras décadas do século XX, desejavam a todo custo aparentar serem européias.

Na área central da cidade estar em dia com os menores detalhes do cotidiano do velho mundo era sinal de prestígio. Procurava-se imitar não apenas os figurinos, o mobiliário e as roupas, mas também as escolas filosóficas predominantes, o comportamento, o lazer, as estéticas e até mesmo em termos doença e saúde a referência era a Europa.[4]

Esta visão que reverenciava o espírito europeu se fez presente no último quartel do século XIX e nos primeiros anos do século XX, sobretudo nos governos de Prudente de Moraes (1894 - 1898), Campos Sales (1898 - 1902) e Rodrigues Alves (1902 - 1906). Neste período houve um grande esforço de recuperação da imagem do Brasil no exterior, ocorrendo até mesmo a demolição da arquitetura identificada com o passado colonial.

Chama a atenção o fato de o Brasil participar como sede das exposições universais de 1861.[5] As exposições colocavam na vitrine as últimas invenções em termos técnicos e científicos. As classes dominantes ao estimularem a participação do Brasil não só como expositor, mas como sede, visavam participar da paisagem do cosmopolitismo como discípulos do progresso.

A reforma urbanística ocorrida na capital federal durante a administração do prefeito Francisco Pereira Passos – com o aval e apoio do Presidente Rodrigues Alves – em que houve alargamento das ruas e a construção da avenida central, espelhando-se na arquitetura parisiense, sobretudo a da época em que Haussman remodelara a arquitetura da capital parisiense, motivado pelo apoio de Luís Napoleão, espelha o espírito cosmopolita do período.

Esta reforma urbanística reflete a concepção de modernização daquele momento. Assim, progresso, civilização, modernização eram as palavras de ordem das elites no início do século.

Do ponto de vista técnico, o Rio de Janeiro do século XIX era uma cidade desorganizada, e sem possuir uma infra-estrutura básica com uma rede

---

[4] SEVCENKO, Nicolau –*Literatura com missão*- São Paulo : Brasiliense 1999.

[5] Sobre o histórico das exposições universais ver HARDMAN, Francisco Foot – *Trem Fantasma – a modernidade na selva* - São Paulo: Companhia das Letras, 1988, cap. 2 e 3.

de água e esgoto, causava estranheza ao olhar do estrangeiro ou mesmo de brasileiros que tomavam contato com as cidades européias.

Porém, o esforço modernizador não era dirigido apenas ao mundo urbano, mas presente também em "missões" dirigidas ao interior do país. Canudos constitui-se o exemplo mais conhecido e dramático. O exército republicano voltou suas armas aos sertanejos, liderados por Antonio Conselheiro, massacrando-os. Acreditava-se estar combatendo a barbárie e o atraso, camuflados pelas idéias monarquistas de Conselheiro.

Assim, a intervenção federal exprimia o significado superior dos próprios princípios federativos: era a colaboração dos estados numa questão que interessava a toda federação. Euclides da Cunha descreve a visão do governo em relação aos sertanejos de canudos:

> "ninguém se iludia ante a situação sertaneja. Acima do desequilibrado que a dirigia estava toda uma sociedade de retardatários. O ambiente moral dos sertões favorecia o contágio e o alastramento da nevrose. A desordem, local ainda, podia ser núcleo de uma conflagração em todo o interior do Norte. De sorte que a intervenção federal exprimia o significado superior dos próprios princípios federativos: era a colaboração dos estados numa questão que interessava não já a Bahia, mas ao país inteiro".[6]

Canudos resistiu o quanto pode, assim como a população pobre do Rio de Janeiro resistiu à reforma urbanística e ao saneamento da capital da República. A reação a esse projeto modernizador, por parte da população pobre foi intensa, talvez porque um traço marcante dessa modernização tenha sido o autoritarismo. Em nenhum momento, os "modernizadores da sociedade" refletiram sob o aspecto político ou social, mas somente se apegaram às questões técnicas, como único mecanismo de modernização.

Jamais se associou as modificações urbanísticas ou das zonas rurais às idéias de cidadania, democracia ou igualdade. O desejo popular foi

[6] CUNHA, Euclides da – *Os sertões* – Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 2000, p. 208.

simplesmente ignorado. O povo que tinha sido indiferente a Proclamação da República era apenas uma abstração na cabeça dos teóricos modernizantes. Imitar a arquitetura parisiense no Rio de Janeiro, era antes de tudo demarcar o espaço urbano das elites e afastar a presença incômoda da pobreza.

Pode-se mencionar quatro princípios que regeram a transformação do espaço público carioca:

> "(...): a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional, a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense".[7]

O que ocorreu neste caso, foi um nítido projeto de modernização conservadora, ou seja, sem alteração profunda da ordem social.[8] Neste tipo de modernização, as classes dirigentes ou elite dirigente conduz e promove o processo, distintamente do projeto de modernidade em que o estamento dirigente apenas coordena e organiza o movimento.[9]

Podemos dizer que o projeto modernizante imposto à cidade do Rio de Janeiro e a outras regiões é um elemento importante para analisarmos a forma que a modernização assumiu entre nós no alvorecer do século XX. Por outro lado, o citado projeto refletia a mentalidade da elite brasileira que meramente

---

[7] SEVCENKO, Nicolau – op. cit., p. 30.

[8] O livro de Peter L. Eisenberg "Modernização sem mudança" é um consistente exemplo de como pode ocorrer modernização das técnicas de produção sem alteração da ordem social. O livro estuda a produção açucareira em Pernambuco entre 1840-1910 e mostra que apesar da substituição dos tradicionais engenhos por usinas capitalistas, as condições de existência das classes subjugadas, continuaram a mesma de dantes. EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança* – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

[9] FAORO, Raymundo – *Existe um pensamento político brasileiro?* – São Paulo: Ática, 1994, p.99.

imitava os padrões europeus, formulando a idéia de uma política científica, acima das reais contingências da realidade brasileira.

O Recrudescimento do nacionalismo

Com o advento da Primeira Guerra Mundial, verificam-se profundas, modificações, na vida intelectual brasileira, o que antes era mera imitação dos valores culturais europeus, com o intuito de adentrar-se em um estágio evoluído da história da humanidade, cede lugar a uma profunda incerteza quanto ao futuro da civilização. Verifica-se neste contexto uma transformação no significado do nacionalismo. Rompe-se com a herança européia, pelo menos na vertente que pressupunha que o nosso atraso se devia às raças que compunham a sociedade brasileira. E se até então o nacionalismo era refutado com a alegação de que estava obsoleto em uma época de internacionalização, as idéias nacionalistas se revigoram pelo caos instalado pelo conflito armado mundialmente. Nas palavras de Skidmore:

> "A guerra, todavia, fora um lembrete brutal de que o nacionalismo estava longe de obsoleto. O conflito desmentira a ideologia liberal, que, a rigor, prescrevia para o Brasil um papel menor num mundo dominado cada vez mais pela Europa. Todas as grandes potências européias foram acusadas de cupidez territorial e econômica à medida que o debate sobre a responsabilidade de guerra se azedava. Caricaturas do caráter nacional de cada uma das nações inimigas tornaram-se comuns, e fez sua aparição a propaganda sistemática, de estilo moderno. O resultado, no Brasil, foi que as discussões sobre a nacionalidade e sobre os objetivos nacionais ganharam relevância".[10]

Sevcenko ao tratar da atividade jornalística que naquele interregno empregava grande parte dos intelectuais e dos homens de letras, também entende que a guerra despertará uma febre nacionalista, uma vez que, o espírito

[10] SKIDMORE, Thomas *Preto no Branco*. Rio de janeiro : Paz e Terra , p.189.

despreocupado e cosmopolita ficará estigmatizado. Diz o autor de *Literatura como Missão*:

> "Com a vinda da guerra, o tom mundano, cosmopolita e despreocupado dessa imprensa seria, porém, estigmatizado por toda a parte. Sobrevieram as maiores investidas contra toda forma de idealismo ou smartismo literário residual. E a campanha contra o "bovarismo" dos intelectuais que se alienavam de sua própria terra e realidade, trocando-a pela fantasia ou pela Europa. A intelectualidade passa por uma tentativa de depurar o grupo intelectual na suas crenças, gostos e características, selecionando os elementos e destilando as idéias afim de que ele pudesse assumir o destino a que os novos tempos o arrastavam. A nova febre nacionalista os conduzira a condição de "escola da pátria". Era preciso, pois, separar o joio do trigo".[11]

Na Europa, não somente a guerra em si, mas também as conseqüências do conflito armado mundial, levam a um fortalecimento de princípios nacionalistas, principalmente os de cunho wilsoniano que queriam coincidir as fronteiras dos Estados com as fronteiras da nacionalidade e da língua.

Em outras palavras, a primeira guerra levou a derrocada dos Impérios multinacionais da Europa central e oriental, cujo exemplo supremo era o Império Austro-Húngaro. Neste caso, o rearranjo do mapa do velho continente passava pela suposição de que os povos de mesma origem étnica, lingüística e cultural teriam direito a uma autodeterminação.

Desta forma, o período que vai de 1918 – 1950 se torna o período de apogeu do nacionalismo, em verdade como resultado de dois fatores: a Revolução Bolchevique e o colapso dos grandes impérios multinacionais, pois se tornara mais prudente para os aliados aderirem aos argumentos wilsonianos do que os bolcheviques.[12]

---

[11] SECENKO, Nicolau – op. cit., p.100.

[12] HOBSBAWN, Eric J. - *Nações e nacionalismo desde 1870* – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, 1998, p. 159.

A Análise das Dicotomias Brasileiras

No Brasil, o arcabouço de idéias nacionalistas recrudesceu e se incrementou, uma vez que teve também que lidar com a questão econômica ligada à industrialização e a urbanização, e com as questões sociais que isto acarretava, como o crescimento do número de operários e dos habitantes das cidades.[13]

Reproduziria-se no Brasil pela especificidade de sua urbanização, ocorrida pela expansão do mercado externo, um cenário exótico em que as grandes cidades longe de se integrarem com o setor rural ou com as cidades do interior parecem, se afastar e legar ao esquecimento as regiões interioranas. Como bem mostra Emília Viotti da Costa:

> "a urbanização no século XIX seria menos fruto da expansão do mercado interno e mais reflexo da expansão do mercado internacional e do desenvolvimento da economia de exportação de produtos tropicais destinados aos mercados europeu e americano do norte e setores subsidiários; daí o contraste entre os centros urbanos litorâneos ligados à economia de exportação e as cidades interioranas. Daí o caráter 'exótico' das cidades litorâneas voltadas mais para Europa do que para *hinterland* e incapazes de exercer uma influência modernizadora mais profunda nas zonas rurais".[14]

As cidades se tornam assim para usar uma expressão consagrada "cidades mortas".[15]

---

[13] Sobre as mudanças provocadas pela industrialização e urbanização e suas conseqüências sociais e políticas no Brasil ver: FAUSTO, Boris – *Trabalho urbano e conflito social* – São Paulo: Difel, 1977, 4ª edição. Para a finalidade deste trabalho basta nos atermos, por exemplo, a um dado levantado por Fausto e que exemplifica a intensa urbanização. Em 1890 São Paulo possuía 64934 habitantes, e em 1900 chegou aos 239.820 habitantes, registrando uma elevação de 268% em dez anos.

[14] COSTA, Emília Viotti – *Da Monarquia a República* – São Paulo: UNESP,1999, p.259.

[15] Esta expressão deu título a livro de Monteiro Lobato, onde é nítido o sentimento de nostalgia em relação ao definhamento de alguns cidades como a sua Oblivion: "A cidadezinha

Neste contexto é que o discurso de Alberto Torres encontra ressonância. Torres teoriza sobre o processo de urbanização e industrialização, concluindo que o Brasil teria uma vocação agrária:

> "o desequilíbrio das sociedades modernas resulta, principalmente, da deslocação constante das populações, das zonas rurais para os centros populosos, da agricultura para as indústrias, do esforço produtivo para as manufaturas e para o comércio. O Brasil tem por destino evidente ser um país agrícola: toda ação que tender a desviá-lo desse destino é um crime contra a sua natureza e contra os interesses humanos".[16]

Para Alberto Torres o abandono da terra era o principal responsável pelo atraso do país. Era preciso fixar o trabalhador no campo e criar uma grande empresa nacional, capaz de produzir alimentos para a nossa população.

Neste sentido, para o autor, nossa mão-de-obra é capaz e nossa terra a das mais férteis que o mundo conhece, sendo não só desnecessária como nefasta a imigração européia.[17] Pelas suas palavras fica claro que a importação de mão-de-obra era simples recurso protelatório:

---

onde moro lembra soldado que franqueasse na marcha e, não podendo acompanhar o batalhão, á beira do caminho se deixasse ficar, exausto e só, com os olhos saudosos pousados na nuvem de poeira erguida além. Desviou-se dela a civilização. O telégrafo não a põe á fala com o resto do mundo, nem as estradas de ferro se lembram de uni-la a rede por intermédio de humilde ramalzinho. Desviou-se dela a civilização. O telégrafo não a põe á fala com o resto do mundo, nem as estradas de ferro se lembram de uni-la a rede por intermédio de humilde ramalzinho. O mundo esqueceu Oblivion, que já foi rica e lépida, como os homens esquecem a atriz famosa logo que se lhe desbota a mocidade. E sua vida de vovó entrevada, sem netos, sem esperança, é humilde e quieta como a do urupê escondido no sombrio dos grotões. - LOBATO, Monteiro – *Cidades Mortas* – São Paulo: Brasiliense, 1964.

[16] TORRES, Alberto – *O Problema nacional brasileiro; introdução a um programa de organização nacional* São Paulo: Companhia editora nacional, 1933., p. 208.

[17] Só o Estado de São Paulo, em dez anos (1890-1901) recebeu mais de 700 000 colonos estrangeiros. COSTA, Emília Viotti da – *Da Monarquia a República* – São Paulo: UNESP, 1999.

> "A necessidade de capitais e de braços estrangeiros eram um dos abrigos a que se tinham acolhido a nossa indolência e o nosso despreparo, em face dos problemas da nossa economia, que, não sabendo solver, iludíamos por essa forma. Esse apelo não tem por si o apoio de nenhuma teoria. Ninguém concebeu jamais o crédito como meio de solução ás crises de prodigalidade e da desorganização econômica, nem a importação de gente, ás da desorganização do trabalho: é um simples recurso protelatório, explorado por intermediários que vivem nas capitais e cercam os governos, e implorando pela necessidade sequiosa da produção, em eterna falência, enquanto os dirigentes, sem capacidade para dar soluções práticas, continuam a comprometer os povos nos riscos de suas concepções fantasistas".[18]

Produção para o consumo interno, a partir da pequena propriedade, constitui-se no pilar central da proposta agrarista de Alberto Torres. Esse "ruralismo" parece ser o calcanhar de Aquiles do pensamento torreano, sendo por muitos criticado, como visão romântica, simplista e conservadora.[19]

Não se pode deixar de concordar, em parte, com essa crítica ao chamado ruralismo romântico de Torres, mesmo porque a industrialização se mostrou não só inevitável, como também necessária, para o desenvolvimento econômico do país. Entrementes, cabe lembrar que a República Oligárquica apresentava modelo agrário exportador, assentado no latifúndio e a proposta agrarista de Torres preconizava justamente o caminho inverso, pequena propriedade para o consumo interno contendo, portanto uma crítica à política

---

[18] TORRES, Alberto – *O problema nacional brasileiro* – op. cit., p. 29.

[19] As críticas a esse ruralismo de Alberto Torres podem ser resumidas pelas palavras de Wilson Martins : Ele não apenas pensava que o Brasil era um país "essencialmente agrícola", mas, ainda, queria que assim continuasse para sempre – e que, sem abandonar de todo as grandes culturas de exportação, como o café, moderasse sensivelmente a sua extensão, dedicando-se de preferência as pequenas lavouras de gêneros alimentícios. (...) Assim, nós "trocaríamos" alface e abobrinha por ferro e cimento, o que basta para demonstrar o realismo dessas concepções; decidido a substituir a industrialização aquela altura incipiente pela pequena agricultura. MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira.* São Paulo: Cultrix, 1978, p.5.

econômica adotada no país, podendo servir de instrumento para os grupos que pretendiam criticar o modelo republicano.

A questão da terra na Primeira República, era na verdade um prolongamento desta questão, desde os primórdios do país. A posse da terra sempre representou um elemento de poder e prestígio e em uma conjuntura que levou a abolição da escravidão, ela permaneceu como única remanescente para elite proprietária deste poder e prestígio.

Ainda no período que vigorava a escravidão, o Abolicionista Joaquim Nabuco percebia as mazelas que o regime da escravidão assentado na estrutura da grande propriedade causava ao desenvolvimento das cidades. Sobe a égide da escravidão tínhamos a divisão de todo solo explorado em certo número de grandes propriedades, dizia Nabuco:

> "Por isso também, os progressos do interior são nulos em trezentos anos de vida nacional. As cidades, a que a presença dos governos provinciais não dá uma animação artificial, são por assim dizer cidades mortas. Quase todas são decadentes. A capital centraliza todos os fornecimentos para o interior (...) Essa falta de centros locais é tão grande que o mapa de cada província poderia ser feito sem esconder nenhuma cidade florescente, notando-se apenas as capitais. Muitas destas constam mesmo de insignificantes coleções de casas, cujo material todo, e tudo o que nelas se contém, não bastaria para formar uma cidade norte-americana de décima ordem. A vida das outras é precária, falta tudo o que é bem-estar; não há água encanada nem iluminação a gás, a municipalidade não tem a renda particular medianamente abastado, não se encontra o rudimento, o esboço sequer, dos órgãos funcionais de uma cidade. São esses os grandes resultados da escravidão em trezentos anos".[20]

Os Abolicionistas, como os da estirpe de Joaquim Nabuco, pretendiam muito mais do que apenas fazer findar o cativeiro negro, propunham também medidas que levassem a uma democratização da Terra.

---

[20] NABUCO, Joaquim – *O Abolicionismo* – São Paulo: Publifolha. p.107.

Por este motivo, a hipótese de que os latifundiários apoiaram a implantação da República, ou pelo menos deixaram de defender a monarquia vislumbrando o futuro como forma de manter certo prestígio político e impedir uma reforma agrária, parece mais pertinente do que a hipótese de que deixaram de apoiar a monarquia por rancor em virtude da abolição da Escravidão. Em outras palavras, os latifundiários temiam que uma vez que as estruturas políticas e sociais do Império tinham sido insuficientes para impedir a abolição, também seriam para impedir a reforma agrária.

Richard Graham, ao analisar o apoio dos latifundiários ao republicanismo, vaticina:

> "Eles aderiram ao movimento republicano não tanto por despeito e amargura, mas para evitar aquilo que lhes parecia um desastre até maior do que aquele da abolição: a reforma agrária. Haviam descoberto que nem eles nem as estruturas políticas do Império eram suficientemente fortes para impedir a abolição, e sabiam que a reforma agrária era parte do "saco" abolicionista. Tendo recuado diante de uma questão, procuravam agora defender-se contra outra".[21]

Pela razão de Alberto Torres sempre ter insistido no desenvolvimento da pequena propriedade, inclusive tomando medidas governamentais como Presidente da Província do Rio de Janeiro nesse sentido, pode-se classificar o seu comportamento político, ao menos neste aspecto, como fazendo parte do núcleo reformista, principalmente pela sua proposta do imposto territorial rural. Sobre esta iniciativa diz Marieta de Moraes Ferreira:

> "Alberto Torres e seus auxiliares formularam um plano de reformas inovador e de caráter estrutural. Partindo do diagnóstico de que a raiz da crise fluminense localizava-se na grande propriedade e na escassez de mão-de-obra, propunham a difusão da pequena propriedade, a valorização do trabalhador nacional e a diversificação da agricultura.

[21] GRAHAM, Richard – *Escravidão, Reforma e Imperialismo* – São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 183.

> A implementação desse programa estava ligada a reformas de caráter financeiro e econômico, nas quais imposto territorial assumia um papel – chave".[22]

Além disso, com a prevalência dos interesses urbanos se acentuando, o homem do interior – o trabalhador rural – tornava-se cada vez mais desprestigiado e esquecido. Sendo o clamor de Torres contra este esquecimento e desprestígio. Aliás, a preocupação com o interior não é exclusiva de Torres, perpassando também a reflexão de importantes autores.

Nos anos 80 do século XIX, ainda no período Imperial, personalidades como o engenheiro André Rebouças percebiam ao analisarem o processo de modernização alemã e italiana, que no Brasil a questão agrária limitava a expansão do mercado interno, sendo necessário um projeto governamental concebendo a pequena propriedade, não apenas como instrumento de política agrícola, mas como alternativa à organização social e política do Império.[23]

Ademais, no período republicano, a partir do momento que passam a prevalecer os interesses urbanos na política, vários autores reagem ao esquecimento do homem do interior. Autores como Coelho Neto em sua obra "O Sertão", Afonso Arinos com "Pelo Sertão", Euclides da Cunha e o seu grito de alarma em prol do sertão completamente esquecido em "Os Sertões", são expoentes de um pensamento que se manifesta de forma mais radical em Alberto Torres, pensamento este, que se coloca em contraponto ao artificialismo de nosso processo de industrialização.

Considerações Finais

O que esses pensadores buscam chamar a atenção e especificamente Alberto Torres solucionar com seu projeto de reformas, é a situação

---

[22] FERREIRA, Marieta de Moraes – *Em busca da idade de ouro* – Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, p. 63.

[23] CARVALHO, Maria Alice Rezende de - *O Quinto Século* - Rio de Janeiro: Editora Revam, 1998– p.213.

dicotômica em que o país se encontra. De um lado, um país urbanizado, respaldado pelas leis, instituições e pelo Estado. De outro lado, um país rural sobrevivendo à margem das leis e da atuação do Estado.

Se as leis e a realidade não estão próximas, se as instituições não representam a realidade, as crises políticas se tornam eminentes. Uma das funções do político e do legislador seria aproximar os dois planos, o legal e o real. Este é o principal problema a ser solucionado pela arte política. Diz Torres:

> "Está aí o terrível problema da arte política: conciliar a realidade com a abstração, ou aproximar, pelo menos, a verdade das coisas do nível ideal da lei. Um regime puro seria aquele em que os dois planos se confundissem; assim o regime Constitucional progride quando em plano inferior se aproxima da concepção legal".[24]

Assim, classificar o pensamento de Torres de conservador, consiste em exagerada simplificação. Neste aspecto específico, conservador seria não levar em conta a porção atrasada do país e explicar os problemas nacionais, levantando a hipótese da ausência de qualidades morais e intelectuais da nossa gente. Assegura Torres: *o homem brasileiro não é mais indolente que qualquer outro.*[25]

Aliás, Wanderley Guilherme dos Santos,[26] ao analisar as Raízes da Imaginação Política Brasileira, demonstra como se gesta um pensamento que aborda o Brasil em relação a sua dicotomia, percebendo os contrastes, polarizações e oposições da sociedade brasileira. Esse pensamento inicia-se com Euclides da Cunha, passa por Alberto Torres, Oliveira Vianna e Gilberto Amado.

O clássico literário "Os Sertões", nos serve bem nesse caso, pois nele está exposta e percebida toda a contradição entre urbano e rural, litoral e sertão, interior e cidade. Nesta obra há uma expansão na idéia de nação com uma intensa valorização do interior do país.[27]

---

[24] TORRES, Alberto – *A organização nacional* – op. cit., p. 88.
[25] Idem, p.54.
[26] SANTOS, Wanderley Guilherme dos – "Raízes da imaginação política brasileira"- Revista Dados, Rio de Janeiro, p. 137 a 153, 1970.
[27] VENTURA, Roberto – *"Estilo Tropical"*-São Paulo- Companhias das Letras: 1991

Esta abordagem utilizada por Torres, se comparada a outras abordagens, parece possuir aspectos mais reformistas do que conservadores. A partir da década de 30 tem-se um divisor de águas entre as diversas abordagens, transparecendo os aspectos de cada uma. Nas palavras de Wanderley Guilherme dos Santos:

> "Acredito que esta descrição rápida dos primeiros anos da abordagem dicotômica deixa antever a imagem do que estava por vir. Os temas e as abordagens estavam ali; o resto tornava-se uma questão de imaginação analítica e manipulação de evidências pertinentes. A ala conservadora desenvolverá as sugestões de Alcindo Sodré, enfatizando a tensão entre as exigências do Estado Moderno, de um lado, e, de forma subjacente, o desenvolvimento dos padrões éticos brasileiros; discutindo as qualidades morais e intelectuais da elite política. Do lado reformista, os tópicos mais importantes serão as polarizações sociais e econômicas, o descompasso entre instituições e realidade, a crescente distância entre os habitantes urbanos e a população rural".[28]

O projeto de reformas nacionalista de Torres visa regenerar o organismo nacional por meio da adoção de medidas que convergiriam para o nível jurídico – político, passando principalmente, por uma ação centralizadora do Estado. A ação do Estado tem por uma das metas principais efetivar a reorganização do campo, para valorizar o trabalho produtivo contra a pressão espoliativa dos intermediários.

Este projeto de Torres acaba assim por ser um "contraponto" ao espírito de reverência a Europa, que teria contribuído para realização de um projeto de modernização não só excludente da maioria da população, como também responsável por criar um descompasso entre cidades desenvolvidas e cidades estáticas e entre rural e urbano.

---

[28] SANTOS, Wanderley Guilherme dos – "Raízes da imaginação política brasileira"- op. cit., p154.

Referências bibliográficas

CARONE, Edgar – *A Primeira República – 1889-1930* – São Paulo: Difel, 1976.

CARVALHO, José Murilo de – "Cidadania na encruzilhada" – In: BIGNOTTO, Newton (org.) – *Pensar a República* – Belo Horizonte: UFMG, 2000.

_____. *Os bestializados* – São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. "Federalismo e centralização no Império Brasileiro: história e argumento"- In: CARVALHO, J. M. – *Pontos e bordados* – Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. "A utopia de Oliveira Vianna"- In: BASTOS, Élide Rugai & MORAES, João Quartim de – (orgs.) – *O pensamento de Oliveira Vianna,* Campinas: UNICAMP, 1993.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de – *O quinto século* – Rio de Janeiro: Revam, 1998.

COSTA, Emília Viotti da – *Da Monarquia a República: dilemas e perspectivas* – São Paulo: UNESP, 1999.

COSTA, João Cruz – *Contribuição à história das idéias no Brasil* – Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

CUNHA, Euclides da – *Os sertões* – Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 2000.

DUROSELLE, J. B. – *A Europa de 1815 aos nossos dias* – São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.

EISENBERG, Peter L. – *Modernização sem mudança* – Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.

FAORO, Raymundo – *Existe um pensamento político brasileiro?* – São Paulo: Ática, 1994.

FAUSTO, Boris – *Trabalho urbano e conflito social* – São Paulo: Difel, 1977.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi – *Crise e reorganização nacional : o pensamento de Alberto Torres.* – dissertação de mestrado, USP, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes – *Em busca da idade de ouro: as elites políticas fluminense na Primeira República* – Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

GENTIL, Alcides – *As idéias de Alberto Torres* – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

GRAHAM, Richard – *Escravidão, reforma e Imperialismo* – São Paulo: Perspectiva, 1779.

HARDMAN, Francisco Foot – *Trem fantasma – a modernidade na selva* – São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HOBSBAWN, Eric – *A era das revoluções: 1789-1848* – São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780* – São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de – *O Brasil Monárquico: do Império à República* – São Paulo: Difel, vol. III e IV, 1972.

KUNTZ, Rolf – "Alberto Torres – A organização nacional" – In: MOTA, Lourenço Dantas (org.) – *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos* – vol. 2 – São Paulo: SENAC, 2000.

LEAL, Vítor Nunes – *Coronelismo, enxada e voto* – São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LEITE, Dante Moreira – *O caráter nacional brasileiro* – São Paulo: Biblioteca pioneira de Ciências Sociais, 1976.

LEMOS, Maria Tereza T. – *Alberto Torres – contribuição para o estudo das idéias no Brasil* – Rio de Janeiro: Quartet, 1995.

LOBATO, Monteiro – *Cidades mortas* – São Paulo: Brasiliense, 1964.

LUZ, Nicéia Vilela – *A luta pela industrialização do Brasil* – São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MARSON, Adalberto – A ideologia nacionalista em Alberto Torres - Tese de Doutorado – USP, 1975.

MARTINS, Luciano – "Gênese de uma intelligentsia"- In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1987, n. 4, vol. 2.

MARTINS, Wilson – *História da inteligência brasileira* – São Paulo: Cultrix, 1978.

NOGUEIRA, Marco Aurélio – *As desventuras do liberalismo* – Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1984.

NABUCO, Joaquim – *O abolicionismo* – São Paulo: Publifolha, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi – *Questão nacional na Primeira República* – São Paulo: Brasiliense, 1990.

PRADO JÚNIOR, Caio – *História econômica do Brasil*- São Paulo: Brasiliense, 1973.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos – "Raízes da imaginação política brasileira"- In: Revista Dados, Rio de Janeiro, 1970.

_____. *Ordem burguesa e liberalismo político* – São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHWARZ, Roberto – "Nacional por subtração" – In: *Que horas são?* - São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SEVCENKO, Nicolau – *Literatura como missão* – São Paulo: Brasiliense, 1999.

SOBRINHO, Barbosa Lima – *Presença de Alberto Torres* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

TORRES, Alberto – *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional* – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

_____. *As fontes de vida no Brasil* – Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2ª edição, 1990.

_____. *A organização Nacional* – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 4ª edição, 1982.

VENTURA, Roberto – *Estilo tropical* – São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

O Ocidente possível no pensamento de Almir de Andrade e José Ortega y Gasset[1]

Ana Lúcia Lana Nemi [2]

"A difícil relação dos intelectuais com o universo capitalista seria dramatizada pelo nazi-fascismo e pela polarização ideológica. É por essa razão que o tema da missão dos intelectuais aparece em várias intervenções importantes, que no fundo crêem ser possível resolver a "crise da Europa" através da resolução da crise de indentidade dos homens de cultura. É importante chamar a atenção para o fato de essa movimentação ter sido mais intensa e dramática naquelas sociedades marcadas por processos revolução-restauração, nas quais a modernização foi vivenciada como projeto de construção da nação que se fazia contra os apetites individuais e particularistas. Nessas circunstâncias, permeadas pelo tema do atraso, há um ideal genérico de progresso e desenvolvimento que atribui à intelligentzia um papel fundamental. É interessante ver que isso está presente, mesmo que com significados diferentes, entre os intelectuais que aderem ao fascismo, entre aqueles que são comunistas e entre aqueles que, em nome da razão e dos valores universais se colocam contra a submissão da função intelectual às paixões políticas".[3]

---

[1] Este artigo foi apresentado no 'IV Seminário de Pensamento Social', organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros do IFCH/UNICAMP, nos dias 16, 17 e 18 de junho de 2003.

[2] Situação acadêmica: Mestre em História social pelo Depto de História/FFLHC/USP; Doutora em Ciências Sociais pelo IFCH/UNICAMP. Atualmente realizando pós-doutorado junto à Cátedra Jaime Cortesão no Depto de História/FFLCH/USP. O projeto de pós-doutorado intitulado "VIRANDO O SÉCULO XIX PARA O XX NA PENÍNSULA IBÉRICA: OS INTELECTUAIS E A POLÍTICA NA PENÍNSULA IBÉRICA (1870-1939)" está sendo subvencionado pela Fapesp desde maio de 2003.

[3] Milton LAHUERTA, *Elitismo, autonomia, populismo: os intelectuais na transição dos anos 40*. Dissertação de Mestrado, IFCH-UNICAMP, 1992, p. 56-57.

Não seria exagero acompanhar o raciocínio de Milton Lahuerta afirmando a existência de uma certa "atmosfera social do tempo"[4] que marcou a produção intelectual de José Ortega y Gasset e Almir Bonfim de Andrade. O primeiro pós-guerra, assim como o período entre-guerras, compõem anos de radicalização dos movimentos populares na Europa:[5] o velho continente reconhecia-se em crise e "o maior pesadelo da degeneração – um levante das massas criminosas e desvalidas, o triunfo do delírio e da paixão sobre a razão – parecia em vias de se consumar".[6] Entre as teses que propunham represar os interesses populares e as que advogavam a potencialização dos movimentos de massa no âmbito da política, os homens de cultura buscavam uma definição para a sua identidade social e um caminho para a sua atuação.

Os movimentos de revolução (1808 e 1868) e restauração (1823 e 1875) da Espanha traziam, entre os seus conteúdos principais, o tema da formação da nação, pois os limites territoriais da Espanha, enquanto nação da Europa, eram constantemente contestados por catalães e bascos, assim como seus limites, enquanto nação imperial, eram contestados mais violentamente pelos povos colonizados desde o início do século XIX. Assim, construir a nação que parecia invertebrar-se, implicava, também, discutir o termos do relacionamento entre o Estado e a sociedade e entre o povo e a elite que governa.[7]

No Brasil, o significado do binômio revolução e restauração não é o mesmo: "aqui, qualificam-se como revolução movimentos políticos que

---

[4] Usamos a expressão de Antonio Candido no artigo "A Revolução de 30 e a cultura", In: *Novos Estudos Cebrap*, vol. 02, n. º 04, pp. 27-36, abril de 1984, mas a terminologia aparece com forte significado em Ortega y Gasset no texto *A Rebelião das massas*, São Paulo: Martins Fontes, 1987, no qual o autor afirma a existência de uma "altura vital" característica de cada tempo histórico. A esta "altura vital" corresponderia um "espírito do tempo" cuja tradução e compreensão caberia às elites intelectuais. Evidentemente os dois autores usam a terminologia com objetivos diferentes, mas é interessante observar a existência de temas comuns aos intelectuais de períodos afins.

[5] E. HOBSBAWM, *Era dos extremos – O breve século XX (1914-1991)* São Paulo, Cia das letras, 1995.

[6] A. HERMAN, A idéia de decadência na história ocidental. R. J., Record, 1999.

[7] E. R. BASTOS, *O pensamento sociológico no Brasil: crítica ou consenso?* Campinas, UNICAMP, tese de livre-docência, 1997.

somente encontraram a sua razão de ser na firme intenção de evitá-la, e assim se fala em Revolução da Independência, Revolução de 1930, Revolução de 1964, todos acostumados a uma linguagem de paradoxos em que a conservação, para bem cumprir seu papel, necessita reivindicar o que deveria consistir no seu contrário – a revolução." [8] Não cabe aprofundar o debate sobre nossa revolução passiva, para o que deveríamos retornar a Caio Prado Jr.,[9] mas cumpre reconhecer, dentro deste longo processo de modernização lenta, um conteúdo que podemos encontrar, também, na história espanhola e que foi caro aos dois autores aqui estudados: as muitas nações, línguas e tradições que deveriam ser alinhavadas dentro de qualquer caminho que se escolhesse para construir a nação e propor sua vertebração num Estado nacional. É neste sentido que o texto clássico de Renan, *Qu'est-ce qu'une nation?*,[10] sobre os conteúdos da nação, parece ser fundamental para os dois autores, como de resto para os homens de cultura que enfrentavam o tema da construção da nação como possibilidade de modernização.

Nesta conferência de 11 de março de 1882, Renan afirma que uma nação não se confunde com as noções de raça, língua, religião, comunidade de interesses ou fronteiras naturais, uma nação traduz uma vontade, ela seria, nesta lógica, uma "individualidade histórica",[11] uma "fusão de populações",[12] "um princípio espiritual" cujos nexos internos encontram-se na história.[13] Para compreender uma nação é preciso, antes de qualquer coisa, conhecer esses seus nexos internos cujos meandros apontam suas opções no tempo e suas especificidades diante das outras nações. No texto *Força, cultura e liberdade*, afirma Almir de Andrade:

---

[8] L W. VIANNA, *A revolução passiva – Iberismo e americanismo no Brasil*. RJ, Revan, 1997, p.12.
[9] Caio PRADO Jr., *Formação do Brasil contemporâneo*. SP, Brasiliense, 1999 e *Evolução política do Brasil*. S. P., Brasiliense, 1999.
[10] E. RENAN, *Qu'est-ce qu'une nation?* Angleterre, Pocket, 1992.
[11] IDEM, p. 38.
[12] IDEM, p.40.
[13] IDEM, p.53.

> "Cada cultura é um esforço social de creação, a que não pode ficar estranha a estrutura do Estado. Cada cultura tem a sua literatura, a sua arte, a sua técnica, a sua formação histórica, intelectual e moral. É natural, pois, que cada cultura deva possuir também o seu sistema de vida política, creado por ela e para ela, originalmente seu, inconfundivelmente seu.
>
> Compreendida assim, uma nação não é apenas uma fronteira geográfica, um mapa político, uma convenção internacional, pela qual não valha a pena sacrificar vidas ou empenhar responsabilidades. Não. Uma nação é uma realidade viva,é um núcleo de problemas sociológicos objetivos, é uma entidade concreta e indestrutível – é, em suma, o espírito e a organização política de uma cultura". [14]

Mais preocupado em compor um debate intelectual no qual assumia-se como produtor de idéias, do que como doutrinador de determinada corrente ou governo, Ortega apontava suas fontes e discutia com elas publicamente. Em 1909, Ortega escreveu um artigo intitulado "Renan"[15] no qual afirmava que "los libros de Renan (...) em muchas ocasiones me han servido de abravadero espiritual"[16] e que a partir deles pode desenvolver importantes reflexões como "a convicción de que la historia es el proceso em que se organiza la unidad humana"[17] e de que a "cultura es siempre la negación de la naturaleza".[18] Acreditamos que a centralidade que o tema da cultura assume nas obras de Almir e Ortega tenha fortes traços das reflexões de Renan. Homens de cultura que vivenciam circunstâncias nas quais a nação parece correr o risco de regionalização, nos termos de Almir, ou invertebração, nos termos de Ortega, aos dois autores eram caras as teses que afirmavam a nação com base na

---

[14] Almir de ANDRADE, *Força, cultura e liberdade*. RJ, Livraria José Olympio Editora, 1940, p. 29-30.
[15] José ORTEGA Y GASSET, *Obras Completas*. Madri, Revista de Occidente, 1987, vol. I, p. 443-467.
[16] IDEM, p.443.
[17] IDEM, p.457.
[18] IDEM, p. 460.

continuidade de tradições no tempo histórico. O estudo e a compreensão da história e da cultura dos povos que compõem a nação permitiria, na lógica dos dois autores, encontrar os nexos internos que levaram à constituição da nação por vontade e ação daqueles povos.

Almir e Ortega são autores que distanciam-se no tempo, não há dúvida. Ortega publicou seus primeiros artigos nos primeiros anos da década de 10 do século XX, seu primeiro livro é de 1914. Almir de Andrade começou a escrever nos primeiros anos da década de 30 do século passado e publicou seu primeiro livro em 1933.[19] *Espanha Invertebrada* e *A rebelião das massas* que são os textos mais lidos e comentados de Ortega são, respectivamente de 1921 e 1926. Os textos *Aspectos da cultura brasileira* e *Força, cultura e liberdade*, que compõem, em nosso entender, as principais obras de Almir para os objetivos desta tese, são, respectivamente de 1939 e 1940. Seus textos, no entanto, guardam importantes pontos em comum. Acreditamos que a reprodução de temas orteguianos na obra de Almir de Andrade possa ser reportada ao debate europeu característico das primeiras décadas do século XX sobre os conteúdos da modernidade e o significado e vigência possível da cultura ocidental. A reflexão de Renan, sem dúvida marcada pela experiência alemã de construção da nação a partir das vitórias sobre a França e o Império Austro-Húngaro em 1870-1871, é conteúdo importante deste debate, posto que sugere a nação como criação que resulta da vontade de uma coletividade que se propõe nação, tal como indicavam os feitos alemães do final do século XIX.[20] O fundamento de qualquer nação, nesta

---

[19] José ORTEGA Y GASSET *Meditaciones Del Quijote*. OC I, Madri, Alianza Editorial, 1987. Almir de ANDRADE, *A verdade contra Freud*. Rio de Janeiro, Schmidt Editor, 1933. Vale afirmar a juventude das primeiras publicações destes autores: ambos iniciaram suas publicações em jornais com pouco mais de 20 anos, Ortega a partir de 1902 (nasceu em 1883) e Almir a partir de 1932 (nasceu em 1911). A distância no tempo entre as produções dos dois autores reporta-se ao atraso mesmo das leituras de Almir em relação às de Ortega. A "atmosfera social do tempo" na qual os dois se inserem, e sobre a qual falaremos mais à frente, é, no entanto, a mesma.

[20] É interessante apontar a forte influência alemã no pensamento de Ortega. O autor estudou em Marburgo e demonstra preocupação com o fato de que os espanhóis "creen que su carácter se halla más próximo al helénico que el de los germánicos", como se a "sabiduría

lógica, seriam os conteúdos culturais partilhados ao longo da história. O "esquecimento" desses fundamentos culturais poderia levar a nação à invertebração e à desorientação. Nas palavras de Ortega:

> "Supongamos ahora que deja de pasar por nosotros el aluvión de la cultura durante algunos siglos, los antiguos terruños fructíferos, privados de nuevos elementos, se resecan, (...) y como um calvo islote al bajar la marea, reaparece la bárbara autoctonia, la tierra egoísta y brutal, que solo produce fermentos deletéreos. Em la decadência de um pueblo los indivíduos pierden la sensibilidad que lês ponís em contacto com las rígidas normas colectivas. (...) El ideário nacional se desentiende de lãs graves inquietudes humanas y acaba por reducirse a um canje de indiscreciones de `oeu pres y de malas retóricas: se há perdido la tradición de la responsabilidad intelectual y está embotada la conciencia de las preocupaciones nobles. (...) Por lo que respecta a Espana, es innegable que nos allamos em lo más cerrado de uno de estos períodos em que todo parece ominoso rebajamiento."[21]

E nas palavras de Almir:

> "Frutos de uma experiência incessante de lutas e de sacrifícios, a cultura ocidental conseguiu firmar uns tantos princípios e uns tantos ideais que representam os resultados dêsse esforço secula (...) O ritmo da cultura é lento, mas seguro e decisivo; ela se forma como um depósito de sedimentos que se vão

conceptual de los germánicos" fosse oposta à "sabiduría meridional" dos corações espanhóis. (ORTEGA Y GASSET, *Obras Conpletas*, Madri, Revista de Occidente, vol. I, 1987, p. 499-502). No texto "El pathos del sur" , Ortega afirma: "El alma alemana encierra hoy en si la más elevada interpretación del mundo, es decir, dela cultura europea, cuya clásica aparición hallamos em Atenas." (IDEM, p. 501) Cabe afirmar que Ortega estudou na Alemanha nos anos 10 do século XX e suas afirmações não se reportam à ascensão do nazismo no final da década de 20 e sua chegada ao poder em 1933. Veja-se sobre o assunto o livro *Ortega y sus fuentes germánicas*, de Nelson ORRINGER, Madri, Gredos, 1979, no qual o autor analisa os influxos de autores como Simmel, Verweyen, Cohen, Natorp e Schapp no pensamento de Ortega.

[21] José ORTEGA y GASSET, "*Renan*", op. cit., p. 460.

> acumulando em doses pequeníssimas. De qualquer maneira, porém, as sociedades só progridem verdadeiramente à proporção que se fazem mais cultas, à proporção que o ritmo lento, tenaz e infatigável da cultura vai controlando e distribuindo os elementos da fôrça e da riqueza social, pondo-os a seu serviço e orientando-os em vista dos seus fins profundamente sociais e profundamente humanos".[22]

Na leitura de Almir e Ortega a nação está em constante criação e cabe à sociedade manter-se fiel aos seus princípios fundadores e renová-los constantemente. O papel dos homens de cultura, neste sentido, é inequívoco. São leitores e tradutores da história, os guardiões que impedem o afastamento das melhores tradições que teriam fundado a nação e, ao mesmo tempo, "ajustam" tais princípios constantemente, mantendo o fundamento de criação característico dessa concepção de nação. Cabe assinalar que a tese da regeneração da nação pela adesão dos homens de cultura ao processo de reestruturação do Estado encontra-se no século XIX. "O fenômeno, aliás, não é único, e parece ser uma constante em sociedades arcaicas, assinaladas por elevadas taxas de analfabetismo e que passam por um processo vertiginoso de mudanças estruturais, alhures nesse mesmo período. É o que parece demonstrar a emergência sob situações assemelhadas, da intelligentzia russa abalando o monolitismo tzarista, da "Geração de Coimbra", revelando ao mundo o Portugal obscuro de d. Luís, ou da "Generación del 98, que procurou reerguer a Espanha convulsa, estagnada e humilhada"[23] após as derrotas da "Invencível Armada" para as frotas norte-americanas no Caribe e nas Filipinas. Mas controlar o "processo vertiginoso" de transformações, cujo principal conteúdo era, sem dúvida, a definição das bases sobre as quais se daria a inserção das nações em atraso no mundo capitalista, não era tarefa para uma só geração. O debate, na Espanha e no Brasil, atravessa a segunda metade do século XIX e entra no século XX indagando e sugerindo formas de reestruturar

[22] Almir de ANDRADE, *Força, cultura e liberdade*, op. cit., p. 192-193.
[23] Nicolau SEVCENKO, *Literatura como missão – Tensão social e criação cultural na Priumeira República*, S. P., Brasiliense, 1999, p. 81.

o Estado e definir o que fosse a nação, indagando, enfim, sobre os conteúdos mesmo da modernização possível, da ocidentalização possível.

Francisco Gil Villegas [24] analisa uma tradição de pensamento na qual, acreditamos, estão inseridos os dois autores aqui estudados. "En Nietzsche se encuentran los orígenes, marco de referencia y punto de inspiración para pensadores tan importantes del inicio del siglo XX como pueden ser Simmel, Max Weber, Ortega, el Lukács premarxista, Walter Benjamin y Martin Heidegger. Para todos ellos el imperativo de la modernidad se definia en última instancia, por un imperativo moral"[25] cujo principal conteúdo era o enfrentamento da "aparente perdida de sentido de la cultura de la modernidad, una vez que el creciente desencantamiento del mundo (Max Weber), originado en el desarrollo moderno de la ciência y la tecnologia, había provocado una tragédia de la cultura (Simmel) al tergiversar sus medios en fines".[26] Na lógica desta tradição, a crença no progresso que conduz à civilização e na razão instrumental capaz de construir um futuro emancipador, dissipa-se nas três primeiras décadas do século XX quando, diante da Grande Guerra e da ascensão dos movimentos de massa, a época dita moderna parecia, aos homens de cultura que participaram de alguma forma do debate instaurado pela tradição apontada por Gil Villegas, ter chegado ao ponto de sua culminação "y del anuncio de la transición a una nueva era".[27] Assim, enquanto na Europa discutia-se a crise da modernidade-ocidente e o futuro possível dos seus fundamentos, nas nações periféricas, Brasil e Espanha no caso que estudamos, discutiam-se os termos e os fundamentos da modernização-ocidentalização possível.[28]

---

[24] Francisco GIL VILLEGAS, *Los profestas y el mesías – Lukács y Ortega como precursores de Heidegger em el zeitgeist de la modernidad (1900-1929),* México, Fondo de cultura econômica, 1996.
[25] IDEM, p. 24.
[26] IDEM, p.25.
[27] IBIDEM.
[28] O termo ocidente no pensamento orteguiano refere-se especificamente à Europa e às suas "precipitações", ou seja, os mundos criados por ela com base nos processos de colonização que, para o autor, são realizações que revelam "el poder creador de naciones, (...) un gênio o talento tan peculiar como la poesía, la música y la invención religiosa". Jose´ORTEGA Y GASSET, *A rebelião das massas*, S. P., Martins Fontes, 1987.

Ortega foi especialmente influenciado por esse debate, talvez tenha sido um dos intelectuais que melhor emblemou a ação pública dos homens de cultura ligados a esta tradição. Retomar os princípios que nortearam a fundação do mundo ocidental, romper com a tradição moderna que advoga a ruptura como argumento para a construção do futuro, buscar na história as continuidades que fundamentam a cultura do mundo ocidental e vertebrar, desta forma, não apenas a Espanha, mas a Europa: essas as linhas mestras do seu pensamento e da sua atuação como homem de cultura. Linhas mestras que, no texto de um doutrinador como foi Almir de Andrade tomaram a forma de palavras de ordem. Os dois autores buscam na história de Roma os fundamentos da cultura ocidental, quais sejam, a concórdia e a vida como liberdade, e procuram mostrar que a realização da liberdade não foi uma conquista do liberalismo. Almir, acreditamos, sob forte influência do texto orteguiano e com o atraso na produção do seu texto que caracteriza a "leitura" do ocidente pelos homens de cultura em solo brasileira.

Nas palavras de Ortega:

> "Por outra parte, es evidente que una sociedad existe gracias al consenso, a la coincidência de sus miembros en ciertas opiniones últimas. (...) Supongamos que, por el contrario, la disensión llega a afectar a los estratos a los estratos básicos de las opiniones que sustentan ultimamente la solidaridad del cuerpo social: quedará éste tajado de parte a parte. (...) cuando la disensión es radical, (...) el Estado queda destruído, y com él, toda vigência de ideas, de normas, de estructuras en que apoyarse.(...)
>
> La libertad romana se preocupa más de asegurar que no mande una persona individual, sino la ley hecha en comúnpor los ciudadanos. Esto último es lo que representaban para Cicerón las instituciones republicanas tradicionales de Roma, y a vivir dentro de ellas llamaba libertad. (...) Vida como libertad – en sentido político – es toda aquella que los hombres viven dentro de sus instituciones preferidas, sean éstas las que sean. En este caso, nuestra antigua libertad liberal

> sería libertad, no porque fuese liberal, sino porque era la forma de poder público preferida por la inspiración política de los occidentales". [29]

E nas palavras de Almir:

> "O espírito da Roma antiga elegera como fonte inspiradora de sua vida jurídica, um preceito (...) que traduz, em seu próprio contexto, uma profunda e eterna aspiração humana: honeste vivere, neminem laedare, suum cuique tribuere. Viver honestamente; não prejudicar a ninguém, dar a cada um o que é seu".[30]

> "Mesmo o problema da liberdade, tão exagerado pelos filósofos do liberalismo, passa para segundo plano, diante do problema da justiça: pois a liberdade só se legitima quando é justa, quando não prejudica a ninguém, quando não interfere abusivamente na órbita dos interesses alheios, quando não se faz instrumento de reivindicações egoísticas e de lutas de classes, de partidos e de nações".[31]

Democracia e Liberalismo foram, enquanto conteúdos da modernidade-ocidente, palavras com sentidos e traduções as mais variadas nos países aqui estudados. Democratizar podia significar modernizar na medida em que aumentam as possibilidades de identificação das massas com os governantes por meio do voto. De outro lado, podia significar o levante das massas violentas e irracionais. Não cabe definir aqui as muitas traduções para os dois termos citados em solos espanhol e brasileiro, cabe sim, afirmar as dificuldades de traduzi-los numa Espanha cindida por nacionalidades distintas e movimentos sociais que contestam os termos da "modernização" sugerida pelo governo da Restauração, pela ditadura de Primo de Rivera instituída em 1923 e pela II República que Ortega ajudou a fundar em 1931, assim como no Brasil

[29] José ORTEGA Y GASSET, *Obras Completas*, Madri, Revista de Occidente, 1952, vol. VI, p. 58-59-85.
[30] Almir de ANDRADE, *Força, cultura e liberdade*, op. cit, p. 188.
[31] Almir de ANDRADE, *Revista Cultura Política*, n.º 23, p. 13.

onde ainda predominavam, nas três primeiras décadas do século passado, "a economia primária exportadora, a política de governadores manejados pelo governo federal e o patrimonialismo em assuntos privados e públicos".[32]

Na tradução orteguiana os princípios democráticos é que acabaram por desvirtuar os princípios verdadeiramente liberais, cujas origens reportam-se à experiência romana, notadamente a concórdia como fundamento da vida pública e a vida como liberdade construída em circunstância. Ortega identifica a democracia com as propostas de cunho jacobinista nas quais, para o autor, o "soberano" subsume o indivíduo e acaba por impor um governo cuja vigência não é resultado de consenso. Na tradução de Almir de Andrade a experiência romana continua sendo a referência para a busca do verdadeiro sentido da liberdade, mas o liberalismo é que teria impedido a realização da liberdade exatamente porque não soube realizar a democracia baseada em justiça social. Almir identifica o liberalismo com os princípios de defesa incondicional dos direitos do indivíduo, um regime no qual as forças políticas e econômicas são liberadas criando condições para a exploração de classes e/ou partidos. Segundo o autor, em frase que parece responder aos apelos de Ortega para que o liberalismo não agregue sentido democrático, "o que fez falir o regime liberal não foi a tendência democrática que êle aparentou traduzir, como hoje capciosamente se insinua; foi, ao contrário, a sua ineficácia para a realização da verdadeira democracia."[33]

Para Ortega a democracia não é princípio de cultura ao qual o ocidente possa se reportar, ela é um instrumento de racionalização na aplicação dos princípios liberais. Naquelas primeiras décadas do século XX, este instrumento do liberalismo parecia-lhe insuficiente para a realização daqueles princípios, posto que os democratas convidaram as massas irracionais e incultas para a participação política sem que fossem criados mecanismos culturais por meio dos quais elas pudessem solidarizar-se com os conteúdos da cultura ocidental: a concórdia e a liberdade, uma em relação à outra, pois na lógica orteguiana não é possível ser

[32] Octavio IANNI, *A idéia de Brasil Moderno*, S. P., Brasiliense, 1996, p. 22.
[33] Almir de ANDRADE, *Força, cultura e liberdade*, op. cit., p. 172.

livre fora da coletividade-nação e da circunstância.[34] Já Almir considera que o sentido meramente político que o liberalismo deu à democracia desvirtuou-a de seus objetivos sociais posto que sobrepôs interesses individuais a interesses sociais. O Estado interventor que restabelecesse a concórdia foi defendido por ambos, mas Ortega pretendia renovar o liberalismo e Almir pretendia superá-lo agregando à democracia um sentido de justiça social. Nos dois casos, porém, o pano de fundo das proposições são os termos do relacionamento dos homens de elite com a massa a ser implementado pelo Estado interventor.

> "Estamos ciertos de que un gran número de españoles concuerdan com nosotros en hallar ligada la surte de Espana al avance del liberalismo. (...)Cuando se desplazan los problemas materiales y jurídicos de la sociedad, cuando varía la sensibilidad colectiva, quedan obligados los verdaderos liberales a trasmudar sus tiendas, poniendo en ejercicio un fecundo nomadismo doctrinal. (...) Los dos términos que constituyen los pólos de la acción política se han modificado: los problemas y el ánimo público. (...) Ninguna de ambas cosas puede hoy intentar la forma individualista del liberalismo".[35]

> "A crise que hoje nos assalta não proveio de nenhuma luta pela liberdade; ao contrário, nasceu dos excessos de liberdade do liberalismo econômico e político, de que resultaram novos privilégios e novas desigualdades sociais, novos monopólios e novos processos disfarçados de exploração do homem pelo homem. (...) Eis porque a evolução do pensamento democrático já se vai desligando e tende a desligar-se cada vez mais do liberalismo. (...) cogitamos hoje de encontrar os meios de tornar a autoridade mais justa, mais eficiente e mais forte em sua justiça, para que na vida interna da nação não suceda aquilo que condenamos na vida internacional: o triunfo da força sobre o direito, do egoísmo sobre o bem comum".[36]

---

[34] José ORTEGA Y GASSET, *A rebelião das massas*, S. P., Martins Fontes, 1987, p. 104.
[35] José ORTEGA Y GASSET, *Obras Completas*, op.cit., vol. I, p. 302-303.
[36] Almir de ANDRADE, *Revista Cultura Política*, N.º 23, p. 15-16.

A tradução da liberdade, conteúdo da cultura ocidental que não está necessariamente vinculado ao liberalismo, é a mesma para os dois autores: o ocidente possível é aquele cuja liberdade "constrói-se em circunstância". No mesmo sentido, e sempre de forma ambígua, os dois autores admitem o uso instrumental da força:

> "(...) no existe ninguna libertad concreta que las circunstancias no pueden un dia hacer materialmente imposible; pero la anulación de una libertad por causas materiales no nos mueve a sentirnos coartados en nuestra libre condición. Viceversa, dimensiones de la vida en que hasta ahora no há podido el hombre ser libre entrarán alguna vez en la zona de liberación, y algunas libertades que importaran tanto en el siglo XIX no le interesarán nada andando el tiempo. La libertad humana – y se trata solo de la política – no está, pues, adscrita a ninguna forma determinada de ella." [37]

> "Todos os regimes de força são transitórios; mas nem por isso eles são menos necessários. (...) A evolução do pensamento político contemporâneo fez-nos compreender que a fôrça é o único meio de realizar eficientemente qualquer ideal social de ordem, de trabalho, de distribuição de riquezas e de felicidade humana. (...) Todas as idéias políticas devem ser móveis e ágeis, devem renovar-se a cada hora, creando com o ritmo da vida".[38]

A liberdade humana, nesta lógica de Ortega e Almir, nasce das circunstâncias históricas partilhadas pelos homens que se propõem numa nação: da mesma forma que a nação se define como unidade histórica construída pela vontade dos homens, o exercício da liberdade reporta-se às instituições criadas por cada nação em sua circunstância. Daí seu caráter transitório. As instituições que compõem o Estado, e cuja dinâmica de transformação/conservação depende, de novo, da cultura partilhada e dos imperativos que cada época sugere, também possuem caráter transitório,

---

[37] José ORTEGA Y GASSET, *Obras Completas*, op. cit, vol. VI, p. 76.
[38] Almir de ANDRADE, *Força, cultura e liberdade*, op. cit., p 19-61-62.

podendo ser substituídas ou suspensas em função de urgências circunstanciais. Seguindo esta lógica, Ortega considerou a suspensão das atividades parlamentares por Primo de Rivera em 1923 como única solução possível face ao descontrole dos movimentos populares, e afirmou que o ditador estaria começando a cumprir o "nosso programa", referindo-se à plataforma do grupo de 1914.[39] No mesmo sentido, Almir defendia o Estado Novo como governo de força transitório, necessário para que o Brasil pudesse reencontrar-se com as suas melhores tradições políticas que a República liberal de 1889 havia descartado instituindo um sistema de governo que fortalecia os regionalismos e as disputas partidárias e classistas.

Observe-se que a noção de força que os dois autores apresentam tem por pressuposto a tese de que regimes de força transitórios estão, na verdade, usando a força da nação em favor dela própria, Ortega e Almir não defendem regimes de força que se sobreponham à nação. Os fascismos, para eles, são exemplos negativos porque se beneficiam da debilidade das forças sociais para sobrepor-se a elas, não representam de fato as necessidades e anseios das massas, apenas utilizam a grande capacidade de movimentação das massas sublevadas.

A relação entre indivíduo e coletividade assume grande importância na argumentação de Ortega e Almir porque aprofunda a crítica que o primeiro faz à democracia e a que o segundo faz ao liberalismo. Para Ortega tratava-se de evitar que o "soberano" pudesse se impor sobre os indivíduos eleitos, os homens de cultura numa palavra. Para Almir, tratava-se de evitar que individualidades econômicas pudessem criar injustiças sociais levando à sublevação das massas. Os dois autores, conservadores na medida em que suas reflexões sobre a crise da cultura ocidental reportam-se, sempre, aos mecanismos possíveis de represar as manifestações das massas revoltas e à busca de continuidade e sentido para a história da nação em detrimento das teses que advogam rupturas, acreditam poder realizar seus programas de vertebração da nação criando mecanismos de política institucional que possam

[39] L. G. ANTÓN, *Espana y lãs Espanas*, Madri, Alianza Editorial, 1997, 562.

organizar o campo cultural e, dessa forma, recriar as articulações possíveis, e à época perdidas, entre sociedade civil e governo, entre a massa e a elite. Tal proposta, na argumentação de Elide Rugai Bastos, "caracteriza uma marca extra-social ao projeto elaborado por aqueles intelectuais", "reduz o debate político à esfera cultural e acaba por substituir a política pela ética"[40] na medida em que estes dois homens de cultura acreditavam, conforme afirma Norberto Bobbio acerca de Ortega,[41] que a eles caberia a missão de compreender a nação e sua relação com o mundo para propor as formas do seu progresso.

Ortega, sem dúvida em função dos seus estudos na Alemanha e da sua vivência da crise européia no primeiro pós-guerra, é herdeiro daquela tradição de pensamento que Mannheim estudou sobre o conservadorismo e o tradicionalismo no pensamento alemão do início do século XIX, quando "a oposição de direita, política e social, não apenas se colocou contra a dominação política e econômica do capitalismo emergente, mas como também se opôs a ele intelectualmente e reuniu todos esses fatos espirituais e intelectuais que estavam em perigo de desaparecimento, como resultado da vitória do racionalismo burguês, a ponto de criar uma contra-lógica".[42] Ortega guarda, assim, um sentimento de perda de um mundo que não volta mais, de perda do que seriam, no seu entender, as tradições construídas pela Espanha conquistadora do século XVI e as verdadeiras tradições políticas ocidentais: concórdia entre elites e massas e vida como liberdade "construída em circunstância". Almir de Andrade, por sua vez, apresenta o mesmo sentimento de estranhamento diante do mudo capitalista construído pela burguesia e cujas técnicas pareciam invadir o modo de viver e pensar dos brasileiros. Recuperar

---

[40] Elide R. BASTOS, *O pensamento sociológico ...*, op. cit. p. 79.

[41] Norberto BOBBIO, "Intelectuais e vida política na Itália", In: E. R. BASTOS e W. L. REGO, *Intelectuais e política, a moralidade do compromisso*. S. P. Olho d´água, 1999, p. 153. O autor discute a tarefa dos intelectuais "frente à crise dos regimes liberal-democráticos" (IDEM: 153) e afirma: "Ortega y Gasset, em 1930, com *La rebelión de las masas*, estendia a toda a Europa o diagnóstico feito em *España invertebrada* (1922) sobre a crise da sociedade, devida ao divórcio entre elite intelectual e massas".

[42] K. MANNHEIM, *Sociologia da cultura*, S. P., Perspectiva, 1974.

os princípios de concórdia e liberdade em solo brasileiro significava reencontrar as tradições políticas construídas no período colonial quando, no seu entender, o espírito tolerante e realista do colonizador português fora capaz de acomodar socialmente interesses diversos e construir uma "unidade de língua e tradições" na qual governo e povo relacionavam-se diretamente sem intermediários.[43] "Em outras palavras, a missão do intelectual", para o autor, "é buscar uma saída para a crise e encontrar uma forma de organização cultural e social que emancipe o homem da alienação causada tanto pelos avanços técnicos como pelo poder político, na maioria das vezes avassalador e corruptor".[44]

O influxo de Simmel em Ortega, e em Almir a partir do texto de Ortega, acreditamos, é inequívoco: a visão negativa do crescimento de tendências políticas e artísticas que acabam por adulterar a integridade humana deixando-se levar pelos ventos que o capitalismo seguia nas primeiras décadas do século XX, a tese de que o capitalismo teria se constituído sob a égide da transformação do trabalho humano em mercadoria, tornando-se estranho ao homem e, por fim, a tragédia da cultura, a "alienação da cultura objetiva em relação à cultura subjetiva, o avanço da cultura das coisas e o declínio da cultura das pessoas".[45]

Assim, se de um lado os dois autores consideram a importância de se buscar as tradições culturais da nação na história, de outro lado, consideram urgente denunciar a insuficiência dos mecanismos políticos de organização do Estado em seus respectivos países.

> "No se trata de que un Gobierno se haya apartado en un asunto transitorio de la legislación o de ejercicio autoritario, de la opinión pública, no; es que los partidos íntegros de que esos Gobiernos salieron y salen, es que el Parlamento entero, es que todas aquellas Corporaciones sobre que influye o es directamente influído el mundo de los políticos, más aún, los periódicos mismos, que son como los aparatos productores

[43] Almir de ANDRADE, *Força, cultura e liberdade*, op. cit. p. 89-120.
[44] E. R. BASTOS, *O pensamento sociológico ...*, op. cit., p. 91.
[45] M. LOWY, *A evolução política de Lukács (1909-1929)*, S. P., Cortez, 1998, p. 59.

> del ambiente que esse mundo respira, todo ello, de la derecha a la izquiera, de arriba abajo, está situado fuera y aparte de las corrientes centrales del alma española actual". [46]

> "A doutrina liberal criara a ficção de que a soberania popular só poderia realmente ser expressa, na vida política, pelo sufrágio universal, pelo complicado maquinismo eleitora que chamava o povo às urnas para escolher deputados e senadores. (...) O maquinismo do voto secreto universal não é absolutamente a maneira única de exprimir a consciência popular, ao contrário, todo mostra que ele é a maneira mais imprópria e perniciosa, aquela que determina o predomínio de fôrças sugestivas e inconscientes e a formação de uma elite de intermediários nem sempre capazes, (...) muitas vezes iludindo a opinião pública e desviando-se do bem público para a satisfação dos seus interesses pessoais". [47]

Ortega não é crítico do Parlamento enquanto instituição do liberalismo novo que ele propõe, mas da forma como ele tem sido usado para legitimar as disputas partidárias e classistas que sugerem o dissenso no lugar do consenso. O autor não chegou a encontrar governantes que pudessem, de fato, efetivar suas propostas. Seu apoio à ditadura de Primo de Rivera (1923-1930) durou apenas os meses necessários para que o autor enxergasse em Rivera mais um representante dos "partidismos" que cindiam a Espanha: a Assembléia Nacional criada pelo ditador era "una cámara consultiva y no electiva, que se suponía representativa del conjunto de la sociedad, en realidad una ficción de Parlamento, que despertó poco interés y considerable repulsa en gran parte de la opinión."[48] A dificuldade de Rivera para organizar um debate nacional que indicasse os caminhos comuns aos espanhóis colocou Ortega, de novo, no campo da oposição conservadora, sempre em busca dos intelectuais que, com ele, iriam constituir a República das Letras pretendida desde a fundação da *Liga*

[46] José ORTEGA Y GASSET, *Obras Completas*, vol. I, op. cit, p. 272.
[47] Almir de Andrade, *Força, cultura...*, op. cit., p. 21-24.
[48] J. MARÍAS, *Espana ante la historia y ante si misma*, Madri, Espasa-Calpe, 1996, p. 90.

de Educación Política em 1914 e que poderiam, no seu entender, recuperar a capacidade de ação consciente do homem no mundo das massas.

Almir de Andrade, por sua vez, acreditou sinceramente que o presidente Getúlio Vargas encaminharia a construção do campo cultural a partir dos espaços criados no âmbito institucional do Estado e assumiu postura mais radical, em função, é claro, de escrever com a intenção de rotinizar uma conduta política efetivada pelo Estado Novo e defendida por ele. No segundo número da revista *Cultura Política*, Almir apontava a política como uma forma de organização da cultura que expressa a vida popular[49] e no número 33, já em 1943, quando muitos intelectuais já haviam caminhado na direção do Estado e participavam do processo de construção nacional na órbita de secretarias estaduais de educação, de ministérios e do DIP, o autor afirmava que "a democracia real é mais um sistema de ação do que um sistema de idéias. Depende mais dos estadistas que governam do que do Estado que se organiza. O reconhecimento dessa circunstância profundamente realista parece-me indispensável à justa compreensão do momento político brasileiro"[50] no qual a ação do presidente Getúlio Vargas estaria tornando possível o reencontro dos brasileiros com suas melhores tradições.[51] Assim, no discurso de Almir, o presidente articulador dos campos político e cultural trazia, para o seio do Estado, os intelectuais que deveriam conhecer o Brasil e apresentá-lo às massas incultas, enquanto para Ortega, os intelectuais é que deveriam apontar o caminho para os governantes. Talvez por isso, mesmo na República de 1931, no seio da qual elegeu-se deputado constituinte, o autor não conseguiu o espaço e a vigência que sonhava para suas idéias. Para Ortega, "la cultura

[49] Almir de ANDRADE, *Revista Cultiura Política*, n.º 02, p. 06.

[50] IDEM, IBIDEM, n.º 33, p. 30.

[51] Gilberto Freyre faz a mesma análise para a revista *Cultura Política*: "A verdade a ser reconhecida pelo menos apologética dos observadores é que, com o atual Presidente a base do governo – de sua técnica – deslocou-se da pura interpretação política dos problemas, acompanhada de soluções ou tentativas de solução, simplesmente financeiras ou jurídicas, para aventurar-se o Brasil à procura de novas bases de técnica de governo e de administração: sociais e, principalmente, sociológicas e econômicas".(FREYRE, *Revista Cultura Política*, nº 05, p. 123).

constituía el elemento ordenador de la vida política", por isso era preciso socializá-la, "cultivar la precisión de las ideas, y esta precisión y la sistematización del pensamiento se concertirían en la virtud, (...) en la convicción política".[52] Almir de Andrade opera uma sutil inversão dos termos da equação entre política e cultura proposta por Ortega: a cultura continua sendo o elemento ordenador da vida política, não há dúvida, mas são os agentes políticos, o governo, numa palavra, que organiza o campo cultural e não o contrário.

Ao intelectual cabe conhecer articulando razão e vida, superando a dicotomia que, no entender de Ortega e Almir, vinha sendo difundida pelo racionalismo burguês, especialmente desde o século XVIII. O estabelecimento de uma continuidade entre razão e vida permite sugerir um conceito de cultura por meio do qual os homens de cultura assumem a tarefa de encontrar os elementos tradicionais da nação e propor os termos possíveis de sua modernização-ocidentalização. "Assim, elementos modernos e tradicionais se fundem" estabelecendo uma "relação orgânica entre cultura e política"[53] na qual os intelectuais têm papel destacado. Almir denominou essa articulação entre razão e vida que, para os dois autores, funda um novo conceito de cultura, de método histórico-cultural, porque à cultura caberia articular a razão que conhece aos imperativos da vida.[54]

Um dos imperativos daquelas primeiras décadas do século XX era educar a massa inculta, "fazer política", para Ortega e Almir, significava "educar o povo".[55] Os dois autores escreveram em épocas e lugares nos quais

---

[52] INMAN FOX, *Ideologia y política em lãs letras de fin de siglo (1898)*, Madri, Espasa-Calpe, 1988, p. 362-363.

[53] E. R. BASTOS, *O pensamento sociológico* ..., op. cit., p. 99.

[54] Interessante notar que Sérgio Buarque de Holanda, comentando o livro *Formação da sociologia brasileira* (ANDRADE, 1941), discorda de Almir quando este afirma pioneirismo de Gilberto Freyre na elaboração do método histórico-cultural e aponta a incorreção do termo "formação da sociologia" para caracterizar uma "enumeração de viajantes, cronistas e historiadores coloniais". Ver S. B. HOLANDA, "Formação da sociologia?", In: *Cobra de vidro*, S. P., Livraria Martins Fontes, 1944, p. 35-41.

[55] E. R. BASTOS, *O pensamento sociológico* ..., op. cit., p. 96.

os homens de cultura são convidados e se impõem a missão de esclarecedores, de leitores do mundo para os homens das elites que pretendam "exercer o mando". O que lhes escapa é a definição dos portadores sociais dos seus discursos, e não por acaso posto que suas reflexões têm por base a experiência de "sociedades inorgânicas, em processo de reorganização (...) nos quais, com um processo arbitrário de abstração, toma força a concepção idealista segundo a qual são as idéias que movem a história e são os homens de cultura os grandes protagonistas do movimento histórico".[56] De qualquer forma, a opção é clara: Ortega e Almir não acreditam no princípio da igualdade natural de todos os homens, há sempre que existir a elite que indica o caminho e a massa que concorda com as diretrizes sugeridas. Ambos atuaram em momentos de crise institucional que exigia uma reelaboração política das estratégias de dominação por parte dos grupos dirigentes. Pensar sob o manto do atraso impôs, assim, uma tarefa ao intelectual na construção da nação e na educação das massas: aos homens de cultura, no entender de Almir e Ortega, cabe esclarecer e restabelecer a concórdia. Ortega propôs a República das Letras e Almir, o Estado conciliador e agregador ao qual juntam-se os intelectuais. Sutil diferença, de novo, mas é esta diferença que aproxima o pensamento de Almir de Andrade da lógica dos nacionalismos autoritários que propõem uma democracia peculiar -- afastada dos princípios liberais que universalizam a igualdade e o direito à liberdade -- em função da história peculiar do Brasil, e mantém o pensamento de Ortega na lógica de um certo liberalismo conservador que advoga a traição e a ilegitimidade dos princípios liberais em versão democrática.

Naqueles graves anos 30, nem Almir nem Ortega propuseram-se clérigos nos termos propostos por Benda. Sua produção distancia-se um certo tanto no tempo, mas os primeiros anos da década de 30 foram anos de forte intervenção para os dois autores. Em 1931, Ortega elegeu-se deputado, pretendia influenciar a jovem república espanhola que ajudara a fundar, e organizou a *Agrupación al Servicio de la República* com o objetivo de criar as condições necessárias para efetivar seu projeto liberal e cultural. Na oposição ao projeto

[56] N. BOBBIO, op. cit., p. 153.

orteguiano estava Azaña, fundador da *Alianza republicana*, para quem era fundamental uma aliança com as massas populares para fortalecer o sentido democrático que a nova república deveria ter no seu entender. Entre os progressistas liderados por Azaña e os grupos conservadores liderados por Gil Robles, não houve espaço para o liberalismo cultural dos homens de cultura que se reuniram em torno da *Agrupación al Servicio de la República*. "En el curso de 1930, Espana ofreció un ejemplo único en el mundo moderno, de un sistema político moderno, nominalmente democrático e desarrollado",[57] mas impotente frente às contradições que a ordem econômica e social apresentava. Neste descompasso entre a ordem política e a ordem econômico-social, cresceram os movimentos populares e os separatistas e a Espanha caminhou para a guerra civil. A tese do autoritarismo instrumental, embora presente no texto orteguiano, não encontrou, no seu entender, eco no novo governo espanhol proposto pelos generais sublevados em 1936 e vencedores, após longos três anos de guerra civil que cindiram a Espanha, em 1939. Ortega exilou-se voluntariamente em 1936, retornou à Espanha em 1945 nos braços das oposições ao regime franquista como porta-voz de um liberalismo cultural que, embora derrotado após a breve experiência da república de 1931-1936, era ainda referência no combate à ditadura. E nesta última fase das suas reflexões, morreu em 1955, lembrou o intelectual proposto por Benda...

Almir, por sua vez, espelhava-se no novo governo proposto por Getúlio Vargas e manteve-se fiel aos princípios que o haviam encaminhado para o seio do governo no Estado Novo, mesmo exercendo outras funções. Participou como subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República no segundo governo Vargas (1950-1954), foi presidente do IBASE (1959-1960) no governo Juscelino Kubitschek, publicou livros mantendo-se como polígrafo e rotinizador das mesmas teses[58] e aposentou-se como Serventuário-titular da

[57] S. G. PAYNE, *La revolución y la guerra civil española*, Madri, Jicor, 1976, p. 09.
[58] Almir de ANDRADE, *O capital através das doutrinas econômicas*. R.J., Livraria José Olympio Editora, 1952 e *As duas faces do tempo. Ensaio crítico sobre os fundamentos da filosofia dialética*. R.J., Livraria José Olympio Editora, 1971.

Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Em 1983, diferenciando os movimentos de 1934 e 1937, o autor afirmava: "Primeiro venceu a ala conservadora, que pedia o retorno às prerrogativas liberais – e realmente as conseguiu, com a precipitação do processo de reconstitucionalização do País e a promulgação da Constituição de 1934; ainda que, para vencer, tivesse tido necessidade de fazer diversas concessões à corrente reformadora, consubstanciadas nos dispositivos antiliberais (e até mesmo alguns socializadores) da nova Carta constitucional. Não tardaria, porém, que os próprios acontecimentos da vida nacional se encarregassem de preparar terreno para a vitória da outra corrente – a ala renovadora e reformista, representada agora pelos oficiais-generais das Forças Armadas, pelo proletariado rural e urbano e por considerável e expressiva parcela da intelectualidade e do povo brasileiros".[59]

É esclarecedor, inspirador talvez, no encaminhamento das páginas finais desta tese, lembrar Thomas Mann, autor de um tempo no qual o indivíduo, subsumido no âmbito da atuação das massas, não encontra espaço para desenvolver idéias e praticar as regras do jogo liberal-democrático. É neste contexto que a via prussiana adquire viabilidade social, dado que os postulados democráticos não constituíram nenhum "grande mundo" autóctone na Alemanha pós 1848. Da mesma forma, é neste contexto que o intelectual enclausura-se no seu pequeno estúdio de feitiçarias. Conforme afirma Lukács:

> "O estúdio do novo Fausto (...) visto do exterior, parece bem mais hermeticamente fechado ao externo mundo social; porém, na realidade, ele é um laboratório de feitiçarias, no qual todas as tendências perniciosas da época são refinadas até sua expressão mais concentrada. (...) No pequeno mundo deste estúdio está contida a quintessência do mundo que a espiritualidade alemã possui na sua interioridade à sombra do poder, na sua compreensão de si, (...). Este estúdio é o

[59] Almir de ANDRADE, "A justiça social como 'princípio limite' da liberdade na reestruturação das democracias", In: *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 20, n. º 79, julho/setembro de 1983, p. 05 a 108.

> sucedâneo do grande mundo da intelectualidade alemã do período imperialista".[60]

A universalidade do texto manniano encontra-se no fato de que a crise da liberal-democracia não era apenas alemã, pois engendrou críticas a ela assim como a problematização do seu discurso. A liberal-democracia acaba sendo responsabilizada, inclusive, e tal é o discurso orteguiano no qual Almir ancora sua argumentação, pela decadência da Europa ocidental do início do século XX. No caso alemão, e por extensão, acreditamos, no caso espanhol, o atraso na constituição do Estado nacional de base liberal e capitalista justificaria a maior radicalidade com que a crise é enfrentada e, mesmo, as propostas de inversão total dos valores liberal-democráticos, especialmente os fascismos. É no momento no qual esta inversão se efetiva que o laboratório de feitiçarias, localizado "à sombra do poder", aparece como único refúgio para Ortega, o intelectual que sonhara vertebrar a Espanha nos anos 20 e 30.

No caso brasileiro a solução conciliatória de Getúlio Vargas rotinizada por Almir de Andrade nos seus artigos da revista *Cultura Política* e nos seus livros não inverte, no seu entender, os princípios da democracia, ao contrário, garante a sua continuidade fora do âmbito das instituições meramente políticas que seriam características dos princípios liberais, não dos princípios democráticos. Mas é, de novo, acreditamos, o atraso que aponta e justifica a peculiaridade da solução. Almir talvez não tenha percebido a gravidade da questão cultural nos termos que a geração européia de Ortega e Lukács apontou. Refletindo suas leituras destes autores imaginou, ingenuamente, a existência de um governante cuja atuação pudesse resgatar valores culturais construídos ao longo da história nacional e superar o que era, no seu entender, apenas uma "crise dos princípios liberais".

Ortega não foi, sem dúvida, apenas um rotinizador, ele foi produtor de idéias num nível de liderança intelectual que Almir jamais conheceu e que no Brasil, talvez tenha em Mario de Andrade seu melhor correlato. Mas não se

[60] G. LUKÁCS, *Ensaios sobre literatura*, R. J., Civilização Brasileira, 1965, p. 188-190.

tratou aqui de encontrar homens de cultura da mesma envergadura, mas daquelas chamadas "idéias migratórias", das quais falou Sérgio Buarque de Holanda no prefácio à segunda edição do seu *Visão do Paraíso*,[61] e que encontram traduções diferentes em solos diferentes, mas cuja migração permite encontrar traços geracionais nos quais a articulação entre "mundo, yo y circunstancia",[62] conforme sugeria Ortega, ou entre trajetória, obra e contexto intelectual, em termos, talvez, mais nacionais.[63] O leitor permita-me finalizar com as palavras de Sérgio Buarque de Holanda:

> "Ao lado da interação da base material e da estrutura ideológica, e como decorrência dela, não falta quem aponte para a circunstância de que, sendo as idéias fruto de modos de produção ocorridos em determinada sociedade, bem podem deslocar-se para outras áreas onde não preexistam condições perfeitamente idênticas, e então lhes sucederá anteciparem nelas, e estimularem, os processos materiais de mudança social. Ora, assim como essas idéias se movem no espaço, há de acontecer que também viajem no tempo, e porventura mais depressa do que os suportes, passando a reagir sobre condições diferentes que venham a encontrar ao longo do caminho. O tema deste livro é a biografia de uma dessas idéias migratórias, tal como se desenvolveu a partir das origens religiosas ou míticas, (...) até vir implantar-se no espaço latino-americano, mormente no Brasil".[64]

---

[61] S. B. de HOLANDA, *Visão do Paraíso*, S. P., Brasiliense, 1996.
[62] José ORTEGA Y GASSET, *Obras Completas*, op. cit., vol. I, p. 309-400.
[63] A. BOTELHO, *Um ceticismo interessado: Ronald de Carvalho e sua obra dos anos* 20, tese de doutorado, Campinas, S. P.: 2002, p. 319.
[64] S. B. de HOLANDA, op. cit., p. XVIII.

GUERREIRO RAMOS E A INTERPRETAÇÃO DO BRASIL (1930 - 1964)[1]

Edison Bariani Junior [2]

"A maior humilhação que pode sofrer um intelectual
consiste em se surpreender abaixo das virtualidades
de seu tempo e de sua circunstância.
Sou revolucionário por orgulho.
Por uma questão de ética,
de ética intelectual"

Guerreiro Ramos

O período de 1930 a 1964 foi para o Brasil um momento singular, não somente pelos fatos que o marcaram (golpes, contra-golpes, planos, nascimento de instituições) mas sobretudo pelos decisivos processos sociais (mormente a corporificação da estrutura de classes) que ali se consolidaram. Ademais, o abrupto corte no processo político que se desenrolava (e suas possibilidades) tornou o pré-64 uma época interrompida, e assim, estigmatiza e idealizada, pois irrealizada, 'inconclusa'. Alguns pragmáticos irão de pronto afirmar que a conclusão do pré-64 é o próprio Golpe de 64. É... assim o foi, mas nada indica que assim *necessariamente* seria.

Na interpretação de Alberto Guerreiro Ramos (1915 – 1982) – cuja trajetória, também secionada em 64, mescla-se àquele momento da sociedade brasileira – o referido período apresenta-se como de transformações e possibilidades, complexo e prolífico; sua visão do período – freqüentemente imbricada às suas expectativas – nos indica um pré-64 que, a despeito de sua

[1] Este artigo foi apresentado no 'IV Seminário de Pensamento Social', organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros do IFCH/UNICAMP, nos dias 16, 17 e 18 de junho de 2003.

[2] Mestre e doutorando em sociologia pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP.

lucidez quanto aos fatos, era historicamente promissor, daí um certo 'otimismo resignado' que percebia, apesar da miséria brasileira, um horizonte de possibilidades. Sua análise fornece um interessante material conceitual – que mais tarde voltaria a ser seria usado para compreender o período, não raro sem dar o devido crédito – e inquietações que ainda atualmente rondam o processo político, nesse sentido, alguns – como José Murilo de Carvalho[3] – já o revisitam com base numa espécie de ardil da história, notando a volta à atual cena política nacional de suas concepções – particularmente no que diz respeito à constituição do povo como sujeito político e da nação como espaço vital – e da herança varguista, ironicamente, por meio de seus críticos tardios.

O caminho de GR para o entendimento do período foi também uma ida ao povo, o 'nascimento do povo' parecia-lhe uma novidade radical, que constituiria a principal transformação em curso na realidade brasileira e daria novos rumos à história do país. "*O povo é a categoria cardinal da história contemporânea do Brasil*",[4] resumiu.

Até então GR havia corroborado o diagnóstico de Alberto Torres, Gilberto Amado e outros a respeito da inexistência ou a incipiência do povo no Brasil, porém vislumbrava agora a ascensão das massas como elemento ativo, sujeito político autônomo. O povo surgia "como protagonista eminente do processo político", pois "na história contemporânea do Brasil, exerce a função de dirigente por excelência do processo histórico-social. De elemento subsidiário passou à categoria de agente principal dos acontecimentos".[5]

Definido como "o conjunto de núcleos populacionais articulados entre si pela divisão social do trabalho, participantes de uma mesma tradição e afetados de uma mesma consciência coletiva de ideais e de fins",[6] o *povo* – a partir de 1930 – configurar-se-ia organicamente no Brasil por meio da

[3] CARVALHO, José Murilo. Lembrança de outro carnaval. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 5 de janeiro de 2003, pp. 5-6.
[4] RAMOS, Alberto Guerreiro. *O problema nacional do Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Saga, 1960, p. 229, itálicos nossos.
[5] *Ibidem*, p. 42.
[6] *Ibidem*, p. 228.

densidade e complexificação da estrutura social, estando desde então vocacionado a revolucionar o panorama político brasileiro.

Um tardio aparecimento do povo como categoria central da dinâmica sócio-política dever-se-ia a que, na "fase capitalista" do desenvolvimento econômico-social, os povos só se constituiriam com a estruturação de um mercado interno ("seu substrato material"), tornando-se assim um "conjunto de pessoas integradas num mercado próprio" – o que exatamente teria faltado ao Brasil no passado para que pudesse ter verdadeiramente um povo.[7]

O aparecimento do povo traria consigo importantes conseqüências, já que GR atribuía-lhe os seguintes "princípios" básicos: "1) *O povo é o principal empresário do processo econômico brasileiro*... 2) *O povo é uma realidade social englobante que ultrapassa o âmbito exclusivo de toda classe* ... 3) *O povo é o dirigente político do processo histórico-social* ... 4) *O povo é o verdadeiro gênio da cultura nacional.*"[8]

Mesmo como agente político primordial, o povo – ordinariamente – lançaria mão de sua *vanguarda*, sua "consciência militante", formada majoritariamente por trabalhadores e contando também com empresários, quadros técnicos profissionais e elementos da pequena burguesia, militares, estudantes e intelectuais; esta vanguarda – partindo da experiência concreta do povo – elaboraria uma "visão conjunta" das necessidades e seria o elemento *dirigente* na defesa dos interesses deste. Superficialmente (podemos supor), a *vanguarda* seria um grupo de atuação política, de identificação de anseios, promoção de valores e de condução das aspirações do povo.

A entrada em cena do povo lançaria as bases da *nação* que, para GR, como...

> ... unidade histórica dotada de sentido ou como campo inteligível, nada mais é do que a forma particular de uma configuração espácio-temporal que surge onde quer que um agrupamento humano se alce da *existência bruta à existência*

[7] *Ibidem*, p. 228.
[8] *Ibidem*, p. 244, itálicos nossos.

significativa, da condição puramente natural à condição histórica, de um modo de ser inferior a outro superior.[9]

O efetivar dessa elevação, desse estágio – de supressão da condição colonial e destituição da circunstância de "proletariado externo do mundo ocidental" (termo tomado a Arnold Toynbee) – não seria uma ocasião natural e sim uma busca, uma opção, uma "escolha de caráter axiológico", que possibilitaria um destino histórico independente ("não reflexo"), superior em relação aos destinos ditados pelos países desenvolvidos.

Estaria nascendo também no Brasil, devido à afluência do povo, uma *intelligentzia*, uma intelectualidade tanto desvinculada (com relação aos interesses imediatos, primários) quanto comprometida com os ideais políticos do povo, à qual competiria "organizar um Estado Nacional, ou seja, configurar politicamente o povo brasileiro".[10] O compromisso desta *intelligentzia* não poderia ser estético mas, naquele momento, basicamente político.

Seguindo as lições de Mannheim, GR afirma que a *intelligentzia* teria como característica fundamental o "pensar independente", o esforço para libertar-se do ponto de vista de uma classe, aspirando a uma condição de possibilidade de síntese; afirma também que não haveria posição imune ao condicionamento social, entretanto, a consciência crítica militante alcançaria "maior objetividade que o desserviço da auto-reflexão", uma vez que a perspectiva social localizada (porém de amplitude privilegiada) seria mais efetiva que o 'livre-pensar' ou a flutuação descompromissada – inconscientemente caudatária de posições dadas.[11]

Todavia, vigeria no país uma entronizada concepção que pregaria o 'saudável' distanciamento do intelectual em relação aos problemas políticos, persistindo em distraí-lo de suas tarefas. GR, por sua vez, vislumbrava um outro destino para a *intelligentzia* no Brasil, uma "tarefa pedagógica", a saber, a

---

[9] *Ibidem*, p. 29, itálicos nossos.
[10] RAMOS, Alberto Guerreiro. *A crise do poder no Brasil; problemas da revolução nacional brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961, p. 190.
[11] *Ibidem*, pp. 186-7.

de propiciar a possibilidade de existência de um pensar emancipado das classes dominantes, tendo assim como tarefa primordial educar o povo, sem tutelá-lo.

Por outro lado, nessa busca pela 'maioridade' do país, seria imperativo incrementar a produção e o mercado interno, reverter o sentido do circuito econômico e desencadear o processo de autonomização do capitalismo brasileiro, isto é, provocar o *desenvolvimento*, que poderia – segundo ele – ser entendido como "elevação da produtividade dos fatores (notadamente mão-de-obra) disponíveis num sistema econômico, seja por meio da divisão social do trabalho (especialização de funções), seja mediante a substituição da energia muscular pela energia mecânica".[12] Não seria, entretanto, processo estritamente econômico, sua plenitude estaria condicionada ao fato das decisões econômicas e os benefícios advindos das mudanças serem coletivamente socializados; só haveria desenvolvimento – afirma – "quando em determinada sociedade a população participa de transformações mediante as quais adquire melhores condições de existência", pois seria o "homem a medida do desenvolvimento".[13] Os instrumentos para essa missão (planejamento, racionalidade e programação econômica, aproveitamento de recursos abundantes etc.) – notadamente tomados à influência cepalina – só atingiriam o efeito perseguido se mobilizados com "capacidade política" por meio de um projeto nacional – "não há programação nacional sem ideologia nacional".[14] O desenvolvimento econômico seria ao final um "problema político".

Já o papel do Estado na promoção do desenvolvimento seria primordial, dele poderia emanar a racionalidade e coordenação para planejar e executar uma ótima disposição e uso dos fatores de produção; Guerreiro, porém, tinha para si que somente nos governos socialistas o Estado poderia se arvorar em administrador geral da sociedade, atuando ampla e profundamente no sentido de evitar as inconsistências e arbitrariedades privadas no trato dos negócios

[12] RAMOS, Alberto Guerreiro. *O problema nacional do Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Saga, 1960, p. 113.
[13] *Ibidem*, p. 109.
[14] *Ibidem*, p. 192.

públicos. Todavia – naquele contexto de capitalismo e divisão de classes – estaria limitado o escopo de iniciativa política por parte do Estado, restando assim um papel aos "capitais privados": *empreender* – já que, por sua natureza, comportar-se-iam conforme outra lógica que não a do desenvolvimento racionalmente organizado. Se "o tempo do Estado, como organizador da comunidade, não é o mesmo do capital privado",[15] cumpriria ao poder público intervir para programar e organizar a produção nacional, contudo, sendo algo essencial para provocar o desenvolvimento, não o era de modo total, fazendo-se necessário mas não suficiente para garanti-lo; haveria também que mobilizar o povo como "empresário", propiciando "à comunidade nacional o controle de direito da programação do desenvolvimento".[16]

Afluía da parte do autor uma desconfiança com relação à capacidade e disposição do empresariado na promoção do desenvolvimento, já o Estado aparecia como um ator privilegiado,[17] outrossim, com o surgimento do povo como novo sujeito político a sociedade civil – por meio deste seu fundamental representante – era guindada ao palco das decisões.

Ao diagnosticar a situação do país na conjuntura mundial GR deduz que "*todo desenvolvimento se realiza necessariamente pela industrialização*"[18] e endossa tal caminho. Alavanca do desenvolvimento, a *industrialização* seria processo modernizador por excelência: incrementaria a produção, propiciaria ganho tecnológico, autonomia de consumo e potencialização de fatores. Não obstante suas realizações em termos de avanço das forças produtivas, atualizaria também as relações de produção, gerando conseqüências na consciência coletiva:

---

[15] *Ibidem*, p. 69.
[16] *Ibidem*, p. 220.
[17] O Estado, naquelas elaborações do autor, geralmente aparece como dotado de uma dupla dimensão: de arena política de embate de forças e de ator político. Caracterizamo-lo como *ator* – e não *sujeito* – devido ao caráter de sua atuação, circunscrita ao cumprimento de determinados papéis políticos e não de 'livre' (aberta) deliberação conforme anseios e interesses 'próprios'.
[18] RAMOS, Alberto Guerreiro. *O problema nacional do Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Saga, 1960, p. 113, itálicos do autor.

> A industrialização deve ser entendida como categoria sociológica. Em tal acepção é um *processo civilizatório*, que se propaga por todos os setores da atividade econômica e não apenas pelo setor restrito do que normalmente se chama de indústrias.[19]

Referida industrialização teria reflexos na existência social dos indivíduos e na vida política do país, atuaria como fator de modernização da mentalidade coletiva – propiciando novas condições sociais e formas de sociabilidade, forjando os limites e a consciência dos grupos sociais e, em última instância, possibilitando uma compreensão ampliada da vivência social; engendraria um verdadeiro "processo civilizatório" que afetaria corpos e almas, e, uma vez imbuída do *status* de "categoria sociológica" – de forma de relação entre sociedade e natureza em virtude da substituição das forças humanas pelas mecânicas ("libertação dos determinismos cósmicos pelo domínio") – adquiriria caráter ontológico.

Industrialização e desenvolvimento poderiam promover substantiva modificação na condição econômica e sócio-política do país se coadunados com um outro processo (acentuadamente político) – mais rico, amplo e complexo – que efetuaria profundas transformações na sociedade brasileira: a *revolução*;[20] "revolução brasileira", que em suma seria "nacional", não *nacional* no sentido que lhe foi atribuído por alguns comunistas e socialistas (como etapa do desenvolvimento do capitalismo e degrau para a revolução socialista), ou como ascensão de uma burguesia local ao poder, ou processo de expansão democrática, ou mesmo afirmação de interesses 'internos' apenas, mas nacional como só a revolução brasileira poderia sê-lo. Não seria deste modo a revolução nacional "brasileira" porque aqui se desenrolaria, mas seria nacional justamente por ser *brasileira*, por ser fundada na originalidade do país, enraizada nesta realidade.

---

[19] *Ibidem*, 126, itálicos nossos.

[20] Definia formalmente revolução como "um movimento, subjetivo e objetivo, em que uma classe ou coalização de classes, em nome dos interesses gerais, segundo as possibilidades concretas de cada momento, modifica ou suprime a situação presente, determinando mudança de atitude no exercício do poder pelos atuais titulares e/ou impondo o advento de novos mandatários". RAMOS, Alberto Guerreiro. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963, p. 30.

Nessa revolução inédita defrontar-se-iam *nação e antinação*,[21] que representariam – respectivamente – as forças sociais engajadas na luta entre libertar-se do caráter reflexo da vivência história brasileira, apoderar-se dos seus instrumentos decisórios e destino político e, de outro lado, pretender manter o estado de coisas no sentido de perpetuar o alheamento do país em relação às suas possibilidades de autonomia. Ou, como GR dinamicamente definiu: "O aspecto fundamental da problemática do nosso país consiste em aguda tensão entre *forças centrípetas* e *forças centrífugas* nele atuantes".[22]

Mas qual seria a forma e o sentido dessa revolução? Segundo o autor seria de passagem de uma fase histórica para outra superior, alcançar certa maioridade política e libertar-se de posições caudatárias, o que suporia a articulação das instâncias de poder com as massas populares. Quanto ao caráter, o diagnóstico do autor é cabal. O Brasil ainda estava localizado em determinada *fase* histórica – embora numa posição de transição e coexistência de tempos (*contemporaneidade do não-coetâneo*) – na qual a revolução revestir-se-ia de um caráter capitalista, vez que, devido à falta de condições objetivas (e também subjetivas, veremos), o país ainda não estaria apto a almejar o socialismo.[23] Mas quais seriam os sujeitos da revolução e como se apresentariam?

Guerreiro Ramos, em *O problema nacional do Brasil*, afirma a peculiaridade brasileira na questão da gênese das classes sociais, a saber, a aliança entre os

---

[21] Expressão tomada a Gilberto Amado que, nas palavras deste, definia *antinação* como "o conjunto de interesses que se representam ao revés dos interesses gerais permanentes, profundos, do País" (*apud* RAMOS, Alberto Guerreiro. *A crise do poder no Brasil; problemas da revolução nacional brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961, p. 7). Benito Mussolini já havia usado tal contraposição em seus discursos, não é certo que Gilberto Amado conhecesse a menção anterior, GR - ao que consta - não conhecia.

[22] RAMOS, Alberto Guerreiro. *O problema nacional do Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Saga, 1960, p. 85, itálicos nossos.

[23] O conceito de fase deriva de uma concepção chamada faseológica – tomada a Carl Miler-Lyer - que divide a história em períodos culturais nos quais as civilizações estariam inseridas; já o termo contemporaneidade do não-coetâneo (de W. Pinder) denota a coexistência numa sociedade de distintos tempos históricos. Ambos foram largamente usados por GR e outros isebianos.

grandes proprietários rurais e os comerciantes. Se na Europa existiria uma contradição entre eles, no Brasil, no qual vigoraria o latifúndio – que internamente lembraria o feudo medieval e externamente uma empresa comercial, numa óbvia aplicação da lei da dualidade como definida por Ignácio Rangel –,[24] muitas vezes teriam encarnado o mesmo personagem. Essa composição teria emancipado a colônia, dado ao país uma organização nacional e continuaria uma sólida expressão consciente de interesses.

Com isso, parte significativa da *burguesia industrial* no Brasil teria se formado em estreita relação com os próprios latifundiários e comerciantes ou, quando não, em momento posterior – e tardio – da revolução industrial, quando as burguesias dos países centrais já se teriam lançado à conquista do setor industrial nos países periféricos, diminuindo as oportunidades e arrefecendo os ânimos dessa burguesia industrial 'nativa', que passaria então a ser assediada para a colaboração técnica e financeira com aquelas, nublando sua consciência social e intimidando-a como classe empreendedora.

Paradoxalmente, GR nutria certas esperanças quanto ao desempenho econômico da burguesia – mormente a industrial [25] – e, no entanto, duvidava da disposição e capacidade política dessa classe para dirigir o processo histórico:

> Um grande papel, no quadro que delineamos, é reservado aos setores do meio empresarial. Embora incluam a agricultura e o comércio, é à indústria que, na fase atual do processo brasileiro, cabe liderar as reivindicações do nosso nascente capitalismo. A revolução brasileira em marcha em nossos dias

[24] RANGEL, Ignácio. *Dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1957 (Textos brasileiros de economia, 2).

[25] Não é fortuito que o autor não se refira a uma "burguesia nacional" mas sempre a tarefas nacionais que deveriam constar na agenda burguesa, cuja responsabilidade acabava recaindo sobre a "burguesia industrial", identificada com os anseios de desenvolvimento, industrialização e proteção à economia nacional, por pretensamente ter interesses (profundos, objetivos) contraditórios aos da indústria estrangeira e dos setores ligados à agricultura e comércio (cuja orientação econômica era, em jargão cepalino, 'para fora'). Haveria assim uma posição política "nacional" mas não necessariamente uma classe burguesa ontologicamente "nacional".

> é eminentemente uma revolução burguesa, de que está resultando nova classe de empresários, distinta daquela que, até cerca de 1930, era dominante no Brasil, a classe dos fazendeiros. Esta classe nova não apresenta, contudo, em sua conduta global, um mínimo de coerência, quanto aos objetivos que persegue.[26]

Entretanto...

> Tudo parece mostrar que, no Brasil, não se está formando uma burguesia capaz de ter iniciativa de uma revolução nacional. Ao contrário do que se registrou no Ocidente Europeu e nos Estados Unidos, nossa burguesia não está apta para levar a efeito esse cometimento. É antes o povo que conduzirá a revolução nacional brasileira.[27]

Tendo um papel político importante reservado para si, essa burguesia (industrial) não o exerceria, seu caráter vacilante – quanto às suas 'tarefas históricas' – também geraria um impasse na resolução do processo político brasileiro, que o autor chamou de "situação dramática".

> ... há, hoje, no Brasil, *uma nova classe dominante, que ainda não se tornou classe dirigente* por carecer da consciência das necessidades orgânicas da sociedade brasileira em sua fase atual. Quer isso dizer que a força política e o poder econômico estão nas mãos de pessoas jurídicas e físicas que, em larga escala, não têm consciência sistemática do projeto pressuposto por sua condição.[28]

Essa tensa coexistência na base do poder seria algo paralisante, que emperraria o desenvolvimento, postergaria as tarefas, minaria a ação renovadora que porventura uma nova burguesia pudesse ter e mesmo nublaria a consciência de sua

---

[26] RAMOS, Alberto Guerreiro. *O problema nacional do Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Saga, 1960, p. 215, itálicos nossos).
[27] *Ibidem*, p. 237, itálicos nossos.
[28] *Ibidem*, p. 26, itálicos nossos.

situação: "A lógica do atual processo brasileiro confere à nova classe dominante um poder que ela subexerce e subutiliza, por isso que ainda não é dirigente".[29] Aparentemente, GR cria na capacidade dessa fração de classe em impulsionar uma revolução *burguesa*, mas não *nacional*; seus esforços e horizonte ideológico poderiam conduzi-la à afirmação econômica – cujos objetivos e interesses de longo prazo sua consciência permitiria vislumbrar -, todavia, uma radical transformação das condições sociais de existência estaria distante de seu alcance.

Agravando o quadro, ao defrontar-se com um *proletariado urbano* já "institucionalizado", "portador de estatuto legal" e da mais poderosa consciência de interesses entre todas as classes, a burguesia ver-se-ia em competição pelos mesmos papéis históricos que os trabalhadores, intimidando-se por receio de perder terreno nas vantagens materiais que desfrutava. Já o *proletariado rural*, apesar dos avanços sociais e em termos de consciência coletiva, ainda seria por vezes instrumentalizado pelos interesses eleitorais dos setores capitalistas mais arcaicos, funcionando como contrapeso às lutas trabalhistas urbanas. Distanciando-se das análises da época, o autor menciona um proletariado rural e não um campesinato, o que deixa claro que não compartilhava das análises que identificavam uma formação feudal no Brasil. O latifúndio, ainda dominante na estrutura agrária, guardaria semelhanças – no seu aspecto 'interno' – mas não seria definitivamente uma instituição feudal.

Quanto à *classe média*, também de modo peculiar no Brasil, não se teria formado no incremento de funções técnicas e qualificadas do sistema produtivo, em geral, seria de extração pequeno-burguesa e abrigar-se-ia – em situações parasitárias – em postos no Estado, que criaria ocupações devido à falta de empregos na produção e, no limite, para acomodar/cooptar elementos que poderiam vir a desencadear possíveis dissensões. Outra parcela dessa classe média, que estaria se formando devido a qualificações técnicas engendradas pela industrialização, tenderia a aliar-se ao povo e efetuar "papel relevante na vanguarda das lutas sociais".[30]

---

[29] *Ibidem*, p. 27.
[30] *Ibidem*, p. 239.

A revolução, ao que tudo indica, seria prerrogativa do povo – sujeito social de inquestionável aptidão para a tarefa, formado basicamente pelos trabalhadores (proletariado urbano/rural) e contando também com elementos progressistas provenientes de outras classes – numa frente com os setores (avançados) de classes que teriam interesse na transformação e se afinariam com tal projeto. Uma tal vocação do povo para a transformação da realidade brasileira não tem suas bases explicitadas pelo autor, imediatamente – ao que parece – sua condição de subalternidade, de descompromisso com os interesses arcaicos e mesquinhos que se perpetuavam na sociedade brasileira e sua posição socialmente contestadora dos privilégios – além de seus interesses econômicos prementes – conferia-lhe esta condição; afora o fato de ser, como maioria excluída das decisões, o principal impulsionador da expansão da sociedade política e, logo, da participação democrática.

Seguindo os indicativos de GR sobre o *programa, a estratégia e a tática na revolução brasileira*, depreende-se que esta deveria ser eminentemente nacional e iminentemente burguesa, afirmar a nação em detrimento da antinação, reforçar o movimento das forças centrípetas e destituir de seu eixo as forças centrífugas, deslocar o centro decisório para o âmago do país, elevar a nacionalidade à posição de elemento aglutinador/conscientizador da vida social e concretizar a realidade brasileira como espaço vital da existência social plena e autêntica. A idéia-força dessa transformação seria o *nacionalismo*, segundo o autor, de cunho popular e "conteúdo revolucionário", que propiciaria a consciência histórica para a autonomização do país e, como projeto político, poderia conduzir um povo periférico – alijado de sua soberania – a alcançar a maioridade política, econômica, social e cultural; só afirmando sua nacionalidade elevar-se-ia à condição de arbitrar os próprios destinos e postar-se internacionalmente como sujeito político, vivenciando de modo autêntico a *realidade brasileira*.[31] "O nacionalismo é o único

[31] Tal realidade estaria tensionada entre as forças da transformação e as características perniciosas que representariam a espinha dorsal da velha sociedade, expostas tipologicamente pelo autor - como "categorias compreensivas" - do seguinte modo: 1) *dualidade*: a coexistência inevitável de diferentes fases e – conseqüentemente - formas de existência numa mesma realidade; 2) *heteronomia*: incapacidade de induzir critérios da realidade nacional,

modo possível de serem hoje universalistas os povos periféricos",[32] e, embora naquele momento vigessem – assinala o autor – as tarefas nacionais para o país (que emergia do colonialismo), o nacionalismo não se converteria em realidade última, mas estágio para o alcance das referidas aspirações.[33]

Também a revolução brasileira, economicamente, efetivaria a industrialização, promoveria o desenvolvimento e construiria as bases do capitalismo no Brasil como circuito econômico nacional e autônomo, como *capitalismo nacional*, cuja existência se concretizaria...

> ... quando se forma, em determinado país, um aparelho de produção orientado prioritariamente para atender ao consumo interno e quando o dinamismo dos recursos aplicados na instalação desse aparelho, sejam de propriedade de nacionais ou de estrangeiros, obedece a um processo endógeno de acumulação de capital.[34]

Esse processo econômico renderia frutos não só à burguesia (industrial), haveria uma disseminação de seus benefícios, tornando os trabalhadores

---

submetendo-se a um processo mimético de adesão a valores e condutas de centros culturais e tecnológicos de maior prestígio; 3) *alienação*: antônimo de autodeterminação, fenômeno pelo qual a sociedade é "induzida a ver-se conforme uma ótica que não lhe é própria, modelando-se conforme uma imagem de que não é o sujeito"; 4) *amorfismo*: falta de formas que organizem a vivência social, que lhe dêem "antecedentes e conseqüentes", evoluindo assim a sociedade não "pela mediação de forma a forma, mas por improvisos, em que tudo começa sem antecedentes"; 5) *inautenticidade*: existência social falsificada ou perdida em mera aparência, que não reflete a apropriação pelo sujeito do próprio ser social. *Ibidem*, pp. 88-97.

[32] *Ibidem*, p. 226.

[33] Haveria, no entanto, modalidades equívocas de nacionalismo: 1) *nacionalismo ingênuo*: consistiria "numa reação elementar de autoexaltação do grupo", algo próximo do etnocentrismo; 2) *nacionalismo utópico*: caracterizar-se-ia "pela cegueira à lógica material das situações constituídas"; 3) *nacionalismo de cúpula*: que teria como propagadores figuras (bem ou mau intencionadas) expressivas da classe dominante em busca do favor popular; 4) *nacionalismo de cátedra*: consistiria "numa posição assumida apenas no plano verbal. É o nacionalismo de professores e intelectuais que não estão dispostos a assumir os riscos implícitos na orientação que dizem adotar"; e 5) *nacionalismo de circunstância*: seria o oportunismo, a procura por tirar vantagens da ocasião. *Ibidem*, pp. 248-52.

[34] *Ibidem*, p. 62.

interessados diretos no processo. Os brasileiros teriam, "como povo, um empreendimento capitalista próprio a realizar", já que "o nosso capitalismo realiza-se, basicamente, na forma de um processo de industrialização e seus beneficiários não são apenas os donos de bens de produção, mas o povo brasileiro em geral".[35]

No campo dos que (supostamente) perderiam – e dessa forma opor-se-iam à revolução – haveria os grandes proprietários de terra, a burguesia comercial ligada aos interesses estrangeiros, bem como o setor da classe média beneficiária de posições parasitárias – detentora de privilégios ancorados no Estado.

Os setores sociais mais avançados – que incluiriam também o segmento esclarecido da classe média (técnicos, militares, intelectuais) – seriam potenciais aliados, já que haveria no país "possibilidades reais que permitem unificar numa frente, a burguesia industrial e a massa dos trabalhadores".[36] Existiria aí então uma sobreposição dos interesses nacionais aos interesses de classe? Os trabalhadores, o proletariado, deveria abdicar a sua condição de classe oponente à burguesia em favor dos 'interesses nacionais'? A dinâmica política dos grupos já não se conduziria pela luta de classes mas pela luta entre nação e antinação?

Em cáustica crítica ao livro *Consciência e realidade nacional* (1960), de seu ex-companheiro de ISEB Álvaro Vieira Pinto, Guerreiro Ramos assevera:

> Proclama-se aí [em *Consciência e realidade nacional*] incompatibilidade entre a 'concepção de luta de classes' e o reconhecimento eventual de existência de uma contradição principal. Não sabe o Sr. AVP [Álvaro Vieira Pinto] que essa conceituação tem caráter metodológico. É procedimento metodológico que serve para aclarar as relações sociais vigentes em qualquer fase, no passado, no presente, no futuro. *A classe operária jamais poderia deixar de lado esta concepção, em favor do ponto de vista da nação, porque, deste modo, se exporia à mistificação e postergação de seus interesses. Ademais, é à luz da concepção de luta de*

[35] *Ibidem*, pp. 60-1.
[36] RAMOS, Alberto Guerreiro. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963, p. 60.

> *classes, que a classe operária pode determinar, segundo suas conveniências, os termos da união com setores da classe dominante, em prol da libertação naciona.* O Sr. AVP, situando-se no ponto de vista da ideologia burguesa, prega a suspensão do critério metodológico de luta de classes, sem compreender que existe uma relação dialética entre união nacional e luta de classes. Para a classe operária, a união nacional contra o imperialismo é uma *união com luta de classes* [itálicos do autor]. Somente para o nacionalismo burguês é concebível tal união nacional sem luta de classes.[37]

Ou seja: "A nação pode ser válida, enquanto referência do pensar, mas como modalidade particular, episódica, efêmera, subalterna, da *comunidade universal* ou da *totalidade*",[38] no longo prazo, o nacionalismo seria algo circunscrito, historicamente relativo. Assim, segundo GR, embora as tarefas do momento fossem necessariamente nacionais, o horizonte seria o ponto de vista da comunidade humana universal, ou seja, o socialismo. Não obstante, persistia em afirmar que a...

> ... polaridade fundamental que define o presente momento da vida brasileira e que se resume na luta entre a nação e a antinação. Estas são duas categorias chaves, à luz das quais se explica a contradição mais saliente em nosso país.[39]

Naquele contexto, para o autor, essa seria uma posição tática, cumpriria ao proletariado – como episódio de sua luta, como passo a caminho do objetivo estratégico (o socialismo) – a 'criação' da nação e do capitalismo nacional, daí a aliança, ocasional, com o setor mais 'avançado' da burguesia.

Como tarefa urgente, agendava o estabelecimento de uma particular transformação democrática do país: a organização das massas e a institucionalização destas conquistas. "A revolução está madura hoje no Brasil",

---

[37] *Ibidem*, pp. 206-7, itálicos nossos.
[38] *Ibidem*, p. 214, itálicos nossos.
[39] RAMOS, Alberto Guerreiro. *O problema nacional do Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Saga, 1960, p. 13.

"o poder está aberto a revolucionários",[40] deste modo GR caracterizava a situação em 1963. A máxima orteguiana (reinterpretada) da *rebelião das massas* tomava corpo – assinala ele – na inquietação, no mandato das massas que se avizinhava, todavia, faltava a concretização de um aspecto: o estabelecimento de condições subjetivas. Mesmo havendo – no seu entender – um enorme "capital político" para utilização revolucionária naquela conjuntura, indicava a "ausência de liderança competente e realista", que conduzisse seriamente a revolução, já que a vanguarda do povo se desapercebia de seus objetivos, as organizações não superavam suas limitações e o ato de maioridade da nação e independência do povo arriscava tornar-se novamente uma *Jornada de Otários*.[41]

À *crise de direção política* e o conseqüente *impasse* somar-se-ia a carência de um *centro de poder* (configurador) estaria levando o país a uma situação de *sociedade exposta*, que se caracterizaria pela verborragia em busca do favor popular e pela indiscrição e desmedida na atuação do poder. A crise seria também "de cultura política", fazendo-se necessário o amadurecimento da revolução segundo as circunstâncias nacionais, caso contrário, persistiria o risco de "a revolução no Brasil ... transformar-se em metafísica",[42] em parte devido às "declarações carbonárias" e à "promoção política". Em meio ao que considerava volúpia 'revolucionária', inconseqüente, pinta um lúcido retrato do Governo Jango em seus últimos dias, apelando à razão e ao pragmatismo político em meio a um ambiente de destempero que, nesse desenrolar, reeditaria o risco de tornar a revolução uma jornada de otários. Mas quem seria os otários de então? Os petardos tomavam a direção do governo, dos demagogos, dos políticos 'populistas', de setores da esquerda, do PCB, etc.[43]

---

[40] RAMOS, Alberto Guerreiro. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963, pp. 183-4.

[41] O termo – usado por Guerreiro – remete à tentativa de depor D. Pedro I por meio de uma revolta em 7 de abril de 1831, ocasião na qual este veio a abdicar do trono em favor de seu filho; Teófilo Otoni referiu-se ao fato como uma *journèe des dupes*, uma jornada de otários.

[42] *Ibidem*, p. 188.

[43] Em 1980, o autor via sua previsão confirmada ao afirmar: "O movimento reformista que agitou o Brasil em 1963 e nos primeiros meses de 1964 constitui a mais espetacular jornada de

> Podemos responder que são todos os que estão falando demais, falando mais do que podem, aventureiros e literatos que, por erro de perspectiva ou por gosto, se vão especializando na desmedida, compelindo muitos a segui-los, por temor de parecerem não-revolucionários, ou inimigos das causas populares. Otários são os que, ingenuamente, se deixam manipular e conduzir pelos corretores da revolução. Otários são todos os que imaginam que a revolução brasileira só poderá efetivar-se mediante a internacionalização do País.[44]

Otários, à época, para ele, seriam quase todos.

Com apenas 15 anos de existência – de eleições e competição política – a 4ª República (1945 – 1964),[45] no entender de GR, já acusava uma séria crise, uma crise não só econômica e social mas sobretudo uma *crise do poder.*

Nas considerações de Guerreiro – inspirado em Hermann Heller – o *poder* se concretizaria em termos antagônicos – não existindo poder onde não houvesse oposição aos que o exercem – e implicaria numa "relação em permanente mudança entre: 1) uma minoria que o exerce; 2) os que o apóiam; e 3) os que se lhe opõem embora o reconheçam e consintam no seu mandato".[46] Tal conjunto de camadas formaria o que o autor chama de *sociedade política.*[47]

---

otários que se registra em nossa história político-partidária. Por força de sua proposta inarticulável, estava fadado à frustração e a provocar a substituição daquela vanguarda civil pela guarda militar". RAMOS, Alberto Guerreiro. A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980. In VÁRIOS. *A revolução de 30; seminário internacional.* Rio de Janeiro/Brasília: CPDOC-FGV/UnB, 1983, pp. 527-48 (Temas brasileiros), citado da p. 538.

[44] RAMOS, Alberto Guerreiro. *O problema nacional do Brasil.* 2ª ed., Rio de Janeiro: Saga, 1960, p. 186.

[45] Tal designação não é responsabilidade de GR, tomamos a CARONE, Edgar. *A República Liberal I; instituições e classes sociais (1945-1964).* São Paulo: Difel, 1985 (Corpo e alma do Brasil).

[46] Observa que: "Quando a terceira camada nega esse reconhecimento e consentimento surge uma situação revolucionária". RAMOS, Alberto Guerreiro. *A crise do poder no Brasil; problemas da revolução nacional brasileira.* Rio de Janeiro: Zahar, 1961, p. 23.

[47] Embora não haja uma definição mais rigorosa do conceito por parte do autor, depreende-se que fariam parte da *sociedade política* somente os indivíduos e grupos contemplados institucionalmente com a possibilidade de exercer efetiva participação política nos rituais decisórios (seja como eleitores, postulantes, mandatários etc.).

No Brasil, a sociedade política – avaliava GR – teria sido extremamente restrita e o círculo de dirigentes, mais ainda, entretanto, desde as primeiras eleições presidenciais no final do séc. XIX ela viria regularmente crescendo de forma proporcional e absoluta, incorporando maiores contingentes e participação.

Avaliava também que desde o séc. XIX a classe média se apresentaria à frente de alguns dos movimentos reivindicatórios mais avançados, como: o folhetim *Opinião Liberal* (em 1866), o Manifesto do Partido Republicano (1870), a Sociedade Positivista (1878) e a Proclamação da República (1889) – a qual teria alçado ao poder quadros pequeno-burgueses (militares).[48] Apesar do predomínio da antiga classe dominante na República Velha, a classe média voltaria a carga na Campanha Civilista (de Rui Barbosa, em 1910), fato que teria representado "o projeto revolucionário" dessa classe. O Tenentismo, as revoltas de 1922 e 1924 e a Coluna Prestes também seriam manifestações de liderança e ideal pequeno-burgueses, assim como a Revolução de 30 seria "o último elo da revolução da classe média" (1961, 27).[49]

O Estado Novo marcaria o período no qual a classe média teria tido maior participação no poder em nossa história, só que a partir de 1945 a situação se modificaria: o candidato presidencial identificado com a classe média (Eduardo Gomes, da UDN) é derrotado por Eurico Gaspar Dutra (do PSD) que, embora de um partido de raízes oligárquicas, sagra-se vitorioso com o voto popular – recomendado por Vargas. Também as eleições de Vargas (em 1950) e de Juscelino Kubitschek (em 1955) representariam momentos de modificação na estrutura social e ensejariam reflexos políticos, indicando agora a ascensão das massas e o declínio do poder da classe média.

---

[48] O movimento abolicionista – estranhamente – não é mencionado pelo autor.

[49] Não há explicitamente uma distinção entre classe média e pequena-burguesia na obra do autor, há indicativos, no entanto, de que a pequena-burguesia – aparentemente – seria formada por pequenos negociantes, profissionais liberais, funcionários públicos, militares, intelectuais etc.; já a classe média conteria a pequena-burguesia e grupos sociais que afluíram com a modernização capitalista (técnicos, funcionários qualificados etc.).

Não obstante, é com a eleição de Jânio Quadros (em 1960) que o quadro se alteraria.[50] Ao elegê-lo Presidente teria se explicitado o descompasso entre as instituições representativas e os anseios do novo e preponderante sujeito do processo político: o povo.

As lições disso, segundo o autor, seriam que:

> 1) em 1960, significativa parcela do eleitorado não votou partidariamente, mas segundo a sua própria decisão;
>
> 2) a diluição do significado social dos grandes partidos ... nossos três grandes partidos [PSD, PTB e UDN], já não controlam mais a situação política do País;
>
> 3) as proporções da vitória eleitoral do Sr. Jânio Quadros lhe conferiram considerável '*quantum*' de poder específico em relação às forças que lançaram a sua candidatura.[51]

Se – para GR – na política externa Jânio teria encaminhado iniciativas interessantes como o neutralismo e a abertura das relações exteriores, que teriam respaldo político nos anseios do povo, internamente, desdenharia dos apoios institucionais que seriam cruciais para a sustentação de seu governo e possibilidades de realização.

> A efetivação das melhores potencialidades do Governo Jânio Quadros depende de um dispositivo político-partidário que, por sua idoneidade ideológica e, por isso mesmo, pelo seu poder de massa, seja capaz de dar ao Sr. Jânio Quadros a base de que precisará para levar a efeito reformas de grande envergadura, sem as quais a ordem no País só poderá ser mantida pela força.[52]

---

[50] Na disputa entre Jânio e Mal. Lott GR criticou duramente a opção isebiana pelo último, negando-se entretanto a escolher entre os dois, segundo ele, um dilema medíocre.
[51] RAMOS, Alberto Guerreiro. *A crise do poder no Brasil; problemas da revolução nacional brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961, pp. 35-6.
[52] *Ibidem*, p. 95.

Ao confiar num certo cacife político-eleitoral Jânio não teria atentado para a necessidade de apoiar-se solidamente: "O maior erro que poderia perpetrar o Sr. Jânio Quadros consistiria em não compreender o problema da representação política e social que o momento brasileiro lhe apresenta e que lhe incumbe resolver ... Não se governa duradouramente sem suportes sociais organizados".[53]

Estimulado pela conjuntura política que o teria levado ao poder, de ampla vitória praticamente à revelia dos grandes partidos, Jânio Quadros postar-se-ia como único mandatário legítimo, desconsiderando as instituições de representação e dirigindo-se diretamente ao povo. Para entender tal quadro, GR lançou mão do conceito de *bonapartismo*, apoiando-se menos em Marx (*O 18 brumário de Luís Bonaparte*) que em Robert Michels (*Os partidos políticos*).

> Tecnicamente, quando um Governo se põe *acima* da sociedade política, considerando-se livre de vinculações partidárias, verifica-se o quadro do bonapartismo. O bonapartismo suspende a força política das classes sociais e as transforma por assim dizer em suplicantes diante do Estado. Então o povo, partidariamente desorganizado, passa a ser aparente sustentáculo do poder. O chefe bonapartista, por cima das classes, por cima dos partidos, busca o apoio direto do povo.[54]

Assim, quando "o Sr. Jânio Quadros passou a colocar-se *acima* da sociedade política",[55] o bonapartismo teria se tornado uma possibilidade (frágil,

---

[53] *Ibidem*, p. 100.

[54] RAMOS, Alberto Guerreiro. *A crise do poder no Brasil; problemas da revolução nacional brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961, p. 37, itálicos do autor. No exame análise da situação brasileira desse período (1930-64) GR foi um dos precursores das análises baseadas no bonapartismo, mais tarde tal abordagem se tornaria notória nos trabalhos, entre outros, de Rui Mauro Marini e Francisco Weffort – ainda que este último empreenda uma abordagem desse tipo mas não use o termo "para evitar comparações históricas entre distintas formações capitalistas", preferindo referir-se a um "Estado de Compromisso que é ao mesmo tempo um Estado de Massas". WEFFORT, Francisco Corrêa. *O populismo na política brasileira*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 70.

[55] RAMOS, Alberto Guerreiro. *A crise do poder no Brasil; problemas da revolução nacional brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961, p. 37, itálicos do autor.

por sinal); sendo "fenômeno passageiro", sua ocorrência dependeria do comportamento das classes e do nível de reivindicação que empreendessem – principalmente na questão da inflação como "problema político", palco de disputas por renda. Arriscando-se a uma predição, o autor afirma que as "contradições entre o setor tradicional e o de vanguarda de nossa economia chegaram hoje a tal agudeza que não é possível o bonapartismo, ou seja, não é possível um Governo neutro, acima das classes sociais". E adverte:

> Se o Governo pretende corrigir a inflação sem afetar os níveis de renda do setor estacionário da economia, terá de recorrer à política de força, a um regime ditatorial e, portanto, colocará os empresários de vanguarda e os assalariados diante de um desafio que terá de ser conjurado pela revolução, a menos que busque em tempo útil os seus suportes sociais nessas últimas categorias.[56]

O bonapartismo não seria algo inédito na política brasileira, segundo GR, o próprio Estado Novo "preparou meticulosamente a implantação do que temos chamado de bonapartismo estado-novista",[57] e as circunstâncias – avaliava – abriam novamente esta possibilidade. Porém, a realidade econômica e social do país não favoreceria um bonapartismo duradouro, as disputas econômicas – principalmente em relação ao ônus da inflação e à decorrente disputa política por renda – davam um tom de radicalidade à conjuntura que, ao longo do tempo, inviabilizaria a existência de tal estilo de governo. Sem apoio dos partidos e de outras instituições da sociedade civil seria inócuo o apelo direto ao povo – este, quando desorganizado politicamente, seria apenas uma abstração.

A posição 'olímpica' do Governo Jânio seria assim o equilíbrio no gume da navalha, ademais, não seria o gênio maquiavélico de Jânio que propiciaria

---

[56] *Ibidem*, pp. 40-1.
[57] RAMOS, Alberto Guerreiro. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963, p. 34.

essa situação: "as veleidades bonapartistas do atual Governo não são fortuitas. Explicam-na a perda de representatividade dos partidos, dos aparelhos partidários".[58] As pretensões do governante de elevar-se único por sobre a sociedade política dever-se-ia à fragilidade das outras instituições – mediadoras entre o poder central e o povo.

Haveria assim uma forte incongruência entre o exercício do poder e a realidade social do país, uma *crise do poder* – devido à falta de alicerces institucionais que garantissem legitimidade e sustentação duradouras. À expansão da sociedade política e à emergência de novos sujeitos não haveria uma (proporcional) correspondência em termos de representatividade, institucionalidade e consolidação de formas políticas mais avançadas.

Frente tais desafios GR ocupa-se com o entendimento do processo político brasileiro e a evolução das formas de organização e procedimento na defesa de interesses e suas diferentes modalidades, às quais o autor refere-se como "tipos 'ideais' de política"; mesmo havendo uma evidente sucessão entre elas – senão absoluta ao menos na predominância em dado momento – não seriam rigorosamente "realidades históricas", podendo mesclar-se, combinar-se com outras e/ou ocupar espaços restritos – mais distantes ou menos importantes. Seriam elas:

1) *política de clã*: dominante no Brasil colonial, configurar-se-ia nos clãs (como os definiu Oliveira Vianna), em comunidades com laços de parentesco e dependência pessoal; o poder privado dominaria, não havendo nem mesmo noção do que era o público; a autoridade do senhor territorial seria incontestável;

2) *política de oligarquia*: apareceria sob a forma de clã eleitoral (como também o definiu Oliveira Vianna) quando do aparecimento do Estado-nação – predominaria até aproximadamente a República Velha – com suas ordens de governo (municipal, provincial-estadual e geral-nacional); reconheceria

[58] RAMOS, Alberto Guerreiro. *A crise do poder no Brasil; problemas da revolução nacional brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961, p. 41.

juridicamente a coisa pública mas utilizá-la-ia como coisa privada e exerceria obediência por meio do compadrismo e familiarismo, empregando nos serviços do Estado somente os apaniguados;

3) *política populista*: iniciada no pós-45, marcaria um momento particular da evolução histórico-política do Brasil no qual predominariam líderes ligados por laços de lealdade a categorias sociais;

4) *política de grupos de pressão*: disseminar-se-ia onde houvesse relativa complexidade da estrutura econômica e social; reconheceria o fundamento público do poder e a ele apelaria – especificamente junto às autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário –, procurando condicionar-lhe favoravelmente as decisões em detrimento do interesse geral. Por serem organizados, esses grupos exerceriam verdadeiro monopólio dos meios de comunicação e de círculos do mundo econômico e financeiro;

5) *política ideológica*: seria "exigência fundamental" daquela fase do Brasil, na qual já estariam constituídas as classes sociais; seria "exercida do ponto de vista sistemático, de classes ou de categorias sociais, que supõe o povo eleitoralmente livre, em que a adesão dos eleitores tem de ser conquistada pela representatividade dos candidatos e dos partidos"; sendo a ideologia forma de justificação de interesses, cada grupo seria "compelido a procurar influenciar o aparelho estatal e mesmo a controlá-lo, proclamando a racionalidade de suas pretensões, a vantagem coletiva do prevalecimento de seu ideário no exercício do poder".[59]

O tipo populista de política, segundo o autor predominante no pós-45, apareceria concomitantemente a noções como de 'espírito público', de 'respeito à opinião', e pressuporia ao menos um mínimo de probidade nas eleições; não apelaria a relações de parentesco ou familiarismo, sendo o chefe político (no caso) um delegado de interesses do qual se esperaria vantagens para a categoria social: cargos, favores e facilidades por meio da manipulação de órgãos do Estado. Para conseguir obediência o chefe apelaria a uma vaga solidariedade

[59] *Ibidem*, pp. 60-2.

social e ligar-se-ia aos liderados por uma espécie de confiança pessoal, por meio da qual conseguiria sensibilizar politicamente "realizando 'algo' pela categoria". As figuras exemplares desta política seriam: Getúlio Vargas, João Goulart, Ademar de Barros, Jânio Quadros, Tenório Cavalcanti – entre outros.[60]

Como política, o *populismo* seria um avanço em relação à política de clãs e oligarquias, mas seus quadros seriam incapazes de atingir um nível de política ideológica e estabelecer uma "coerente concepção militante a serviço de camadas sociais definidas". Assinala Guerreiro que, historicamente:

> O populismo é uma ideologia pequeno-burguesa que polariza a massa obreira nos períodos iniciais da industrialização, em que as diferentes classes ainda não se configuraram e apenas despontam, de maneira rudimentar. Em tais condições, a debilidade relativa do incipiente sistema produtivo não permite que as categorias dos trabalhadores tomem parte nas lutas políticas em obediência a programas próprios ou diferenciados. Ao contrário, justapõem-se num agregado sincrético, que pode ser considerado como o povo em estado embrionário. Esses contingentes recém-egressos dos campos ainda não dominaram o idioma ideológico. Seu escasso ou nulo enquadramento e treino partidário, sua tímida consciência de direitos, eis o que os torna incapazes de exercer influência pedagógica em seus líderes, os quais por isso mesmo, não precisam ir além de um libertarismo superficial em suas maneiras e ação.[61]

---

[60] Logo se vê que seria algo independente de partidos pois Jango foi do PTB, Tenório Cavalcanti da UDN e Jânio circulou por alguns (PTB, PDC etc.) mas, como Vargas (que foi do PTB), sempre evitou ser identificado com qualquer partido.

[61] *Ibidem*, pp. 56-7. O estudo do populismo no Brasil já havia sido inaugurado por H. Jaguaribe no artigo "O que é ademarismo", publicado nos *Cadernos de Nosso Tempo* nº 2 – editado pelo IBESP em 1954 (JAGUARIBE, Hélio. O que é ademarismo? In: SCHWARTZMAN, Simon (sel. e introd.). *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1979 (Biblioteca do pensamento político republicano), pp. 21-30). Mais tarde viriam as análises de WEFFORT, Francisco Corrêa. *O populismo na política brasileira*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; e IANNI, Octavio. *A formação do estado populista na América Latina*. 2ª ed. rev. e ampl., São

As transformações pelas quais estaria passando o país – de emergência do povo, de um estilo de política ideológica, de fortes e freqüentes demandas sociais, de crise do poder – inquietaram GR a ponto de refletir sobre a estrutura institucional e verificar um desajuste, um descompasso com relação à dinâmica sócio-política da sociedade brasileira; se há algum tempo diagnosticava o disparate da transplantação de idéias e instituições – segundo ele em desconexão profunda com a realidade brasileira -, agora vislumbrava uma *crise das instituições.*[62]

Dentre as instituições em crise, no que se refere ao *Estado* brasileiro, se de um lado o autor mantinha evidente confiança no potencial racionalizador, planejador do Estado como entidade superior e guardião da coisa pública, de outro, detectava em determinadas práticas arraigadas o mau uso da máquina e deformações de gestão no sentido de privilegiar interesses privados, setoriais e/ou parasitários. Percebia que grassava o clientelismo e o privatismo como formas de instrumentalização do estatal em benefício de interesses particularistas; de igual modo, reprovava a atuação do Estado como instrumento de amortização de conflitos, inchando a máquina estatal com contratações acima das necessidades reais (em parte devido à falta de ocupações no setor produtivo privado), empregando principalmente a classe média – muitas vezes sem preparo para desempenhar tais funções – e funcionando assim um mecanismo de cooptação para dirimir tensões resultantes da possível insatisfação desse grupo.

Paulo: Ática, 1989 e *O colapso do populismo no Brasil*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

[62] Advertimos que o autor em momento algum menciona o(s) termo(s) – que são de nossa responsabilidade. Há sim na elaboração de Guerreiro análises esparsas e não-sistemáticas sobre instituições específicas, entretanto, o intuito de apresentar uma teorização geral da sociedade brasileira – conforme a visão do autor - encorajou-nos a formular a questão deste modo e utilizar tal(is) termo(s). Uma expressão de significado próximo utilizada pelo autor é "*crise de desenquadramento institucional*", quando se refere à circunstância política de falta de eco à opinião popular.

Também no Brasil a *universidade* – e os órgãos oficiais para educação, ciência e cultura – estaria assolada pela "cartorialização", pelo "clientelismo na distribuição de auxílios, de funções e cargos", pelo privilégio a pessoas sem qualificação ou capacidade reconhecida. O Brasil não teria política com respeito à ciência e à cultura, essa lacuna não se deveria ao governo – que se esforçaria em formulá-la – e sim à resistência e à inércia dos que, entrincheirados em seus privilégios, comprometeriam o êxito das mudanças. Junte-se a isso a insistente crítica que fazia ao mau uso dos recursos: em pesquisas alheias às reais demandas da sociedade brasileira e por "outras razões mais graves".[63] Depreende-se que, para GR, a comunidade universitária brasileira estaria também refugiada institucionalmente num passado de elitismo, escolasticismo, impermeabilidade às legítimas demandas sociais e auto-isenção de responsabilidades quanto ao seu papel.

Mas nem todas as instituições eram reprovadas no crivo tão severo do autor, havia uma que considerava sensível às novas tarefas e ao eco das ruas: o *Exército*, que se conduziria "de maneira lógica", pois

> ... essa instituição, de raízes tão profundas no seio do povo, sai invariavelmente de sua posição discreta, toda vez que a comunidade brasileira, por incapacidade temporária das instituições civis, fica exposta a um desvio em sua evolução. As peculiaridades sociais da formação do Exército no curso de nossa história fizeram-no uma instituição diretamente aberta às autênticas tendências políticas da coletividade. A sensibilidade política do Exército é uma virtude saudável da estrutura do País. Por isso o grau de politização que o Exército atualmente manifesta dá a medida da crise de desenquadramento institucional em que se encontra a opinião popular. Essa crise só poderá ser conjurada quando o Congresso coincidir ideologicamente com o mandato que o instaurou e os partidos, o aparelho sindical e demais

[63] RAMOS, Alberto Guerreiro. *O problema nacional do Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Saga, 1960, p. 206.

> instrumentos de expressão da vontade do povo se penetrarem do novo sentido da evolução brasileira.[64]

A própria inquietação do Exército dever-se-ia à inaptidão das instituições civis, ou seja, o ônus da crise deveria ser pago pelas instituições mais 'abertas' e/ou de caráter representativo e, se GR não clama pela intervenção dos militares para dar 'lisura' e 'organização' aos procedimentos, também não atribui a devida parcela de responsabilidade da crise aos militares – pelas constantes interrupções do processo de constituição de representação política e consolidação de rituais democráticos.

Aos *sindicatos*, todavia, é dada 'sua' parcela de responsabilidade na referida crise; a crítica vem avassaladora, condenando toda a estrutura sindical que na época era um dos sustentáculos do poder – e o seria mais fortemente ainda no Governo Jango:

> ... a estrutura sindical vigente, [é] toda ela marcada por um vício de origem: o de ter sido outorgada pelo Estado, implantada de cima para baixo, propiciando a formação de uma burocracia sindical parasitária, de que o peleguismo é a conseqüência mais notória. Tudo isso impede a representação autêntica das aspirações do proletariado.[65]

Embora afirmasse que sem o peleguismo talvez as massas trabalhadoras ainda estivessem entregues a formas incipientes de luta como o espontaneísmo, vislumbrava – citando a famosa frase de Antonio Carlos a respeito da necessidade de fazer a revolução antes que o povo a fizesse – a possibilidade de uma outra evolução para o movimento sindical:

> Quem quer que estude a história das lutas sindicais no Brasil verá que na década de 1920 já existia consistente agitação nos meios operários. A legislação trabalhista que se implantou

[64] *Ibidem*, pp. 24-5.
[65] *Ibidem*, p.24.

> depois da Revolução de 1930 atendeu a uma pressão de massa. E não seria temerário afirmar que o Golpe de 10 de novembro de 1937 [instauração do Estado Novo] teve muito do que chamamos de revolução assumida.[66]

Destarte, quem mais intensamente recebeu críticas da parte de GR foram sem dúvida os *partidos políticos* – daí depreende-se também a importância que atribuía a esta instituição (partido) como organizadora e mediadora racional de conflitos e interesses. A crítica não se dirige a tais ou quais partidos, ou à atuação circunstancial destes, mas à própria instituição em sua conformação e existência histórica: "a crise não é, portanto, bem de partidos isolados, é da organização partidária do País".[67]

Os partidos no Brasil já haviam sido definidos pelo autor como "ganglionares": ajuntamento de interesses privados, instrumento de exclusão e de manutenção do poder por uns poucos que os manobravam: "Podemos assim resumir a história dos partidos desde a Independência até quase os nossos dias na fórmula: *foram instrumentos institucionais a serviço da circulação de elites.* E não podiam ter sido outra coisa".[68]

Somava agora ele aos vícios de origem a profunda crise que assolava os partidos naquela conjuntura, fato marcante da crise teria sido o pleito eleitoral para Presidente da República (em 1960) no qual um candidato (Jânio Quadros) teria sido eleito mantendo uma postura alheia aos partidos – e mesmo manifestando-se contra eles.

---

[66] RAMOS, Alberto Guerreiro. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963, p. 60.

[67] RAMOS, Alberto Guerreiro. *A crise do poder no Brasil; problemas da revolução nacional brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961, p. 97.

[68] RAMOS, Alberto Guerreiro. *Uma introdução ao histórico da Organização Racional do Trabalho; ensaio de sociologia do conhecimento*. Tese apresentada ao concurso para provimento em cargos da carreira de Técnico em Administração do quadro permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público em 1949. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950, p. 71, itálicos nossos.

Num momento em que – ponderava – o país estaria "politicamente vertebrado" e o Congresso nunca teria tido tanto poder no Brasil, a crise mostrava-se-lhe como algo extremamente sério. Vide o dramático diagnóstico que fazia:

> Desarticulados das correntes de opinião e das categorias sociais, descaracterizados perante o público, viciados no jogo de vantagens sem verdadeiro alcance social, os partidos não foram capazes de apresentar os termos da última sucessão [eleição presidencial de 1960] de modo que refletissem a radicalidade que marca hoje os projetos das diferentes categorias sociais.[69]

Naquele desafiador momento da sociedade brasileira, no qual – segundo o autor – o povo emergia para cobrar seu papel fundamental de sujeito político, quando a política evoluía para uma forma ideológica e decaíam as modalidades exclusivistas e arcaicas, o fulcro da crise seria a perda da capacidade de interpretar os anseios da sociedade política e dar vazão às suas demandas na forma de reivindicações legítimas e participação, ou seja, seria uma *crise de representatividade*:

> A crise de representatividade não pode ser mais explicada pela ausência do povo, mas essencialmente pela inadequação dos institutos partidários à nova realidade social e econômica do País. Nas condições anteriores, o que se verificava na esfera decisória do País era simples circulação de elites, isto é, mero rodízio de ocupantes eventuais das posições de mando, sem alteração significativa do estatuto econômico e social. Hoje, entretanto, trata-se de organizar uma sociedade funcional, em cujo Estado se afirma o poder das camadas sociais na proporção do que contribuem para o enriquecimento da

[69] RAMOS, Alberto Guerreiro. *A crise do poder no Brasil; problemas da revolução nacional brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961, p. 41. Significativamente, o eleitorado, num contexto de polarização entre esquerda e direita, nacionalismo e entreguismo, democracia e golpismo, optou por um candidato que não assumia necessariamente nenhum dos termos, esquivando-se por entre as definições.

> nação. Suficientemente dotadas de consciência desse imperativo, as diferentes categorias do eleitorado brasileiro não mais aceitam comandos partidários munificentes.[70]

A falta de representatividade dos partidos adviria de um "descompasso entre o grau de consciência política das diferentes camadas da população e a representação partidária", não bastasse, os partidos desdenhariam do eleitorado e, sem ouvi-lo, as cúpulas partidárias indicariam candidatos que não teriam respaldo político (e nem ao menos se afinariam com o partido), apenas por estes possuírem recursos financeiros pessoais, em detrimento dos postulantes mais qualificados mas com uma condição econômica ínfima.[71]

> A crise dos partidos em nossos dias resulta de que ainda continuam em grande escala viciados pelas superadas práticas oligárquicas e populistas, sem se darem conta da mudança qualitativa ocorrida nos últimos anos na psicologia coletiva do eleitorado. Este se orienta cada vez mais por critérios ideológicos e, assim, perdeu o temor reverencial pelos grandes nomes que, em outros tempos, mantinham-se indefinidamente nas posições de mando, graças à docilidade de eleitores cativos.[72]

Os partidos estariam tornando-se "ficções institucionais", seria mister que se reestruturassem visando qualificação para expressar a vontade dos eleitores de modo ideologicamente coerente. Um remédio para a crise de representatividade dos partidos seria a organização: "Organização que os habilite à prática da democracia interna e do trabalho de massa em caráter sistemático e permanente".[73] Outro instrumento válido seria a luta interna aos partidos como forma de dinamizar sua atuação e lapidá-los ideologicamente, vez que os partidos esvaziar-se-iam como vetores das forças sociais em litígio, a

---

[70] *Ibidem*, p. 44.
[71] *Ibidem*, pp. 217-8.
[72] *Ibidem*, p. 60.
[73] *Ibidem*, p. 45.

polarização ideológica e as dificuldades em expressar/representar os anseios políticos dos grupos sociais relegá-los-iam a posições de fragilidade institucional, abrindo-se canais de contestação da ordem.[74]

Tal situação nos reconduz ao suposto estratagema de Jânio (e o momento bonapartista) e as advertências de GR: como poderia Jânio apoiar-se nas instituições de representação política, dentre as quais seriam privilegiados os partidos, se estes se mostravam tão fragilizados? Mesmo assim lhe dariam sustentação política? Referida sustentação seria suficiente? Essa relação traria prudência e conseqüência ao governante e renovação – em termos de adequação às demandas e expressão ideológica – aos partidos? Ou ambos seriam reféns da crise?

---

[74] A crise dos partidos, como não poderia deixar de ser, também teria afetado – segundo o próprio Guerreiro - o partido ao qual estava ligado; além dos motivos que afligiriam as outras organizações partidárias, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) sofreria também de males peculiares: teria pretensões a ser o legítimo representante dos trabalhadores mas ainda não estava à altura de tal papel. Na análise do autor o ciclo inicial do trabalhismo no Brasil teria se esgotado, ao criticar as deficiências do partido esboçou um quadro do que chamou de "doenças do trabalhismo", a saber:1) *varguismo*: culto de Vargas, "resíduo emocional" que incitaria a crença popular na bondade intrínseca do carismático líder; 2) *janguismo*: "legado político do varguismo" (Jango seria continuador de Vargas) que pecaria por não renovar seus métodos, pois isso faria declinar sua influência; 3) *peleguismo*: "subproduto do varguismo ... irmão siamês do janguismo", consistiria na ação de sindicalistas burocratas que agiriam como conciliadores entre trabalhadores e governo, impedindo a concretização de um movimento obreiro forte e decidido, ainda que sem ele possivelmente as massas ainda estivessem relegadas a formas voluntariamente ingênuas de organização; 4) *expertismo*: tentativa de fazer-se teórico do partido "de cima para baixo", desrespeitando as experiências das lutas (RAMOS, Alberto Guerreiro. *A crise do poder no Brasil; problemas da revolução nacional brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961, pp. 90-3). Dentro do PTB Guerreiro posicionava-se como uma espécie de 'teórico' - de tendência à esquerda - do Grupo Compacto, cujos integrantes (em sua maioria do Rio de Janeiro e da Guanabara) eram Sérgio Magalhães, Almino Affonso, Luiz Fernando Bocaiúva Cunha, Fernando Santana, Armando Temperani Pereira, Clidenor Freitas e Doutel de Andrade. O grupo lutava por uma política "ideológica", contra o que identificavam como "populismo", e exigia: uma posição nacionalista agressiva do Governo, limitação do capital estrangeiro, incentivo à indústria nacional e compromisso com as *reformas de base* (agrária, urbana, bancária, tributária e universitária etc.). Seus parlamentares integravam a Frente Parlamentar Nacionalista e, após 64 pagaram caro por suas posições.

E mais: se fossem equacionadas tais crises do poder e das instituições teríamos nós um desfecho como houve em 64? A consolidação da representação e da participação popular traria estabilidade ou tornaria mais instável uma situação na qual emergiriam fortemente novos sujeitos e suas reivindicações? Essa possível instabilidade desembocaria num 64 ou numa transformação de caráter popular?

Na visão de Guerreiro Ramos a desobstrução, o alargamento e a qualificação da representação bem como a intensificação da participação popular, em termos "ideológicos", propiciaria um novo horizonte à sociedade brasileira. Todavia, quanto ao êxito dessa opção – dada nossa experiência 'inconclusa' – nunca saberemos exatamente.

ROLAND CORBISIER, HÉLIO JAGUARIBE E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ISEB[1]

Alexsandro Eugenio Pereira [2]

Introdução

Em *A traição dos intelectuais*, Julien Benda destaca uma mudança significativa na relação dos intelectuais com a política, ocorrida no final do século XIX: a rendição dos intelectuais à "sedução" das paixões políticas. Antes desse momento, os intelectuais teriam se mantido num certo distanciamento destas paixões, opondo-se a elas, seja pela indiferença, seja pela defesa de princípios abstratos e superiores capazes de transcende-las.[3] Benda acreditava na impossibilidade de conciliação entre o mundo da cultura,[4] no qual se desenvolvem as atividades próprias do intelectual, e o mundo da política, no qual se discute e se desdobra a resolução de problemas práticos. Envolvidos em tarefas da política, os intelectuais comprometeriam o conteúdo de suas idéias, de suas premissas e de seus valores. A análise de Benda sugere que os intelectuais devem evitar os riscos da submissão da cultura à política.

À posição extremada de Julien Benda pode-se contrapor a experiência dos intelectuais fundadores do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), no Brasil, na década de 1950. Ela possui contornos particulares na medida em que revela a possibilidade de conciliação entre a cultura e a política. Revela, ao mesmo tempo, como os intelectuais podem agir no campo político

---

[1] Este artigo foi apresentado no 'IV Seminário de Pensamento Social', organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros do IFCH/UNICAMP, nos dias 16, 17 e 18 de junho de 2003.

[2] Mestre e Doutor em Ciência Política pela FFLCH/USP

[3] BENDA, Julien. "A traição dos intelectuais". *In*: BASTOS, Elide Rugai e RÊGO, Walquíria D. Leão. *Intelectuais e política*: a moralidade do compromisso. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1999, p. 66.

[4] A expressão "mundo da cultura" é utilizada, aqui, no mesmo sentido dado a ela por Norberto Bobbio, idem.

para viabilizar seus próprios interesses. Na experiência de formação do ISEB observa-se a capacidade dos intelectuais de mobilizar recursos políticos com o propósito de viabilizar um espaço institucional próprio, voltado para o desenvolvimento de suas atividades.

Reunidos por volta de 1952, estes intelectuais serão conhecidos como o "Grupo de Itatiaia" (GI).[5] Através de sua atividade criaram o ISEB em julho de 1955, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Era um grupo bastante heterogêneo no qual transitavam intelectuais cuja posição privilegiada junto ao Poder Executivo era notória. A formação desse Grupo foi determinada por um interesse comum de todos os seus componentes, traduzido por eles como a *necessidade de conhecer o Brasil a fim de contribuir para a sua transformação econômica e social.* Além disso, desempenhavam funções públicas e cultivavam boas relações com aqueles que exerciam o poder. São exemplos dessa condição Rômulo Almeida, Ignácio Rangel, Alberto Guerreiro Ramos, que fizeram parte da Assessoria Econômica do Presidente Vargas, Helio Jaguaribe e Roland Corbisier, que atuavam no Ministério da Educação e Cultura. H. Jaguaribe assessorou juridicamente a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos formada para subsidiar a formulação de políticas de desenvolvimento. Foi, também, responsável pela elaboração de projetos de aparelhamento do MEC, cujas tarefas se ampliaram após a modificação realizada nesse ministério no segundo governo Vargas. Roland Corbisier, que se mudou de São Paulo para o Rio de Janeiro em 1954, começou a atuar na secretaria da ATEC (Assistência Técnica de Educação e Cultura) do MEC. A maior parte deles têm o Estado como uma referência importante na sua trajetória. Não apenas pelo fato de ocuparem funções públicas, mas por estarem disponíveis para prestar serviços importantes às tarefas cada vez mais complexas a cargo do Estado.

[5] Grupo de Itatiaia é a denominação dada a um grupo de intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo que realizava reuniões mensais num espaço cedido pelo Ministério da Agricultura no Parque Nacional de Itatiaia. Neste artigo, estou considerando esse grupo como aquele que, mais tarde, formará o ISEB.

A proximidade com os centros de poder permitiu aos intelectuais viabilizar suas pretensões no campo institucional. Essa proximidade favoreceu a operacionalização de seus projetos e foi um dos elementos condicionantes do êxito ou do fracasso na implementação deles. Os intelectuais juntaram-se às classes sociais daquela conjuntura, dotadas de interesses próprios e que depositavam no Estado a esperança de concretizar esses interesses. Mesmo não sendo políticos, o seu agir assume feições políticas na medida em que buscavam representar, numa condição privilegiada, seus interesses junto ao Estado.

Pelos motivos expostos acima, o grupo que formou o ISEB se constitui em objeto privilegiado de análise. Em seu interior, emergiram indivíduos cujo agir partiu da interpenetração de dois mundos inconciliáveis na visão de Julien Benda. E desenvolveram uma capacidade de agir cujo conteúdo é marcado pela tensão inerente às opções que fizeram — *exercer funções intelectuais que atendiam a finalidades políticas*. Essa tensão é reforçada pela forma como atuaram no campo da política: não assumiram cargos eletivos nos anos cinqüenta, centrando sua atividade no desenvolvimento de mecanismos intelectuais voltados à realização do desenvolvimento econômico via intervenção estatal. Ocupando cargos eletivos seriam condicionados a agir de acordo com as regras da política e a adotar procedimentos próprios desse campo. Antes, como intelectuais que *agem e interferem sobre* a política, tiveram condições de manter um certo grau de autonomia intelectual. Os vínculos dos seus objetos de estudos e análises às necessidades da política e do Estado são produto de uma opção deliberada. Exemplo disso é a trajetória de Roland Corbisier. Curiosamente, à medida que se aproximava do Rio de Janeiro, nas reuniões realizadas pelo Grupo no Parque Nacional de Itatiaia, Roland Corbisier ia sofrendo a influência dos outros integrantes daquelas reuniões. Ia, aos poucos, assimilando a importância da reflexão sobre o desenvolvimento e sobre a superação da miséria e da pobreza no País. Gradualmente foi assumindo uma posição mais propriamente "engajada" nos temas relacionados à transformação econômica e social do País. A influência assimilada por Corbisier foi produzida pelas características

específicas dos demais componentes do Grupo com os quais se identificou. Seu envolvimento nas discussões e nas reuniões desse Grupo foi uma *opção deliberada* na qual entraram em jogo suas motivações e interesses individuais.

Além do exposto, é preciso ressaltar os elementos favoráveis da conjuntura dos anos cinqüenta na qual os préstimos desses intelectuais são altamente relevantes. Corbisier e os outros componentes do Grupo tiveram capacidade de se posicionar frente a interesses constituídos dentro e fora do aparelho estatal. Essa capacidade permitiu ao Grupo uma *margem de manobra* capaz de evitar que fossem envolvidos totalmente por interesses estranhos aos seus e se tornassem meros reféns da luta política e social travada pelas classes sociais.

Com base nessas premissas procurarei sustentar neste artigo que as ações, os interesses e as motivações de Helio Jaguaribe e de Roland Corbisier foram fundamentais para a formação do ISEB. Considero que esta ação não estava subordinada aos interesses das classes sociais e, muito menos, às necessidades imperativas do Estado. Os intelectuais em questão possuem, em suas trajetórias, interesses próprios. É evidente que sua origem e seus vínculos sociais determinam, em parte, a constituição desses interesses. Porém, interessa examinar, aqui, como esses interesses estão sujeitos aos desdobramentos das trajetórias dos intelectuais *e como determinaram a formação e as características iniciais do ISEB no momento de sua formação.* É o que passo a desenvolver a partir de agora.

I. Grupo de Itatiaia e a liderança exercida por Helio Jaguaribe

Em outro trabalho produzido a respeito do ISEB,[6] procurei diferenciar, na história do Instituto, quatro períodos nos quais a atuação decisiva de pelo menos um intelectual é notável.[7] O primeiro desses períodos abrange a *formação*

[6] PEREIRA, Alexsandro Eugenio. *O ISEB na perspectiva de seu tempo*: intelectuais, política e cultura no Brasil (1952-1964). Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 2002.

[7] Para estabelece-los, tomei como base uma periodização proposta por Helio Jaguaribe na segunda entrevista concedida para a elaboração da tese (cf. idem). Nessa periodização, a

do Grupo de Itatiaia em 1952, a criação do IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política) e a edição dos números da Revista *Cadernos de Nosso Tempo*. A importância da constituição desse Grupo para a história isebiana é inegável. Roland Corbisier[8] o denomina de "a antevéspera do ISEB". O local no qual o Grupo realizava suas reuniões foi cedido pelo Ministério da Agricultura, graças à intervenção de Rômulo Almeida. Este último, além de pertencer à Assessoria Econômica da Presidência da República, era chefe de gabinete do ministro da Agricultura. A obtenção desse local revela um artifício comum aos intelectuais do Grupo: a mobilização de recursos políticos derivados dos papéis que exerciam dentro da estrutura estatal e das relações prestigiosas que mantinham com os ocupantes do poder.

O Parque tinha uma localização privilegiada e, ao mesmo tempo, curiosa: ficava na metade do caminho entre Rio de Janeiro e São Paulo. Tratar-se-ia, portanto, de um "campo neutro" pois não ficava em São Paulo e muito menos no Rio de Janeiro. Não haveria pretexto para qualquer tipo de controvérsia nesse sentido. Corbisier aponta os nomes dos que integravam o Grupo: "Do Rio, iam Helio Jaguaribe, Cândido Antônio Mendes de Almeida, Guerreiro Ramos, Oscar Lourenço Fernandes, Inácio Rangel, José Ribeiro de Lira, Israel Klabin, Cid Carvalho, Fábio Breves, Ottolmy da Costa Strauch, Heitor Lima Rocha e Rômulo de Almeida. De São Paulo, vinham Vicente Ferreira da Silva, Ângelo Simões de Arruda, Almeida Salles, Paulo Edmur de Souza Queiroz, José Luiz de Almeida Nogueira Porto, Miguel Reale, e um professor italiano, chamado Luigi Bagolini".[9]

---

história do ISEB seria formada por quatro períodos: 1º) *o período de formação* (1952-1955); 2º) o *período de institucionalização* da atividade intelectual no seio do aparelho estatal (1955-1958) (ambos sob a liderança de Helio Jaguaribe); 3º) o *período de expansão* das atividades do Instituto, com a liderança e a direção de Roland Corbisier (1959-1960); e 4º) *o período sob a liderança de Álvaro Vieira Pinto* (1961-1964).

[8] CORBISIER, Roland. *Autobiografia filosófica* — das ideologias à teoria da práxis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

[9] Idem, p. 83.

Em outro trabalho já citado,[10] apontei que a formação do GI teve seu embrião no grupo de intelectuais que passou a editar, a partir de 24 de julho de 1949, uma espécie de suplemento cultural na *5ª página do Jornal do Commercio*. Esse espaço foi conseguido por Augusto Frederico Schmidt, que intercedeu junto ao diretor do referido jornal. Por meio da *5ª página* o grupo obteve um importante veículo de divulgação de suas idéias conseguindo atingir uma significativa repercussão. O suplemento era editado semanalmente nas sextas-feiras. Já nesse momento são notáveis a liderança intelectual e a capacidade de criação de consenso exercida pela figura de Helio Jaguaribe. Vários intelectuais que participaram desse momento destacam o papel exercido por esse intelectual.[11] O próprio Jaguaribe enfatiza que exerceu esse papel: "Um grupo de pessoas que de certa maneira seguiu um pouco as minhas idéias começou a aparecer para o público na *5ª página do Jornal do Commercio*".[12] Nota-se, pela fala do autor, que a liderança exercida por ele situa-se no campo das idéias. Essa é uma forma importante de exercício de liderança *intelectual* que será mantida durante o período de formação do ISEB. Ela é fundamental para aglutinar intelectuais com formações e orientações políticas e ideológicas distintas, que era a característica marcante do GI. Ela é capaz aproximar intelectuais cujas origens são diferenciadas e, em alguns casos, díspares, faze-los atuar juntos e direciona-los à reflexão sobre temas de interesse comum. Para entender adequadamente o peso exercido por esse papel, sem superestima-lo, é preciso

---

[10] PEREIRA, Alexsandro Eugenio. *O ISEB na perspectiva de seu tempo*: intelectuais, política e cultura no Brasil (1952-1964). Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 2002.

[11] Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *A luta pela cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990; CORBISIER, Roland. *Autobiografia filosófica* — das ideologias à teoria da práxis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; RANGEL, Ignácio. "Terceiro Painel – Guerreiro Ramos e o desenvolvimento brasileiro". *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 17(02): 63-92, abril/junho de 1983; KLABIN, Israel. "Helio Jaguaribe – 75 anos". *In*: VENANCIO Filho, Alberto; KLABIN, Israel; e BARRETTO, Vicente. *Estudos em homenagem a Helio Jaguaribe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000; GUERREIRO RAMOS, Alberto. "Entrevista com Guerreiro Ramos" (concedida a Lúcia Lippi Oliveira e Alzira Alves de Abreu). *In*: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

[12] Idem, p. 129.

analisar as características essenciais dos intelectuais formadores do Grupo. É o que procuro desenvolver na próxima seção.

II. As características dos intelectuais do grupo de Itatiaia

Em um texto publicado em 1983, I. Rangel[13] caracteriza o Grupo dizendo se tratar de um conjunto de intelectuais que teria estabelecido um pacto coletivo. Por esse pacto, tornou-se viável reunir intelectuais extremamente diferentes uns dos outros. "E que tínhamos precisamente essa coisa em comum: *éramos todos diferentes uns dos outros e, por isso mesmo, nos reunimos*".[14] Esse aspecto é curioso. Ao invés de buscar a constituição de grupos homogêneos, voltados para os mesmos propósitos e baseados nos mesmos referenciais teóricos, chegava-se ao contrário: o grupo formado tinha como característica essencial as diferenças teóricas, ideológicas e políticas entre seus componentes. Esse fato se explica pelas características próprias ao debate das idéias na conjuntura dos anos cinqüenta no Rio de Janeiro. Trata-se, também, de uma geração de intelectuais que vivenciou distintas experiências políticas, sobretudo na década de trinta. Naquele momento, estiveram envolvidos, no campo cultural e até mesmo político, com propostas de transformação do País pela via do integralismo ou pela via da revolução socialista. Ignácio Rangel, por exemplo, chegou a pegar em armas em 1930 antes mesmo de desenvolver gradualmente seus vínculos com a atividade intelectual. Antes de se debruçar nas leituras realizadas como auto-ditada, engajou-se nas lutas políticas dos anos trinta como *revolucionário armado*. Relata[15] que sua vida política começou muito cedo, pois aos dezesseis anos já começava a refletir sobre o Brasil, a crise e a grande depressão mundial. Leu o *Manifesto Comunista* e sentiu-se convencido de

[13] RANGEL, Ignácio. "Terceiro Painel – Guerreiro Ramos e o desenvolvimento brasileiro". *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 17(02): 63-92, abril/junho de 1983.
[14] Idem, p. 72, grifo meu.
[15] RANGEL, Ignácio. *Ignácio Rangel* (depoimento). Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade/CPDOC/FGV, 1991, p. 01.

que havia encontrado uma bússola e um caminho a seguir. Tornou-se, então, militante do PCB e participante da Aliança Nacional Libertadora, comandando duzentos camponeses em armas no sertão maranhense com o propósito de tomar o poder em 1935. Porém, é derrotado, preso em São Luís e enviado ao Rio onde fica por dois anos. Na prisão, estuda muito e chega a articular uma espécie de "universidade popular", organizando um sistema de contrabando de livros de fora da prisão para os trezes cursos que nela funcionavam, como os de inglês, sociologia, matemática superior e economia.[16]

No outro lado do espectro ideológico, Roland Corbisier esposava, nos anos trinta, as teses do integralismo. Alberto Guerreiro Ramos também transitou pelo Integralismo nos anos trinta.[17] Ser integralista, segundo Sodré,[18] significava ser *anticomunista*. O próprio Corbisier admite que nos anos trinta era um pensador da direita e envolvido com os referenciais de diversos pensadores entre os quais Nietzsche, Spengler e Jaspers. A relação dele com o pensamento que o influenciava revelava uma atitude distanciada em relação aos problemas práticos.

> "Éramos teoricamente de direita [diz ele referindo-se ao grupo ao qual estava filiado nos anos trinta], e até mesmo reacionários. Sob o signo de Nietzsche, Spengler e Jaspers, discutíamos, pelas noites adentro, sobre a crise do mundo moderno e a decadência do Ocidente. Pessimistas, desesperados e catastróficos, cultivávamos uma atitude aristocrática, de príncipes e mandarins do espírito, alérgicos à massa, ao povo, à multidão.

---

[16] RANGEL, Ignácio. *Do ponto de vista nacional*. Rio de Janeiro: BNDES, 1992.

[17] Cf. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995. Baseada em Rômulo Almeida (ALMEIDA, Rômulo. *Rômulo*: voltado para o futuro. Fortaleza: BNB, 1986), L. L. Oliveira aponta que era possível distinguir no integralismo três linhas ou alas: "a sindicalista (Jeová Mota e Hélder Câmara); a 'boitatá', nacionalista na 'linha de Mário de Andrade e da revolução cultural da Semana de Arte Moderna'; e, por fim, a linha do grupo católico sob inspiração de Jacques Maritain, onde estava Alberto Guerreiro Ramos. Ele, Rômulo, fazia a ligação entre as correntes sindicalista e nacionalista, e todas elas enfrentavam o grupo da milícia dirigido por Gustavo Barroso" (*apud* OLIVEIRA, Lúcia Lippi, idem, p. 27).

[18] SODRÉ, Nelson Werneck. "Prefácio". *In*: CORBISIER, Roland. *Autobiografia filosófica — das ideologías à teoria da praxis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

> *Incompreendidos e marginalizados, por uma sociedade de novos ricos e de parvenus, que só valorizava o êxito econômico e o dinheiro, nem por isso deixávamos de ser conservadores dessa estrutura que nos expelia como se fossemos indesejáveis ou inúteis*".[19]

Alberto Guerreiro Ramos, por sua vez, fez parte de uma geração de intelectuais engajados na luta política dos anos trinta. Essa geração, segundo L. L. Oliveira,[20] estava cindida em diferentes bandeiras como o integralismo, o movimento católico e as fileiras abertas pela Aliança Nacional Libertadora. A autora mostra que um dos temas nos quais estavam envolvidos esses jovens era a da integração da cultura negra e baiana na cultura nacional. O interesse pela cultura negra na Bahia dos anos trinta era capaz de colocar no mesmo plano intelectuais vinculados ao movimento comunista, como Jorge Amado, e aqueles comprometidos com estudos "acadêmicos" sobre o tema, como Artur Ramos — professor de Guerreiro Ramos e pelo qual ele não tinha nenhuma simpatia. Nos anos trinta, Guerreiro Ramos não era um fervoroso defensor da revolução socialista devido às influências intelectuais que perpassavam seu pensamento e sua ação. Ao contrário: defendia em seus textos a idéia de uma revolução "personalista e comunitária" que estaria, em ordem de importância, acima da revolução materialista do fascismo e do comunismo: *comunitária*, pois amparada na tese de que os homens deveriam buscar a união por meio da comunhão e não do interesse. A união pela comunhão seria mais sólida e seria capaz de minimizar a dor e o sofrimento gerados pela incapacidade do homem de permanecer na solidão; e *personalista* por estar centrada no homem e na crítica às condições de existência da sociedade moderna. Nesta sociedade, o homem teria deixado de se perceber como ser natural e sobrenatural ao mesmo tempo, construído sob a imagem de Deus. As suas necessidades materiais, próprias do aspecto natural do homem, prevalecem e seria fundamental que ele percebesse

---

[19] CORBISIER, Roland. *Autobiografia filosófica* — das ideologias à teoria da práxis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 41, grifo meu.
[20] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

a importância de afirmar sua superioridade espiritual. Como o homem privilegia o aspecto natural deixa em segundo plano o aspecto sobrenatural. A concepção de Guerreiro sobre a revolução revela sua filiação ao pensamento cristão. L. L. Oliveira afirma, ainda, que a leitura das concepções de Guerreiro Ramos nos anos trinta deixa expresso o seu pensamento conservador e os componentes nele contidos: "é um conservadorismo organizado sobre a conversão do homem; é uma crítica à sociedade burguesa; é uma proposta de reordenação do mundo buscando como fundamento uma hierarquia moral. *E é nesse sentido que o conservadorismo não deve ser identificado como o pensamento tradicional tout court, defensor do status quo, do imobilismo social*".[21]

Examinando a posição de Alberto Guerreiro Ramos e de Roland Corbisier nos anos trinta é possível observar que as suas influências filosóficas determinam suas respectivas análises a respeito da crise vivida pelo mundo moderno naqueles anos. O mesmo ocorre com Rangel. Porém, seu referencial teórico é outro naqueles anos: é o Marx do *Manifesto* e da defesa da revolução socialista.

Rangel, Guerreiro Ramos e Corbisier são tomados aqui a título de exemplo. Eles situavam-se em campos distintos do espectro cultural e político dos anos trinta. Mas vão se encontrar nos anos cinqüenta e farão parte de um mesmo grupo unificado por propósitos comuns. O pensamento de Guerreiro Ramos tem feições conservadoras e, ao mesmo tempo, expressa uma rejeição ao *status quo*. Defende uma revolução na sociedade brasileira calcada nos aspectos espirituais dos homens. Corbisier, por sua vez, se mantinha distante da massa e da multidão enquanto Rangel envolveu na mobilização armada dos camponeses maranhenses. Os três estarão juntos nas reuniões do Grupo de Itatiaia, pautadas pelo respeito à diferença e às posições manifestas por cada um no debate. Parece predominar nestas reuniões um espírito voltado ao debate das idéias e ao contrapondo dos argumentos sempre mantendo um respeito recíproco às diferenças.

---

[21] idem, pp. 32-33, grifo meu; sublinhado no original.

Esse respeito pode ser explicado por vários fatores. Destaco entre eles, a idéia unificadora da necessidade de uma intervenção do intelectual na realidade social e econômica brasileira. Não importa qual seja a referência teórica ou filosófica da qual partem cada um deles. O que é capaz de unifica-los é a convicção sobre a necessidade de uma revolução no Brasil entendida no sentido amplo. Rangel[22] refere-se aos intelectuais do Grupo de Itatiaia como os "revolucionários dos anos trinta e quarenta". Mas, quais são os sentidos dessa Revolução? Nos anos trinta, eram muito variados, pois dependiam da base teórica ou filosófica que sustentava as diversas análises da crise brasileira elaboradas pelos intelectuais. A constatação da *crise brasileira* marca o pensamento e a ação deles no Grupo de Itatiaia. E é um de seus fatores unificadores. Para eles, a crise é própria do tempo em que vivem. Precisa ser compreendida em suas origens fundamentais. Compreender a crise é o suporte para a realização da mudança nos diversos planos da existência individual e social. Para compreende-la lançam mão de referenciais teóricos extraídos de outros intelectuais situados fora do Brasil.

Helio Jaguaribe[23] menciona esse aspecto. Ele diz que o ISEB, mais tarde, tentou compreender outras produções histórico-sociais da realidade do mundo e do Brasil para delas retirar algo que servisse para a *práxis* da transformação do País. Mas era necessário, também, entender o Brasil a partir da sua própria experiência como nação. Essa é uma outra constatação importante dos intelectuais do GI e que serve, também, como elemento unificador do Grupo. O lema que sintetizava, segundo Jaguaribe,[24] os objetivos do IBESP — antecessor do ISEB — era: "*Os problemas do nosso tempo na perspectiva do Brasil — os problemas do Brasil na perspectiva do nosso tempo*". Tais objetivos expressam a

[22] RANGEL, Ignácio. "Terceiro Painel – Guerreiro Ramos e o desenvolvimento brasileiro". *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 17(02): 63-92, abril/junho de 1983.
[23] JAGUARIBE, Helio. "Terceiro Painel – Guerreiro Ramos e o desenvolvimento brasileiro". *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 17(02): 63-92, abril/junho de 1983.
[24] JAGUARIBE, Helio. "Breve notícia sobre a própria obra". *In*: VENANCIO Filho, Alberto; KLABIN, Israel; e BARRETTO, Vicente. *Estudos em homenagem a Helio Jaguaribe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 110.

preocupação dos intelectuais com a necessidade de se entender a crise brasileira a partir da compreensão dos problemas gerais mais amplos com os quais se defrontava o mundo à época. Tais problemas envolvem, por exemplo, a polarização ideológica resultante do confronto entre capitalismo e comunismo. Envolvem, também, os conflitos entre as classes sociais fundamentais no capitalismo. Nos *Cadernos de Nosso Tempo*, num artigo datado de março de 1953, Helio Jaguaribe expõe a crise brasileira mostrando que ela não pode ser vista de forma isolada em relação ao mundo ocidental. Suas raízes poderiam ser encontradas na própria história brasileira e esta, por sua vez, estaria cada vez mais "impregnada da problemática com que se defronta o Ocidente".[25]

Ao analisar a estrutura do artigo de 1953 é possível perceber a preocupação com o diagnóstico da crise e a apresentação de soluções.[26] Essa estrutura revela a forma como a produção dos intelectuais é pensada pelo Grupo. Não se trata mais de desenvolver uma produção que sirva apenas a fins intelectuais. É preciso produzir para atender a fins e a interesses situados, também, fora do campo intelectual. Roland Corbisier percebeu a ênfase dada pelos intelectuais vindos do Rio de Janeiro à chamada problemática nacional. Na qualidade de intelectual paulista, percebeu a perspectiva em que o grupo "carioca"[27] se colocava:

> "Não se tratava mais de estudar, abstratamente, a economia, a sociologia, a política, a história e a filosofia, as ciências do espírito, em suma, mas de estuda-las *tendo em vista analisar e compreender a situação mundial, bem como analisar e compreender a situação brasileira. Na agenda dos trabalhos, teses, dissertações, exposições etc. a 'problemática' nacional tinha prioridade. Procurava-se*

[25] JAGUARIBE, Helio. "A crise brasileira". *In*: SCHWARTZMAN, Simon. (org.). "O pensamento nacionalista e os 'Cadernos de Nosso Tempo'". Brasília: Câmara dos Deputados/Editora da UNB, 1981.

[26] Conferir, especialmente, idem, pp. 149-152.

[27] É conveniente o uso destas aspas pois do Rio vieram intelectuais como Alberto Guerreiro Ramos, Rômulo Almeida e Ignácio Rangel, dentre outros, que haviam nascido em outros Estados da federação.

> *compreender o mundo na perspectiva do Brasil.* Os problemas econômicos do País eram discutidos amplamente, para constrangimento nosso, que nada ou quase nada sabíamos a respeito".[28]

O constrangimento de Corbisier se justificava. Em São Paulo, as agendas intelectuais não estavam voltadas para as mesmas preocupações das do Rio de Janeiro. Nem por isso, a agenda "carioca" deva ser atrelada a preocupações externas ao campo intelectual. Voltar-se para o estudo da "problemática nacional" é uma opção deliberada dos intelectuais do GI. Essa opção conjunta é outro fator da unidade do Grupo. E esse é um tipo de interesse constituído a partir das experiências políticas e intelectuais desenvolvidas pelos seus integrantes. Percebiam o momento pelo qual o País estaria passando e sentiam a necessidade de refletir sobre ele, de intervir na realidade e, com isso, de exercer um papel de natureza política. Percebiam, também, a importância crescente da reflexão sobre o processo de transformação econômica e social brasileira. Rangel[29] destacou que o ano de 1953, no qual o IBESP é criado, teria sido significativo porque os "revolucionários dos anos trinta e quarenta", provenientes de posições à esquerda e à direita, acreditavam que o País estaria entrando num momento importante de prolongado desenvolvimento. Isso acarretava a necessidade do diálogo, do debate e da expressão do pensamento em *lócus* privilegiados de discussão como o que se formou no Parque Nacional de Itatiaia, no IBESP e, mais tarde, no ISEB.

> "Sentíamos que era preciso retomar o diálogo interrompido completamente, 10 ou 20 anos antes. Nossas posições, quer nos houvéssemos movido para a esquerda, quer para a direita, haviam se congelado e eram inconciliáveis. Aqueles que, por este ou aquele motivo haviam fixado sua posição, não tinham

[28] CORBISIER, Roland. *Autobiografia filosófica* — das ideologias à teoria da práxis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 84, grifo meu.
[29] RANGEL, Ignácio. "Terceiro Painel – Guerreiro Ramos e o desenvolvimento brasileiro". *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 17(02): 63-92, abril/junho de 1983.

> como dialogar com os outros. Com o ISEB e, antes deste, com o IBESP, sob a presidência de Jaguaribe, esses homens, homens dessas cepas, voltaram a se encontrar".[30]

O diálogo retomado nos anos cinqüenta pelo IBESP e em seguida pelo ISEB envolveu, ainda segundo Rangel, o País inteiro. As duas instituições foram fundamentais para viabiliza-lo de forma operacional. O papel do ISEB seria o de retomar o diálogo sobre a "revolução" num sentido ampliado. "Nosso papel não foi propriamente o de influência sobre o poder. Fizemos, isso sim, a nação, a sociedade civil, como hoje se diz, pensar".[31] Para a maioria deles, a "revolução" significava, sobretudo, a transformação da estrutura produtiva brasileira mesmo para aqueles que acreditavam no comunismo como próxima etapa. Esse ponto comum favorece a relativa unidade do Grupo, assegurada, também, pela liderança de Helio Jaguaribe. É o pretendo desenvolver na próxima seção.

III – Helio Jaguaribe E Roland Corbisier na formação do ISEB

O "reencontro" de intelectuais tão díspares nos anos cinqüenta é assegurado pelo papel exercido por Helio Jaguaribe. Esse papel não anula, evidentemente, o pensamento e a ação de outras figuras relevantes do Grupo. A capacidade de favorecer o consenso dentro do Grupo é destacada, de forma unânime, por todos aqueles que fizeram menção à importância de Jaguaribe para o GI. Exemplo disso pode ser observado nos conflitos entre Guerreiro e Rangel. Ambos estavam sempre dispostos à luta aberta, mas havia *alguém*, entre eles, capaz de sintetizar o debate e conduzi-lo a um consenso.

> "[havia alguém entre nós] que sabia, no momento oportuno, sair da arena, olhar para ela em perspectiva, e dizer, em poucas palavras, coisas que, afinal, resumiam e concluíam

[30] Idem, pp. 72-73.
[31] Ibidem, p. 73.

> nosso debate. Porque sabia dizer, depois de um debate, durante o qual todos nós estávamos convencidos de que nossas posições eram antagônicas, coisas que procuravam reformular nosso pensamento coletivo, fazendo com que aceitássemos aquela reformulação como nossa própria. *Refiro-me [a] [...] Helio Jaguaribe, o melhor chairman que conheci em minha vida, um homem capaz de fazer uma reunião operar, funcionar, concluir.* Não há muitos homens assim".[32]

Na passagem acima, Rangel destaca, também, o esforço de síntese operado por Jaguaribe. Esses dois elementos — o consenso e a síntese — são fundamentais para tornar operacional um grupo com divergências aparentemente inconciliáveis. Ou para conter a defesa apaixonada de posições que poderiam levar a rupturas. A síntese viabiliza, também, uma posição mais ou menos consensual entre os componentes do Grupo. Isso favoreceu, por exemplo, a redação do texto "Para uma política nacional de desenvolvimento" que seria entregue aos elaboradores do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. O texto é representativo e, em certa medida, expõe a posição do Grupo a respeito da futura condução da política de desenvolvimento do então candidato Kubitschek.

Nessa direção, Sodré[33] destaca a atuação dos intelectuais isebianos como um grupo organizado voltado ao atendimento de seus interesses intelectuais e também políticos. Segundo ele, o GI não se restringe apenas às atividades intelectuais, mas se vê frente à necessidade de desenvolver uma atuação direta na política com vistas ao atendimento de suas necessidades e com o propósito de contribuir para a manutenção da democracia num momento em que ela se encontrava ameaçada pelo curso dos acontecimentos. A análise de Sodré sugere que a manutenção da democracia e a eleição de JK seriam condições políticas capazes de viabilizar a atividade intelectual dos integrantes de Itatiaia. Por essa razão, os intelectuais tinham que se envolver nas questões políticas para

---

[32] Ibidem, p. 72, grifo meu; sublinhado no original.
[33] SODRÉ, Nelson Werneck. *A luta pela cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

viabilizar seus interesses. E nesse sentido, a ação de Helio Jaguaribe e Roland Corbisier é fundamental devido ao trânsito dos dois em setores do aparelho estatal e devido aos vínculos estreitos com o candidato e presidente eleito Juscelino Kubitschek.

Em seu relato sobre o GI, Sodré[34] diz que as tarefas do Grupo dividiam-se, em 1955, em duas partes: na área política e na área intelectual. Na área política, o GI esteve envolvido, primeiramente, na campanha eleitoral de JK e, em seguida, na luta pela manutenção da democracia, posta em xeque por aqueles que pretendiam impedir a posse de JK. Ainda, na área política, segundo Sodré, "os componentes do Grupo de Itatiaia gravitavam em torno de Kubitschek e de seus amigos e correligionários".[35] Para ele, os intelectuais isebianos "viam na vitória de Kubitschek uma grande oportunidade política, para o grupo e para cada um. É verdade que essa atitude não era cínica. Nada disso. Eles viam naquela vitória uma necessidade política, achavam que ela faria o país avançar. *E, paralelamente, desejando-a porque ela seria positiva para o país, desejavam-na porque ela seria positiva, direta ou indiretamente, também para eles*".[36]

A abordagem de Sodré permite observar como a atividade intelectual do GI envolve, simultaneamente, ligações diretas com a atividade política numa interação dinâmica entre os dois campos, o cultural e o político. Movidos pela interpretação intelectual construída a respeito dos problemas sociais e econômicos brasileiros, os intelectuais desejaram influir sobre contribuir para viabilizar a eleição de um sujeito capaz de levar adiante as transformações que consideravam necessárias. Por isso, deram sua contribuição intelectual à campanha de Juscelino, acreditando ser ele o sujeito histórico da transformação. Acreditavam, também, que a posse de Juscelino representava, do ponto de vista político, a vitória da democracia contra todo o movimento golpista ou autoritário. Porém, essa tomada de posição viabilizaria seus interesses como grupo intelectual constituído e que buscava consolidar-se do

---

[34] Idem, p. 168.
[35] Ibidem, p. 168.
[36] Ibidem, pp. 172-173, grifo meu.

ponto de vista institucional. Tal consolidação, certamente, possibilitaria aos componentes do Grupo o exercício de suas funções como intelectuais, além de coloca-los numa condição privilegiada para realizarem seus interesses políticos e mesmo materiais. No entanto, a capacidade do Grupo de viabilizar suas pretensões no campo intelectual e no campo político dependia da manutenção de uma certa unidade entre seus componentes, sem a qual tenderia à fragmentação e à desarticulação devido às divergências internas e às diferentes orientações ideológicas e políticas que marcavam o GI.

Portanto, trata-se de um grupo heterogêneo, mas articulado por interesses intelectuais comuns e pela liderança de Helio Jaguaribe. Tratava-se, segundo Sodré,[37] de uma liderança importante, que tinha uma ascendência sobre o grupo, baseada na estima, na consideração e na admiração. Jaguaribe era filho de um militar da reserva, estudara Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, tinha boas relações pessoais e políticas e iniciara atividades profissionais como advogado. Dessa função como advogado, retirava fundos que serviram para o financiamento privado da principal publicação do IBESP – os *Cadernos do Nosso Tempo*. Suas motivações envolviam, portanto, fins intelectuais, mas também fins políticos. Como intelectual desejava a constituição de uma atividade intelectual inserida em um modelo institucional diferenciado do modelo acadêmico existente em São Paulo. Para ele, a atividade intelectual deveria se realizar sem a adoção de procedimentos burocráticos e sem a rotina da produção científica gerada no interior da Universidade. Também direcionar esta atividade intelectual para estudos e análises dos "problemas brasileiros", capazes de subsidiar a elaboração de políticas estatais de desenvolvimento econômico e de superação do atraso e da miséria do Brasil. Suas motivações não se restringiam, porém, aos fins intelectuais supracitados. Jaguaribe cultivou boas relações com muitos dos ocupantes do poder e colocou seus esforços como intelectual à serviço de finalidades políticas, buscando, mais tarde, colher os dividendos dessa atividade

[37] Ibidem.

em pelo menos duas direções: 1º) na institucionalização da atividade intelectual do GI, obtida com a criação do ISEB e sua manutenção posterior com recursos do MEC; 2º) na obtenção de recursos junto ao BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) para financiar o projeto da Companhia Ferro e Aço de Vitória,[38] projeto bem-sucedido que contou com o apoio pessoal do presidente JK. A obtenção desse apoio não pode ser desvinculada da participação de Jaguaribe e do GI na campanha do então candidato e no movimento político pela posse de JK. Jaguaribe e outros intelectuais do Grupo foram colaboradores de Lucas Lopes (por intermédio do fornecimento de textos e análises) na elaboração da política de desenvolvimento. Participaram, mais tarde, da concretização dessa política, ao se tornarem responsáveis pela elaboração da "ideologia do desenvolvimento". Tal ideologia daria suporte a esta política, no plano das idéias e no plano da produção do consenso.

Na formação do ISEB, portanto, as motivações e interesses de Jaguaribe exercem um papel importante. É fundamental notar, a esse respeito, que o ISEB do *período de institucionalização* (1955-1958) assume características reveladoras da influência de Jaguaribe. Em primeiro lugar, trata-se de uma instituição destituída de procedimentos burocráticos. As reuniões do Instituto, por exemplo, são realizadas sem que sejam lavradas atas para registra-las, segundo informação do próprio Jaguaribe.[39] O modelo institucional criado em 1955 sob a sigla do ISEB permite, também, que o desempenho das tarefas dos professores do Instituto ocorra sem que haja controles internos. É evidente

---

[38] A Cia Ferro e Aço de Vitória pertencia a parentes de Jaguaribe. Ela possuía um pequeno alto-forno de quarenta toneladas para a produção de gusa. Graças aos esforços de Jaguaribe, ao apoio financeiro obtido no governo JK e ao fornecimento de equipamentos e investimentos de uma empresa alemã, ela se transformou numa grande empresa siderúrgica que, em 1963, ano de sua inauguração, passou a ter capacidade para produzir 500 mil toneladas anuais de aço.

[39] Em entrevista concedida para a elaboração da tese. Cf. PEREIRA, Alexsandro Eugenio. *O ISEB na perspectiva de seu tempo*: intelectuais, política e cultura no Brasil (1952-1964). Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 2002.

que esse modelo atendia a maioria dos componentes da instituição na medida em que não se dedicavam exclusivamente às atividades dela. Em segundo lugar, foi uma instituição cujas atividades estiveram voltadas para o desenvolvimento do ensino e dos estudos e análises dos "problemas brasileiros". Os intelectuais não procuraram, até pelo menos fins de 1958, buscar um engajamento político da instituição na conjuntura histórica, embora houvesse uma tensão entre eles que os dividia em dois grupos: o primeiro desejava manter o ISEB voltado para estudos e análises (posição sustentada por Helio Jaguaribe); e o segundo pretendia ampliar as atividades do Instituto voltando-as à ação política (posição defendida por Alberto Guerreiro Ramos).

Em segundo plano, mas de importância nada desprezível nesse contexto de formação, situava-se Roland Corbisier. Junto com Jaguaribe, os interesses e motivações desse intelectual exerceram um papel importante, sobretudo nas negociações políticas dentro do Ministério da Educação e Cultura que viabilizaram a criação do ISEB. A esse respeito cabe observar que o ISEB é criado num governo transitório (o de Café Filho) que, em princípio, seria avesso às pretensões dos componentes do GI. Isso só foi possível graças à manutenção dos cargos públicos ocupados por Helio Jaguaribe e por Roland Corbisier, favorecidos pela disposição do então presidente de não promover alterações profundas na estrutura administrativa do Estado.

Roland Corbisier era um sujeito com experiência administrativa em instituições intelectuais. Fora ele o responsável, ao lado de outros intelectuais, pela fundação de dois Institutos em São Paulo: o IBF (Instituto Brasileiro de Filosofia), em 1949, que viria a promover o I Congresso Nacional de Filosofia (1950); e o Instituto de Sociologia e Política patrocinado pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo em junho de 1952. Esses Institutos tiveram uma importância na trajetória de Roland Corbisier que, por meio deles, adquiriu uma experiência fundamental na organização da atividade intelectual. É Corbisier quem promove negociações dentro do Ministério da Educação

visando a criação do ISEB. Osny Duarte Pereira[40] considera que Roland Corbisier teria sido o "principal artífice" da referida criação. Mas é Jaguaribe, no entanto, quem imprimia sua marca sobre o GI, sobre o IBESP e mais tarde sobre o ISEB. Foi ele o artífice e financiador do IBESP e foi dele a autoria da primeira proposta elaborada para a criação do Instituto. Jaguaribe financiava do próprio bolso a edição da revista *Cadernos de Nosso Tempo*. Suas dificuldades para mantê-la com seus próprios recursos, acarreta a busca pela concretização daquela proposta. Graças a Anísio Teixeira, que ocupava importantes funções no MEC, as tentativas de Jaguaribe e Corbisier lograram êxito. Graças a eles, foi possível institucionalizar uma atividade intelectual que vinham desenvolvendo, de forma precária, por intermédio do IBESP. Era precária, pois não tinham um local específico para ministrar cursos e conferências; não possuíam verbas para financiar suas publicações, seja na forma de uma revista, seja na forma de livros; e não dispunham de uma organização que pudesse formalizar e estreitar contatos com o público interessado em ouvir suas idéias. Por meio de um espaço institucional consolidado, poderiam levar adiante a necessidade que sentiam do Brasil ser conhecido para ser transformado.

O projeto inicial do que viria a ser o ISEB foi formulado por Helio Jaguaribe, que tencionava formar no Brasil um equivalente ao *College de France*.[41] A denominação dada a esse projeto era sugestiva: *Colégio do Brasil*. A elaboração desse projeto se dá no contexto de transferência de Roland Corbisier para o Rio de Janeiro. Nesse momento, Corbisier atravessa dificuldades financeiras.

---

[40] PEREIRA, Osny Duarte. *Minha passagem pelo ISEB*. (Depoimento em seminários na Associação Brasileira de Imprensa e na Biblioteca Nacional). Rio de Janeiro, s/editora, julho de 1995, p. 05.

[41] Alberto Guerreiro Ramos diz que o modelo tomado como referência para a criação do ISEB era o do Colégio de França: "Nós pretendíamos ser uma coisa equivalente — assim era a idéia inicial — ao Colégio de França. *Queríamos ser uma instância de processamento do pensamento brasileiro*. Uma idéia muito, muito alta" (GUERREIRO RAMOS, Alberto. "Entrevista com Guerreiro Ramos". *In*: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995, p. 155, grifo meu). A afirmação de Guerreiro Ramos reforça a importância do projeto elaborado por Helio Jaguaribe, como parte da criação de órgãos dentro do MEC destinados a gerir a questão cultural.

Sua situação — como ele mesmo conta[42] — era precária e precisou contar com o apoio dos amigos Augusto Frederico Schmidt e Helio Jaguaribe. Ele relata que, durante o segundo governo Vargas, houve uma mudança nos encargos do Ministério da Educação, que deixou de ser responsável pela pasta da saúde e passou a denominar-se *Ministério da Educação e Cultura.* Com isso, gerou-se a necessidade de constituir órgãos simétricos e correspondentes, para a gestão da questão cultural, aos que já existiam na área educacional. Para corrigir a assimetria de órgãos entre a área cultural e a educacional, Helio Jaguaribe ficou encarregado de elaborar um conjunto de projetos, que incluíam o Fundo Nacional, o Conselho Nacional e o Departamento Nacional de Cultura, além do projeto relativo ao *Colégio do Brasil.* Esse último seria o embrião do ISEB e coincidiu com a concepção inicial sobre o Instituto produzida pelos intelectuais que o idealizaram. O ISEB, em princípio, seria um desses órgãos e faria parte dos esforços de racionalização e intervenção estatais num campo específico. A viabilização do projeto do *Colégio do Brasil* não era tarefa de fácil realização. Foram necessárias gestões junto a pessoas responsáveis pela tomada de decisões até que, finalmente, saiu o decreto de criação do novo Instituto. Corbisier relata o seu interesse pessoal de levar adiante aquele projeto, interesse favorecido pela posição que ocupava dentro do Ministério da Educação e Cultura, graças às ingerências de Helio Jaguaribe. Corbisier exercia cargo na secretaria geral da ATEC (Assessoria Técnica de Educação e Cultura) e, paralelo ao desempenho de suas funções públicas, perseguia a idéia de concretizar o projeto do Colégio do Brasil. Tal projeto foi deixado de lado e um outro foi elaborado em seu lugar, com o nome de Instituto Latino-Americano, cuja redação coube ao embaixador Paulo Carneiro. Esse novo Instituto funcionaria em conexão com a UNESCO, mas não foi aprovado pelo Itamarati. Até que, num certo dia, Corbisier foi chamado ao gabinete do ministro Cândido Motta Filho que, em conversa a respeito do centro de estudos que o Grupo de Itatiaia pretendia criar, disse que era necessário fundar a *Escola Superior de Paz.* O interesse do ministro gerou o decreto de 14 de julho de 1955 que criava o ISEB para o qual foi designado, como diretor, Roland Corbisier.

---

[42] CORBISIER, Roland. *Autobiografia filosófica* — das ideologias à teoria da práxis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Na sua criação, o Instituto é concebido como um centro de estudos e pesquisas voltados para os propósitos do desenvolvimento. Essa idéia pertencia a Jaguaribe e dela compartilhou também, inicialmente, Roland Corbisier. Se Helio Jaguaribe é responsável pela concepção, Corbisier, por sua vez, mantém abertas as negociações dentro do Ministério da Educação com vistas à viabilização da proposta do ISEB. E novamente se observa a presença de motivações e interesses de um intelectual exercendo determinação sobre o processo de constituição deste Instituto. Os interesses também são de natureza intelectual, na medida em que Corbisier adere, no curso de sua trajetória, à convicção predominante no GI sobre a necessidade de compreensão da realidade social e econômica brasileira com vistas à sua transformação. Corbisier transita de uma visão à moda de Julien Benda, do intelectual como aquele que "persegue os fins universais, as coisas eternas"[43] para a noção do intelectual como sujeito histórico envolvido nos problemas de seu tempo. O momento desta transição corresponde, precisamente, ao início dos anos cinqüenta, no qual seus interesses modificaram-se, alterando significativamente o curso de suas atividades intelectuais. Do seio desta transição desenvolvem-se, também, interesses políticos que culminarão, no início dos anos sessenta, com a eleição de Roland Corbisier para a cadeira de Deputado da Assembléia Constituinte do Estado da Guanabara. A criação do ISEB realizou, por fim, interesses materiais na medida em que assegurou as condições para a manutenção econômica de Corbisier, indicado para a direção executiva do Instituto, cargo que era remunerado pelo MEC.

Finalmente, é importante enfatizar que a criação do ISEB ocorre num contexto de sucessão presidencial. O apoio já mencionado dado pelo GI à campanha de JK e ao movimento político que assegurou sua posse garantiram ao Instituto não apenas uma dotação orçamentária mínima para a manutenção de suas atividades nos anos cinqüenta, mas também a reforma de uma sede

[43] *Apud* BASTOS, Elide Rugai e RÊGO, Walquíria D. Leão. *Intelectuais e política*: a moralidade do compromisso. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1999, p. 25.

própria localizada no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro. A reforma desta sede e a dotação orçamentária não podem ser analisadas de forma dissociada do apoio dado pelos isebianos a Kubitschek que manifestou a eles, freqüentemente, sua gratidão.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, procurei sustentar que as motivações, interesses e ações dos intelectuais analisados tiveram uma repercussão significativa sobre a formação do ISEB e mesmo sobre as características assumidas por essa instituição em seus primeiros anos de existência. Não pretendi, com isso, deixar de lado a produção intelectual desenvolvida por eles nos anos cinqüenta, nem desconsidera-la como elemento fundamental de análise. Examinar a produção intelectual pode explicitar mudanças na trajetória institucional. Exemplo disso pode ser observado no livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*, de Helio Jaguaribe, publicado pelo ISEB em 1958. Esse livro gerou uma cisão importante dentro do Instituto resultando na saída de muitos dos intelectuais que formaram o GI e o ISEB, entre os quais o seu autor. Nele, Jaguaribe manifesta uma posição mais flexível quanto ao recurso ao capital estrangeiro no desenvolvimento brasileiro, sugerindo que tal capital seja regulamentado, mas não excluído desse desenvolvimento. É curioso notar que essa posição, inserida em um componente da produção intelectual do autor, situa-se no momento em que Jaguaribe põe em marcha seu projeto da Companhia Ferro e Aço de Vitória para o qual associa-se com uma empresa alemã (a Ferrostal), com o objetivo de beneficiar-se das vantagens de importação oferecidas pela Instrução 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito). A Instrução 113 foi o mecanismo cambial que favoreceu o modelo de desenvolvimento industrial baseado na associação entre capital privado nacional e capital estrangeiro.

Procurei ressaltar neste artigo, também, a importância da análise dos intelectuais como atores sociais capazes de estabelecer um grau relativo de

autonomia frente às determinações da competição política e das lutas sociais que se estabelecem em uma determinada conjuntura. Não pretendi, com isso, mostrar que os intelectuais desenvolvem interesses desvinculados de suas origens sociais e de seu pertencimento, como indivíduos, a determinadas classes sociais. Ao contrário, procurei entende-los como um grupo social capaz de constituir interesses próprios e agir, na cena política, na perseguição de tais interesses. Na análise aqui desenvolvida, sinto dificuldades de compreender a trajetória institucional do ISEB sem essa conexão entre os intelectuais, seus interesses e motivações, e a referida trajetória. Prefiro percebe-la como intimamente associada aos intelectuais. Só assim ela se revela em sua complexidade na medida em que é produzida por eles.

THEOTÔNIO DOS SANTOS, RUY MAURO MARINI E FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – PERSPECTIVAS SOBRE A TEORIA DA DEPENDÊNCIA[1]

Kátia Aparecida Baptista [2]

I. Introdução

O período que antecede o golpe de 1964 (1961-1964) é marcado por um conturbado cenário de conflitos insuflado, dentre outras coisas, pelo debate intelectual que traz à tona a preocupação com o desenvolvimento capitalista na periferia. Nesses anos, inicia-se um forte questionamento das políticas propostas pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) – que se pautavam pelo nacional-desenvolvimentismo – e procura-se mostrar que elas eram ineficientes para solucionar o subdesenvolvimento dos países periféricos. Além disso, este é um momento no qual emerge uma crítica à mudança de posição do PCB, que adotará a partir de 1956 uma "nova plataforma política", o que favoreceu a crítica das "teorias convencionais do desenvolvimento capitalista".[3]

Não é por acaso que nesses anos se acirra a discussão de alternativas ao desenvolvimento capitalista na periferia tendo na Revolução o tema que sintetizaria todas as discussões, inclusive devido ao impacto da Revolução Cubana sobre a esquerda latino-americana. Com isso, a esquerda posicionava-se com radicalidade contra o imperialismo, a miséria e o latifúndio, em prol da emancipação política e econômica dos setores subdesenvolvidos.

---

[1] Este artigo foi apresentado no 'IV Seminário de Pensamento Social', organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros do IFCH/UNICAMP, nos dias 16, 17 e 18 de junho de 2003.

[2] Mestre em Sociologia – UNESP/ FCLAr

[3] WEFFORT, F. *O Populismo na Política Brasileira.* 3º edição, R.J.: Paz e Terra, 1980.

Além disso, o debate intelectual nesse período estava permeado por perspectivas que procuram reorientar a relação entre as decisões políticas e a esfera econômica e equacionar, de certo modo, os dilemas criados pelo progresso da industrialização acelerada – incentivada durante o governo de Juscelino Kubitschek – através de uma política econômica sistematizada no *Programa de Metas*. Nesse contexto, discutiam-se pelo menos três opções políticas que consubstanciavam alguns desses dilemas: a) uma política econômica governamental, no sentido de emancipar as decisões sobre a economia do país; b) uma política econômica governamental destinada a acentuar as relações de interdependência e complementaridade da economia brasileira com a economia internacional; c) uma política econômica governamental destinada a fortalecer e ampliar o setor estatal da economia brasileira, com a finalidade de acelerar a transição para o socialismo.[4]

Nesse sentido, a discussão revelaria não só a existência de um projeto de capitalismo nacional, como opção para o progresso econômico e social, mas também a vigência, em contrapartida, de uma estratégia de desenvolvimento associado, que predominaria a partir de 1964. Entre estas duas tendências vislumbrava-se uma terceira alternativa, levada adiante pela esquerda, ou seja, a estratégia de desenvolvimento socialista. Todo esse debate teve uma preocupação central voltada para o planejamento e orientação das estruturas econômica e de poder; todavia, em cada uma das posições, os focos de observação seriam diferenciados.

Essa atmosfera de discussão terá como uma de suas causas o XX Congresso do PCURSS, em 1956, quando são feitas denúncias sobre a política de Stalin.[5] Nesse momento, inicia-se dentro do PCB um processo de

[4] IANNI, O. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. R.J.: Civilização Brasileira, 1991.

[5] Nesse Congresso, realizado após a morte de Stalin, Nikita Kruschev lerá um relatório denunciando, conforme: "o culto à personalidade" e fazendo diversas e sérias acusações (autoritarismo, rompimento da "legalidade socialista", crimes e outras) ao período stalinista. O *informe* caiu como uma bomba sobre o Movimento Comunista Internacional e deu-lhe uma "sacudida brutal e dramática". Em todos os países do mundo, os comunistas receberam a

reavaliação sobre o caminho que propusera para o socialismo no Brasil, isto é, a luta armada. Esse tipo de posicionamento leva-o a redefinir seus objetivos estratégicos e táticos, acabando por modificar sua plataforma política.[6]

Contudo, a avaliação feita sobre o PCB, por intelectuais e militantes que passaram a integrar novos grupos revolucionários[7] em oposição à postura do "Partidão" era de que este partido se tornara inoperante ao desistir do ideal revolucionário não criando as condições subjetivas necessárias ao processo da Revolução. Todas estas organizações pregavam vias insurrecionais, baseadas na luta armada e, por conseguinte, opunham rigidamente reforma e revolução.

O PCB assumirá uma posição moderada incentivando o caminho pacífico para a Revolução ao propor uma aliança com a burguesia nacional, almejando uma Revolução Democrático-Burguesa por vias reformistas. Em contrapartida, estudantes, jovens intelectuais e parte do movimento sindical estavam sendo influenciados pelo embalo revolucionário de Cuba, vitorioso em 1959. O fato de Cuba ter se tornado declaradamente socialista, em 1961, desencadearia nessa juventude a perspectiva de que a Revolução deixara de ser mito, transformando-se em possibilidade concreta. Nesse contexto, a: "revitalização épica da idéia da revolução permanente – trazida pelos ventos da Revolução Cubana – mais desviava do que realizava a vocação *política* da nova geração criada pelos efeitos do XX Congresso".[8]

---

notícia perplexos e constrangidos", vide SEGATTO, José Antônio. *Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p.45.

[6] No Manifesto de Agosto de 1950 o PCB radicaliza suas posições no movimento sindical, passa a defender a possibilidade da luta armada e da via insurrecional, além de fazer forte oposição a Getúlio Vargas. Veja sobre o tema: *PCB – vinte anos de política (1958-1975) Documentos*. S.P.: LECH – Livraria Editora Ciências Humana, 1980. Organizador: Marco Aurélio Nogueira.

[7] Como por exemplo: as Ligas Camponesas, a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Operário Comunista (POC)

[8] BRANDÃO, Gildo Marçal. *A Esquerda Positiva: As duas Almas do Partido Comunista – 1920/1964*. S.P.: Hucitec, 1997, p. 249.

Com Jânio Quadros na presidência, em janeiro de 1961, podemos já observar alguns indícios de comportamento que incomodavam a elite política e econômica brasileiras, por exemplo, quando o então Presidente condecora um dos líderes da Revolução Cubana, Ernesto Che Guevara, com a Ordem do Cruzeiro do Sul; apóia a discussão de participação da China comunista na ONU e propõe o reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética.

Parte da intelectualidade brasileira adere a esse processo de lutas tendo o marxismo como a mola propulsora que a conduz a um pensamento crítico permeado pelo anticapitalismo e em direção ao socialismo. De certa maneira, os que assim pensavam pretendiam resgatar as propostas originais de Marx e de posse dessa leitura vão justificar a luta armada como a alternativa para a superação da crise desencadeada pelo capitalismo. Posteriormente, essa posição será corroborada pelas ditaduras que se espalharam por toda a América Latina nos anos setenta. Todavia, nos anos sessenta será Cuba quem representará a "atualidade da revolução", o que nos leva a notar que a implantação de um certo tipo de revolucionarismo na América Latina acabou sendo potencializada a partir da experiência de Cuba. É possível identificar em Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini os ecos dessa posição, que os leva a considerar que existiam as condições internas desse processo revolucionário na sociedade brasileira, uma vez que as contradições sociais atingindo o seu ápice gerariam a metamorfose necessária para que a teoria se transformasse em prática, aludindo, então, à práxis social de Karl Marx.

A fomentação ideológica, no início dos anos sessenta, feita pelos intelectuais revolucionaristas em torno das reformas de base, da supremacia das forças populares, da emancipação política e econômica ou, essencialmente, da Revolução Socialista, se revela frágil, tanto teórica quanto praticamente, diante do desfecho histórico desse período em 1º de abril de 1964 com o Golpe Militar. Em meados dos anos sessenta, o debate revelaria outras perspectivas para a Teoria da Dependência em países periféricos, como poderemos observar por meio das formulações de Fernando Henrique Cardoso, que trará à tona análises concretas de situações de dependência.

II. Análises Críticas das Teorias do Desenvolvimento e a Noção de Dependência

A tomada do poder pelos militares no ano de 1964 e a conseqüente instauração do Regime Autoritário conduzirá à uma certa desilusão da intelectualidade brasileira que, contrária ao Golpe Militar, ao Imperialismo e ao Capitalismo, começará a dedicar-se, de fato ou retoricamente, à Revolução. Com isso, a repressão, a censura e o policialismo entram em cena para podar tais ideais revolucionários, bem como evitar a expansão destes por toda sociedade. Além disso, "com a intervenção militar de 1964, a institucionalização das Ciências Sociais conheceu a sua segunda experiência sob uma ditadura. De saída, o novo regime além de restringir as liberdades em geral e atingir a ordem constitucional, vai demitir seus professores, enfraquecer seus departamentos no sistema universitário e identificar as Ciências Sociais com o comunismo e a subversão. Além disso, por sua opção de "fuga para frente", ou seja, por seu caráter autoritário mas modernizador, o regime que vai se constituindo após a intervenção militar revelou, para quem ainda tivesse dúvidas, a debilidade das referências sobre as quais se sustentava a Sociologia centrada na oposição atraso X moderno".[9]

Nesse momento, Marini e Santos estarão desenvolvendo suas atividades intelectuais dentro de uma ativa militância política na POLOP,[10] que se estende no pós-64 clandestinamente até 1966, quando vêem-se obrigados a exilarem-se

---

[9] LAHUERTA, M. *Intelectuais e Transição: entre a política e a profissão.* (Tese de Doutoramento em Ciência Política) Universidade de São Paulo, 1999, p.79.

[10] A POLOP (Organização Revolucionária Marxista - Política Operária) da qual foram fundadores Santos e Marini ao lado de Eric Sachs, Emir Sader, Eder Sader, Vânia Bambirra, Michel Lowy, Simon Shwartzman, Moniz Bandeira e outros, surge no início de 1961. Nela se desenvolveriam algumas tendências da chamada nova esquerda, congregando jovens intelectuais e estudantes que, sob o impacto da revolução Cubana, questionavam o que consideravam ser a linha kruchevista de luta legal e aliança com a burguesia nacional adotada pelo PCB. Esses jovens advinham de diversas militâncias: luxemburguistas, trabalhistas, alguns trotskistas, setores da Juventude Socialista, dissidentes do PCB, membros da Liga Socialista e do PSB.

no Chile. Vinculam-se, então, ao Centro de Estudos Sócio-Econômicos da Universidade do Chile (CESO) e inauguram uma nova etapa de estudos sobre a temática da Teoria da Dependência.

Permanecerão na Universidade do Chile até o ano de 1973, quando se dá o golpe militar chileno. Estes autores terão grande parte de seus trabalhos destruídos pela repressão e perseguidos se refugiarão no México, onde começam a lecionar na Universidade Autônoma do México (UNAM). Todavia, será entre os anos de 1966-1973 que Marini e Santos sistematizarão suas idéias sobre a Teoria da Dependência.

Nesse sentido, a noção de Dependência, em suas variadas versões, reaparece como uma tentativa para preencher o vazio teórico deixado pelo pensamento cepalino, uma vez que este não conseguira implantar na prática aquilo que visualizara no plano teórico e, muito menos, conseguira responder ao estado de coisas que se desencadeou na realidade dos anos sessenta, ou seja, um Estado repressivo e concentrador e ao imperialismo.[11]

Neste contexto, Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos já estarão inseridos no debate com o propósito de tecerem uma nova interpretação sobre o futuro do capitalismo na periferia partindo de sua inserção no sistema capitalista internacional. Assim, veremos o conceito de dependência surgindo como resultado de uma discussão sobre o tema do desenvolvimento e do subdesenvolvimento na América Latina.

Ao refletir sobre a realidade da inserção do capitalismo na periferia, Marini e Santos estão simultaneamente traçando críticas sobre as teorias do desenvolvimento cepalinas – que vêm a tona nos *anos otimistas* da década de cinqüenta – bem como às limitações metodológicas e seus efeitos sobre as práticas políticas dos anos sessenta, marcado pelo Golpe de Estado em 1964 e

[11] A primeira versão alternativa à teoria cepalina veio das teses de André Gunder Frank sobre o "desenvolvimento do subdesenvolvimento". No Brasil o autor se insere nesta discussão teórica com o artigo: *A Agricultura Brasileira: Capitalismo e o Mito do Feudalismo*. Revista Brasiliense, jan/fev, 1964, onde procura combater as análises do PCB, que versavam sobre a existência de resquícios feudais no campo brasileiro.

por crises institucionais, sociais e ideológicas. Tudo isso com o propósito de compreender as dificuldades do modelo de desenvolvimento que se produziu para a América Latina e que predominara nas ciências sociais durante os anos cinqüenta. Como contraponto desse embate teremos a questão da soberania nacional e o socialismo almejados por Santos e Marini em suas análises sobre a crise brasileira neste período.

A maior preocupação destes estudos, talvez devido à influência recebida de Guerreiro Ramos[12] na formação intelectual desses autores, seria as conseqüências que esta investigação traria para o plano teórico das Ciências Sociais, uma vez que a intelectualidade dos anos cinqüenta estará marcada por um grande otimismo que, na visão de Marini e Santos, se desconstrói nos anos sessenta. Assistiremos, assim, a emergência de uma *intelligentsia* caracterizada por uma atitude crítica e, no limite, pessimista frente à produção científica pautada, até então, pela escola de pensamento cepalino. Um pessimismo que surge da estagnação econômica e do fracasso das políticas de desenvolvimento.

Desta análise crítica nasce uma temática própria da América Latina, isto é, a Teoria da Dependência. Será, mais ou menos, em meados de 1965 que emergirá uma nova linha de interpretação sobre o desenvolvimento capitalista em sociedades periféricas dentro e fora da CEPAL. A existência de uma fração revolucionária dentro da esquerda fora também um elemento decisivo para a elaboração desta Teoria da Dependência, haja vista as formulações de Santos e Marini.

A postura crítica, de Santos e Marini, surge fundamentalmente das reflexões sobre o desenvolvimento interno do capitalismo e suas contradições, bem como de

---

[12] Nas palavras de José Nilo Tavares, contemporâneo de Theotônio e Marini: "Tomávamos consciência de que na América Latina, e no Brasil, o marxismo não houvera suscitado geralmente obras teóricas de valor, reduzindo-se a maquiagens ideológicas, produtos importados, sem a devida redução sociológica a que se referia o influente professor Guerreiro Ramos (...) Quase todos lemos pelo menos três livros do escritor: *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira* (1957), *Introdução ao Estudo da Redução Sociológica* (1958) e *A Crise do Poder no Brasil* (1961). Foi ele quem, e com a soltura que o caracterizava naqueles anos, antes que a agrura, do exílio nos Estados Unidos o prostrasse, chamou-nos a atenção para a teoria e a prática leninistas, que considerava o ponto alto dos estudos sociais e da militância política".

um problema metodológico que identificam nas formulações cepalinas a respeito do desenvolvimento. Problema metodológico este que repercutiria sobre a teoria, de onde se extrai o ponto de partida deste embate intelectual.

Assim, Marini e Santos observarão que o fomento em torno da industrialização[13] como solução para se atingir o desenvolvimento na América Latina não eliminara os obstáculos reais de sua concretização, mas criara novos problemas e tensões sociais e, ainda, colocara em crise a própria noção de desenvolvimento e de subdesenvolvimento e o modo como conceituá-los. Será desta crise do modelo de desenvolvimento que surgirá o conceito de dependência como "possível fator explicativo desta situação paradoxal",[14] que caracteriza um tipo específico de desenvolvimento dependente, através do qual procura-se superar as imprecisões teóricas advindas do modelo desenvolvimentista, que adentra uma fase de declínio ideológico.

Esta constatação atrela-se à proliferação de regimes autoritários que selam, como nos esclarecem Santos e Marini: a inviabilidade do modelo desenvolvimentista independente e nacionalista da CEPAL e a impossibilidade de realização de uma revolução democrático-burguesa, como pretendia a esquerda. Com isso, o debate intelectual, paulatinamente, transitará da discussão sobre o modelo desenvolvimentista para a Dependência, uma vez observadas as limitações do primeiro e a necessidade de ultrapassá-las.

A partir da discussão que se trava em torno do tema, veremos o conceito de dependência ganhar um *status* científico que predominará nos debates

---

[13] Em sua obra, *Dialética da Dependência,* Marini esclarece o sentido que eles estão empregando ao utilizarem-se do termo industrialização: "Empregamos o termo industrialização para designar o processo através do qual a indústria, empreendendo a mudança qualitativa global da velha sociedade, caminha no sentido de se converter no eixo da acumulação de capital. É por isso que consideramos que não se dá um processo de industrialização no seio da economia exportadora apesar de se observarem nela atividades industriais", in SADER, E. (org.) *Dialética da dependência / Uma Antologia da obra de Ruy Mauro Marini.* Petrópolis, R.J: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 139).

[14] SANTOS, T. dos. et. al. "La Crisis de la Teoría del Desarrollo y las relaciones de Dependencia en América Latina". In *La Dpendencía Político –Económica de América Latina.* México: Siglo Veintiuno de españa editores, S.A, 1970, p.173.

acadêmicos, se tornando o cerne dos estudos de vários autores durante os anos sessenta.

As análises da CEPAL se pautavam por uma visão-mecanicista da determinação das estruturas internas pelas externas, ou seja, a dependência era caracterizada como uma variável externa, atrelada puramente a esfera econômica. Essa Comissão utilizava-se de uma metodologia estruturalista, baseada num modelo mecânico-formal que, na verdade, consistia num conjunto de equações que desconsiderava o processo histórico de cada país da América Latina, reduzindo a situação de dependência das nações periféricas ao problema do excedente absorvido pelas nações centrais. Além disso, acreditava-se na possibilidade dos países subdesenvolvidos latino-americanos seguirem a experiência histórica dos países desenvolvidos (Estados Unidos, Japão, Europa) a fim de tornarem-se iguais ou semelhantes a eles.[15]

Assim, o projeto cepalino, que inspirou as ideologias isebianas, pretendia realizar um processo de industrialização acelerada através das "forças progressistas" identificadas, com o Estado, a burguesia industrial e o proletariado, a fim de conduzir a uma superação da fase de substituição das importações.

Uma das principais críticas feitas à CEPAL recai sobre o modelo de "sociedade desenvolvida" por ela concebido, que para Santos e Marini constitui uma mera abstração ideológica que rompe a relação entre o concreto e o abstrato. A controvérsia metodológica fundamental advinha do fato da CEPAL utilizar-se, segundo estes autores, de um modelo formal e ahistórico que a torna inválida cientificamente.

Ao introduzir no debate a análise da dependência, estes autores estarão pretendendo desconstruir um certo preconceito criado sobre as sociedades subdesenvolvidas caracterizadas pelo pensamento cepalino, devido a sua visão ahistórica, como estruturas atrasadas. Para esta nova corrente de pensamento o

[15] A despeito de fazer parte de outra vertente teórica, Fernando Henrique Cardoso elaborará a crítica sobre a CEPAL também nestes termos.

subdesenvolvimento é fruto de um processo histórico mundial da expansão capitalista do qual surge uma formação particular: o capitalismo dependente. "(...) A teoria de dependência... redefine o sentido de universalidade da acumulação capitalista, por desenvolver um arcabouço teórico articulado a uma totalidade histórico-concreta mais complexa do que a representada pelas formas expansivas iniciais de acumulação de capital. Esta realidade histórica é que fundamenta a difusão internacional da teoria da dependência e a superação dos modelos de desenvolvimento propugnados pelo pensamento europeu e estadunidense".[16]

Portanto, a dependência consistiria numa categoria histórica explicativa de estruturas internas e integrantes de um movimento histórico mundial, constituindo com isso um elemento fundamental de explicação histórica para o caso brasileiro, bem como para toda a América Latina: "A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial".[17]

Este debate reunirá também outras linhagens intelectuais e não apenas esta vertente marxista. Diversos intelectuais começarão a tratar do tema da dependência a fim de compreenderem as peculiaridades da periferia, bem como encontrar uma resposta que pudesse interferir no processo político latino-americano durante os anos sessenta. Será neste contexto que encontraremos Fernando Henrique Cardoso tendo como principal temática de seus estudos a questão da Dependência, fazendo uma interlocução crítica com as propostas teóricas, bem como com as opções políticas que Theotônio dos Santos e, principalmente, Ruy Mauro Marini sustentavam. Todavia, a confrontação aberta dessas duas vertentes se daria a partir dos anos setenta.

---

[16] MARTINS, Carlos Eduardo. "Theotônio dos Santos: Introdução à Vida e Obra de um Intelectual Planetário". In: SEGRERA, Francisco López (Org.). *Los Retos de La Globalización – Ensayos en Homenaje a Theotonio dos Santos*, Tomo I, UNESCO, Caracas, 1998. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/unesco/martins.rtf>. Acesso em: 04 ago. 2002.

[17] MARINI, R.M. *Subdesarrollo y Revolución*. 3. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores S.A., 1971.

III – As possibilidades de desenvolvimento capitalista dentro de contextos de dependência

A guinada teórico-conceitual que se dá nos anos setenta, inaugurando o período em que surge uma nova "interpretação do Brasil" e que, simultaneamente, critica as elaborações teóricas dos anos 50 e 60, pode ser identificada em Cardoso ao lançar a hipótese do empresário industrial brasileiro, em 1963, quando conclui sua tese de livre docência sobre o tema.[18]

As análises de Cardoso, do início dos anos sessenta, voltam-se às possibilidades de realização de uma burguesia progressista, bem como de um projeto nacional por ela proposto. Cardoso explicitará a fragilidade da política populista, de onde se desdobrará o golpe militar e, ao negar a existência de uma burguesia nacional, apresenta em seu lugar o empresário industrial – como uma classe que não acreditava na política nacionalista e nem possuía um projeto político próprio.

No desenvolvimento de suas análises sobre o Empresário Industrial e o desenvolvimento econômico no Brasil, pode-se já identificar alguns fundamentos do que, posteriormente, se constituiria na crítica às teses estagnacionistas, segundo Cardoso, predominantes no pensamento de Marini e Santos. Com isso, na segunda metade dos anos sessenta, após o Golpe Militar, ele introduzirá no debate as suas análises sobre a questão da Dependência.

Quando sobreveio o golpe militar, Cardoso, sentindo-se perseguido sai do país e fica exilado no Chile de 1964 a 1967, ingressando na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), onde encontrou suporte teórico para a construção de sua Teoria da Dependência.

Desde então, Cardoso já manifestará sua posição crítica com relação à temática da estagnação social, segundo a qual os países periféricos estariam fadados a permanecer nessa situação, sem atingirem um grau de

[18] LAHUERTA, M. "Intelectuais e Resistência Democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil". In: *Cadernos AEL: tempo de ditadura.* Campinas: UNICAMP / IFCH / AEL. N. 14/15, 2001. 8 v. – Semestral.

desenvolvimento econômico capitalista que lhes permitisse concorrer no mercado mundial. Será nesse contexto de meados dos anos sessenta que Cardoso se lançará no debate contrapondo-se à visão pessimista da estagnação propondo, juntamente com Enzo Faletto, o que denominaram de "um ensaio de interpretação sociológica" sobre a questão da Dependência ao escreverem o livro: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina.*

Diferentemente, não só da concepção cepalina, mas também de outros autores como Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini e André Gunder Frank, que se tornam seus interlocutores, Cardoso reivindicava a análise da situação concreta de cada país da América Latina. A nova visão introduzida por Cardoso: "rompia com a tradição de análise que via a questão do desenvolvimento como um processo de reposicionamento entre países na divisão internacional de trabalho (...) a ênfase que antes era posta globalmente na relação entre o externo (o imperialismo) e o interno (a Nação) passou a ser mediatizada, nas análises sobre a dependência, pelo processo de luta entre as classes. Dessa forma, a questão do desenvolvimento deixou de ser uma questão econômica para ser uma questão política".[19]

Cardoso e Faletto enveredarão por uma abordagem histórico-estrutural da dependência, que se traduziria de modo diversificado em cada país, devido às peculiaridades históricas e específicas dos mesmos. A situação de dependência nasceria, precisamente, da relação entre países periféricos e centrais, moldando a articulação das classes sociais, da economia e do Estado. Nesse sentido, o desenvolvimento nacional dependeria, principalmente, da capacidade de cada país para tomar as decisões de política econômica que a situação requeresse. Substituíram, assim, a teoria estagnacionista, por análises de situações concretas de dependência, demonstrando que para os países periféricos da América Latina havia a possibilidade de um desenvolvimento capitalista dependente e associado.

Inclusive tal postura terá como desdobramento na década seguinte a defesa da via democrática, em que através de estratégias concretas de

[19] CARDOSO, F.H.*O Modelo Político Brasileiro e outros ensaios*. 5ª ed., R.J.: DIFEL, 1993.

participação política, obter-se-ia a abertura do sistema que se encontrava sob o Regime Autoritário, instaurado em 1964 com o Golpe Militar.

Como conseqüência de suas análises – e contrariamente ao pensamento majoritário entre a esquerda – Cardoso vai considerar como inviável a Revolução Socialista posicionando-se fortemente em prol da abertura democrática. Contra o Estado repressor e autoritário, que se instaurou no pós-64, proporá como caminho à via democrática a ampliação da participação política dos setores sociais que emergiam com a modernização autoritária.

Ao inovar os estudos sobre a dependência, introduzindo o aspecto político da questão, Fernando Henrique Cardoso se torna um ator político que finca fortes raízes enquanto componente fundamental da *intelligentsia* brasileira. Nesse sentido, Cardoso pode ser identificado com uma geração de intelectuais cujos estudos "personificaram momentos importantes da ruptura com a cultura política dos anos sessenta e da incorporação de novos temas à agenda pública".[20]

Nesse sentido, observa-se que, se durante os anos sessenta e a primeira metade dos anos setenta, a discussão intelectual girou em torno de grandes temas estruturais (como a questão da dependência, da estagnação econômica, do fracasso e das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo na América Latina) a partir dos anos setenta o debate abriu-se para a questão da especificidade da política. Essa tendência se fortalece com o recrudescimento do contexto ditatorial a partir de 1968 e com o AI-5, quando emergirão temas propriamente políticos, particularmente no que diz respeito: à existência ou não de um projeto de dominação, ao tipo de participação do Estado no desenvolvimento e a respeito da possibilidades de instauração da Democracia. "esta revalorização da dimensão política na história dos povos dependentes e a redescoberta do caráter fundamental da situação de dependência... constituem... o contexto dos novos desafios intelectuais postos pela situação latino-americana.[21]

---

[20] LAHUERTA, M. "Intelectuais e Resistência Democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil". In: *Cadernos AEL: tempo de ditadura.* Campinas: UNICAMP / IFCH / AEL. N. 14/15, 2001. 8 v. – Semestral.

[21] CARDOSO, F. H. *Mudanças Sociais na América Latina.* S.P, DIFEL, 1969, p.16.

Somando-se a esta análise, Fernando Henrique Cardoso, desenvolverá um estudo com base na singularidade da formação da "burguesia brasileira", cuja principal formulação encontra-se na idéia sobre a falta de hegemonia política dessa burguesia, de acordo com sua trajetória histórica, resultando nos desdobramentos políticos dos anos 60 e 70.

As análises feitas por Cardoso mostram que entre as décadas de 1950 – 1960, a sociedade brasileira teve um relativo crescimento industrial. Com a economia atingindo altos índices de desenvolvimento a distribuição de renda passou a ser o grande tema abordado na década de 70. Nesse contexto, teremos a predominância de grupos conservadores defendendo a necessidade de esperar o "bolo" crescer para depois reparti-lo.

Nesses termos, o Brasil do "milagre econômico" era mostrado como um país de desenvolvimento próprio, na medida em que, simultaneamente, constatava-se as distorções na distribuição de renda. Nas palavras de Cardoso: "a maioria paga o preço de um crescimento que beneficiava a poucos e passaram a ser submetidos a um caminho de industrialização que era absorvida por setores restritos da sociedade".[22] Ou seja, o regime militar estava transformando a sociedade, ainda que parcialmente, ao praticar uma política de "fuga para frente", através da aceleração do processo de acumulação capitalista.

Nesse contexto, o Estado aparece em cena como grande financiador de setores capitalistas distribuindo subsídios, incentivos fiscais, proteção de mercado... dando suporte aos setores atrasados e auferindo lucros aos setores mais dinâmicos. As inversões estatais para a iniciativa privada demonstraram-se eficazes para estimular o desenvolvimento do país. O Estado aparece, então, como uma força empreendedora, ainda que ilusória, pois distribuirá os recursos sem nenhuma disciplina, recursos esses obtidos através de financiamento externo, já que as empresas estatais não auferiam lucros suficientes e os impostos arrecadados não cobriam as inversões que se fazia.

A intenção do governo militar com tal política era amortecer os conflitos internos, uma vez que não possuía capacidade para arbitrá-los: "Sob a aparência

[22] CARDOSO, F.H."Opções Fundamentais". In: *Jornal Opinião*, n.137, 1975.

de liderança forte encontrava-se um Estado preso a interesses internos e externos que limitavam e dirigiam sua atuação".[23]

O ponto fundamental para entender esta forma de agir do Estado está relacionado à questão das escolhas, ou seja, à questão política. Para Cardoso, o que se tinha nesse momento é uma conjuntura onde: "em lugar de partidos na realidade funcionam anéis burocráticos que ligam e solidarizam os interesses de grupos privados e de setores de empresas do Estado".[24]

Dessa forma, a idéia de "desenvolvimento solidário com os monopólios externos"[25] contribuiria para a falta de ação hegemônica dos grupos nacionais, principalmente porque os industriais não têm uma consciência de classe e aproveitam-se, em contrapartida, de sua a posição economicamente dominante, para identificar seus interesses com os interesses da Nação. Por conseguinte, não se identificam subjetivamente com o Estado, mas com o povo, exigindo proteção e concessões, além de queixar-se da política clientelística daquele.

Cardoso, nesse momento além de caracterizar os industriais enquanto classe social vai também discorrer sobre sua atuação e perspectivas políticas. Para ele, não há uma socialização suficiente entre os vários setores da burguesia industrial, ou seja, mesmo sendo parte da classe economicamente dominante, seus membros não se sentem responsáveis pela Nação, colocando-se à parte das decisões do governo. Seu comportamento é caracterizado por um individualismo extremado e pelo oportunismo, a fim de tirar o máximo proveito para suas empresas.

Conforme Cardoso, o que falta a esta burguesia é um projeto de dominação política, o que não quer dizer que ela não tenha uma ideologia, no que diz respeito a seus interesses econômicos. Nesse sentido, esta burguesia estaria pronta a apoiar qualquer política econômica que lhe fosse vantajosa. Daí ser compreensível a estratégia de atração de capitais estrangeiros para setores da indústria que impulsionavam a economia nacional: " qualquer teoria objetiva do papel da

---

[23] GOLDENSTEIN, L. *Repensando a Dependência*. R.J: Paz e Terra, 1992, p.65.
[24] CARDOSO, F. H. "Os Mitos da Oposição I". In: *Jornal Opinião*, n.16, 1973
[25] CARDOSO, F. H. *Mudanças Sociais na América Latina*. S.P, DIFEL, 1969, p. 184.

burguesia no processo de desenvolvimento... acaba apontando um beco sem saída e que ... a ação dos industriais termina tendo de ser orientada antes pela opinião do dia-a-dia ao sabor do fluxo e refluxo dos investimentos estrangeiros e da política governamental, do que por um projeto consciente que permita fazer coincidir, a longo prazo, os interesses dos industriais com o rumo do processo histórico.[26]

Desse modo, a burguesia industrial encontraria-se numa redoma formada por seus interesses particulares abdicando da tentativa de instaurar uma política hegemônica. Contentaria-se também em se associar ao capital estrangeiro como sócia-menor, já que nos horizontes de suas possibilidades de atuação histórica não se vislumbravam muitas saídas. Uma vez que descarta a opção revolucionária, lhe resta fazer a transformação capitalista necessária e integrar a economia brasileira aos quadros econômicos mundiais. Como diria Cardoso: "na dependência nacional haverá sempre uma base interna da dominação externa... como resultado de um processo político-social de formação de alianças e de legitimações que passam a criar solidariedades – em torno evidentemente de núcleos de interesses econômicos comuns – entre grupos e classes sociais situados no âmbito das sociedades dependentes e os que se situam nas nações hegemônicas".[27]

Cardoso explicita melhor sua interpretação no livro *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes* (1971), verificando que o problema do Brasil, enquanto nação dependente, não se encontra na falta de um projeto nacional impulsionado pela burguesia, mas sim no fato dessa mesma burguesia (que não é nacional para Cardoso), não possuir uma vocação hegemônica, sendo apenas capaz de desenvolver na esfera política "reações adaptativas". O que, sem dúvida, é fruto de situações histórico-sociais que se configuraram anteriormente ao momento de sua formação enquanto classe, uma vez que esta burguesia industrial nunca teve um projeto nacional consistente, sendo

[26] CARDOSO. F.H. Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil. S.P.: DIFEL, 1972, p. 168.
[27] CARDOSO, F.H. Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes: Ideologias do Empresariado Industrial Argentino e Brasileiro. R.J.: Zahar Editora, 1971, p.66/67).

politicamente tímida. Isto não significa que ela não tivesse uma política, todavia esta, conforme Cardoso denomina, era uma "política de interesses compartidos", entre grupos nacionais e internacionais.

Dessa forma, a burguesia industrial procuraria adaptar-se à situação de dependência segundo um processo histórico, no qual se configura a impossibilidade de uma política hegemônica e desenvolvem-se ideologias que justificam as reações adaptativas na esfera política, orientando seus interesses, estritamente, para aspectos econômicos corporativos.

Os interesses, portanto, emergem como fator importante para a articulação das classes, uma vez que, a despeito do comportamento acomodatício em termos políticos, a burguesia industrial procura escolher seus aliados políticos em função da posição que eles ocupam no mercado e da identificação de interesses comuns que se ajustam à dinamização do setor industrial.

Desse modo, observa-se que a burguesia local, mesmo não sendo portadora de um projeto de edificação nacional, também não é um mero epifenômeno dos monopólios externos. Ou seja, ainda que nesse contexto de dependência estrutural, há uma maior ou menor margem para sua atuação, na exata medida em que ela redefine seu relacionamento com outras classes no jogo do poder.

Os estudos de Cardoso ultrapassam a simples constatação da situação de dependência e se dirigem para as possibilidades de desenvolvimento e para a questão da articulação dos interesses políticos. É a partir daí que Cardoso vai recusar a perspectiva de que o empresariado seja capaz de realizar um projeto político que se faça também hegemônico. Nesse sentido, sem classes sociais capazes de incorporar um projeto hegemônico, o processo social parece se dar apenas pelo protagonismo dos fatos, o que é característico de contextos de revolução passiva.

Ademais, sua passagem pelo Jornal *Opinião*, bem como pelo CEBRAP é representativa de sua transição temática no que diz respeito à crítica por ele feita ao autoritarismo sob o Regime Militar, enfatizando o fortalecimento da

sociedade civil como também a instauração de um Regime Democrático-Representativo através de estratégias de ação política apoiada num forte sistema partidário como expressão dos diferentes interesses da sociedade civil.

Pode-se entrever que Cardoso em sua trajetória conseguira legitimidade intelectual suficiente inclusive para publicar pelo CEBRAP seu artigo com José Serra criticando Ruy Mauro Marini, sendo que para este fora negado o pedido de publicação. O vulto que adquire Fernando Henrique Cardoso nos anos setenta, como nos diz Lahuerta: "a tal ponto que, o autor torna-se maior que a própria obra", parece também ter-lhe dado o "poder" de colocar na penumbra, não apenas um intelectual, mas toda a geração do pré-64, que ao lado de Marini e Theotônio dos Santos formavam as fileiras da luta contra o capitalismo que se desenvolvia nos países subdesenvolvidos da América Latina, chegando ao ponto de se colocarem a esquerda da própria Esquerda.

IV – Dialética da Dependência: Aventura ou Desventura?

"A caracterização do regime político brasileiro como autoritário ou fascista foi um divisor de águas na década de 1970, entre setores intelectuais e políticos".[28] Utilizando-nos dessa constatação de Luiz Fernando Silva, podemos apontar também que a emergência de uma *intelligentsia* desiludida com os chamados "mitos unificadores" representará uma nova etapa do pensamento social brasileiro, no que tange à questão do desenvolvimento capitalista no Brasil, cuja discussão se deslocará dos "Partidos" – dada a fragilidade destes frente à Ditadura – para as "Instituições" da sociedade civil ou, mais especificamente, para as Universidades, devido à censura e à perseguição política.

Ruy Mauro Marini ao se referir a esse processo de ostracismo que atinge vários intelectuais contrários ao sistema mostra a mudança da forma de elaboração dos trabalhos teóricos que passam a ser produzidos de forma

[28] SILVA, L. F. "Aspectos da Teoria da Dependência: América Latina, anos 60 e 70". In: Nas Trilhas da Pesquisa, n.4, 1982, p.45-67.

pulverizada, ao contrário do que se tinha no contexto anterior ao golpe militar, cuja produção teórica, em sua maioria, havia se aproximado da preocupação política e militante.[29]

> "(...) En el curso de su desarrollo, la izquierda revolucionaria había roto com el nacional-desarrollismo burgués, ruptura que dio lugar a una nueva elaboración teórica, que se vierte en una literatura estrictamente partidaria. Esto sólo comienza a modificarse, dando lugar a trabajos de carácter más personal, cuando la violenta depuración de las universidades, medios de comunicación y del propio aparato del Estado, por las fuerzas golpistas, empieza a expulsar del país a muchos de los intelectuales de esa izquierda".[30]

Assim, podemos visualizar diante desse contexto que um debate que se restringira, inicialmente, a atores políticos identificados com a militância partidária, caminharia paulatinamente para uma discussão de cunho acadêmico, com o meio intelectual passando a funcionar como se ocupasse, em vários sentidos, o lugar do sistema político. Todavia, podemos entrever que após o Golpe muitas das percepções dos intelectuais anteriores a 1964 perduram. Como nos esclarece Pecaut: "O marxismo se impõe em suas versões eruditas ou vulgares e, com ele, um "economicismo" que deixa pouco espaço à reflexão sobre o plano político, ou ainda um radicalismo preocupado em transformar primeiro as relações de classe".[31]

Tendo em conta esse contexto do início dos anos setenta, ganha grande densidade a polêmica entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini, a propósito do livro deste último: *A Dialética da Dependência*, escrito em 1973. A

---

[29] Para uma caracterização desse processo no período 1964-1969, ver SCHWARZ, R. Cultura e Política, 1964-1969. In: *Pai de Família e outros Estudos*. Ed. Paz e Terra: R.J., 1978.
[30] MARINI, R. M. *Las Razones del Neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra)*. Revista Mexicana de Sociologia, vol. XL, nº extraordinário, 1978, p.61.
[31] PÉCAUT, D. Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação. S.P.: Ática, 1990, p.193.

crítica a esse ensaio de Marini viria somente com Fernando Henrique Cardoso, estranhamente, alguns anos depois de sua publicação.

No livro em questão, Marini deixa bem claro seu campo de investigação, que se revela ao longo do texto ao privilegiar a forma particular de desenvolvimento do capitalismo em nações dependentes da América Latina, utilizando-se de categorias marxistas, segundo ele próprio, como instrumento de análise.

Faz-se necessário ressaltar desde já que a disputa ideológica no interior da esquerda latino-americana, apontada anteriormente, constitui pano de fundo das obras de Marini, que filiado à esquerda revolucionária defenderia a impossibilidade de desvincular a luta antiimperialista da luta anticapitalista, pois ambas só se concretizariam plenamente com a Revolução Socialista. Isto fica implícito na seguinte passagem de seu texto de 1973: "El fruto de la dependência no puede ser por ende sino más dependência, y su liquidación supone necesariamente la supresión de las relaciones de producción que ella involucra".[32]

Desse modo, se num primeiro momento é possível identificar a teoria da dependência essencialmente como uma crítica ao projeto desenvolvimentista cepalino, nota-se que desde as primeiras elaborações em torno do conceito de dependência há o objetivo de se fazer a crítica teórica e metodológica às estratégias e táticas adotadas pela chamada "Esquerda Ortodoxa", que defendia a revolução democrático-burguesa como via ao Socialismo. Todavia, é evidente que o debate se ampliaria.

Com isso, Ruy Mauro Marini elabora a interpretação sobre o capitalismo dependente na América Latina dando ênfase à inviabilidade de um processo real de desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho, dentro do modo de produção capitalista. Isto devido à forma subordinada de inserção dos países latino-americanos na economia capitalista mundial, geradora, nos termos de Marini, de uma superexploração da força de trabalho que, a priori, justificaria sua opção política pela Revolução Socialista.

---

[32] MARINI, R. M. et. al. "Dialéctica de la Dependencia: la economía exportadora", In: *Tres Ensayos sobre América Latina*. Barcelona: Editorial Anagrama., dirigido por José R. Llobera, 1975, p. 100.

Em 1978, Fernando Henrique Cardoso, escreveria o artigo: *As Desventuras da Dialética da Dependência*, em parceria com José Serra. Esta publicação seria representativa da predominância de uma abordagem que prima pelo aspecto político, característico das obras de Cardoso em meados dos anos setenta. Nesse texto, os autores iniciam apontando a dificuldade de ser do intelectual em sociedades dependentes, principalmente do intelectual de esquerda por estar limitado, segundo Serra e Cardoso, teórica e metodologicamente. Essa limitação conduziria, de acordo com esta perspectiva, à gestação de pensamentos que não passaram de mera: "aventura política e não chegaram a imprimir nas coisas e na sociedade a marca de qualquer triunfo".[33] Além disso, estes autores afirmam que o modelo científico de análise utilizado pelos intelectuais de esquerda os conduz a uma limitação analítica impedindo a visualização de novos processos sociais, que deveria surgir a partir da compreensão do desenvolvimento dos conflitos e, então, poder-se-ia refletir e questionar sobre como é possível a transformação social.

Feita esta primeira crítica, a discussão se volta diretamente contra Marini com críticas às explicações econômicas por ele propostas e à forma como se utiliza do método marxista como fundamentação de sua análise. A seguinte passagem do texto de Cardoso e Serra é representativa da posição que assumem diante do ensaio de Marini: "(...) não é por menosprezo à análise política que a exposição se concentrará na crítica das categorias econômicas (...) interessa-nos criticar as explicações econômicas propostas porque elas, fundamentadas pobremente na teoria marxista, sugerem práticas políticas equivocadas. Se no plano da análise econômica os equívocos podem ser sanados pela crítica, as políticas inspiradas por estas mesmas análises podem levar a desastres cuja "correção" passa muitas vezes pelo sacrifício, até físico, de setores importantes de toda uma geração".[34]

---

[33] CARDOSO&SERRA. "As Desventuras da Dialética da Dependência", In: *Estudos Cebrap* 23. S.P.: Editora Vozes, 1978, p. 35.

[34] MARINI, R. M. *Las Razones del Neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra)*. Revista Mexicana de Sociologia, vol. XL, nº extraordinário, 1978, p. 36.

Ao contrário, é justamente por prezarem a análise política que Serra e Cardoso criticam as explicações econômicas e o que elas desencadearão no campo político, no que tange ao pleiteamento da Revolução Socialista. O que parece instigar a crítica a Marini é sua construção de uma teoria com pouco ou sem nenhum pressuposto político, embebida de um marxismo dogmático, como salientam Cardoso e Serra.

Cardoso e Serra estão criticando, no limite, os resíduos da geração intelectual de esquerda pré-64 no que tange, voltamos a assinalar, à opção teórica e metodológica daqueles. O que nos fica implícito nessa passagem é a necessidade de se avançar o debate com amplitude de pensamento, a fim de se refletir sobre novas alternativas para a sociedade brasileira, alternativas que reúnam as condições para se transformarem em prática política real. O marxismo como teoria e a Revolução Socialista como prática – da forma como aborda Marini e, até certo ponto, Theotônio – parecem ser inconcebíveis para Serra e Cardoso, como método e "solução" do contexto brasileiro sob o regime autoritário.

Em contrapartida ao que afirmará Marini, Serra e Cardoso apóiam a idéia de que seria a partir da constatação da inviabilidade dos projetos de desenvolvimento nacional que surgiram as primeiras elaborações em torno da dependência. Essa constatação teria gerado dentre os intelectuais marxistas, segundo eles, uma certa confusão entre a inviabilidade do projeto de desenvolvimento nacional e autônomo com a frustração do desenvolvimento capitalista, que gerara na periferia concentração de renda e desigualdade social. Apesar de Cardoso e Serra não deixarem de reconhecer a crítica metodológica que contribui para a formulação do conceito de dependência, será Marini que colocará maior ênfase neste aspecto ao tecer sua discussão criticando diretamente as posições do PCB, defendendo a luta armada.

No mesmo número da Revista Mexicana de Sociologia em que Cardoso e Serra publicam *As Desventuras da Dialética da Dependência*, Ruy Mauro Marini escreverá a resposta aos seus críticos com o artigo intitulado: *Las Razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra)*, também não publicado no Brasil.

De acordo com Marini, Cardoso estaria permeado por um enfoque sociologista que se revela desde *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, que o limita fazer uma análise sobre o porquê a luta de classe operária nos países avançados obtiveram melhores resultados do que em países dependentes e conclui essa parte de seu texto afirmando que: "Para entenderlo, hay que tomar en cuenta 'la presión sorda de las condiciones económicas', como diría Marx".[35] Nesse ínterim, Marini atribuirá uma visão idílica e apologética do capitalismo presentes em Cardoso.

Marini acabará por encerrar seu texto rotulando Cardoso como um ideólogo da burguesia, que trata não só de dasarticular todo tipo de pensamento que carregue a negação do "capitalismo de Estado nacional e democrático", bem como opera numa escalada contra o marxismo, "para retirar da classe operária qualquer possibilidade de dar um fundamento científico a suas lutas de classe". Diante disso, Marini dirá que, muito mais do que atacar é necessário desacreditar o movimento social de onde brotara o ideal revolucionário de certos setores da esquerda brasileira, cuja importância teria advindo do fato de trazerem a tona, de modo concreto, a questão do poder e o direito da classe operária e seus aliados a lutar para conquistá-lo: "Gracias a ello, la idea del socialismo há dejado de ser una abstracción, un ideal sin trascendencia práctica, un tema para la discussión de intelectuales, para ganar el centro de las luchas de clases y obligar incluso a la burguesía y sus ideólogos a intentar, hoy, desviarla hacia "acciones concretas en coyunturas específicas" y un socialismo que apenas encubre su carácter de clase burgués. (...) La vida misma se encargará de mostrar la inutilidad de esos esfurzos".[36]

Em suma, nesse embate entre duas gerações de intelectuais, diferenciadas, primeiramente por sua opção teórico-metodológica e, em seguida, por sua opção política, não nos cabe avaliar quem ganhou ou perdeu o

---

[35] MARINI, R. M. *Las Razones del Neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra)*. Revista Mexicana de Sociologia, vol. XL, nº extraordinário, 1978, p. 71.
[36] MARINI, R. M. *Las Razones del Neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra)*. Revista Mexicana de Sociologia, vol. XL, nº extraordinário, 1978, p. 105.

debate. Os teóricos da dependência oriundos da turbulência social que caracteriza os anos anteriores ao golpe militar de 1964 fizeram uma importante contribuição aos estudos posteriores sobre o tema, inclusive no aspecto da crítica sobre a forma que construíram suas análises. Talvez, tenha sido justamente a possibilidade de criticá-los que propiciou se pensar a questão da dependência por outros ângulos ampliando, assim, o debate. Porém, não podemos deixar de considerar o próprio movimento das idéias que foi assumido as Ciências Sociais no Brasil. Nesse sentido, constata-se que o ônus deixado por 64 para sociedade brasileira, após dez ou quinze anos, passa a ser utilizado como alvo pela crítica uspiana, especialmente os teóricos da dependência (Marini e Dos Santos), por parte de Fernando Henrique Cardoso. Para clarear melhor a idéia poder-se-ia tomar por base o que Pecaut (1990) denominou de "desvalorização do alcance do tema da ruptura", a fim de levantar o questionamento sobre uma etapa de culpabilização que se abre no Pós-1964.

Todavia, para além do aspecto da crítica que se fez, posteriormente, a Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini, estes teóricos da dependência tiveram um aporte fundamental do ponto de vista da história do pensamento social no Brasil, ao integrarem uma geração que ficara marcada por sua limitação teórica, no que diz respeito ao apego a um marxismo dogmático[37] e, por conseguinte, à opção revolucionarista levada adiante como uma espécie de "fuga" da penetração do capitalismo na periferia, num contexto onde tal alternativa já não cabia e também por desacreditarem na possibilidade de instauração da Democracia no Brasil. Nesse sentido, o que queremos deixar implícito neste trabalho é a importância de se realizar estudos dessa natureza a fim de se compreender os limites e as contribuições de paradigmas do passado para estudos recentes sobre o tema.

---

[37] Sobre este aspecto da análise que vigorava nos anos sessenta, Pecaut dirá o seguinte: "O marxismo se impõe em suas versões eruditas ou vulgares e, com ele um 'economicismo' que deixa pouco espaço à reflexão sobre o plano político, ou ainda um radicalismo preocupado em transformar primeiro as relações de classe" (Pecaut, 1990, p. 193).

SOCIOLOGIA COMO CRÍTICA E A MÍSTICA DESENVOLVIMENTISTA[1]

Duarcides Ferreira Mariosa [2]

Émile Durkheim[3] em seu estudo sobre o suicídio explicava que, muitas vezes, uma espécie de humor coletivo tomava conta das sociedades e inclinava "os povos à tristeza ou à alegria", fazendo com que seus membros vissem "as coisas sob cores claras ou escuras" e programassem suas ações com base em tais expectativas. Assim, quando este estado de alma coletivo traduzia-se em fortes "correntes de depressão e desencanto" podia-se verificar um aumento estatístico na curva de suicídios daquela sociedade em questão.

Robert K. Merton,[4] numa elaboração semelhante, evocou o teorema de W. I. Thomas, segundo o qual "se os indivíduos definem as situações como reais, elas são reais em suas conseqüências", para explicar a figura da "profecia que se cumpre por si mesma", ou seja, que quando os indivíduos atribuem um "sentido à situação, sua conduta conseqüente, e algumas das conseqüências dessa conduta, são determinadas pelo sentido atribuído" e que, portanto, as decisões no âmbito coletivo não dependem apenas dos traços objetivos verificados, mas, também, da forma como antecipadamente o grupo interpreta os sinais emitidos pela realidade.

Mais recentemente, estudos patrocinados pela Fundação Getúlio Vargas, como o Índice do Medo,[5] utilizado para medir a sensação de insegurança da

---

[1] Este artigo foi apresentado no 'IV Seminário de Pensamento Social', organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros do IFCH/UNICAMP, nos dias 16, 17 e 18 de junho de 2003.

[2] Doutorando em Ciências Sociais – IFCH/UNICAMP. Professor Bolsista Departamento de Sociologia – IFCH/UNICAMP.

[3] DURKHEIM, Emile. *O Suicídio: estudo de sociologia*. Trad. Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 265.

[4] MERTON, Robert K. *Sociologia: teoria e estrutura*. Trad. Miguel Maillet. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970, pp. 515 e 516.

[5] CPDOC/FGV. *Índice do Medo*.

população, ou o Índice Nacional de Confiança do Consumidor,[6] que a exemplo do Consumer Confidence Index americano procura entender como as pessoas pensam sobre determinados assuntos, são, até certo ponto, formas ou maneiras que os pesquisadores encontraram para detectar variações neste humor coletivo de que fala Durkheim, ou do sentido atribuído de que fala Merton.

Ora, com base em argumentos de tal ordem, de um lado, e de dados histórico-sociais disponíveis sobre o período, de outro, podemos supor que fatos de semelhante natureza tenham ocorrido no Brasil entre as décadas de 1930 e 1960, mas que ainda não foram suficientemente discutidos ou analisados, pelo menos deste ângulo, ou seja, das alterações do humor coletivo.

Em face dos aspectos que vamos apontar mais adiante, podemos admitir que, especialmente, nos anos que se seguiram à Segunda Grande Guerra, as transformações desejadas e buscadas na cultura, na política, na economia e na vida social em geral podem ser interpretadas como que resultantes, também, de uma espécie de onda emocional grupal, ou seja, de uma força convergente que uniria os espíritos em direção ao novo, para o moderno, para o desenvolvimento de forças endógenas até então ignoradas pela sociedade.

O que chamamos aqui de "mística" é, numa clara alusão ao sentido antropológico do termo "mito", justamente esta onda emocional grupal, tanto pelo caráter sobre-humano de suas origens e determinações, quanto pela sua clara subjetividade, isto é, sua distância das configurações concretas assumidas pelos processos e eventos históricos reais.

Paradigma do ideal desenvolvimentista, a cidade de São Paulo, por volta da metade do século XX, era a síntese de uma nova consciência urbano-industrial. Ali, de um lado, correntes migratórias das mais variadas origens, a urbanização e o crescimento industrial vertiginoso elevavam-na à condição de metrópole; de outro, os movimentos artísticos, culturais, a produção literária e

---

<http://www.cpdoc.fgv.br/fgvopiniao/htm/IndiceMedo.htm>

[6] CPDOC/FGV. *Índice de Confiança do Consumidor*.
<http://www.cpdoc.fgv.br/fgvopiniao/htm/IndiceConfiancaConsumidor.htm>

a institucionalização da vida universitária imprimiam-lhe um ar cosmopolita.[7] É sob este aspecto que afirmamos que as interpretações, as análises, estudos, teses e demais trabalhos acadêmicos publicados no período não poderiam deixar de carregar os matizes do debate desenvolvimentista. Na cena cultural paulista um movimento intenso de idéias parecia cada vez mais negar um passado de frustrações para colocar num futuro imediato, ou quase presente, a possibilidade de todas as realizações.

De certa forma, os erros e omissões do passado estavam sendo discutidos, revistos e prestes a serem enterrados e, dada à sua neutralidade frente às emoções humanas,[8] a ciência surgia como a ferramenta ideal para a construção de uma sociedade mais racional e, por isso, pensava-se, mais justa e igualitária.

Neste sentido, para que o conhecimento acumulado nas academias pudesse ser reconhecido pela sociedade como um sistema válido de interpretação da realidade, e pudesse de alguma forma interferir em suas visões de mundo, requerer-se-ia, antes, a satisfação de três condições essenciais: autores que escrevessem sobre um conjunto de temas recorrentes numa língua nacional, um discurso específico e um público consumidor.

De fato, é somente a partir da década de 1930 e pelas décadas posteriores que, na história do pensamento brasileiro, e de acordo com a interpretação dada por Otávio Ianni,[9] "a sociologia adquire as características de um sistema significativo. Um modo de pensar a realidade social, no qual se verifica a recorrência de temas, análises, conceitos, explicações e controvérsias, configurando um campo de reflexão". Na base da consolidação do que viria a

---

[7] ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e Cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001, pp. 20 e 21.

[8] A questão da possibilidade ou não da neutralidade do pesquisador frente ao objeto pesquisado tem sido fonte das mais vibrantes controvérsias. Entretanto, não pretendemos discuti-las neste texto, é suficiente para os nossos propósitos dizer que este objetivo, o da neutralidade, sempre existiu nas academias como um ideal a ser constantemente buscado pelo cientista.

[9] IANNI, Otávio (org.). *Florestan Fernandes*. São Paulo: Ática, 1991, p. 09.

ser uma sociologia tipicamente brasileira – em seus temas, formas de análise e problemas – está a inauguração em diversas regiões do país de importantes centros de reflexão, pesquisa e formação de quadros para as ciências sociais; está o interesse das editoras em produzir publicações do gênero; e, por fim, um público ávido em desvendar sua própria identidade e formação social.

Podemos observar ainda que é neste período que se abre um processo de sistematização das Ciências Sociais, principalmente, após a criação da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (em 1934) e da Escola Livre de Sociologia e Política (em 1933) e, concomitantemente, a partir da publicação de obras como as de Gilberto Freire ("Casa Grande & Senzala" é de 1933), Sérgio Buarque de Holanda ("Raízes do Brasil" é publicado em 1936) e Caio Prado Júnior (com o seu "Formação do Brasil Contemporâneo" de 1942), entre outras. O Brasil é revelado, nestas obras, sob diferentes aspectos. Caio Prado Júnior fala do caráter dependente e colonial de nossa formação econômica. Gilberto Freyre sublinhava a família patriarcal e o cotidiano das relações raciais e sexuais. Sérgio Buarque de Holanda chamava a atenção para o espírito aventureiro do colonizador tropical, ibérico, em contraponto à missão dos colonizadores que ocuparam a América do Norte, anglo-saxões. "Os três compõem a 'geração de 30' que até hoje demarca o imaginário político e dá muita inspiração acadêmica a cientistas sociais e intelectuais brasileiros".[10] Portanto, se nas décadas anteriores os intelectuais tinham outras preocupações, principalmente, em como organizar o Estado, na década de 1930 a preocupação que surge pela primeira vez em nossa história estava a de como organizar a sociedade.

É neste contexto, e ainda segundo Otávio Ianni,[11] que a partir da década de 1940, e em escala cada vez mais acentuada posteriormente, surge uma nova

[10] SCHWARTZ, Gilson. "Caio Prado Júnior, um Mestre na Dialética do Tempo Brasileiro". IN: PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 403.

[11] IANNI, Otávio. Sociologia da Sociologia: o pensamento sociológico brasileiro. São Paulo: Ática, 1989, p. 91.

geração de sociólogos. Estes sociólogos "trabalham com amplo domínio da teoria e metodologia, combinando a pesquisa de campo com a de reconstrução histórica. Além disso, retomam criticamente temas 'clássicos', inovando-os. E inauguram outros temas. Aos poucos, a problemática histórica e teórica da sociologia brasileira adquire toda uma nova configuração. Nessa terceira geração da sociologia brasileira, encontram-se nomes como os de Florestan Fernandes, L. A. Costa Pinto, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe e muitos outros. São representativos de diferentes núcleos de ensino e pesquisa do país. E combinam de maneira bastante diferenciada as contribuições dos clássicos e modernos nacionais e estrangeiros". Formados em diferentes instituições universitárias ou equivalentes, são herdeiros, dissidentes ou críticos, continuadores ou inovadores, em confronto com as gerações anteriores, nas quais se destacam Oliveira Viana e Gilberto Freyre, numa primeira geração, ou Emílio Willems e Roger Bastide, numa segunda geração.

Ora, se autores como Florestan Fernandes, por exemplo, buscaram no rigor do método e no apuro da técnica cientifica a solução de problemas específicos de nossa sociedade, isto aconteceu, sem dúvida, porque acreditavam na capacidade da ciência em promover, criar ou fomentar uma nova ordem social. As transformações em curso, tanto no campo do econômico, quanto nas demais áreas: política, cultural ou social, faziam dos anos 1940 e 1950, principalmente, o campo privilegiado das esperanças, das crenças e dos sentimentos de renovação. E por que não ter a Ciência como condutora da sociedade nesta nova fase?

Segundo o que queremos evidenciar, durante o tempo em que a "mística desenvolvimentista"[12] foi capaz de embalar os sonhos civilizatórios da sociedade brasileira, a Sociologia apoiou-se no rigor e na técnica da ciência para produzir sua crítica da sociedade. Crítica que atuava tanto no sentido de denúncia de eventuais mazelas e contradições históricas de nossa formação,

[12] Aqui entendida como uma força social que atuaria no sentido de criar expectativas de ampliação das capacidades produtivas, culturais, sociais e intelectuais dos brasileiros.

quanto no sentido de apreciação dos fundamentos e da natureza dos objetos sociais investigados.

Porém, quando ficou evidente que o desenvolvimentismo nada mais era que um sonho para alguns e um grande pesadelo para muitos, a crítica deixou de ser critério de verdade para assumir, outra vez, o papel de negação da ordem social vigente.

É neste movimento da sociologia como crítica que devemos, de um lado, procurar entender os vários posicionamentos intelectuais de autores como Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, só para citar os expoentes máximos tanto da USP (Universidade de São Paulo), em São Paulo, quanto do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), no Rio de Janeiro, e, de outro, resgatar os laços que perpassam o campo da cultura e da política.

Mas em que se fundamenta a "mística desenvolvimentista" de que falamos?

A Mística Desenvolvimentista

No Brasil, a preocupação em se obter altos índices de crescimento em um período relativamente curto de tempo, e o papel do governo em influenciá-lo, marcou o debate político, econômico e social entre o final da década de 1930 e o começo da década de 1960, não sem motivos. Na construção dos destinos do país digladiavam-se diferentes concepções e interpretações de seu passado, de seu presente e das possibilidades de seu futuro, numa batalha onde cada setor da sociedade acreditava possuir argumentos sólidos o suficiente para sustentar seu ponto de vista e condenar os demais.

Setores mais conservadores defendiam a vocação agrária do Brasil e, conseqüentemente, a permanência de instituições, mecanismos e padrões de sociabilidade característicos de sua formação sócio-histórica. Outros setores, mais comprometidos com o desenvolvimento urbano e industrial, anteviam a possibilidade da inserção privilegiada do país no "mundo moderno", principalmente em razão dos cataclismos políticos, financeiros e militares que

haviam sacudido recentemente nações importantes. Outros ainda queriam ver realizadas suas utopias, crenças e esperanças de um mundo ou de uma realidade mais condizente com o que pensavam ser uma sociedade civilizada. Todos, porém, procuravam centrar sua argumentação a partir de considerações econômicas. Porque era dali que sopravam mais fortes os ventos da mudança.

Segundo a interpretação de autores como Werner Baer,[13] Miriam Limoeiro Cardoso,[14] Sônia Draibe,[15] Carlos Lessa[16] e João Manuel Cardoso de Mello[17] entre outros, historicamente, a economia brasileira sempre esteve orientada para atender o mercado consumidor estrangeiro, em detrimento do consumo e das necessidades internas. Foi assim desde a época em que se iniciou a ocupação de nosso território pelos portugueses: nunca houve incentivos de vulto a qualquer forma de industrialização dentro do nosso país que visasse o consumidor nativo. Muito ao contrário: a Coroa Portuguesa resistiu como pôde às tentativas de descentralização e independência dos meios de produção coloniais.

Como resultado desse condicionamento ao mercado externo, o país passou por diferentes fases ou ciclos econômicos exploratórios, como os do pau-brasil, da cana-de-açúcar, algodão, ouro, café, cacau e borracha, que marcaram de forma indelével a sociedade e a economia nacionais. Sempre a partir de fora. E sempre privilegiando, internamente, o universo rural, a exploração de recursos nativos e formas extensivas de cultivo. O trabalho escravo, a monocultura, os grandes latifúndios e a concentração litorânea das cidades constituíram-se nas conseqüências mais visíveis deste modelo de produção e exploração econômica.

---

[13] BAER, Werner. *A Economia Brasileira.* São Paulo: Nobel, 1996.
[14] CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: JK - JQ.* Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1978.
[15] DRAIBE, Sônia M.. *Rumos e Metamorfoses: Um Estudo sobre a Constituição do Estado e as Alternativas da Industrialização no Brasil, 1930-1960.* São Paulo: Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1980.
[16] LESSA, Carlos. *Quinze Anos de Política Econômica.* São Paulo: Brasiliense, 1981.
[17] MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio.* São Paulo: Brasiliense, 1986.

Não é de se admirar, portanto, que até por volta de 1930 a elite nacional concentrasse sua atividade econômica, sobretudo, entre as finanças, o grande comércio de exportação e importação e a produção e exploração agrícola em imensas extensões de terras. A partir deste ponto ocupavam, também, um amplo espaço político e social decorrente do peso e da influência econômica e financeira que detinham. Obviamente, a estes interessava a manutenção da ordem social tal qual se encontrava e onde eram os principais beneficiados. Defendiam, por isso, posições ideológicas segundo as quais o país deveria permanecer sendo uma sociedade agro-exportadora, isto é, deveria continuar aproveitando as condições excepcionais que a natureza lhe tinha dado, dedicando-se a abastecer o mercado externo com os produtos aqui cultivados e explorados e importando o que mais o país precisasse. Para estes liberais – no sentido econômico do termo – qualquer outra forma de desenvolvimento produtivo deveria ser conseqüência apenas do interesse natural e espontâneo do mercado, e nunca o resultado da intervenção e do planejamento estatais.

Paradoxalmente, no entanto, o sucesso do setor agro-exportador foi o que engendrou as condições econômicas de seu questionamento.[18] Desde longa data a renda produzida nos campos, principalmente com o café, permitia que o país importasse a quase totalidade dos bens que consumia e, se quisesse, poderia ter investido na produção local de bens de consumo mais elaborados. Isso não ocorria com freqüência ou importância, como sabemos. Naturalmente, os grandes comerciantes, financistas e importadores cuidavam para que seus interesses não fossem contrariados. Porém, se até a proclamação da República, em 1889, praticamente não existiam indústrias no Brasil, com a deflagração da I Guerra Mundial, em 1914, as dificuldades de importação para muitos produtos fez surgir a necessidade de se produzir por aqui pelo menos os artigos de consumo mais imediato, como calçados, pequenas ferramentas, móveis, têxteis e algumas peças industrializadas com tecnologia bem

[18] MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.98.

rudimentar e simples. Ou seja, a partir de certo ponto, a renda originada nos campos com o café, principalmente, viabilizava e incentivava o crescimento das cidades e o aumento das vias de transporte e comunicação. Fatores que podem ser apontados como a origem de um crescente mercado consumidor interno que mais tarde, ainda mais numa época de dificuldades para importar, precisava ser abastecido. Começava-se, assim, a esboçar-se a formação de um parque industrial no país.

Certamente não estamos falando do surgimento de um capital industrial digno de nota. Mesmo com o aumento significativo do número de indústrias neste período, ainda não é possível compará-lo ao grande capital mercantil, ou ao poder econômico dos grandes proprietários de terras predominantes na economia nacional. A burguesia industrial dava os seus primeiros passos, sim, porém, subordinada aos setores dominantes, mercantis e latifundiários. Tendo para defender seus interesses apenas uma ainda mais inexpressiva e embrionária representação política e social.

Esta situação manteve-se inalterada até que a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, produzisse conseqüências importantes para a economia brasileira: o preço do principal produto de exportação, o café, caiu drasticamente; aumentaram-se as falências de empresas e as dificuldades para aquelas que continuaram funcionando. No plano externo, a recessão econômica mundial diminuiu a quantidade de produtos que o país poderia importar e inviabilizou as exportações nacionais. Uma crise externa mostrava, assim, a vulnerabilidade do modelo primário-exportador.

Internamente, por sua vez, o agravamento da crise do café teve conseqüências profundas também no alto escalão político da nação. As tentativas fracassadas do governo Washington Luís em contorná-la e seu apoio ao candidato paulista Júlio Prestes – contrariando o acordo entre políticos de São Paulo e de Minas Gerais que apontava o mineiro Antônio Carlos para sucedê-lo – causou a ruptura entre as duas poderosas oligarquias que sustentavam a República Velha: o PRM (Partido Republicano Mineiro) e o PRP

(Partido Republicano Paulista). E a partir daí desencadeou-se o processo revolucionário que levou Getúlio Vargas à presidência do Brasil.

O êxito da Revolução de outubro de 1930 foi significativo para a sociedade brasileira pelo menos em dois sentidos. De um lado, este êxito revolucionário primeiramente representava "o fracasso do modelo de Estado liberal consagrado pela Constituição de 1891 e que não chegara a concretizar-se na vida política da República Velha".[19] Numa outra direção, o movimento político-militar de 1930 também representava a quebra da estrutura oligárquica da República que, na verdade, sucumbia às próprias contradições internas.

Se fatores como a recessão mundial, a conseqüente crise do café, a queda – em termos – da oligarquia cafeeira e a Revolução de 1930 apontavam para a necessidade de um modelo alternativo de desenvolvimento econômico, eis que surge neste novo contexto condições para a participação de líderes empresariais ligados ao setor industrial nascente e que seria determinante para a tomada de um outro posicionamento ideológico.

Note-se que a tomada de consciência da problemática da industrialização ocorre em razão da fragilidade da economia nacional frente ao mercado externo, de um lado, e, de outro, porque a oligarquia cafeeira instalada no governo havia sido substituída por uma nova elite técnica, civil e militar, instalada nas instituições que orientavam e controlavam a atividade do Estado centralizador pós-1930. Estes técnicos levados a pensar numa estratégia de longo prazo que englobasse a totalidade do país tinham que, obrigatoriamente, enfrentar o problema da industrialização.

Logo, o que podemos chamar de a "origem" do desenvolvimentismo encontra-se situada num dado momento da história brasileira onde surgem, de maneira quase que simultânea, quatro elementos ideológicos fundamentais ao projeto desenvolvimentista. Segundo Ricardo Bielschowsky,[20] no período que

---

[19] TEIXEIRA, Francisco Maria Pires. *História do Brasil: da Colônia à República.* São Paulo: Ed. Moderna, 1979, pp. 299 e 300.

[20] BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.* Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988, pp. 293 e 294.

vai da Revolução de 1930 e da instalação do Estado Novo até o fim da Segunda Grande Guerra "gera-se a consciência de que é necessário e viável implantar no país um setor industrial integrado, capaz de produzir internamente os insumos e bens de capital necessários à produção de bens finais". Da mesma forma, "cria-se a consciência da necessidade de instituir mecanismos de centralização de recursos financeiros capazes de viabilizar a acumulação industrial pretendida." Concomitante à "idéia de que o Estado é o guardião dos interesses coletivos da nação e o promotor da unificação nacional, que acompanhou o processo de centralização de poder pós-1930, a idéia de intervenção governamental em apoio à iniciativa privada deixa de ser manifestação isolada de alguns industriais e ganha maior legitimação entre as elites empresariais e técnicas do país." E, finalmente, como quarto fator ideológico na origem do desenvolvimentismo, Bielschowsky acrescenta que o "nacionalismo econômico, até então pouco expressivo no país, ganha nova dimensão" ao acirrar o "sentimento antiimperialista clássico de defesa de barreiras alfandegárias e do controle nacional sobre os recursos naturais". Deve-se ressaltar, por outra parte, que a preocupação com os rumos da economia não se limitava apenas aos setores produtivos, estendendo-se em todas as direções, como a cultura ou o pensamento social.

As forças sociais mobilizadas no esforço de desenvolvimento econômico compreendiam também os intelectuais. Estes, ao refletirem sobre a realidade brasileira estavam por certo fornecendo parâmetros para uma intervenção posterior nessa mesma realidade. Não seria, portanto, nenhum exagero apontar entre os possíveis fatores genéticos do desenvolvimentismo a influência direta do pensamento econômico, político e social do pós-guerra, dado o inevitável caráter ideológico das considerações que faziam. Pois, mesmo entre os historiadores, sociólogos e demais analistas do período não encontramos preocupações e conclusões que deixasse de estabelecer algum vínculo com a questão da autonomia econômica nacional. Ou seja, nas muitas reflexões feitas sobre a realidade brasileira da época constatava-se, apesar dos diferentes enfoques ou pontos de vista utilizados, as transformações sociais como

decorrentes ou em paralelo às transformações econômicas em andamento desde a década de 1930 ou mesmo antes.

Segundo Walmer Jacintho Soares,[21] para os pesquisadores vinculados ao ISEB,[22] por exemplo, enquanto o Brasil encontrou-se dominado pelos grandes proprietários de terras não chegou a constituir-se como nação. Somente após 1930, quando a burguesia agrária perdeu o poder e a posição dominante, é que a preocupação passou a ser o mercado interno. Até então a lógica da nossa economia, condicionada a ser mero instrumento das economias industriais mais avançadas, impunha aos dirigentes uma visão cujo foco central encontrava-se fora do país. Neste sentido, o complexo de inferioridade típico de uma situação colonial ou semicolonial acabava por impedir a constituição das nacionalidades. Entretanto, com as transformações impostas pelo crescente e constante desenvolvimento industrial, cresciam em importância política e social – e não só econômica – os setores ligados à produção para o mercado interno. Daí a necessidade de integrar o país como um todo, dando-lhe uma configuração definitiva de nacionalidade.

De certo modo, para os isebianos, "a burguesia era vista como verdadeiro demiurgo do progresso nacional. Isto porque, mediante a promoção do desenvolvimento industrial, além de edificar a nação brasileira, a burguesia mostrava-se potencialmente capaz de superar o complexo colonial, romper com o subdesenvolvimento, acabar com o atraso social, com o vazio cultural e com a ineficácia política. Por tudo isso, naquele momento, ela se apresentava como o único segmento social capaz de aglutinar os interesses gerais da sociedade".[23] Walmer Jacintho Soares, em seu trabalho, também observa que a

---

[21] SOARES, Walmer Jacintho. *Os Interesses Industriais na Consolidação do Nacional – Desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Cesap/SBI/ Departamento de História da PUC-Rio/Iuperj, s.d., p. 17.

[22] Sobre o ISEB e a formulação ideológica do desenvolvimentismo, ver especialmente: TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.

[23] SOARES, Walmer Jacintho. *Os Interesses Industriais na Consolidação do Nacional – Desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro : Cesap/SBI/ Departamento de História da PUC-Rio/Iuperj, s.d., p. 18.

participação de uma burguesia industrial nascente pode ser destacada nos acontecimentos não pela atuação que fazia enquanto classe, mas por estar mais diretamente ligada ao processo de industrialização, este sim, fundamental para as transformações sociais então ocorridas.

É emblemático para nós que o consenso a favor da modernização do país envolvia até críticos mais ferrenhos do processo capitalista. Mesmo o Partido Comunista Brasileiro – PCB – partilhava de posições semelhantes às dos isebianos. Os comunistas tinham como meta mais imediata a construção de uma sociedade capitalista burguesa, nos moldes dos países mais industrializados, como uma etapa necessária à implantação do socialismo no país. Suas formulações, até nos períodos de maior sectarismo, como em 1935 e entre 1950-54, sempre foram no sentido da construção de uma sociedade democrático-burguesa.

Da parte do governo, obviamente, os técnicos vinculados à área econômica tinham conhecimento da precariedade da situação produtiva nacional, completamente dependente do exterior. Uma economia como a brasileira da época não seria capaz de exercer nenhum tipo de controle ou influência sobre a conjuntura internacional. Logo, as condições favoráveis das relações de intercâmbio com países e mercados estrangeiros poderiam ser modificadas a qualquer momento. Fazia-se necessário, portanto, construir aqui as bases econômicas, especialmente industriais, da emancipação nacional.

É dessa forma que as discussões, os planos de desenvolvimento do pós-guerra e o debate em torno deles contribuíram para criar entre os formuladores de políticas econômicas, líderes da opinião pública, intelectuais e políticos a mística do desenvolvimentismo. Horácio Lafer[24] já falava na necessidade de se criar esta 'mística de desenvolvimento' no Brasil desde quando ocupara a cadeira de deputado federal no governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra. Ao assumir posteriormente o Ministério da Fazenda, seria patrono de uma elite

[24] BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988, p. 396.

de técnicos favoráveis tanto ao planejamento da industrialização, como da participação intensiva de capitais estrangeiros, inclusive nos setores de mineração, transportes e energia.

Embalado pelo debate, Juscelino Kubitschek de Oliveira, eleito presidente do Brasil para o período de 1956 a 1961, no dia posterior à sua posse, já criava o Conselho de Desenvolvimento Nacional, órgão responsável pela elaboração e execução do Plano de Metas.[25] Não obstante, apesar de Juscelino Kubitschek de Oliveira ser considerado como o grande idealizador e executor dessas medidas – dada sua constante preocupação com a industrialização apoiada e executada pelo e a partir do Estado desde quando ocupou o cargo de prefeito de Belo Horizonte no início dos anos 1940 –, elas são, até certo ponto, e entre outras possibilidades, o resultado de um debate que ocorria, pelo menos desde a década de 1930, entre duas correntes do pensamento econômico que em muitos aspectos posicionavam-se como antagônicas entre si. Isso, se supormos que idéias são forças sociais e que na base de toda transformação social encontraremos grupos variados defendendo seus interesses particulares sob o manto de ideais e necessidades gerais.

No período considerado, do imediato pós-guerra, encontravam-se, de um lado, os representantes e defensores de uma sociedade economicamente centrada no modelo agrário-exportador, e, de outro, os que queriam a inserção do país no que poderíamos chamar de sociedade urbano-industrial; uma terceira corrente, a socialista, na prática aliava-se aos desenvolvimentistas quando defendiam a industrialização como uma etapa preparatória, e por que não dizer obrigatória, para o socialismo. Divergências entre os socialistas e os desenvolvimentistas situavam-se apenas em questões outras como a participação do capital estrangeiro e a necessidade da reforma agrária e não na necessidade de um novo modelo de desenvolvimento que priorizasse a industrialização.

---

[25] BAER, Werner. *A Economia Brasileira.* São Paulo: Nobel, 1996, p. 77.

Conseqüentemente, qualquer menção que façamos a este período deve levar em conta o antagonismo e o debate existente entre essas correntes, pois é em seus desdobramentos e conseqüências que vamos encontrar a infra-estrutura industrial que constituiu a base sobre a qual Juscelino Kubitscheck de Oliveira foi capaz de implementar mais tarde um programa, para muitos, arrojado e surpreendente de industrialização acelerada, mas que para outros significou simplesmente o aprofundamento do fosso que já separava ricos e pobres no Brasil.[26] Assim, ao resgatarmos a forma como se originou o debate entre os que defendiam o processo de desenvolvimento através da industrialização – os desenvolvimentistas -, e aqueles que pregavam a vocação agrária do país – os liberais – estamos visualizando, mesmo que de forma precária, o contexto da época, isto é, os fatores imediatos que contribuíram, ou mesmo possibilitaram, a opção desenvolvimentista. Qual então o papel que coube à Sociologia naquele momento?

A Sociologia Como Crítica

Foi para fornecer os meios adequados de intervenção na realidade que, conforme aponta Fernando Limongi,[27] o desenvolvimento das Ciências Sociais em São Paulo ficou marcado, desde sua origem, pela presença de duas instituições de ensino superior voltadas para a formação de profissionais na área: a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), fundada em 1933, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), fundada em 1934, e que viria a ser o centro da universidade então criada, a Universidade de São Paulo (USP). O modelo do sociólogo profissional, dedicado às pesquisas empíricas, encontra maior impulso na "Faculdade de Filosofia da USP", "cujo modelo era o da

[26] LESSA, Carlos. *Quinze Anos de Política Econômica.* São Paulo: Brasiliense, 1981, pp. 90 e 91.

[27] LIMONGI, Fernando. "A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo". In: *História das Ciências Sociais no Brasil.* Sérgio Miceli (org.). São Paulo: Vértice, Ed Revista dos Tribunais: IDESP, 1989, pp. 218 e 219.

docência alimentada por preocupações de cunho teórico e especulativo", enquanto que na "Escola Livre" a finalidade técnica é mais pronunciada, marcadamente prática na formação de funcionários com competências para pesquisas de campo e trabalho administrativo.

No período que consideramos, e de acordo com a interpretação de Maria Arminda do Nascimento Arruda,[28] a "atividade acadêmica... viabilizou-se por estar acoplada a um tecido social que marchava em sentido análogo". A questão com a qual a autora se defronta é que para "entender os liames que os unia" exige-se "ampliar as indagações para além da instituição e perquirir os modos pelos quais o social está impresso na escolha dos temas e das reflexões". Percebe-se que, naquele momento, a conjuntura política, econômica e social favorece a "interpretação do Brasil" e que, portanto, a Sociologia surge como uma "necessidade" para o país.

Figura proeminente da "Escola Paulista de Sociologia",[29] é possível perceber nas obras de Florestan Fernandes, por exemplo, uma certa homogeneidade e coerência no tratamento de alguns temas que, em seu conjunto, apontam, de um lado, para uma nova interpretação do Brasil e, de outro, para uma atualização constante de sua forma de pensar e lidar com a realidade observada: o processo crítico.

Segundo Ernesto Renam de Freitas Pinto,[30] quando a obra de um autor é tomada em "seus movimentos mais abrangentes", tornam-se mais claras "as idéias chaves e os movimentos mais importantes de seu pensamento". No caso de Florestan Fernandes, o campo conceitual encontra-se definido a partir dos núcleos principais de sua investigação, tais como: a organização social dos Tupinambá, as funções religiosas da guerra tribal, a transformação da sociedade brasileira de estamental em sociedade de classes, revolução e contra-revolução

---

[28] ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e Cultura: São Paulo no meio século XX.* Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 196.

[29] PEIRANO, Mariza G.S. *The Antropology of Antropology: The brazilian case.* Tese Doutorado – Harvard University, 1980, p. 20.

[30] PINTO, Ernesto Renam M. de Freitas. *A Sociologia de Florestan Fernandes.* Tese Doutorado PUC-SP, 1992, pp. 220 e 221.

no Brasil, relações raciais na sociedade brasileira atual, só para citar aquelas temáticas plenamente reconhecidas em sua obra. Mas não é só.

De acordo com Otávio Ianni,[31] Florestan Fernandes construiu sua interpretação do Brasil pesquisando a colonização, a escravatura e a revolução burguesa e que, embora estes sejam momentos distintos do processo histórico de formação da nossa identidade, as conseqüências sociais deixadas na passagem de uma fase a outra impõem características próprias ao nosso corpo social que precisam ser redescobertas e reinterpretadas.

É neste sentido, da descoberta de sua especificidade hitórico-social, e de uma interpretação rigorosamente científica da sociedade brasileira, que Florestan Fernandes submeteu ao seu crivo analítico tanto autores clássicos como Max Weber, Karl Marx e Emile Durkheim – de onde retirou suas concepções de conhecimento e da aplicação do método científico –, quanto funcionalistas modernos como Bronislaw Malinowski, Radcliffe-Brown, Talcott Parsons, Robert Merton, MacIver, Firth, entre outros.[32]

Ora, aqueles acostumados a "conviver com a idéia do sociólogo crítico e militante nas hostes da esquerda" ainda hoje se sentem tomados de "profunda estranheza" quando defrontam com "seus textos afirmadores de concepções universais da ciência e abertamente otimistas em relação à dinâmica de transformação da sociedade brasileira".[33] Os que saem em sua defesa procuram justificativas de toda ordem para explicar este procedimento, talvez incoerente, de Florestan Fernandes.

Para Ernesto Renan de Freitas Pinto,[34] por exemplo, mesmo as obras consideradas por seus comentadores, e por ele mesmo, como sendo

---

[31] IANNI, Otávio (org.). *Florestan Fernandes.* São Paulo: Ática, 1991, p. 22.
[32] ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. "A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a 'escola paulista'". In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil.* São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995, p. 151.
[33] ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e Cultura: São Paulo no meio século XX.* Bauru, SP: EDUSC, 2001, pp. 27 e 28.
[34] PINTO, Ernesto Renam M. de Freitas. *A Sociologia de Florestan Fernandes.* Tese Doutorado PUC-SP, 1992, p. 78.

funcionalista "é necessário considerar que esse funcionalismo é orientado por aproveitamento crítico de elementos do método, que são geralmente combinados com elementos de outros métodos de análise e interpretação". Florestan Fernandes, em nome da ciência, esteve sempre receptivo às contribuições que de alguma forma visassem o avanço do conhecimento científico. E o funcionalismo, neste sentido, pareceu-lhe ser nas muitas situações de pesquisa com que se deparou o método mais adequado.

Antônio Cândido,[35] por sua vez, observa que a formação marxista de Florestan Fernandes ocorreu de modo lento e compósito, principalmente porque conseguiu fundir "harmoniosamente o rigor da sociologia acadêmica com a perspectiva política". Assim, se, num primeiro momento, "a escrita difícil para especialistas, própria da atividade universitária", indicava que Florestan Fernandes buscava o interlocutor de suas preocupações e propostas no universo acadêmico, num segundo momento, sua técnica expositiva "acabou no jornalismo denso e límpido, feito para esclarecer o maior número possível de leitores", buscando, quem sabe, alcançar toda a sociedade.

Ora, o ofício de sociólogo não se resume apenas em destacar a totalidade das formas possíveis de se lidar com os temas que investiga, nem tampouco indicar como e em que constitui cada forma de pensar o objeto sociológico, e muito menos de descrever o pensamento de um sem-número de autores. É claro que o trabalho científico encontra-se eivado de valores e posicionamentos que, mesmo de forma inconsciente, o investigador deixa perpassar em seu trabalho – quando escolhe seus objetos, por exemplo. No entanto, tem de haver um critério o mais racional possível para o aproveitamento da teoria e sua aplicação prática. É aí que entram as obras e os autores clássicos, independente de seus posicionamentos políticos.

É por nos apresentarem novos temas de reflexão, proporcionando soluções que antes nem ao menos imaginávamos, ou, ao contrário, levantando

[35] ANTONIO CANDIDO de Mello e Souza. *Florestan Fernandes*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001, pp. 60 e 61.

questões e apontando problemas onde pensávamos que estes sequer existissem que alguns autores tornaram-se clássicos. Com efeito, toda a produção intelectual posterior é obrigada, quer queira ou não, a levar em conta o que foi dito, escrito ou produzido por estes homens.

Por outro lado, como fica claro no caso que apontamos – das atividades acadêmicas desenvolvidas a partir de 1930 no Brasil estarem marcadas pela concomitante presença da mística desenvolvimentista –, a compreensão que iremos buscar nesses autores depende, também, dos diálogos, das preocupações e motivações que os impulsionaram naqueles momentos. Daí a necessidade constante da crítica.

Bibliografia

ANTONIO CANDIDO, Antonio de Mello e Souza. (2001). *Florestan Fernandes.* São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. (1995). "A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a 'escola paulista'". In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil.* São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. (2001). *Metrópole e Cultura: São Paulo no meio século XX.* Bauru, SP: EDUSC.

BAER, Werner. (1996). *A Economia Brasileira.* São Paulo: Nobel.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (1988). *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo* RJ: IPEA/INPES.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. (1978). *Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: JK - JQ.* Paz e Terra: Rio de Janeiro.

DRAIBE, Sônia M.(1980). *Rumos e Metamorfoses: Um Estudo sobre a Constituição do Estado e as Alternativas da Industrialização no Brasil, 1930-1960.* São Paulo. Tese de Doutorado, FFLCH-USP.

DURKHEIM, Emile. (2000). *O Suicídio: estudo de sociologia.* São Paulo: Martins Fontes.

FERNANDES, Florestan. (1967). *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

IANNI, Otávio. (1989) *Sociologia da Sociologia: o pensamento sociológico brasileiro*. São Paulo: Ática.

IANNI, Otávio (org.). (1991). *Florestan Fernandes*. São Paulo: Ática.

LESSA, Carlos. (1981). *Quinze Anos de Política Econômica*. SP:Brasiliense.

LIMONGI, Fernando. (1989). "A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo". In: *História das Ciências Sociais no Brasil*. Sérgio Miceli (org.). São Paulo: Vértice, Ed Revista dos Tribunais: IDESP.

MELLO, João Manuel Cardoso de. (1986). *O Capitalismo Tardio*. Brasiliense: SP.

MERTON, Robert K. (1970). *Sociologia: teoria e estrutura*. Trad. Miguel Maillet. São Paulo: Editora Mestre Jou.

PEIRANO, Mariza G.S. *The Antropology of Antropology: The brazilian case*. 1980. Tese (Doutorado) – Harvard University.

PINTO, Ernesto Renam M. de Freitas. (1992) *A Sociologia de Florestan Fernandes*. Tese Doutorado PUC-SP.

SCHWARTZ, Gilson. (2000) "Caio Prado Júnior, um Mestre na Dialética do Tempo Brasileiro". IN: PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense.

SOARES, Walmer Jacintho. (s/d) *Os Interesses Industriais na Consolidação do Nacional – Desenvolvimentismo*. RJ : Cesap/SBI/ Departamento de História da PUC-Rio/Iuperj.

TEIXEIRA, Francisco Maria Pires. (1979). *História do Brasil: da Colônia à República*. São Paulo: Ed. Moderna.

ENCRUZILHADAS: ROGER BASTIDE, GILBERTO FREYRE E ARTHUR RAMOS [1]

Priscila Nucci [2]

Ao tomar Roger Bastide, Athur Ramos e Gilberto Freyre como objetos de reflexão tenho em vista certas interpretações presentes em *Diálogos Brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide* (2000) de Fernanda A. Peixoto, em especial o capítulo "África e Brasil na encruzilhada de pontos de vista", texto em que se enfatizam as aproximações entre Freyre e Bastide e as apropriações de Freyre por parte do sociólogo francês, e o texto de Mariza Corrêa, "O mistério dos orixás e das bonecas: raça e gênero na antropologia brasileira", artigo no qual se aponta o abismo entre as interpretações freyreanas da mestiçagem e as interpretações da Escola Nina Rodrigues, representada aqui por Arthur Ramos e pelas teses das sobrevivências culturais africanas.

Em *Brasil Terra de Contrastes* (1959 [1957]) Roger Bastide cita a dificuldade de utilizar os referenciais teóricos e metodológicos europeus em sua análise das problemáticas do Brasil e a sua escolha por não excluir dela as contribuições intelectuais brasileiras. Esta escolha dá muito do tom do método presente na obra de Bastide sobre as religiões afro-brasileiras, método este explicitado em *As religiões africanas no Brasil* (1971 [1960]). Esta retomada dos autores brasileiros, como Nina Rodrigues, Manuel Querino, Arthur Ramos, Édison Carneiro e Gilberto Freyre não significou a mera reprodução de suas

---

[1] Este artigo foi apresentado no 'IV Seminário de Pensamento Social', organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros do IFCH/UNICAMP, nos dias 16, 17 e 18 de junho de 2003. O presente trabalho foi realizado com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (a partir de nov/02) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (abr/02 – out/02).

[2] Doutoranda em Ciências Sociais -IFCH/UNICAMP, Mestre em História Social do Trabalho -IFCH/UNICAMP, Membro do Centro de Estudos Brasileiros – IFCH/ UNICAMP.

idéias, como se considera em certa parte de trabalhos antropológicos recentes.[3] As leituras de Bastide sobre este conjunto de autores citado acima criaram um texto em que se mesclam idéias originais e apropriações pontuais, mas na maioria das vezes lançadas em contextos que as ressignificam de modo marcante. Esta ressignificação é dada também pela experiência anterior de Bastide com os referenciais europeus e norte-americanos, muito provavelmente pelo seu olhar de estrangeiro, que paradoxalmente se aproxima tentando penetrar na consciência do "outro".[4] Podem-se ver aqui duas forças no interior de seu texto: autores brasileiros e autores estrangeiros.

Gilberto Freyre é um destes autores com os quais Bastide estabelece seus diálogos intelectuais. Fernanda Peixoto demonstrou em seu livro *Diálogos Brasileiros* (2000) que há uma série de aproximações entre Bastide e Freyre, mas acredito que haja algumas diferenças profundas que também devem tomar as nossas atenções.

Arthur Ramos surge como outra figura principal nos textos de Bastide sobre as religiões de origem africana no Brasil. As teses das sobrevivências africanas no território brasileiro e da pureza nagô são reelaboradas e recontextualizadas pelo texto de Bastide, assim como a temática da interpenetração de civilizações e do sincretismo, também presentes em Freyre, mas através da temática da mestiçagem.[5]

---

[3] Ver VELHO, Yvonne Maggie Alves. *Guerra de Orixá: um estudo de ritual e conflito.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977 e DANTAS, Beatriz G. *Vovó Nagô e Papai Branco.* Rio de Janeiro: Graal, 1988.

[4] BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. Vol. I.* Trad. por Maria Eloisa Capellato e Olivia Krahenbuhl. São Paulo: Livraria Pioneira Editora/ EDUSP, 1971. [1ª. ed. francesa 1960]; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "Introdução" in BASTIDE, Roger. *Roger Bastide: Sociologia.* (Org. da coletânea: Maria I. P. Queiroz). São Paulo: Ática, 1983, p.13 e PEIXOTO, Fernanda A. *Diálogos Brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide.* São Paulo: Editora da Universidade de S. Paulo, 2000.

[5] PEIXOTO, Fernanda Arêas. *Diálogos Brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide.* São Paulo: Editora da Universidade de S. Paulo, 2000, pp. 141-2.

A questão deste texto é pensar na reflexão elaborada por Bastide a partir de suas leituras de Freyre e Ramos, ou como temas como a "mestiçagem" ou o sincretismo de Freyre surgem lado a lado em sua obra com as "sobrevivências culturais africanas", temática presente em Ramos.

As aproximações entre os autores, porém, não elimina certos "abismos". Embora Bastide realize uma reflexão interessante a partir das obras de seus pares e de outros mais, como Manuel Querino, Nina Rodrigues, Édison Carneiro, em sua obra permanece algo de muito específico em relação a eles. Nesta especificidade talvez esteja a explicação do interesse do autor por temáticas como o preconceito racial na sociedade brasileira.

Roger Bastide e Gilberto Freyre

É impossível não se notar em certos textos de Bastide o olhar admirado para a obra de Freyre e as relações próximas com este. Bastide é incumbido de realizar a tradução de *Casa Grande & Senzala* (1990 [1933]) para o francês, pelo próprio Gilberto Freyre, que vê nele não um mero tradutor, mas alguém que poderia transpor sua obra para outra realidade. [6] Mas há muito mais: desde uma de suas primeiras obras brasileiras, *Imagens do Nordeste Místico em Branco e Preto* (1945), há aparições de idéias e imagens freyreanas, que continuaram fortes até *Brasil Terra de Contrastes* (1959 [1957]): mestiçagem, arcaico e moderno se entrecruzando, continuidades da sociedade patriarcal, o papel do português na civilização brasileira e a paisagem nordestina.

Para Fernanda Peixoto o diálogo entre os dois autores continuaria até a tese de Bastide, *As Religiões Africanas no Brasil* (1971 [1960]), obra em que se estabeleceria um diálogo maior com *Casa Grande & Senzala* (1990 [1933]) e *Sobrados e Mucambos* (1961 [1936]).

Segundo ela a revisão efetuada por Bastide de Freyre e de outros autores nacionais e de referências européias e norte-americanas visaria a "consolidação

[6] Idem, p. 97.

de um ponto de vista sobre a interpenetração de civilizações". Bastide se empenharia numa sociologia relacional que

> "prevê a análise das imbricações entre negros e brancos no país, e ao mesmo tempo, de uma antropologia da África no Brasil. Cada uma dessas perspectivas leva o intérprete a definir interlocuções específicas, a estabelecer parâmetros teóricos e metodológicos particulares, condizentes com o recorte feito".[7]

Esta divisão poderia levar a uma visão dual do pensamento de Bastide, que veria nele a oposição entre suas preocupações sociológicas na compreensão do país, e as suas preocupações antropológicas, vistas através de seus estudos das estruturas africanas. Segundo Fernanda Peixoto, esta oposição seria parcialmente verdadeira, pois em alguns momentos haveria nexos entre estas abordagens: a busca de africanismos não estaria separada da análise de suas relações com a sociedade mais ampla.[8]

Para ela o pensamento brasileiro se destacaria na obra de Bastide ao organizar o conjunto de debates de sua obra, e pela centralidade do Brasil em seus diálogos intelectuais:

> "...O Brasil é simultaneamente caso exemplar de interpenetração de civilizações a ser observado, solo onde se realiza o cruzamento de distintas tradições intelectuais e ... produtor de teorias originais de que Bastide irá se valer, não apenas para compreender as especificidades do país, mas também para forjar seu instrumental analítico e conceitual".[9]

Fernanda Peixoto destaca Freyre entre outros autores brasileiros com os quais Bastide dialogou em sua obra, por achar importantes certas afinidades

[7] Idem, pp. 94-5.
[8] Idem, pp. 95-6.
[9] Idem, p. 96.

entre eles, como a formação protestante, a leitura de Proust e de autores místicos, a articulação, presente em ambos, de enfoques sociológicos e antropológicos e pelo que ela chama de "tom da narrativa que constroem".[10] Embora se possa concordar com parte destas afinidades, deve-se notar que os resultados das duas obras são muito diferentes. E que Bastide, assim como Freyre e outros autores da época se inserem num universo intelectual que extrapola o Brasil. O ensaísmo, certos tons literários, e a mistura de enfoques antropológicos e sociológicos estão presentes em outros autores brasileiros e estrangeiros. Bastide foi um leitor ávido da obra de Freyre, e realmente incorporou certos tons da obra deste autor em trechos de seus livros, como em *Imagens do Nordeste Místico em Branco e Preto* (1945) e em *As religiões africanas no Brasil* (1960 [1971]). Mas estes "tons" ressaltam no texto como algo que não é seu, e que não consegue ser compartilhado inteiramente. E isso porque Freyre serve mais como paisagem do passado brasileiro, traço incorporado pela análise de Bastide, do que como análise do presente das religiões afro-brasileiras. Mesmo quando Bastide faz o elogio da miscigenação e da civilização luso-brasileira, surgem em paralelo fortes imagens da África, dos africanismos da Bahia, dos "enquistamentos" e "participações" de uma população que é brasileira, mas também é africana.

Apesar de ver estas afinidades, a autora percebe que eles produzem em campos profissionais diferenciados, ou "searas opostas": Bastide estaria mais vinculado à docência e à pesquisa, enquanto Freyre teria uma forte atuação em atividades literárias, jornalísticas e políticas.[11] Entretanto não podemos concordar inteiramente com esta divisão em "searas" tão opostas. Freyre está inserido no campo sociológico brasileiro, mesmo que não esteja vinculado aos centros intelectuais do sudeste. O próprio diálogo de Bastide com a obra de Freyre pressupõe o diálogo com um igual. Para o sociólogo francês a obra de Gilberto Freyre representa uma contribuição científica, mesmo que seja *sui*

[10] Idem, pp. 96-7.
[11] Idem, p. 97.

generis, ao mesclar literatura, sociologia, antropologia, psicologia e história numa nova forma de narrativa intelectual.

Também se deve perceber que a inserção jornalística e política de Bastide não era nula ou pequena. Sua contribuição para periódicos como *O Estado de S. Paulo* e outros jornais da época é considerável, o que pode apontar para certas funções políticas de seus textos, ao escrever para um público bem mais amplo do que o das universidades. Pode-se ver assim, talvez, uma atuação política de Bastide, diferenciada da de Freyre em grau e espécie, certamente, mas que não deixa de ter seus desdobramentos e funções na sociedade. Afinal, escrever sobre "negros" e "africanismos" invertendo o sinal negativo, e muitas vezes se afastando do tom aparentemente positivo dado aos cultos afro-brasileiros pelos autores da época, como Arthur Ramos e outros, tem um papel social e político importante, tanto no mundo acadêmicos como para a mudança de imagens correntes para parte da sociedade brasileira.

Bastide realizaria em *As religiões africanas no Brasil* uma análise do "sincretismo em sua versão histórica e em suas formas atuais".[12] Seu diálogo obviamente extrapola as obras de Freyre, incluindo os africanistas brasileiros e estrangeiros, como Arthur Ramos, Nina Rodrigues, Édison Carneiro, Ruth Landes e Melville Herskovits. Segundo Fernanda Peixoto, "do ponto de vista temático, Bastide corrobora... as escolhas feitas anteriormente: o candomblé nagô coloca-se como objeto privilegiado para todo aquele preocupado em localizar a África no Brasil". Entretanto haveria uma ruptura entre Bastide e seus antecessores: o aparato teórico.[13] Peixoto indica que Bastide, a partir da década de 1970, repensa seus modelos explicativos, e se afasta da busca de africanismos e da tradição africanista local. Entretanto, talvez pudéssemos pensar no tema da "pureza nagô" não somente como um "pecado original" no interior da obra de Bastide. Se é certo que surjam críticas a este modelo, e ele mesmo revise suas posições ao final da sua vida, na década de 1970, é também

[12] Idem, p. 122.
[13] Idem, p. 127.

certo que nas décadas de 1940,1950 e 1960, quando Bastide elabora seus modelos explicativos sobre as religiões de origem africana no Brasil, e incorpora em suas análises o tema da "pureza nagô" e da "busca de africanismos" ele o faz dentro de um debate da época, o que é também notado por Fernanda Peixoto. Esta autora pensa esta temática num contexto mais amplo da obra do autor:

> "Ao situarmos esses estudos no tempo e em um contexto expandido, vemos não ser exato supor uma visão negativa de Bastide em relação ao sincretismo, como sublinham as leituras críticas, como se a busca da 'pureza' e da 'autenticidade' implicasse uma desvalorização necessária dos produtos sincréticos, revelada pelas oposições candomblé/ umbanda, religião verdadeira/ magia degenerada. Se ele opera com a pureza como modelo e em alguns momentos mostra-se nostálgico em relação à África perdida, ou nunca encontrada completamente no Brasil, o sincretismo, de modo geral, é lido como sinônimo de vitalidade da tradição africana e, o que é mais importante, a interpenetração de civilizações sinonimiza a autenticidade nacional".[14]

A partir da constatação de que as análises de Bastide sobre o sincretismo extrapolam os limites do universo religioso, "indo de encontro às discussões sobre a identidade nacional brasileira", haveria uma maior aproximação de Bastide e de Freyre: "Freyre, assim como Bastide, é um africanista *sui generis,* que se filia a essa tradição ao mesmo tempo que dela escapa, devido à amplitude de suas preocupações, refletidas na obra que produz".[15]

Alguns problemas surgem aqui. Bastide estabelece diálogos com duas tradições diferenciadas: a da "pureza nagô", a das sobrevivências africanas em solo brasileiro e a tradição da mestiçagem. Segundo Fernanda Peixoto as duas tradições convivem ao mesmo tempo em seu texto e nas suas preocupações. A

[14] Idem, p. 130.
[15] Idem.

mestiçagem, inclusive se sobreporia às análises sobre a manutenção de formas mais puras de religião africana no Brasil, o que o aproximaria mais de Freyre do que de autores da outra tradição, como Arthur Ramos, por exemplo. Outro ponto a ser destacado é a inclusão de Freyre no rol de africanistas brasileiros, o que no mínimo é controverso.

Concordo parcialmente com a autora. Sincretismo e pureza são preocupações presentes na obra de Bastide, e refletem parte do diálogo que teve com as duas tradições referidas. Mas ao tratar do tema das sobrevivências religiosas acredito que o texto do autor efetue um contraponto marcante com a tradição representada por Arthur Ramos, a partir da recontextualização de referenciais como a "pureza nagô". Bastide oferece assim a visão de uma parcela da população que está inserida na sociedade brasileira, mas ao mesmo tempo participa do universo africano; que sendo caracterizada como de ex-escravos e de descendentes, ou como de "negros", possui um arcabouço cultural complexo, com mitos, metafísica, espiritualidade, harmonia e controle social. As análises de Arthur Ramos e de Freyre, no máximo nos falam da presença de grupos de negros de culturas superiores na Bahia, mas que mesmo assim, representam a desordem social, ou a doença mental através de seus cultos, no caso da análise de Ramos, e para Freyre, a cultura subalterna que se apresenta para a montagem de uma sociedade luso-tropical no Brasil.[16]

Vejo em Bastide uma justaposição de análises e de objetos: a Bahia e a busca da pureza nagô e o sincretismo irremediável no sudeste, visto através das macumbas nas quais os brancos e mulatos seriam maioria. Talvez a síntese seja mais presente na última parte de sua obra, na década de 1970, quando muitos dos modelos anteriormente utilizados em suas análises serão revistos por Bastide, à luz de muitas críticas, e em novos contextos intelectuais e políticos. Mas antes disso, parece existir uma indefinição que intercala os diálogos com as duas tradições em sua obra. Com isso quero romper com a busca de uma

[16] RAMOS, Arthur. *O Negro Brasileiro, etnografia religiosa e psicanálise.* 2ª ed. fac-similar a de 1940. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 1988. e FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos. Vol I e II.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1961.

coerência interna na obra de Bastide, ou com a busca de temas estáticos em seus textos, que poderiam ser encontrados no começo ou ao final de sua vida intelectual.[17] Mesmo o estabelecimento da precedência de certos diálogos, como os efetuados com Freyre, pede mais atenção. Diálogos com autores menos centrais talvez possam dizer muito sobre a sua obra de contrastes.

Freyre e Bastide estavam preocupados, assim como Arthur Ramos e outros componentes da chamada "escola Nina Rodrigues", com a definição da identidade brasileira e com os papéis sociais dos negros nesta sociedade. Cada um deles estabeleceu imagens e reflexões diferenciadas, embora o debate estivesse estabelecido através de temáticas comuns. Mas não se pode esquecer que Bastide é diferente do Freyre que apresentava em seu texto uma série de preconceitos quanto aos negros e falava em cheiro da raça negra ou de "negros fétidos".[18] A miscigenação e o sincretismo de Freyre se dão numa análise conservadora da formação da sociedade brasileira, onde os negros contribuem para a adaptação do branco e para a formação de um povo, mas sempre de forma subordinada e a-política. Para o bem ou para o mal, a descrição da sociedade baiana através da justaposição entre participação dos negros numa sociedade mais abrangente e numa dimensão africana recriada não deixa de ter significados importantes, embora nem sempre percebidos: os negros e africanos de Bastide têm certo poder, seja de estabelecer uma sociedade dentro de outra, seja o poder sobre os brancos que se curvam diante das mães-de-santo negras. E o próprio texto de Bastide lhes deu legitimidade e poder para continuar, segundo as críticas de Guerreiro Ramos.[19] Outra diferença: se em

[17] Ver LACAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History*. New York: Cambridge Press, 1989.

[18] FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 27ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1990, p. 108 e FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos, Vol I*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1961, pp. 103, 106, 340.

[19] GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995 [1ª. ed. 1957], p. 106.

Freyre o negro é colonizador,[20] em Roger Bastide surge a imagem dos negros que se adaptam à civilização do branco em algum grau, através da aculturação. E embora haja a transferência de traços africanos para a civilização luso-brasileira, a aculturação dos negros não é total.[21]

Neste sentido, vejo mais diferenças do que aproximações entre Freyre e Bastide. O diálogo estabelecido entre ambos indica certas incorporações de Freyre por parte do intelectual francês, mas também indica contraposições fortes. Os papéis e imagens dos "negros" estão muito diferenciados em algumas fases das duas obras. E embora Bastide teça elogios à "democracia racial"[22] brasileira, ele não deixa de perceber o preconceito racial em outros momentos de sua obra ou de criticar seriamente o lusotropicalismo de Freyre.[23] Há, portanto, clivagens nos diálogos com Freyre e no interior da própria obra de Bastide que devem ser considerados.

Roger Bastide e Arthur Ramos

Ao retomar o diálogo entre as obras de Freyre e Bastide indiquei a presença latente de Arthur Ramos. O debate da obra de Bastide com a intelectualidade brasileira configura-se num cenário em que tradições diferenciadas se confrontavam. Mariza Corrêa indica a oposição entre grupos intelectuais do nordeste, na década de 1940, representados em Pernambuco pelo grupo de Gilberto Freyre, e de outro lado, na Bahia, pela chamada escola

---

[20] BASTOS, Elide Rugai. *Gilberto Freyre e a Formação da Sociedade Brasileira.* São Paulo: Tese de Doutorado – Ciências Sociais/PUCSP, 1986, p. 201.

[21] Bastide, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. Vol. I.* Trad. por Maria Eloisa Capellato e Olivia Krahenbuhl. São Paulo: Livraria Pioneira Editora/ EDUSP, 1971. [1ª. ed. francesa 1960], pp.99-101.

[22] Para informações sobre a gênese do termo ver GUIMARÃES, Antonio S. *Classes, Raças e Democracia.* São Paulo: FUSP/Editora 34, 2002.

[23] PEIXOTO, Fernanda Arêas. *Diálogos Brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide.* São Paulo: Editora da Universidade de S. Paulo, 2000, p. 155.

Nina Rodrigues, grupo de intelectuais comandado por Arthur Ramos.[24] O conjunto de intelectuais representado por Freyre elabora a idéia de um país sincrético e mestiço, e o grupo da Bahia, representado por Arthur Ramos enfatiza a presença da África no Brasil.

A reflexão feita por Bastide através dos diálogos e apropriações destes dois grupos deve-se, em parte, a certas estratégias políticas no universo intelectual brasileiro. Bastide era professor e pesquisador da USP, local a partir de onde estabelece seus diálogos e polêmicas com outros centros intelectuais, como os de Pernambuco e da Bahia.

Como se viu acima, Bastide incorpora traços dos argumentos de Freyre a sua obra, ao mesmo tempo em que se afasta dele em alguns momentos. No caso de Ramos, algo semelhante ocorre. Embora suas conclusões se diferenciem das de Ramos, como por exemplo, no caso das caracterizações do transe, não como psicopatologia, mas como manifestação cultural relevante, Bastide também incorpora certos elementos presentes nas análises dele, como a valorização do culto de origem nagô, em detrimento de outras formas, consideradas mais deturpadas ou inferiores. Os intelectuais brasileiros, portanto, estão bastante presentes no diálogo científico.

Ao citar a contribuição de Arthur Ramos, Bastide indica que ele começou a publicar artigos e livros sobre as sobrevivências africanas a partir de 1932, sendo seu mérito maior o método:

> "Arthur Ramos desprendeu-se de todo e qualquer preconceito, quer de raça, quer de religião. Ensinou aos africanistas brasileiros o valor da objetividade científica. Também trouxe sem dúvida uma interpretação, efetuada por meio de teorias psicanalíticas; mas teve o grande cuidado de separar radicalmente a descrição dos fatos da interpretação que lhes dá, em seguida, à parte. Conseguiu também despertar em muitos jovens o interesse por essas pesquisas e, pelo

[24] CORRÊA, Mariza. "O mistério dos Orixás e das Bonecas: raça e gênero na antropologia brasileira" in *Etnográfica,* vol. IV (2), 2000.

> menos durante o período que vai de 1933 a 1940 aproximadamente, pôs em moda o estudo das sobrevivências africanas na civilização brasileira; mostrou a necessidade de não separá-lo nem das descobertas feitas pelos etnógrafos, tanto na África como em outras partes da América, nem das teorias gerais da antropologia cultural norte-americana. Seus discípulos, à frente dos quais colocamos Édison Carneiro, foram levados a continuar o trabalho, efetuando novas pesquisas de campo, e a trazer mais dados que completam a imagem da vida nos candomblés".[25]

Suas críticas às análises de Ramos e de outros que preferiam ver em certas manifestações sinais patológicos ou psiquiátricos aparecem ao analisar os fenômenos do transe como ritual.[26] Apesar de reconhecer certo pioneirismo do antropólogo nos estudos afro-brasileiros, Bastide se diferencia ao pretender demonstrar que o pensamento africano é um pensamento culto:

> "...Mas é preciso mostrar ainda que os cultos não são um tecido de superstições que, pelo contrário, subentendem uma cosmologia, uma psicologia e uma teodicéia; enfim, que o pensamento africano é um pensamento culto".

Sua posição intelectual era contra os preconceitos negativos que desnaturavam as descrições etnográficas, que impediriam a "compreensão do verdadeiro significado das cerimônias e dos gestos, apresentando-os antes como uma espécie de caricatura e de degradação". O desconhecimento da filosofia africana seria causado pela atenção exagerada nos cultos públicos, e também "porque o preconceito inconsciente da inferioridade mental do negro desviou os pesquisadores do mundo mental e da epistemologia afro-americana".[27]

---

[25] BASTIDE, Roger. *O Candomblé da Bahia (Rito Nagô)*. Trad. de Maria Isaura Pereira de Queiroz. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1978, pp. 8-9.
[26] Idem, pp. 200-1.
[27] Idem, pp. 11-12.

Ao pensar em termos de civilização e de metafísica africanas[28] Bastide se afasta dos autores brasileiros. Mas se afasta mais de Ramos, a quem elogiara anteriormente o método e a ausência de preconceitos. Arthur Ramos achava necessário conhecer a psiquê coletiva dos brasileiros, o que tornava obrigatório estudar as "formas atrazadas de suas religiões". Para ele só o "trabalho lento da verdadeira cultura – cultura que destrúa a illusão magica da nossa vida emocional – conseguirá a ascensão a etapas mais adiantadas, com a substituição dos elementos pre-logicos em elementos mais racionaes".[29] Assim como em outros autores da época, parece existir em Arthur Ramos a preocupação em refletir sobre o papel do negro na sociedade brasileira. O "negro brasileiro" descrito por ele representava uma parcela da população atrasada culturalmente, mas não racialmente:

> "Estudando, neste ensaio, 'as representações collectivas' das classes atrazadas da população brasileira, no sector religioso, não endosso absolutamente,... os postulados de inferioridade do negro e da sua incapacidade de civilização. Essas representações collectivas existem em qualquer grupo social atrazado em cultura... Esses conceitos de 'primitivo', de 'archaico', são puramente psychologicos e nada teem que ver com a questão da inferioridade racial".[30]

A utilização comum de referenciais como Lévy-Bruhl para a análise da mentalidade ou da psiquê primitiva, e da lei das participações tem seu lugar em Arthur Ramos, mas é profundamente reelaborada pelo texto de Bastide.[31] Ele

---

[28] Idem, p. 63.

[29] RAMOS, Arthur. *O Negro Brasileiro, etnografia religiosa e psicanálise.* 2ª. ed. fac-similar a de 1940. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 1988, pp. 296, 298.

[30] Idem, p. 23.

[31] Idem, pp. 44, 131, 143, 204-5; BASTIDE, Roger. *O Candomblé da Bahia (Rito Nagô).* Trad. de Maria Isaura Pereira de Queiroz. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1978, p. 273 e BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. Vol. I e II.* . Trad. por Maria Eloisa Capellato e Olivia Krahenbuhl. São Paulo: Livraria Pioneira Editora/ EDUSP, 1971.

utiliza Lévy-Bruhl, e a sua teoria da "participação" definida a partir de seus estudos sobre o "pensamento primitivo". A partir do caso das religiões afro-brasileiras Bastide estudaria um caso privilegiado desta teoria da participação, pois se tratava de "'negros ocidentalizados que, todavia, conservavam com grande pureza suas crenças religiosas africanas'..., [onde] A lógica da participação, em suas mentalidades, avultava como pano de fundo 'de pensamentos e de práticas ocidentais que a fazem ressaltar com muito maior ênfase do que quando permeia todo o conjunto da vida'".[32]

Alguns autores referem-se ao status de Arthur Ramos na vida intelectual brasileira. Mariza Corrêa indica a centralidade de Arthur Ramos no cenário intelectual brasileiro e os jogos de poder nos quais esteve envolvido.[33] Marcos Chor Maio, também se refere aos círculos de influência e à trajetória deste autor brasileiro.[34] Este tipo de informação nos aponta para um cenário maior no qual Bastide teve de atuar, e para o local da política nestas relações intelectuais, entre ele, Freyre e Ramos. Neste sentido não se pode deixar de pensar no jogo de cena das relações acadêmicas e na escolha por temas e objetos de estudo e pelo tom dado aos debates estabelecidos na época.

Bastide elabora imagens novas sobre o negro no Brasil através do estudo das religiões afro-brasileiras. Estas imagens mostram pessoas imersas na religiosidade, na cultura, na resistência de suas tradições apesar da escravidão e de tudo que o expropriava de suas origens. Mas o centro de sua análise positivadora é a religião de origem nagô, assim como em Arthur Ramos e Nina Rodrigues. Através do mesmo referencial temático Bastide relê os materiais etnográficos anteriormente recolhidos por estes autores, e a partir deles elabora

---

[32] BASTIDE, Roger. "Contribuition à l'étude de la participation" in *Cahiers Internationaux de Sociologie,* n. 14, 1953, p. 30 apud QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "Introdução" in Bastide, Roger. *Roger Bastide: Sociologia.* (Org. da coletânea: Maria I. P. Queiroz). S.Paulo: Ática, 1983, p. 31.

[33] CORRÊA, Mariza. "O mistério dos Orixás e das Bonecas: raça e gênero na antropologia brasileira" in *Etnográfica,* vol. IV (2), 2000, pp. 237, 242-9.

[34] MAIO, Marcos Chor. *A História do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil.* Rio de Janeiro: Tese de Doutorado - IUPERJ, 1997.

imagens e análises as quais positivam o negro brasileiro e a sua cultura, relegados anteriormente aos domínios da psiquiatria ou das análises que consideravam sua cultura primitiva demais para a nação brasileira em formação.

Bastide, de certa forma, está no interior de uma tradição de valorização da herança cultural africana. A partir dos Congressos Afro-Brasileiros, dos textos de Arthur Ramos, Gilberto Freyre e de outros autores, fazia-se o elogio da herança cultural de origem africana e do mestiço. Embora o "elogio" possa estar inscrito num contexto de dominação e de domesticação da população negra[35] ou, no mínimo possa ser bastante duvidoso por trazer em seu bojo uma série de outros preconceitos e de desvalorizações, como foi visto no caso de Ramos, a presença de Bastide nesta tradição nos dá algumas pistas sobre seus modos de inserção no cenário intelectual brasileiro e sobre as negociações a que esteve exposto.

Bastide apresenta um tipo de argumento no qual se incorporam tendências, como a representada pela obra de Arthur Ramos, as quais tem seu valor indicado, como vimos acima, e que não são diretamente destruídas ou descartadas, apesar das diferenças profundas na apreensão e na análise de alguns fenômenos. Mesmo certos preconceitos mais visíveis, como a desqualificação das formas culturais de origem africana por parte de Ramos, não são pontualmente comentadas por Bastide. Aparentemente, seu texto se encarrega de elaborar novas imagens, mas não de nomear mais diretamente seus opositores. Bastide acentua a idéia do negro como um componente importante e vital do país e negocia em seus textos outros rumos para as análises sobre a população afro-brasileira no contraponto constante com intelectuais como Freyre e Ramos.

As obras de Bastide conseguiram espaço para a difusão da idéia e das imagens do candomblé como religião, como cultura negra e afro-brasileira e representam uma ruptura na percepção intelectual e social do tema. Mesmo ao utilizar-se de elementos presentes em autores como Nina Rodrigues e Arthur

---

[35] Ver DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó Nagô e Papai Branco.* Rio de Janeiro: Graal, 1988.

Ramos, como o da valorização da tradição nagô, utiliza-os com outros fins. Sua ênfase na cultura não visa silenciar conflitos e desigualdades mais profundos. Ele inverte imagens e análises sobre o candomblé e os afro-descendentes, através de uma positivação até então inexistente das suas práticas religiosas.

Conclusões

Pensar na articulação entre os pensamentos e obras de Roger Bastide, Arthur Ramos e Gilberto Freyre, e nas diferenças mais marcantes entre eles nos remete a conjuntos diferenciados de intelectuais, representantes de certas abordagens que se tornam tradições no pensamento brasileiro.

Foram indicados certos afastamentos e relações entre Roger Bastide, Gilberto Freyre e Arthur Ramos, os quais se revelam no interior dos textos de Bastide, e nas formas como ele debate com estes autores.

Procurou-se enfatizar que Bastide não está vinculado profundamente a nenhuma dessas tradições. Ao contrário, ele desenvolve uma obra que toma rumos próprios, embora dialogue com autores variados e os incorpore através de algumas temáticas. Neste sentido, vejo com cuidado certas aproximações entre Bastide e Freyre, assim como a visão corrente em parcela da antropologia brasileira que ao fim equaliza Bastide e os autores vinculados à tradição africanista local, formada por intelectuais como Manuel Querino, Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Édison Carneiro. Embora algumas diferenças sejam apontadas, o argumento geral da crítica nos remete muito mais às filiações e continuidades entre estes intelectuais.

Roger Bastide deve ser apreendido em redes de relações mais amplas, nas quais se incluem autores centrais e periféricos do pensamento brasileiro, os quais podem nos remeter a outras dimensões, como a política e a sociedade contemporânea. A própria configuração de sua obra, os modos de debater com variados setores da intelectualidade brasileira nos indicam uma análise que deve ser mais abrangente.

Arthur Ramos surge aqui como outra referência importante, representante de outro diálogo essencial de Bastide. Este diálogo tem suas derivações em obra de outros autores centrais, ou de maior impacto no pensamento social brasileiro, e também na obra de autores considerados periféricos, como Pierre Verger, Édison Carneiro e Ruth Landes. Numa análise da obra de Roger Bastide que pretenda ir além dos diálogos aparentemente de maior impacto, não se pode excluir *a priori* diálogos considerados periféricos, mas que também exercem funções no conjunto de sua obra e nos seus posicionamentos políticos, acadêmicos ou não.

Acredito que um dos desafios que se desenhava naquele momento para a sociologia brasileira era a análise da sociedade e a definição dos papéis dos seus componentes, vistos através de definições raciais e étnicas. Bastide e estes outros autores estão embrenhados nesta polêmica que anos mais tarde derivaria nos estudos sobre preconceito racial, com o projeto da Unesco, do qual o próprio Bastide participaria.

Bibliografia

BASTIDE, Roger. *Brasil terra de contrastes.* Trad. por Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: DIFEL, 1959.[1ª. ed. francesa 1957].

_____. *O Candomblé da Bahia (Rito Nagô).* Trad. de Maria Isaura Pereira de Queiroz. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, INL, 1978.[1ª. ed. francesa 1958].

_____. *Imagens do Nordeste Místico em branco e preto.* Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1945.

_____. *As Religiões Africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. Vol. I e II.* Trad. por Maria Eloisa Capellato e Olivia Krahenbuhl. São Paulo: Livraria Pioneira Editora/ EDUSP, 1971. [1ª. ed. francesa 1960]

BASTOS, Elide Rugai. *Gilberto Freyre e a Formação da Sociedade Brasileira.* São Paulo: Tese de Doutorado – Ciências Sociais/ PUCSP, 1986.

CORRÊA, Mariza. "O mistério dos orixás e das bonecas: raça e gênero na antropologia brasileira" in *Etnográfica,* vol. IV (2), 2000, pp. 233-265.

DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó Nagô e Papai Branco.* Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala.* 27ª. edição. Rio de Janeiro: Record, 1990. [1ª. ed., 1933].

_____. *Sobrados e Mucambos.* 3ª. edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1961. [1ª. ed., 1936].

GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995. [1ª. ed. 1957]

GUIMARÃES, Antonio S. *Classes, Raças e Democracia.* São Paulo: FUSP/Editora 34, 2002.

LACAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History.* New York: Cambridge Press, 1989.

MAIO, Marcos Chor. *A História do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil.* Rio de Janeiro: Tese de Doutorado - IUPERJ, 1997.

PEIXOTO, Fernanda Arêas. *Diálogos Brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide.* São Paulo: Editora da Universidade de S. Paulo, 2000.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "Introdução" in Bastide, Roger. *Roger Bastide: Sociologia.* (Org. da coletânea: Maria I. P. Queiroz). S.Paulo, Ática, 1983.

RAMOS, Arthur. *O Negro Brasileiro, etnografia religiosa e psicanálise.* 2ª. edição fac-similar a de 1940. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 1988.

VELHO, Yvonne Alves. *Guerra de Orixá: um estudo de ritual e conflito.*2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

DA OUTRA AMÉRICA: GILBERTO FREYRE E A "NEW HISTORY" NORTE-AMERICANA[1]

Gustavo Henrique Tuna [2]

Algo que muitos estudiosos da obra freyriana – como alguns críticos brasileiros dos anos 1930 e os mais recentes dos anos 1980 e 1990 – compartilharam entre si foi uma grande admiração pela escrita de Freyre, bem como pela variedade de fontes históricas utilizadas por ele e pelo considerável elenco de assuntos por ele abordados. Este artigo propõe relacionar esta renovação de métodos de análise social e de pesquisa histórica empreendida por Freyre com sua experiência como estudante universitário nos Estados Unidos no início dos anos 1920, mais especificamente com o contato que teve com uma movimentação de intelectuais ligados à Universidade de Columbia, em New York, denominada "New History".

Durante o período em que realizou seu mestrado da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Columbia, em New York, Freyre teve próximo contato com um grande número de professores de diversas áreas. O jovem pernambucano cursou desde disciplinas jurídicas até algumas ligadas à Psicologia em Columbia, tendo ficado mais impressionado e envolvido intelectualmente com Franz Boas, antropólogo alemão cujos trabalhos na área da Antropologia Cultural eram conhecidos não só nos Estados Unidos, como em outras partes do mundo. Creio ser interessante neste momento, no entanto, colocar em destaque um movimento iniciado nos anos 1910 de historiadores e demais cientistas sociais da Universidade de Columbia que propunham uma reformulação do trabalho do historiador, do qual inclusive o próprio Franz Boas fez parte. Refiro-me à "New History" norte-americana que, na primeira

[1] Este artigo foi apresentado no 'IV Seminário de Pensamento Social', organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros do IFCH/UNICAMP, nos dias 16, 17 e 18 de junho de 2003.

[2] Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo e Mestre em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas.

década do século XX, procurou contrapor-se à história política e lutar por uma abordagem histórica que buscasse compreender os processos históricos, num plano mais abrangente, dando relevo aos aspectos culturais, sociais e econômicos e suas influências nestes processos.[3]

New History: alterando rumos

Freyre freqüentou cursos e assistiu palestras de vários membros da "New History". Nas prateleiras de madeira de sua biblioteca em Apipucos, destacam-se dois livros importantes da produção dos "new historians". Tratam-se de *The New History and the Social Studies* (1925), de Harry Elmer Barnes e *Recent Developments in the Social Sciences* (1927), organizado por Edward Cary Hayes.[4] O primeiro é de um dos autores centrais do movimento, na qual ele faz uma retomada das premissas da "New History" que estavam sendo debatidas há cerca de 10 anos. Já o segundo é uma reunião de textos nos quais cada autor tece um panorama de cada disciplina na época: Sociologia, Antropologia, Psicologia, Geografia Cultural, Economia, Ciência Política e História. O capítulo sobre os estudos históricos é de autoria de Harry Elmer Barnes e retoma vários temas de seu *The New History and the Social Studies.*

Os dois exemplares pertencentes a Freyre, intensamente grifados e anotados por ele, não são as únicas amostras do interesse de Freyre pelos "new historians". Em algumas passagens de seu diário de juventude, Freyre refere-se

---

[3] Peter Burke comentou de forma breve os contatos de Freyre com a "New History" norte-americana durante sua passagem pela Universidade de Columbia. *Cf.* BURKE, Peter. "Gilberto Freyre e a *nova história"* in *Tempo Social*. São Paulo, out/1997, pp. 8-9.

[4] Na folha de rosto de seu livro, Harry Elmer Barnes dedicou seu livro "To the 'Columbia School' of historians of a decade ago who did so much to create the new history, and to indicate its fundamental dependence upon the social sciences." ["Para 'Columbia School' dos historiadores da década passada, que fizeram tanto para criar a nova história e para indicar sua fundamental dependência em relação às ciências sociais"] BARNES, Harry Elmer. *The New History and the Social Studies*. New York: The Century Co., 1925. O livro traz ainda fotos dos seguintes membros importantes da "New History": James T. Shotwell, Frederick Jackson Turner, Granville Stanley Hall, Franz Boas, Franklin Henry Giddings, Gustav Schmoller, Charles Beard e James Harvey Robinson.

a eles, bem como numa conferência proferida em 24 de maio de 1934 na Faculdade de Direito do Recife intitulada "O estudo das ciências sociais nas universidades americanas".

> "Naturalmente, a importância do estudo das **primary sources** é maior nos cursos e seminários de história. Ouvi Robinson – creio que foi Robinson – dizer uma vez que a história, ao contrário da crença geral, não se repete: os historiadores, estes sim, é que vivem se repetindo. Nenhum professor criou nos seus discípulos maior gosto de contato com as fontes do que Robinson nem maior horror ao conhecimento de oitiva. E precisamente com este fim: evitar a repetição de erros, colhidos às vezes de segunda ou terceira mão. É claro que em muitos casos o estudioso da história não tem outro jeito senão repetir o antecessor. Mas deve ter sempre a preocupação de autenticar as afirmações que repete e de que vai fazer a base de interpretações novas".[5]

Além de James Harvey Robinson, Freyre conheceu na Universidade de Columbia James T. Shotwell. Apesar de não ter encontrado pessoalmente, tinha admiração pela obra de Charles Beard, autor de um clássico da historiografia econômica norte-americana intitulado *Economic Interpretation of the Constitution*. Em 1922, o jovem Freyre relata em seu diário que, dentre as novas mentes criativas que surgiam na América, destacava-se o grupo da "Universidade de Columbia, todo um grupo de grandes renovadores dos estudos antropológicos, sociológicos, históricos".[6]

Preocupados em chamar a atenção dos historiadores da época para a necessidade de interpretar, os "new historians" condenaram com veemência o que acreditavam ser o fetichismo político de alguns historiadores. Eles classificavam como uma tarefa estéril o mero relato de fatos. Para eles, a

---

[5] FREYRE, Gilberto. "O estudo das ciências sociais nas universidades americanas", in *Novas Conferências em busca de leitores*. Recife: UFPE, 1995, pp. 28-29.

[6] FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 82.

história política vigente no começo do século XX teve o mérito de dar à moderna historiografia métodos eficientes de pesquisa e, conseqüentemente, uma ampla gama de fontes primárias. No entanto, este mesmo entusiasmo com as fontes e com os mais significativos episódios históricos relacionados à história de um país teria causado uma paralisia do historiador diante de seu objeto de estudo.

> "(...) como professor Shotwell pertinentemente afirmou, os historiadores políticos estavam tão intensamente preocupados com o aperfeiçoamento do método de pesquisa que lhes escapou o senso de proporção e de valores relativos, e deixaram de discriminar a importância dos eventos que narravam. Ao invés de tentarem compreender e descrever em sua totalidade o fluxo do progresso humano, eles apreenderam apenas o detalhe mais notável e assim obscureceram e distorceram o cenário completo do desenvolvimento humano".[7]

De acordo com a "New History", este fetichismo pelos documentos e pela descrição de fatos característicos da história política direcionou os objetos de estudo do historiador para o campo das instituições e acabou concedendo uma desmedida importância às ações delas nas sociedades. Para os "new historians", fazia-se necessário compreender como estas instituições políticas surgiam e evitar o exercício de explicá-las a partir de suas grandes realizações. Para eles, as ações humanas do cotidiano deveriam ser estudadas detidamente e os fatores culturais levados em conta pelo historiador.

---

[7] BARNES, Harry Elmer. *The New History and the Social Studies*, p. 7: *"(...) as Professor Shotwell has very aptly said, the political historians were so intensely concerned with perfecting the methodology of research that they lost the sense of proportion and relative values and failed to discriminate as to the importance of the events which they narrated. Instead of attempting to grasp and describe the whole current of human progress, they merely seized upon the most conspicuous chip on the surface of the waters and thus obscured and distorted the whole picture of human development."* Para facilitar a compreensão, traduzi livremente as citações presentes no corpo do texto, deixando nas notas os trechos no idioma original.

Novas abordagens

Desta maneira, os "new historians" buscavam ampliar o escopo de interesses do historiador, uma vez que a história política não seria capaz de fornecer uma explicação balanceada para um determinado processo histórico. Barnes utilizou o exemplo da Primeira Guerra Mundial, fato que num primeiro momento foi visto pela história política como tendo sido provocado eminentemente por questões políticas. Ele propôs, no entanto, que as causas fundamentais para a Primeira Guerra haviam sido principalmente psicológicas e culturais. Além disso, estariam em jogo nesta guerra questões raciais, sentimentos de nacionalidade, competições econômicas e outros fatores. Barnes alegou que a Revolução Industrial e as descobertas nas ciências naturais ocorridas no século XVIII modificaram sensivelmente as bases do pensamento humano e trouxeram para ele um novo leque de idéias e interesses. Estas modificações podem ser vistas, segundo ele, no desenvolvimento de um novo grupo de ciências que devem ser consideradas novas aliadas da história.

> "Essas novas ciências são a ciência da vida, ou biologia, a ciência do homem, ou antropologia, a ciência da mente, ou psicologia, a ciência das relações industriais, ou economia, a ciência da relação do homem com seu ambiente, ou antropogeografia, a ciência do controle da comunidade, ou ciências políticas, e a ciência das relações sociais, ou sociologia. Cada uma dessas ciências representa um novo conjunto de interesses que se desenvolveram como resultado de uma necessidade vital por esse tipo de informação e análise. Seu espírito e suas tendências reagiram sobre a história para dar-lhe um conteúdo mais amplo, completo e humano".[8]

[8] Ibid., p. 15: *"These new sciences are the science of life or biology, the science of man or anthropology, the science of mind or psychology, the science of industrial relations or economics, the science of the relation of man to his environment or anthropogeography, the science of group control or political science, and the science of social relations or sociology. Each of these sciences represents a new set of interests and there has grown up as the result a vital need for its type of information and analysis. Their spirit and tendencies have reacted upon history to give it a broader, sounder and more human content."*

Este entendimento mais amplo pretendido por esta corrente de historiadores possui um sentido mais profundo e uma crítica mais grave à história política. De acordo com James Harvey Robinson, num livro que se tornou uma espécie de manifesto dos "new historians", esta história tradicional acreditava estar abordando o passado tal como ele foi.[9] A partir dos preceitos da "New History", a pergunta do historiador não deveria ser "o que?", mas, de fato, "como?". Desta maneira, não se trataria de falar do objeto, mas sim sobre ele. A noção de processo histórico ganha força a partir desta preocupação com a tarefa de interpretar. Propõe-se que a filosofia da história, que conduziria o historiador a uma explicação teleológica de um determinado fato, dê lugar a uma compreensão da história que se dedique à interpretação dos processos. Para esta abordagem histórica mais complexa, há que se lançar mão de outras ciências, que devem ser vislumbradas como aliadas da disciplina histórica. O desenvolvimento de outras ciências deve ser valorizado, uma vez que as explicações que elas podem fornecer para os processos históricos podem construir parte importante de uma interpretação mais ampla da história.

> "A questão vital é se os historiadores acadêmicos despertarão para o fato de que a maioria deles deixou o préstito e se reajustarão sua visão da história para absorver os novos desenvolvimentos, ou se permitirão que estes sejam incorporados pela psicologia, economia, sociologia, geografia, jurisprudência e ciências naturais, até que a história se torne uma redoma afastada do mundo ou da vida real e de suas atividades vitais, e pereça por atrofia".[10]

---

[9] ROBINSON, James Harvey. *The New History – essays illustrating the modern historical outlook*. New York: the Free Press Collier Macmillan, 1965, p. 62. A primeira edição deste livro é de 1912. James Harvey Robinson foi professor de História Moderna européia na Universidade de Columbia entre 1895 e 1919. Foi também um dos fundadores da New School for Social Science Research, em Nova York, da qual foi o primeiro diretor. Cf. *The Columbia Encyclopedia in one volume*, New York: Columbia University Press, 1935, pp. 1515-1516.

[10] BARNES, Harry Elmer. *The New History and the Social Studies.*, p. 37. Grifo de Freyre neste trecho: *"The vital question is as to whether the academic historians will awaken to the fact that the majority of them have dropped behind the procession and will readjust their*

A concepção do ofício do historiador como voltada ao presente é outro traço importante proposto pela "New History". Além da tese segundo a qual a escrita histórica de cada época relaciona-se aos interesses dominantes de seu período, está presente nesta corrente historiográfica a necessidade de estudar o passado para a compreensão do presente. O emprego de termos como "processo" e "desenvolvimento" é apenas uma evidência desta perspectiva histórica. Eles cultivam a impressão de que a disciplina histórica não teve o desenvolvimento satisfatório, isto é, a preocupação dela com o aperfeiçoamento de seus métodos de pesquisa em arquivos e a busca de novos documentos paralisaram seu campo de ação.

Dentro deste novo quadro, a história é convocada a alterar seus princípios e objetivos. Com as mudanças da sociedade – que carregariam consigo novos interesses – e com os desenvolvimentos das outras ciências, o escopo de interesses da história deveria ser modificado. A interpretação histórica produzida em diálogo com as ciências aliadas é colocada como o procedimento mais profícuo através do qual os trabalhos históricos poderiam adquirir um papel mais ativo na vida intelectual.

> "A ascensão da psicologia, antropologia e sociologia introduziu novas linhas de abordagem ao estudo do homem e de suas atividades em sociedade, e forneceu orientação adicional para a execução desse projeto".[11]

O conjunto de premissas que os "new historians" propuseram configura um projeto que engloba variáveis que estão em jogo na história além do âmbito

---

vision of history so as to absorb these new developments, or whether they will allow them to be taken up by psychology, economics, sociology, geography, jurisprudence and natural science, until history becomes like a recluse shut off from the world or real life and vital activities and perishes from atrophy."

[11] BARNES, Harry Elmer. "Recent developments in history" in HAYES, E. C. *Recent Developments in Social Sciences*. Philadelphia and London: J. B. Lippincott, 1927, p. 387: *"The rise of psychology, anthropology and sociology have introduced new lines of approach to the study of man and his activities in society, and have furnished added guidance in the execution of this project."*

político, quais sejam, aspectos econômicos, sociais, culturais e geográficos. Na tentativa de expandir as fronteiras da história política e episódica do século XIX, eles optaram por uma expansão considerável dos interesses da disciplina histórica. Para atingir tais metas, o recurso às outras ciências seria uma necessidade. Nas palavras de Barnes, "Os grandes trabalhos históricos do futuro parecem destinados a ser produtos da cooperação".[12]

Cumpre observar que os propósitos da "New History" expostos até agora encontram eco na formação intelectual de Gilberto Freyre. Desde os primeiros textos de Freyre, pode ser visualizada a tentativa de compor uma história que buscasse compreender, ao invés de tecer uma mera relação de fatos. Na introdução de sua dissertação de mestrado, Freyre explica que escolheu o tema, a vida social no Brasil em meados do século XIX, motivado pela curiosidade de conhecer como havia sido o tempo de seus avós, especialmente entusiasmado pelas histórias contadas por sua avó, D. Francisca, pela qual tinha grande afeição. Tendo estudado o período em questão, Freyre afirma não tê-lo feito com a intenção de louvá-lo nem de criticá-lo, mas somente para satisfazer-se com o exercício de entender a velha ordem social.[13]

Pode-se ver que esta tentativa de interpretação encontra-se melhor executada em *Casa-Grande & Senzala* quando comparamos com o texto de mestrado de Gilberto Freyre. Enquanto em *Social Life* Freyre baseia-se sua exposição nas fontes históricas disponíveis, em *Casa-Grande & Senzala* vemos um ganho na capacidade de análise da documentação que é considerável. Se no texto de estréia de Freyre no meio acadêmico notam-se argumentos alicerçados basicamente nas fontes históricas, em sua obra-mestra vemos que a formação obtida por Freyre nos Estados Unidos e também na Europa concedeu-lhe uma maior capacidade de interpretação das fontes. Apesar da diferença de propósitos entre os textos – um sendo uma curta dissertação de mestrado e o

---

[12] Ibid., p. 389: *"The great historical works of the future seem destined to become cooperative products."*

[13] FREYRE, Gilberto. "Social Life in Brazil in the middle of the nineteenth century" in *The Hispanic American Historical Review*. Vol. 5, 1922, p. 597, (Reimpressão de 1964).

outro um ensaio de objetivos amplos, há que se observar como 11 anos que separaram as duas obras serviram para o amadurecimento das leituras teóricas estrangeiras na mente de Freyre.

O esforço de Freyre em torno da tarefa de escrever uma história do cotidiano coaduna-se com o propósito dos "new historians" de estudar o cotidiano. James Harvey Robinson destacava a necessidade de estudar a cultura material e principalmente o que chamava de história da vida cotidiana.[14] Em *Como e Porque sou e não sou sociólogo*, Freyre comenta a sua visão acerca desta movimentação na universidade em que realizou seu mestrado.

> "Foram esses estudos, na Universidade de Colúmbia, que me levaram – numa época em que na grande universidade estava ainda quente na presença, entre seus mestres, de Charles A. Beard, o autor de Economic Intepretation of the (American) Constitution, conservando-se entre seus catedráticos, um mestre de Sociologia como Giddings e um professor de Economia como Seligman – a interessar-me não só pela interpretação econômica como pela interpretação sociológica do passado humano; e não só, em pesquisa históricas em torno da chamada 'economic data', como pelas 'histories of every day life' que constituíam parte considerável da história social".[15]

É evidente que esta ênfase na história do cotidiano proposta pelos norte-americanos marcou fortemente a abordagem histórica de Freyre. Os elementos e os enredos que Freyre elenca para formar sua interpretação da formação da sociedade brasileira revela uma dívida grande em relação a esta história proposta nos anos 1910 nos Estados Unidos. Seja na utilização da história oral para compreender como era a vida de seus avós no declínio do patriarcalismo, seja na utilização dos depoimentos dos cronistas e viajantes estrangeiros para construir os usos e costumes de indígenas e negros, a história do cotidiano

---

[14] ROBINSON, James Harvey. *The New History – essays illustrating the modern historical outlook.*, p. 139.
[15] FREYRE, Gilberto. *Como e porque sou e não sou sociólogo.*, Brasília: EDUNB, 1968, p. 101.

aparece como o centro das atenções de Freyre. Em estudo sobre o pensamento hispânico na obra de Freyre, Élide Rugai Bastos aponta que a história do cotidiano pensada pelo sociólogo também foi marcada pela leitura das obras de Unamuno, Ganivet e Pio Baroja, cujos livros são marcados pelo interesse pela vida do homem comum.[16]

Há que se observar também que a abordagem histórica empreendida por Freyre é marcada pela interdisciplinaridade, aspecto central para os "new historians". Gilberto Freyre não só procurou dar relevância aos fatores culturais nos seus estudos em torno da formação da sociedade brasileira, como também atentou para os estudos econômicos, geográficos – e até biológicos – na formulação de sua interpretação do Brasil. Para ele, *Casa-Grande & Senzala* seria uma "tentativa de análise ao mesmo tempo histórica e antropológica, sociológica e psicológica".[17]

Freyre tinha algumas reservas em relação ao que acreditava ser um exagero de objetivos pretendidos pela "New History". Ele acreditava que esta nova concepção, baseada nesta interdependência da história em relação às outras ciências, guardava um perigo. "Havia o perigo de um generalismo que, em vez de corrigir os excessos de especialismo, conduzisse o estudo do passado humano ao excesso oposto. Mas havia também um possível meio-termo entre tais excessos".[18] E o sociólogo então em seguida faz uma lista dos livros que souberam praticar este meio-termo.

Para chegar neste meio-termo em suas reflexões, Freyre lança mão de uma premissa dos "new historians", qual seja, dar relevo aos fatores mais significativos na interpretação histórica. Esta idéia é colocada por eles como sendo o inverso daquilo que a historiografia política praticava. No ponto de vista deles, a historiografia tradicional, prendendo-se à exposição de episódios

---

[16] BASTOS, Élide Rugai. *O pensamento sociológico no Brasil: consenso ou crítica?*, Campinas: tese de livre-docência apresentada ao Depto de Sociologia do IFCH-Unicamp, 1997, p. 8.
[17] FREYRE, Gilberto. *Como e porque sou e não sou sociólogo.*, p. 139.
[18] Ibid., 102.

consagrados, não conseguia compreender os fatores dominantes de um determinado período histórico, uma vez que elas limitavam-se à descrição de fatos reconhecidos pela história oficial.

> "O novo tipo de historiador não tenta substituir nenhum fundamento mágico de unidade, organização ou exclusão pelo antigo fetiche político, mas limita seus esforços a construir um retrato tão inteligível e completo do passado quanto suas fontes de informação permitem e a enfatizar as características dominantes de cada época".[19]

Enfatizar as características dominantes de uma determinada época deveria ser a função principal da interpretação histórica. De forma semelhante, Freyre – apesar de compor uma compreensão ampla da formação da sociedade brasileira – selecionou traços que considerou serem os formadores mais influentes neste processo.

Passado e Presente

Os elementos dominantes destacados por Freyre que compõem a tríade da formação da sociedade brasileira seriam o patriarcado, a interpenetração de etnias e culturas e o trópico e, a partir destes três fatores, Freyre desenvolveria outras teses centrais em sua interpretação da formação histórica brasileira.[20] No prefácio à primeira edição de *Casa-Grande & Senzala*, o autor fala das pretensões que tinha em mente ao escrever a obra.

> "Não devo estender este prefácio, que tanto se vai afastando do propósito de simplesmente dar uma idéia geral do plano e

[19] BARNES, Harry Elmer. *The New History and the Social Studies.*, p. 17. Grifo de Freyre neste trecho: *"The historian of the new type does not try to substitute any magic basis of unity, organization or exclusion for the older political fetish, but confines his efforts to constructing as intelligible and complete a picture of the entire past as his sources of information will allow and to emphasizing the dominant features of every epoch."*

[20] FREYRE, Gilberto. *Como e porque sou e não sou sociólogo.*, p. 145.

> do método do ensaio que se segue, das condições em que foi escrito. Ensaio de Sociologia genética e de História social, pretendendo fixar e às vezes interpretar alguns dos aspectos mais significativos da formação da família brasileira".[21]

Os aspectos mais preponderantes são aqueles, no modo de ver de Freyre, que mais deixaram traços na sociedade brasileira. Sendo assim, o presente guarda íntima relação com o passado. Ao estudar a vida social brasileira no século XIX durante o mestrado, Freyre já confidenciara sua motivação pessoal, de conhecer o passado a fim de conhecer melhor a si próprio. Ocorre que em *Casa-Grande & Senzala*, a vinculação entre presente e passado marca todo o texto. Não é à toa que Freyre declara no já citado prefácio que "A história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro".[22] A noção de história segundo a qual "somos o que fomos" está presente na interpretação do Brasil formulada pelo sociólogo. Neste sentido, o passado não seria descoberto através somente da pesquisa em arquivos, "É um passado que se estuda tocando em nervos; um passado que emenda com a vida de cada um; uma aventura de sensibilidade".[23]

Na concepção dos "new historians", o estudo do passado só adquiria sentido quando ele pudesse iluminar nossa compreensão acerca da conformação das instituições tal qual as conhecemos no presente. Enquanto a história política pretendia afirmar-se como ciência esquivando-se do exercício de interpretação, a "New History" norte-americana ansiava compreender o passado e suas relações com a "realidade" atual.

> "A interpretação da história é, resumidamente, uma tentativa de complementar a busca sem objetivos de Ranke por aquilo que ocorreu no passado com um esforço preliminar, ainda

[21] FREYRE, Gilberto. "Prefacio" in *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933, p. xxxix.
[22] Ibid., p. xxx.
[23] Ibid., p. xxxi.

> que frágil e humilde, de explicar como a ordem atual estabeleceu-se".[24]

Nota-se que a idéia de herança histórica, presente em Freyre, também é cultivada pelos norte-americanos. Em prefácio ao livro-manifesto da "New History", Harvey Wish comenta a concepção de tempo professada pelo mestre da escola historiográfica norte-americana.

> "Não menos importante para a difusão da New History foram as obras extremamente populares de Robinson, especialmente An Introduction to the History of Western Europe (1902), que iniciava com uma afirmação explícita do tipo de sua interpretação histórica. Ele propôs discorrer sobre a conduta habitual do homem e os desenvolvimentos de natureza relativamente permanente. Assim, ele mostraria a continuidade geral da história e como todas as grandes mudanças surgiam lentamente, com um mínimo de abruptude".[25]

Esta concepção em torno da morosidade das mudanças históricas está presente também na obra de Freyre dos anos 1930, o que levou alguns mais tarde às comparações com a idéia de longa duração dos processos históricos consagrada por Fernand Braudel.

---

[24] BARNES, Harry Elmer. *The New History and the Social Studies*., p. 31: *"The interpretation of history is, in short, the attempt to supplement Ranke's aimless search for what occurred in the past by at least a feeble and humble preliminary effort to explain how the present order came about."*

[25] WISH, Harvey. "James Harvey Robinson and the New History" in *The New History – essays illustrating the modern historical outlook*., p. xi: *"No less important in diffusing the New History were Robinson's extremely popular college text-books, particularly An Introduction to the History of Western Europe (1902), which began with an explicit statement of his brand of historical interpretation. He proposed to dwell upon man's habitual conduct and those developments of a relatively permanent nature. Thus he would show the general continuity of history and how all great changes came slowly with a minimum of abrupt change."*

Conclusões

Como se pode observar, há grande proximidade entre as propostas teórico-metodológicas da "New History" norte-americana iniciada nos anos 1910 e as da "Nouvelle Histoire" francesa. Ambas contrapunham-se à história política tradicional e sua respectiva predileção pelos relatos de grandes fatos, pregavam uma abordagem compreensiva da história que levasse em consideração os fatores sociais e culturais em jogo, defendiam a utilização de novas fontes históricas, ansiavam pela ampliação dos objetos de estudo e trabalhavam com a noção de processo histórico.

Estando em contato mais próximo com a historiografia norte-americana, foi no contato com ela que Freyre moldou seus métodos de pesquisa histórica e análise social. Uma leitura atenta da série de artigos de Freyre intitulada "Da outra América" e publicada no Diário de Pernambuco durante este período em que o pernambucano esteve nos Estados Unidos serviria para demonstrar ainda mais a dimensão que esta experiência em terras norte-americanas exerceu sobre a formação intelectual do sociólogo. A partir dela, Freyre concentrou-se na tarefa de realizar uma história do cotidiano, assumiu a interdisciplinaridade como um meio necessário para a ampla interpretação do país que desejava realizar e, dentro da mesma ambição, optou por analisar os aspectos da formação da sociedade brasileira que lhe pareceram mais marcantes.

FLORESTAN FERNANDES E A QUESTÃO DO PAPEL DO INTELECTUAL[1]

Tatiana Gomes Martins[2]

A problemática do intelectual, em especial do sociólogo, no Brasil, permeou fortemente os trabalhos de Florestan Fernandes entre meados da década de 50 até 1968. Ela pode ser identificada, ao mesmo tempo, como justificativa aos trabalhos realizados e como defesa da intervenção do sociólogo no processo social. Desse modo, esse trabalho[3] procura analisar como se estabelece a relação entre as concepções de *papel intelectual* e *desenvolvimento nacional* em três momentos da produção acadêmica de Florestan Fernandes: meados da década de 50, tendo como eixo as questões levantadas no livro *Mudanças Sociais no Brasil* (1960); final da década de 50 e início dos anos 60, da mesma forma com o livro *A Sociologia Numa Era de Revolução Social* (1963); e, como último momento, final da década de 60, com o livro *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1968).[4] Além disso, a fundamentação teórica tem como referência os livros *Ensaios de Sociologia Geral e Aplicada* (1960) e *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* (1959) uma vez que a interpretação parte da hipótese de que a orientação metodológica de Florestan Fernandes, nos três períodos considerados, expressa a forma como compreende o projeto nacional de desenvolvimento e o papel da sociologia.

No livro *Mudanças Sociais no Brasil* – composto de textos escritos entre 1943 e 1959, contendo características dos dois primeiros momentos

---

[1] Texto apresentado no IV Seminário de Pensamento Social, promovido pelo Centro de Estudos Brasileiros da Unicamp e realizado nos dias 16, 17 e 18 de junho de 2003.

[2] Doutoranda em Sociologia (UNICAMP), bolsista FAPESP.

[3] Trata-se dos resultados obtidos na pesquisa de Mestrado, correspondendo, assim, a uma versão sumarizada da Dissertação de Mestrado.

[4] Vale ressaltar que outros textos também foram incorporados na medida em que permitiam a ampliação da discussão nos períodos considerados, como se pode notar através de algumas referências ao longo do texto.

considerados na pesquisa – Florestan Fernandes apresenta como objeto as transformações decorrentes de certo tipo *mudança social* no Brasil iniciada com a crise da Ordem Social Tradicional e culminada com a abolição da escravatura: o estabelecimento da sociedade de classes no Brasil. A interpretação formulada por Florestan Fernandes sobre a temática nos dá uma pista da opção metodológica de Florestan Fernandes já que tem como pressuposto uma específica concepção de mudança social fortemente fundamentado em sua dimensão cultural. A mudança social assim entendida traz consigo a compreensão do processo enquanto mudança estrutural decorrente de uma alteração na esfera de valores que orientaria, por sua vez, novos padrões de comportamento. Esses corresponderiam aos padrões de comportamento característicos da Civilização Ocidental que, segundo Florestan Fernandes seriam orientados por de critérios racionais de organização social que permitiriam o desenvolvimento da sociedade brasileira naquela direção.

> "Em sentido lato, pode definir-se, sociologicamente, desenvolvimento social como 'multiplicação das formas de interação numa determinada sociedade, acompanhando o desenvolvimento cultural'. Trata-se de um conceito inclusivo, que compreende todos os fenômenos de mudança que ocorrem através da diferenciação estrutural e reintegração funcional de sistemas sociais globais concretos, considerados em condições particulares de tempo e de espaço. Por isso, ele abrange os aspectos dinâmicos das alterações da estrutura, da organização e dos mecanismos de controle de dado sistema social em certo lapso de tempo".[5]

Conforme essa argumentação, a abolição da escravatura seria o momento inicial do que Florestan Fernandes define como Mudança Cultural Espontânea: a ascensão e predominância de um novo "estilo de pensamento", no sentido mannheimiano, orientador de condutas racionais no plano social. O que se percebe nessa interpretação é a ênfase na análise da Modernização da

[5] FERNANDES, 1979 a, p.316-317.

sociedade brasileira, ou seja, da passagem da ordem social tradicional para a ordem social moderna, que expressa três fortes presenças teóricas em sua composição. Em primeiro lugar, pode-se notar uma aproximação com a concepção de Sistema Social de Parsons quanto à importância dos padrões de comportamento para a manutenção ou alteração da estrutura social que se vincula diretamente à concepção de desenvolvimento trabalhada pelo sociólogo paulista. A segunda presença está ligada à pesquisa empírica através da qual Florestan Fernandes procura analisar as força sociais que operariam contra ou a favor do desenvolvimento. Trata-se da utilização do instrumental mertoniano, ou seja, a aplicação dos conceitos de *função manifesta* e *função latente* para interpretação dos fenômenos de mudança social. Finalmente, pode-se destacar a influência de Mannheim observável desde os trabalhos da década de 40. Ela corresponde à identificação do momento de crise enquanto momento de desarticulação no aparato moral da sociedade e na proposta de superação dessa desarticulação através da ampliação do processo de "racionalização". Esse último pode ser entendido como a criação de uma esfera valorativa comum baseada em valores racionais que desenvolveria nos indivíduos a capacidade de organizar a sociedade. Esse seria o quadro do Planejamento Democrático desenvolvido por Mannheim e absorvido por Florestan Fernandes no qual o papel da ciência é fundamental, tanto no que diz respeito a sua formulação quanto a sua manutenção.[6] Algumas passagens do final da década de 60 são bastante ilustrativas dessas influências e da continuidade de algumas das teses formuladas anteriormente:

---

[6] MANNHEIM, Karl. *O homem e a sociedade: estudos sobre a estrutura social moderna.* Rio de Janeiro, Zahar, 1962; *Liberdade, poder e planificação democrática.* São Paulo, Editora Mestre Jou, 1972; *Diagnóstico de nosso tempo.* Rio de Janeiro, Zahar, 1973; "O pensamento conservador". In: MARTINS, José de Souza (org) *Introdução crítica à sociologia rural.* São Paulo, HUCITEC, 1981; *Ideologia e utopia.* (4ª. edição), Rio de Janeiro, Guanabara, 1986. MERTON, Robert K. "Sobre as teorias de médio alcance". In: MERTON, Robert K. *Teoria e Estrutura.* São Paulo, Ed. Mestre Jou, 1970. PARSONS, Talcott. *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas.* São Paulo, Pioneira, 1969; *O sistema das sociedades modernas.* São Paulo. Pioneira, 1974.

> "...tomando em conta todas essas gradações, propomo-nos examinar pelo menos os aspectos que permitem sugerir como, onde e por que o desenvolvimento social se tornou uma condição da vida, um fator de continuidade e de sobrevivência de uma civilização e um valor social básico.
>
> O nosso ponto de vista geral leva-nos a encarar as atitudes e as motivações sociais em termos de suas vinculações com a estrutura, o funcionamento e as tendências de diferenciação do sistema social".[7]
>
> "Quanto ao que nos interessa aqui, é fácil de compreender porque as tendências ao planejamento são deveras importantes, para as relações entre "teoria" e "aplicação" na ciência. Embora tais tendências dependam de mudanças estruturais da sociedade, à medida que elas emergem e se organizam podem contribuir para criar condições econômicas e sócio-culturais altamente favoráveis ao aproveitamento regular e ordenado das descobertas científicas".[8]

Essas referências e os objetivos a elas vinculadas, fundamentam a escolha metodológica de Florestan Fernandes pelo Método de Interpretação Funcionalista. Para ele, esse método permite identificar e analisar as tendências e os obstáculos à concretização da Ordem Social Capitalista. Dito de outra forma, ele permite identificar e analisar os padrões de comportamento que garantem a alteração o a manutenção da ordem vigente, se estão relacionados à Ordem Social Tradicional ou à Ordem Social Capitalista. Porém, a análise de Florestan Fernandes, nesse sentido, tem como resultado o diagnóstico do descompasso entre o desenvolvimento da esfera moral e o desenvolvimento material da sociedade brasileira. Assim, apesar de todo o processo de urbanização e industrialização verificável no Brasil nos anos 50 com bastante intensidade, o sociólogo percebe que os valores de caráter tradicional ainda têm grande força nos fenômenos sociais, o que compõe um grande obstáculo para

[7] FERNANDES, 1979a, p.323.
[8] FERNANDES, 1960, p.153.

o desenvolvimento da sociedade brasileira rumo ao Planejamento Democrático. Constatando esse diagnóstico já no final dos anos 50 e tendo como suporte as orientações metodológicas formuladas na metade dessa década Florestan Fernandes compõe gancho para a sistematização do Papel da Sociologia. É a Sociologia Aplicada que deve definir as estratégias para a mudança, particularmente no que diz respeito ao assessoramento do sistema educacional no sentido na formação de uma "moralidade racional". O papel da Educação e o da Sociologia na organização de uma nova sociedade são, para Florestan Fernandes no final da década de 50, fundamentais para o Planejamento Democrático enquanto projeto nacional. Vale lembrar que esse é o momento da Campanha de Defesa da Escola Pública do qual Florestan Fernandes participa que, segundo sociólogo corresponde a um momento de concretização do papel do sociólogo e da comunicação deste com o público em geral [9].

Esse é o panorama metodológico no qual se inserem as questões do desenvolvimento e do papel da sociologia de meados da década de 50 que se desdobra no final dessa década e início da seguinte. A partir dele é que Florestan Fernandes chega ao diagnóstico da crise das transformações decorrentes do processo de modernização brasileiro, bem como à formulação de um projeto de desenvolvimento no qual a sociologia tem papel fundamental. Ocorre que, no final do anos 50, o projeto, de certa forma se adapta às exigências sociais que se colocam nesse momento. É a conjuntura de revisão e crítica do projeto nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e o fortalecimento do discurso marxista, que procurava dar conta das tensões sociais, que se expressam no livro *A Sociologia Numa Era de Revolução Social* de maneira peculiar.

Esse livro, como já foi dito, colhe os frutos das transformações da sociedade brasileira ocorridas, em especial, na segunda metade da década de 50, e do movimento da sociologia no sentido de responder a essas transformações. Para Florestan Fernandes isso significava intervir, participar do processo de

[9] FERNANDES, 1976.

mudança. Se nos anos 50 esse projeto não se realizara, no início da década de 60 restava a crítica e o apelo ao Estado para a concretização desse projeto e a sistematização dessa intervenção.

Como já foi indicado, a definição do papel do sociólogo e da sociologia e as interpretações de Florestan Fernandes sobre a realidade brasileira mostram-se, nesse momento, fortemente vinculadas às orientações metodológicas anteriores. Desse modo, elas ainda partem do pressuposto que a mudança social deveria se operar na dimensão cultural da sociedade como fonte de mudança estrutural e que o papel da sociologia se inseriria nesse termos. Porém, em vista do rumo tomado pelo capitalismo no Brasil, que Florestan Fernandes identifica nesse segundo período, a argumentação do sociólogo põe à frente do processo o desenvolvimento das esferas econômica e social como condição aquele desenvolvimento no sentido mais amplo.

> "Se não podemos lutar em bloco contra todas inconsistências psicosociais e sócio-culurais, que impedem a mudança social ou reduzem seus efeitos construtivos, devemos pelo menos iniciar uma reação sistemática e vigorosa contra as duas primeiras, de que depende a consolidação da ordem social democrática – porque delas depende o aparecimento de condições propícias à formação da concepção democrática do mundo, à preparação de personalidades democráticas principalmente nas classes médias e camadas populares e à expressão sadia das opções que regulam, pela base, o destino dos povos ocidentais modernos, com a civilização de que são portadores".[10]

Assim, mesmo procurando enfatizar essas duas esferas e absorvendo, em certa medida, a temática das classes sociais e da revolução social (como sugere o próprio título do livro) a compreensão do processo de mudança, ou de revolução social, se dá em termos culturais. Expressão disso é a acepção do papel do sociólogo enquanto articulador de um "novo padrão de civilização":

[10] FERNANDES, 1976, p.225.

> O cientista que esteja cônscio do valor social da ciência – e não só do seu valor 'intelectual' e 'lógico' – deve participar ativamente desse processo, procurando contribuir pessoalmente para que o progresso material e o progresso moral, realizados no marco dessa civilização, apresentem a mesma intensidade e tenham o mesmo destino de aumentar a grandeza da condição humana".[11]

Trata-se, nesse sentido, da função de contribuir para a superação dos obstáculos ao desenvolvimento nacional através da análise das "inconsistências psico-sociais e sócio-culturais" que compõem as esferas tomadas agora como primordiais: a economia e a sociedade. Com relação à primeira esfera, Florestan procura analisar, por exemplo, as deficiências da escola em promover o desenvolvimento social e a participação do Estado no processo de democratização da cultura.

> "O intelectual terá de arcar com tarefas, misturar-se com a "plebe ignorante" e elevar-se com ela a um novo padrão de civilização. Democratização da cultura significa reconstruir a relação do intelectual com o mundo, pôr fim a um estado de coisas que fez do saber sistematizado um privilégio social e dar início a uma era de proscrição da ignorância como fonte de dominação do homem pelo homem".[12]

Além disso, a análise de Florestan Fernandes procura demonstrar como a influência de valores tradicionais no comportamento dos agentes econômicos e dos agentes políticos seria responsável por um estado de "estrangulamento econômico" e por um estilo tradicional de organização política.

> "No fundo, temos de lutar contra um influxo poderoso mas invisível: os círculos econômica, social e politicamente influentes das camadas dominantes selecionam as inovações de acordo com seus interesses, vinculados à preservação de posições na estrutura do poder ou à perpetuação de condições

[11] FERNANDES, 1976, p.55, grifo do próprio autor.
[12] FERNANDES, 1976, p.230, grifo meu.

> inusitadas de prosperidade, ruinosas para a coletividade como um todo a longo termo. Assim, grupos ligados aos remanescentes do antigo regime e às parentelas "de tradição" e grupos saídos do recente enriquecimento provocado pela industrialização associam-se estreitamente, apesar de todas as diferenças, com o fito de amortecer, solapar e até destruir inovações que redundem na aniquilação da teia de privilégios de que desfrutam".[13]

Em suma, para Florestan Fernandes, cumpriria ao sociólogo diagnosticar os obstáculos psico-sociais e sócio-culturais nas esferas econômica e social. Não é a toa que no projeto *Economia e Sociedade no Brasil* aparecem como itens de investigação "O empresário Industrial" e "Estado e Desenvolvimento" em termos de suas limitações sócio-culturais.

Contemplando o resultado desse tipo de pesquisa, o livro *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* de 1968, por sua vez, também traz consigo as referências metodológicas dos livros anteriores. Assim, da mesma forma, os objetivos analíticos e a definição do papel do sociólogo denotam a compreensão do autor acerca da realidade brasileira e o projeto nacional que está por traz dessa forma de entendimento.

Os textos que compõem o livro foram escritos posteriormente à instauração da ditadura militar, em 1964, portanto, refletem as implicações da conjuntura histórico-social que dão o contorno dos temas e da metodologia que Florestan Fernandes procura utilizar par dar conta da sociedade brasileira. Nesse momento, os interesses do sociólogo se voltam à interpretação do caráter do capitalismo brasileiro, ou seja, dos fatores fundantes dos laços de heteronomia. Vale ressaltar que este é um momento em que a temática da dependência, e outros desdobramentos, é central em muitos setores culturais que pensam um projeto para o país, dentre eles é importante destacar os pesquisadores ligados à Cadeira de Sociologia I da USP.[14]

---

[13] FERNANDES, 1976, p.231

[14] Pode-se citar, por exemplo, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Pereira, Paul Singer e Gabriel Cohn.

Para Florestan Fernandes, esse tipo de análise deve ter como foco a interpretação das classes sociais em duas dimensões: a compreensiva e a histórica. Desse modo, Florestan Fernandes utiliza o instrumental weberiano para a análise, por exemplo: das ações dos componentes das classes sociais em determinado sentido; das relações entre as sociedade autônomas e heterônomas; bem como das relações entre as classes "possuidoras" e "não possuidoras". Assim, chega à conclusão de que são os "interesses univocamente econômicos" que definem o comportamento dos membros dessas classes. Conclusão essa fundamental, para Florestan Fernandes na medida em que fundamenta a argumentação sobre o caráter ambivalente da ordem social capitalista num país subdesenvolvido, expresso no alcance e nas limitações da ação plenamente racional nos membros das classes sociais. A justificativa a esse procedimento pode ser identificado no seguinte trecho:

> "Como se vê, o importante em tal esquema interpretativo vem a ser o significado dinâmico atribuído ao elemento político. Sem ignorar as conexões econômicas, seu desenvolvimento e efeitos, ela relaciona a superação de um destino social "negativo" (por suas implicações residualmente coloniais e nacionais) com disposições e ações fundamentalmente políticas, suscetíveis de mudar estruturas de poder nas relações entre sociedades globais".[15]

Se, de um lado é, para Florestan Fernandes, possível apreender o sentido de determinadas ações sociais fundamentais para a compreensão da realidade nacional, de outro, a análise histórica é, para ele, aquela que abarca *como* e *porque* esse tipo de ação é característica de tal realidade. Trata-se, portanto, do estudo da especificidade histórica da Ordem Social Capitalista nos países periféricos. Nesse sentido, os processos de acumulação capitalista, de mercantilização do trabalho e de expansão das formas de produção não são tratados como distorções do caso típico (como seria o caso da interpretação funcionalista),

[15] FERNANDES, 1981, p.42, grifo do próprio autor.

mas segundo a formulação das condições que evidenciam uma lógica própria de tais processos nos quadros do Capitalismo Dependente, como se justifica no livro *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*:

> "Por seu caráter mesmo, é claro que as generalizações (obtidas pela abstração do essencial na interpretação do que é variável) valem, empiricamente, para o sistema social que realiza o tipo extremo. Mas, como são generalizações relativas a caracteres essenciais de fenômenos variáveis, retidos em termos de desenvolvimentos em processo, se aplicam aos demais sistemas que possam tender para o padrão inerente ao tipo extremo, encarnado pelo sistema social investigado. Daí o fundamento de sua validade geral e dupla possibilidade de verificação estabelecidas indutivamente (pelo alcance comprovado empiricamente, das previsões; ou pela ação prática)".[16]

Como se pode notar, o objetivo último desse tipo de construção analítica está voltado para a crítica à incapacidade das classes sociais, principalmente das classes dominantes brasileiras em desempenhar seu destino histórico, ou seja, o estabelecimento do capitalismo autônomo no Brasil. É sobre essa argumentação que se assenta a intervenção que, para Florestan Fernandes, o sociólogo deve realizar na sociedade brasileira no momento. A crítica do autor incide, nesse sentido, sobre duas questões centrais no Brasil em meados década de 60: a política econômica e a democracia. Assim, de um lado, argumenta que o crescimento econômico, considerado isoladamente, teria como resultado a dependência econômica (não o contrário, como defenderiam, segundo ele, os economicistas) e que as barreiras democráticas impostas pela ditadura militar inviabilizariam a reversão dos moldes da dependência, dando um outro sentido a idéia de desenvolvimento:

> "Na verdade, os mecanismos econômicos não se corrigem nem se transformam automaticamente. São os homens que promovem tais correções e transformações. Privado de suas

[16] FERNANDES, 1972a, p.134-135.

> formas sociais e jurídico-políticas, o capitalismo foi despojado de qualquer impulso dinâmico construtivo e revolucionário. Ele deixou de orientar aspirações básicas comuns, e os que encarnaram socialmente uma vontade histórica identificada com seus valores limitaram-se a definir esses valores no plano econômico e segundo os interesses restritos de uma classe".[17]

Por isso, pode-se dizer que, ao definir como o papel do sociólogo no momento a denúncia dos limites das classes sociais, no caso as dominantes, em realizar o seu destino histórico, Florestan Fernandes defende o projeto nacional que está por trás de suas análises. Com nova configuração, se coloca, mais uma vez, a aposta nos fatores construtivos da "Revolução Burguesa" como condições necessárias para as transformações de cunho democrático. A esse respeito, vale a pena citar dois trechos expressivos desse projeto que compõem dois discursos aos formandos da FFCL da USP, em 1965, e Da ESP da PUC/RJ, em 1964.

> "Nossa débil 'revolução burguesa' constitui, por enquanto, o único processo dinâmico e irreversível que abre algumas alternativas históricas. Não só representa a única saída que encontramos para a modernização sociocultural. Contém em si novas dimensões de organização da economia, do Estado e da sociedade, que poderão engendrar a diferenciação das estruturas sociais, a difusão e o fortalecimento de técnicas democráticas de organização do poder e da vida social, novas bases da integração da sociedade nacional etc. Sem que nos identifiquemos ideologicamente com essa revolução e nos tornemos seus adeptos ou apologistas, é fácil reconhecer que ela possui um sentido histórico criador. Além disso, a sua concretização final permitirá a superação do dilema social que nos mantém presos a uma herança sociocultural indesejável. Enquanto não rompermos definitivamente com as cadeias invisíveis do passado, não conquistaremos o mínimo de autonomia, que é necessária, para governarmos o nosso "destino nacional" nos moldes da civilização moderna".[18]

---

[17] FERNANDES, 1981, p.94.
[18] FERNANDES, 1981, p.182-183, grifos meus.

> "Não sei o que o futuro imediato nos reserva. Tenho, porém, plena confiança em que nada poderá deter a consolidação progressiva da ordem social democrática no Brasil. Aqui e ali, desviamo-nos um pouco do curso normal das coisas. Mas, a longo termo, será impossível impedir que o povo se converta em agente de sua própria história. A nossa função, nesse processo, consiste em alargar as bases do conhecimento do ambiente pelo homem, dotando-o de melhores condições para manipular meios e fins na esfera da reconstrução social".[19]

Como se pôde perceber, nos três momentos considerados, Florestan Fernandes coloca uma idéia de papel intelectual que procura justificar, de certa forma, os trabalhos interpretativos que realiza. As contribuições que pretende realizar se ligam, por sua vez a aspirações que ultrapassam o âmbito da produção científica, demonstrando o que o sociólogo defende enquanto projeto nacional. Em meados da década de 50, esse projeto tem como pressuposto a consolidação de uma Moderna Civilização Brasileira para o estabelecimento de uma ordem social de caráter democrático. Em vista da não concretização desse projeto, Florestan Fernandes centraliza seus créditos na esfera econômica e na esfera social como ponto de partida para a mudança cultural que, no final da década de 50, define como "revolução social". Já a partir da segunda metade dos anos 60 a aposta se coloca na dimensão político-social através da qual se deve realizar de fato, a "revolução burguesa" no Brasil. Aquilo que Florestan Fernandes defende como papel intelectual nesses momentos histórico-sociais está vinculado a tais projetos de tal maneira que ao sociólogo cabe sempre um tipo de compreensão da realidade que é peça chave para a realização do processo de mudança. Não é à toa que, após seu afastamento compulsório da academia, no final da década de 60, de seu suporte intelectual, Florestan Fernandes deixa de acreditar nas possibilidades de realização desse papel nessa esfera. É o marco de uma mudança no entendimento da forma pela qual o intelectual poderia realizar-se politicamente.

---

[19] FERNANDES, 1981, p.221.

Bibliografia

Livros de Florestan Fernandes consultados

FERNANDES, Florestan. *Ensaios de sociologia geral e aplicada.* São Paulo, Pioneira, 1960.

_____. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica.* (2ª. edição), Rio de Janeiro, Zahar, 1972a.

_____. *O negro no mundo dos brancos.* São Paulo, DIFEL, 1972b.

_____. *A sociologia numa era de revolução social.* (2ª edição), Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

_____. *Mudanças sociais no Brasil.* (3ª. edição), São Paulo, DIFEL, 1979a.

_____. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo* (2ª. edição), Petrópolis, Vozes, 1979b.

_____. *A sociologia no Brasil.* (2ª. edição), Petrópolis, Vozes, 1980.

A SOCIOLOGIA NOS ANOS 50: FLORESTAN FERNANDES, UM OLHAR SOBRE A SOCIOLOGIA BRASILEIRA[1]

Patrícia Olsen de Souza [2]

Introdução

Florestan Fernandes nos anos de 1950[3] realizou um balanço sobre a sociologia brasileira procurando salientar algumas questões que julgava pertinentes, entre elas: Quais seriam os alvos centrais da explicação sociológica? Quais os entraves ao desenvolvimento da sociologia como ciência? Quais as atitudes que os cientistas sociais deveriam empreender para que as pesquisas sociológicas contribuíssem tanto para o conhecimento sociológico do Brasil quanto para o desenvolvimento teórico da disciplina?

Primeiramente, é preciso deixar claro que se trata de uma visão da sociologia de dentro dela, ou seja, um balanço que não se pretende isento, muito pelo contrário, é uma iniciativa que visava afirmar a noção do rigor teórico-metodológico como critério exclusivo para a obtenção da verdade.

Nessa reflexão pretendemos abordar como o autor equacionou essas questões no decorrer dos anos de 1950, bem como analisar a concepção de sociologia intrínseca a sua obra nesse período. Para realizar essa tarefa de maneira mais ilustrativa optamos por fazer um paralelo com a noção de sociologia expressa por Alberto Guerreiro Ramos – opositor de Florestan no que diz respeito à concepção de ciências sociais; para quem a sociologia deveria servir aos propósitos de redenção e a autocompreensão nacionais.

---

[1] Este artigo foi apresentado no 'IV Seminário de Pensamento Social', organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros do IFCH/UNICAMP, nos dias 16, 17 e 18 de junho de 2003.

[2] Mestranda do programa de Pós-graduação em Sociologia da FCL/Ar – UNESP.

[3] FERNANDES, Florestan. O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros. In: *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977. O presente texto foi publicado originalmente na *Revista brasileira de Estudo Políticos*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1958 (Estudos sociais e políticos, n. 3).

Sociologia e rigor teórico-metodológico

A ênfase conferida pela Universidade de São Paulo à teoria e à rigidez metodológica desenvolve-se, sobretudo, em virtude da influência dos professores franceses e norte-americanos, que transplantaram para o Brasil métodos e técnicas de pesquisa que inaugurariam uma nova forma de conceber a explicação do social. Dessa forma a ciência social desenvolvida na Universidade de São Paulo romperia com o padrão de estudos até então vigente no Brasil – pautado pelo ensaísmo e centrado na interpretação do Brasil.[4]

Nesse quadro, a sociologia uspiana caracterizar-se-ia pelo viés da profissionalização, ligada à institucionalização das ciências sociais por meio da carreira acadêmica, portanto, a sociologia seria compreendida como um ofício. Florestan Fernandes viria a apresentar-se como figura síntese desse processo, exemplo de uma carreira estrategicamente construída por meio da ênfase no rigor teórico-metodológico.

Nos anos de 1950 a preocupação com o rigor, com a técnica, com a teoria e com o método, seria a obsessão de Florestan Fernandes e perpassaria toda sua produção sociológica. Nesse período o autor estaria engajado no objetivo de afirma a sociologia como ciência, conferindo-lhe bases sólidas para a compreensão objetiva da realidade. É nesse período que o autor irá se dedicar à produção de um conhecimento que contribuísse para o refinamento da indução empírica.

Fernandes via a construção de bases empíricas como o ponto central do processo de observação nas ciências sociais, e como fator essencial à explicação

---

[4] Uma análise sobre os primórdios da Universidade de São Paulo pode ser encontrada em: ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A sociologia no Brasil – Florestan Fernandes e a "escola paulista" de sociologia. In. MICELI, Sergio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*, V. 2. São Paulo: Ed. Sumaré: FAPESP, 1995; e em VIANNA, Luiz Werneck. A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. In. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil.*Rio de Janeiro: Revan, 1997.

da realidade. A construção de bases empírica, feitas no momento da observação analítica,[5] deveria proceder de maneira a eliminar os elementos circunstanciais ou fortuitos, formulando assim, os elementos típicos dos fenômenos sociais. Tais elementos constituir-se-iam como categorias científicas propriamente ditas, que não se confundem com a coleção de dados não depurados pelas técnicas de investigação:

> Isso significa que a descrição e a explicação científicas da realidade repousam, fundamentalmente, em certas operações elementares, através das quais as instâncias empíricas, que reproduzem os aspectos essenciais dos fatos ou fenômenos investigados, são obtidas, selecionadas e coligidas em totalidades coerentes...[6]

Dessa forma a pesquisa empírica figuraria como o meio, por excelência, de se estabelecer critérios objetivos para a observação. Contudo, o autor não veria a observação analítica como o ponto final da pesquisa, era preciso ir adiante e lançar mão dos procedimentos de interpretação que visam a explicação do objeto da maneira mais abstrata possível. Assim, o cientista poderia generalizar os conhecimentos obtidos sobre o fenômeno estudado para todos os fenômenos que apresentassem as mesmas regularidades.

Tendo como referência essa concepção de ciência, Florestan, defrontou-se com a tradição da pesquisa social brasileira, afirmando haver uma separação entre a pesquisa empírica e a interpretação dos fatos. Essa separação ocorreria

---

[5] Para Florestan Fernandes o processo de observação nas ciências sociais passaria por três etapas, constituindo-se como uma forma de observação denominada analítica: "...a) as operações através das quais são acumulados os dados brutos, de cuja análise dependerá o conhecimento objetivo dos fenômenos estudados; b) as operações que permitem identificar e selecionar, nessa massa de dados, os fatos que possuem alguma significação determinável na produção daqueles fenômenos. c) as operações mediante as quais são determinadas, isoladas e coligidas – nesse grupo restrito de fatos – as instâncias empíricas relevantes para a reconstrução e a explanação dos fenômenos, nas condições em que forem considerados." FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Editora nacional, 1959, p. 8.

[6] FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. op. cit., p. 2

mediante o fato da tradição intelectual brasileira atentar-se somente à interpretação historiográfica, negligenciando a reconstrução das bases empíricas que se daria no momento da observação. O autor viu essa dissociação como uma anomalia:

> A superação dessa anomalia depende, naturalmente, do progresso da pesquisa empírica sistemática nas ciências sociais. Só nessa direção é possível conceber-se maior entrozamento entre teoria e pesquisa e a constituição de um padrão de trabalho realmente unificado, capaz de coordenar, organicamente, todas as tarefas do investigador em um projeto completo de pesquisa. Enquanto isso não ocorrer, a elaboração das instâncias empíricas poderá ser mais ou menos dissociada dos alvos fundamentais do conhecimento científico, com real prejuízo para o desenvolvimento das ciências sociais.[7]

Sobre esse ponto podemos afirmar que a atitude intelectual de Fernandes consistiu na ênfase ao desenvolvimento teórico da sociologia. Desenvolvimento esse que só poderia se dar a partir de bases empíricas solidamente construídas, por meios dos instrumentos técnicos de depuração da realidade. Dessa maneira o cientista social poderia passar com segurança da observação analítica à interpretação, por meio da generalização, contribuindo para o desenvolvimento teórico da sociologia.

A preocupação de Florestan Fernandes com o desenvolvimento teórico da disciplina bem como com a elaboração metodológica já estava presente em sua tese de livre-docência,[8] na qual o autor veria a necessidade do desenvolvimento de técnicas de trabalho para os diversos ramos da sociologia. O autor afirma essa necessidade, pois a sociologia teria passado por um amplo

---

[7] Idem, ibidem. p. 22.

[8] *O método de interpretação funcionalista na sociologia*, apresentado como tese de livre-docência à cadeira de sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, e publicado posteriormente em: FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. op. cit.

processo de ramificações, contudo, ele não haveria se dado concomitantemente ao estabelecimento dos procedimentos técnicos essenciais para a exploração adequada das possibilidades da sociologia.

Esse processo teria se dado à medida que as três correntes clássicas da sociologia, ao formularem suas "grandes sistematizações", tiveram que secundarizar os problemas da indução, da observação e da interpretação. Para Fernandes as "grandes sistematizações" possuiriam um amplo valor analítico, mas seriam insuficientes para a formulação de "hipóteses pautadas em contextos empíricos específicos". Portanto, o cientista social deveria debruçar-se no desenvolvimento de "instrumentos de trabalho" indispensáveis aos diversos ramos da sociologia, a fim de assegurar à disciplina às técnicas essenciais ao seu desenvolvimento.

> ...Em pleno progresso, as investigações que se desenvolvem em setores especiais precisam de *instrumentos de trabalho*, mais que de soluções globais mas transitórias. No corpo da teoria sociológica já existem recursos para garantir aos especialistas uma acomodação apreciável aos fatos a serem investigados e aos dilemas intelectuais que eles possam levantar.[9]

A preocupação com rigor teórico-metodológico não esteve presente somente nas obras que Florestan dedicou exclusivamente à elaboração teórica, essa questão perpassaria todo o seu pensamento sociológico nos de 1950. Podemos perceber claramente esse viés ao analisarmos um texto no qual o autor aborda a democracia brasileira,[10] um tema eminentemente político, procurando debater com as posições vigentes em sua contemporaneidade que afirmavam a existência de uma "crise da democracia" brasileira.

Florestan rechaçou essa hipótese argumentando que as dificuldades inerentes à democracia no Brasil não configurariam uma crise, pois seriam

---

[9] Idem, Ibidem, p. 190.
[10] FERNANDES, Florestan. Existe uma "crise da democracia" no Brasil?. *Revista Anhembi*. São Paulo: nov/1954.

parte do processo de constituição da ordem democrática em um país de herança colonial. Contudo, o autor vai fazer essa análise ressaltando a existência de uma certa dose de subjetividade em suas afirmações, pois elas não seriam o resultado de uma pesquisa rigorosa à medida que estariam pautadas somente em suas "impressões" sobre o tema, articuladas em torno de uma análise historiográfica.[11]

Outras questões preponderantes que o autor levanta dizem respeito ao financiamento da pesquisa nas ciências sociais e às "deformações dos alvos centrais da explicação sociológica".[12] Florestan aborda tais questões admitindo a existência de influências da opinião social sobre a sociologia, contudo, encaminha a discussão no sentido de salientar o propósito de que os cientistas sociais deveriam guiar-se de acordo com as normas e regras de objetividade, inerentes ao campo científico. A influência de opiniões extracientíficas sobre o campo científico das ciências sociais far-se-ia sentir, sobretudo, em dois aspectos: no financiamento da pesquisa; e no horizonte intelectual do cientista social. Sobre o primeiro aspecto, Florestan, irá ressaltar que a influência de opiniões exteriores ao campo científico da sociologia se configuraria em virtude do fato dos recursos para as pesquisas serem obtidos de meios externos à ciência. Dessa forma a concepção da sociedade sobre a ciência e sua utilidade, configuraria a relação que ela estabelece com o meio científico, delimitando a obtenção de recursos para a pesquisa às suas expectativas acerca do papel da ciência.

---

[11] Essa análise está presente em: LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. São Paulo: tese de doutorado, FFLCH – USP, 1999.

[12] Para Florestan Fernandes os "alvos centrais da explicação sociológica" seriam norteados pelos requisitos de desenvolvimento teórico da sociologia; os sociólogos, por sua vez, deveriam ajustar seus interesses particulares – permeados pela perspectiva de reconhecimento social e de identificação com o objeto de análise – aos imperativos de desenvolvimento da sociologia como ciência. Essa tarefa implicaria uma ênfase à pesquisa empírica, uma vez que a sociologia estaria em fase de elaboração empírico-indituva, ou seja, necessitaria da coleta e da sistematização de dados objetivos sobre os quais pudessem assentar-se seguramente seus esforços de generalização, alargando suas possibilidades de desenvolvimento teórico. FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil*. op. cit, p. 50-5.

Fernandes afirmou que, no Brasil, as expectativas da sociedade em relação às ciências sociais alicerçavam-se na noção de resolução dos problemas sociais do país. Contudo, a visão leiga não compreenderia os procedimentos necessários à ciência para que ela pudesse avançar no âmbito do conhecimento desses problemas, uma vez que a opinião pública brasileira, bem como o meio científico, estariam permeados por uma concepção de ciência pautada somente pela historiografia. Nesse ínterim, a explicação dos problemas sociais do Brasil seria inviabilizada, pois não haveria recursos disponíveis para a pesquisa empírica em grupo. Nas palavras do autor:

> ...Contudo, os leigos não percebem esse fato. Ignoram que as ciências sociais só podem tornar-se verdadeiramente úteis à coletividade quando as atividades de ensinos, de pesquisa, de sistematização teórica e de aplicação podem ser organizadas institucionalmente, desenvolvidas de forma contínua e orientadas de acordo com motivos teóricos ou práticos que aconselham a realização de determinadas pesquisas, independentemente das preferências individuais dos próprios investigadores (...) Daí resultam conseqüências danosas para o progresso da sociologia como ciência, tanto quanto para a sociedade brasileira, que se defronta com problemas sociais cujo conhecimento positivo e tratamento prático muito teriam a ganhar se os cientistas sociais pudessem devotar-se ao estudo deles de modo sistemático.[13]

Sobre o segundo aspecto – as influências de fatores exteriores à ciência no horizonte intelectual dos cientistas sociais – Florestan Fernandes enfatizou a tendência à "deformação dos alvos centrais da explicação sociológica". Essa tendência deve-se, segundo o autor, a existência de um desequilíbrio entre as normas internas ao campo científico e às expectativas da sociedade em relação à ciência.

---

[13] FERNANDES, Florestan. *O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros*. op. cit., p. 53.

Segundo o autor, tal desequilíbrio acabaria gerando duas atitudes distintas e igualmente equivocadas nas pesquisas das ciências sociais brasileira: a) a realização de uma historiografia da sociedade brasileira, quando as pressões do meio externo – instituições e opiniões exteriores ao campo científico – são os fatores primordiais da orientação da pesquisa científica; b) a realização de trabalhos que não repousam em bases empíricas apropriadas, quando negligenciam a realidade pautando-se somente em idéias abstratas. Como exemplos dessas duas tendências o autor irá citar, respectivamente, Guerreiro Ramos e Mário Lins.

Podemos avaliar sinteticamente que, no período mencionando, o pensamento de Florestan move-se no sentido da afirmação teórica da sociologia, esse seria o "alvo central da explicação sociológica". Contudo, esse alvo só poderia ser atingido pela operação de procedimentos científicos tidos como rigorosos, formulados segundo o modelo norte-americano da pesquisa empírica. Podemos afirmar ainda, que as atenções de Fernandes estiveram voltadas para o desenvolvimento de técnicas de investigação que fossem factíveis ao desenvolvimento da sociologia. Essa preocupação do autor objetivava a integração entre a observação e a explicação sociológica, uma vez que em seu entendimento, essa seria a melhor forma de se contribuir para a realização de um projeto de pesquisa completo que culminasse na elaboração teórica.

A polêmica com Guerreiro Ramos

No contexto dos anos de 1950 é que se estabelece a polêmica de Florestan com Guerreiro Ramos e é nela que podemos vislumbrar a existência de duas concepções de sociologia completamente distintas[14]. Florestan Fernandes foi formado na tradição intelectual que se estabelece na Universidade de São Paulo a partir da transplantação de formas de

[14] Uma análise ilustrativa sobre as divergências e as convergências do pensamento de Florestan Fernandes e de Alberto Guerreiro Ramos foi desenvolvida por OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A sociologia do guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

conhecimentos vigentes nos centros mais avançados de pesquisa da Europa e dos Estados Unidos, filho dessa "nova" tradição ele postularia que a tarefa central dos cientistas sociais deveria ser a elaboração teórica pautada pelo rigor metodológico.

Guerreiro Ramos formou-se em outro ambiente intelectual, no Rio de Janeiro a sociologia não logrou formas de institucionalização na universidade, realizando-se em centros de pesquisa extra-acadêmicos como o ISEB, o que de certa forma contribuiu para que o autor reivindicasse a tradição do pensamento social brasileiro do final do século XIX, expressa por Oliveira Viana, Alberto Torres e Euclides da Cunha, entre outros. Nesse contexto, Guerreiro iria compreender que a questão central da sociologia nos países periféricos deveria ser a autocompreensão de suas "estruturas nacionais e regionais", visando a elaboração um conhecimento que servisse aos propósitos de redenção nacional.[15]

Guerreiro Ramos procurou postular uma sociologia que ao proceder em seus métodos e ao apontar medidas para serem aplicadas na reforma da sociedade, deveria levar em consideração os recursos disponíveis da nação, bem como elaborar-se de forma entrelaçada ao nível de consciência nacional. Diferentemente de Florestan Fernandes, via com maus olhos a transplantação de teorias e de métodos de pesquisa dos países desenvolvidos, pois para Guerreiro, as técnicas de investigação e as soluções apontadas pela pesquisa científica teriam relevância somente em relação a contextos específicos. Portanto, elas não seriam "dotadas de uma eficácia imanente", daí sua transplantação incorrer em insucesso, uma vez que as formulas prontas não se fariam eficiente à medida que seriam incompatíveis com o grau de desenvolvimento da nação.

---

[15] VIANNA, Luiz Werneck. op. cit., p. 193 – 199. Segundo o autor a sociologia do Rio de Janeiro, diferentemente da sociologia paulista, não teria incorporado a agenda de reformas sociais no estilo americano – reformas sociais pautadas no conhecimento científico e viabilizadas pela sociedade civil. No contexto carioca, a tradição da intervenção atrelada ao Estado favoreceria a compreensão de outro sujeito social, que não a sociedade civil, como o agente da transformação social provocada. Esse agente seria o Estado, visto pela sociologia carioca como o lugar propício à ação racional, permitindo ao intelectual converter a ciência em ato.

Guerreiro chamou de "sociologia enlatada" a perspectiva que visava situar o Brasil no âmbito do desenvolvimento universal da ciência, para ele essa atitude não passaria de mais um "episódio da expansão cultural dos países da Europa e dos Estados Unidos".A atitude do cientista deveria se dar no sentido da explicação autônoma de sua realidade nacional, assim, a utilização do arcabouço universal da ciência deveria ser empreendida de modo crítico, ajustando-se as exigências do desenvolvimento do país. Nas palavras do autor:

> A essência de toda sociologia autêntica é, direta ou indiretamente, um propósito salvador e de reconstrução social. Por isso, inspira-se numa experiência comunitária vivida pelo sociólogo, em função da qual adquire sentido. Desvinculada de uma realidade humana efetiva, a sociologia é uma atividade lúdica da mesma natureza do pif-paf...[16]

Algumas das principais divergências entre Florestan e Guerreiro podem ser ilustradas a partir da análise de Florestan sobre algumas propostas de resolução que Guerreiro Ramos apresentou ao II Congresso Latino-americano de Sociologia.[17] Para os fins dessa análise, não nos aprofundaremos no pensamento de Guerreiro Ramos, uma vez que nossa intenção é fazer somente um paralelo entre suas concepções e as de Florestan acerca de algumas questões ligadas diretamente aos rumos da pesquisa científica no Brasil. Segue-se a transcrição das resoluções que geraram maior polêmica entre os referidos autores:

> 4ª. no estágio atual de desenvolvimento das nações latino-americanos e em face das suas necessidades cada vez maiores de investimentos em bens de produção, é desaconselhável aplicar recursos na prática de pesquisas sobre minudências da vida social, devendo se estimular a formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais;

---

[16] RAMOS, Alberto Guerreiro. In. *Introdução crítica à sociologia brasileira*.Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p.107.

[17] O referido congresso foi realizado no ano de 1953 no Rio de Janeiro e em São Paulo.

> 7ª. na utilização da metodologia sociológica, os sociólogos devem ter em vistas que as exigências de precisão e refinamento decorrem do nível de desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais. Portanto, dos países latino-americanos, os métodos e processos de pesquisa devem coadunar-se com os seus recursos econômicos e de pessoal técnico e com o nível cultural genérico de suas populações.[18]

Essas orientações opõem-se frontalmente as concepções de Florestan Fernandes, para quem:

> ...o trabalho dos cientistas pode e deve ser examinado à luz das obrigações, dos procedimentos e dos ideais que possuem caráter universal. São as obrigações, os procedimentos e os ideais que não derivam das comunidades servidas pelas instituições científicas; mas, diretamente, da própria institucionalização das atividades científicas...[19]

Portanto, o cientista social poderia utilizar-se das técnicas universais de controle científico uma vez que não haveria incompatibilidades entre o pensamento científico e o grau de desenvolvimento da estrutura social:

> A avaliação objetiva dessa falácia pressupõe que se atente melhor para própria natureza do saber científico. Como Scheler pôs em evidência, essa forma de saber possui um grau extremo de elaboração abstrata. Por isso, ela pode ser "aprendida" e "difundida" em todos os países que são capazes de importar o sistema de comunicação simbólica inerente ao saber científico. E, em segundo lugar, pode ser "produzida" nesses mesmos países, desde que eles possuam condições intelectuais e materiais exigidas para a instauração da pesquisa científica. Contudo, as regras e os alvos fundamentais da investigação científica não podem ser alterados, senão sob o risco de produzir-se outro tipo de saber, de caráter extracientífico...[20]

---

[18] RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. op. cit, p. 106.
[19] FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil*. op. cit., p. 51.
[20] Idem, ibidem, p. 68.

Para Fernandes, o desenvolvimento da pesquisa sociológica requereria um grau mínimo de integração entre a interpretação e a pesquisa empírica, portanto, uma interpretação objetiva da realidade deveria fundamentar-se na reconstrução rigorosa das bases empíricas dos fenômenos analisados. Dessa forma, o estudo dos "detalhes da vida social" seria imprescindível para o avanço da teoria sociológica, bem como para a interpretação da realidade social.

Florestan ainda salientaria que no caso do Brasil – um país de proporções continentais, caracterizado pela coexistência de diversos tipos de cultura e formas de integração econômica distintas em seus níveis regionais – somente o estudo dos "detalhes" da vida social poderia propiciar um conhecimento objetivo das "estruturas nacionais e regionais". Pautando-se pelo conhecimento dos aspectos nucleares da vida social, os cientistas poderiam realizar generalizações, produzindo dessa forma, um conhecimento genérico, mas seguro, sobre a realidade social do país.

No que diz respeito à ênfase que Guerreiro Ramos conferiu ao investimento em bens de produção, em detrimento ao financiamento das pesquisas sociológicas sobre "detalhes" da vida social. Florestan afirmou que o financiamento das pesquisas sociológicas não seria predatório ao desenvolvimento do país. Contrariamente, as pesquisas sociológicas poderiam ser muito úteis aos países subdesenvolvidos, pois o conhecimento obtido por meio do trabalho científico poderia "...criar condições propícias à melhor utilização de fatores de produção subaproveitados...".[21]

Encerrada a análise, não nos parece útil à incursão a conclusões sobre qual dos autores teria logrado maior sucesso nesse debate, o aspecto essencial dessa discussão reside no fato de que ela não se esgota em seu contexto. Tais questões assumem proporções de continuidade, pois os elementos por ela levantados continuaram a ser debatidos nas ciências sociais brasileiras ao longo do tempo. Esse debate é característico do desenvolvimento do conhecimento científico em um país de tradição colonial, no qual a discussão acerca da

[21] FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil*. op. cit. p. 70.

transplantação de instituições e de idéias, e seu ajustamento às peculiaridades da nação, constituiu-se historicamente como um debate central e infindável.

Bibliografia

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A sociologia no Brasil – Florestan Fernandes e a "escola paulista" de sociologia. In. MICELI, Sergio (org.). *História da Ciências Sociais no Brasil*, V. 2. São Paulo: Ed. Sumaré: FAPESP, 1995.

_____. Trajetória singular: o acadêmico Florestan Fernandes. In. MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). *Florestan Fernandes ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998.

COULON, Alain. *A escola de Chicago*. Campinas: Papirus, 1995.

FERNANDES, Florestan. Existe uma "crise da democracia" no Brasil? *Revista Anhembi*, São Paulo: nov/1954.

_____. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Ed. Nacional, 1959.

_____. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

_____. *Mudanças sociais no Brasil*. 3ª. ed., São Paulo: DIFEL, 1979.

LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. São Paulo: tese de doutorado, FFLCH – USP, 1999.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

_____. *A redução sociológica*. 3ª. ed., Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

VIANNA, Luiz Werneck. A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

AS CATEGORIAS WEBERIANAS NA ÓTICA DE RAYMUNDO FAORO - UMA LEITURA DE *OS DONOS DO PODER* [1]

Jair dos Santos Júnior [2]

Introdução

Para as Ciências Sociais um dos objetos mais inquietantes e ao mesmo tempo um dos mais estudados é o Estado. Existem desde escritos clássicos até produções mais modestas, mas não menos importantes. Entre os clássicos da Sociologia, Max Weber foi um dos poucos que deixou escritos onde havia tratamento específico do Estado. Não que esta questão não tenha interessando aos outros sociólogos clássicos, mas Weber elaborou uma obra específica acerca do Estado.

A questão é saber se suas categorias elaboradas para o tratamento do Estado podem ser aplicadas a todos os tipos de Estado. E mais ainda, se suas categorias podem ser aplicadas ao caso brasileiro. Pretendemos responder a seguinte questão: São as categorias weberianas aplicáveis ao caso brasileiro?

Dentro do pensamento social brasileiro um dos autores que fez esta tentativa foi Raymundo Faoro. A obra de Faoro tem claramente uma inspiração weberiana. Faoro nos interessa porque se inspirou nas categorias weberianas para compreender nossa sociedade. Ele, portanto, não é nosso objetivo, é apenas nosso campo empírico.

---

[1] Este texto, apresentado no 'IV Seminário de Pensamento Social', organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros do IFCH/UNICAMP, nos dias 16, 17 e 18 de junho de 2003, corresponde a parte dos resultados obtidos com a Dissertação de Mestrado apresentada em janeiro de 2001 no IFCH-UNICAMP. Esta Dissertação recebeu o título "As categorias weberianas na ótica de Raymundo Faoro - uma leitura de Os Donos do Poder".

[2] Doutorando em Sociologia - Unicamp

Um aspecto importante a ressaltar é o eixo central de exposição deste trabalho. Não retomaremos a obra de Faoro página por página para análise. Ao contrário, faremos uma abordagem temática de sua obra. Cada item deste texto possui uma temática própria e é a partir dela que encadeamos logicamente nossa exposição.

Raymundo Faoro teve a preocupação, ao longo de toda a sua obra, de usar as categorias weberianas. Podemos citar três textos onde isto se mostra presente: *Os Donos do Poder*, "A Aventura Liberal numa Ordem Patrimonialista" e *Existe um Pensamento Político Brasileiro?*. O leitor poderá perceber que em nossa exposição o trabalho de Faoro *Os Donos do Poder* ocupa um lugar central. Esta medida se justifica pela importância dela no conjunto da obra do autor. Somente neste trabalho Faoro analisou toda a história brasileira, desde a formação do Estado lusitano até os anos trinta do século XX. É neste trabalho também que Faoro utilizou pela primeira vez as categorias weberianas. Nos trabalhos posteriores muitas das questões tratadas em *Os Donos do Poder* são recuperadas e apenas desenvolvidas. Em nenhum deles ele abandona qualquer de suas teses iniciais. Ele sempre se mantém fiel e coerente àquilo que elaborou no trabalho de 1975. Aliás, a primeira edição deste livro data de 1958. Contudo em 1975 ele reeditou o trabalho com modificações significativas. O próprio Faoro afirma que esta versão é a definitiva. Ele afirma que nesta segunda edição foi possível reelaborar questões e revisar argumentos criticados na primeira edição. É com estes elementos que justificamos o foco central em *Os Donos do Poder* na edição de 1975 para nosso trabalho.

Iniciaremos nosso trabalho pelo modo como Faoro insere a categoria patrimonialismo como chave da compreensão da sociedade brasileira. Como recurso analítico ele vai trabalhar com duas categorias: Estado patrimonial e Estado feudal. Ele vai buscar na formação do Estado lusitano a presença da categoria patrimonialismo e o modo como nossa sociedade a herdou.

Em seguida mostraremos como Faoro analisa a formação do Estado brasileiro independente como característico de um Estado patrimonial. Mostraremos uma discussão sobre a separação que Faoro estabelece entre

Estado patrimonial e Estado patriarcal analisando as implicações do uso de cada uma destas categorias.

O passo seguinte aborda a modernização do Estado patrimonial brasileiro. Faoro usa a categoria Estado liberal para apontar algumas das carências de nosso Estado. Aqui faremos uma discussão teórica sobre as possíveis contradições da oposição das categorias Estado patrimonial e Estado liberal com a teoria weberiana.

Por fim mostraremos a tese de Faoro sobre a persistência do Estado patrimonial no Brasil. Ao mesmo tempo discutiremos como metodologicamente Faoro constrói suas categorias e a inspiração weberiana neste aspecto. O Estado patrimonial não só pode esclarecer a formação de nossa associação política e implicações no seu desenvolvimento. Ele também é persistente ao longo de toda a nossa história. Ao menos esta é a tese de Faoro. Para construir esta tese Faoro se utiliza de outras categorias. São elas: Estado feudal, Estado patriarcal e Estado liberal. Junto com Estado patrimonial são quatro categorias usadas para compreender a realidade brasileira. Estas categorias são construídas ao longo de seus textos. Somente na obra *Os Donos do Poder* todas elas aparecem. Faoro reconstrói a história do Brasil e aos poucos demonstra os aspectos de cada categoria. Ele as utiliza como tipos ideais. Significa que também do ponto de vista metodológico Faoro se inspira em Max Weber. Assim, a presença do pensamento de Max Weber na obra de Faoro não se restringe ao uso de categorias de compreensão, mas também na metodologia para construção da análise da realidade.

Estado patrimonial e Estado feudal

Após a leitura de sua obra, pudemos observar que Faoro faz uma distinção teórica entre Estado feudal e Estado patrimonial. Assim, o primeiro passo que daremos é demonstrar a concepção de Faoro para estas duas categorias e a relação que possa existir com as concepções de Max Weber.

Ao longo da obra de Faoro vários são os momentos que ele compara a realidade luso-brasileira e a realidade anglo-americana. Sempre que se refere à sociedade ibero-americana usa expressões como capitalismo politicamente orientado e Estado patrimonial. Já sobre Inglaterra e EUA a expressão mais usada é feudalismo.

Faoro busca na produção marxiana a relação entre feudalismo e advento do capitalismo industrial. É no feudalismo que ocorre a divisão do trabalho conseqüência da divisão de diversas propriedades e da polarização cidade e campo. Neste modo de produção ainda se mantém a propriedade dos meios de produção pelos produtores diretos. A propriedade coletiva – fruto das oficinas – toma o lugar da propriedade individual. Assim, meios de produção, antes individualizados, passam a pertencer a um coletivo e o produto final também se coletiviza. Nesta sociedade uma classe foi oprimida politicamente nas cidades: ***a burguesia***. Ora, esta mesma classe vai se destacar economicamente e depois conquistará o espaço político. Com a ascendência política a burguesia assume o controle dos processos sociais e constrói seu filho pródigo: ***o capitalismo industrial***. Este será o processo histórico que arrastará para a mesma correnteza todos os países da Europa.

O "*mundo português*"[3] tentará realizar sua viagem com uma outra versão de sociedade: patrimonial. Sua versão de Estado será controladora e dominará todas as esferas da sociedade. Entre senhor e súdito não existe a relação contratual do feudalismo, mas a relação de mando direto do chefe ao funcionário. Seu capitalismo será dirigido pelo Estado e este cerceará todas as liberdades das empresas. Aliás o Estado será o grande investidor e o "carro chefe" desta sociedade.

Já o feudalismo não cria este Estado centralizador. Ao contrário, as esferas de atuação da sociedade são as contratuais e o Estado surge para garanti-las. No feudalismo o príncipe não se apropria do Estado. O Estado

[3] FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro.* 11 ed. São Paulo / Porto Alegre: Ed. USP/Ed. Globo, 1997.p. 18

assume a função de regulação das relações contratuais. Como tal, busca técnicas e recursos (como os estatutos) para regular os contratos. Neste processo o Estado se racionaliza. Segundo Faoro, todo este processo só pode ser observado com os recursos metodológicos do ***tipo ideal***. [4]

Três aspectos fundamentais diferenciam feudalismo e patrimonialismo. Feudalismo:

> "O elemento militar do regime feudal caracteriza a situação de uma camada (estamento - ...) vinculada ao soberano por um contrato - um contrato de *status*, calcado na lealdade, em subordinação incondicional. Sob o aspecto econômico-social, aos senhores está reservada uma renda, resultante da exploração da terra. Politicamente, a camada dominante, associada ao rei por convívio fraternal e de irmandade, dispõe de poderes administrativos e de comando, os quais, para se atrelarem ao rei, dependem de negociações e entendimentos".[5]

Patrimonialismo:

> "A terra obedecia a um regime patrimonial, doada sem obrigação de serviço ao rei, não raro concedida com a expressa faculdade de aliená-la. O serviço militar, prestado em favor do rei, era pago. O domínio [político] não compreendia, no seu titular, autoridade pública, monopólio real ou eminente do soberano".[6]

Dentre os demais aspectos relevantes do Estado patrimonial está a soberania do rei frente aos súditos e a todos os negócios do reino. O senhor supremo tem a capacidade "*de gerir as maiores propriedades do país, dirigir o comércio, conduzir a economia como se fosse empresa sua*".[7] Estes nobres funcionários compõem-se com o soberano nos negócios do reino de tal forma que podem ter mais poder que a nobreza territorial. Esta centralização da direção do reino

[4] FAORO, Raymundo. Op. Cit. 1997. p. 18
[5] FAORO, Raymundo. Op. Cit. 1997. p. 19
[6] FAORO, Raymundo. Op. Cit. 1997. p. 20
[7] FAORO, Raymundo. Op. Cit. 1997. p. 20

se desdobra na esfera econômica de tal forma que ali também se expressa a tirania do patrimonialismo.

Portugal esteve estreitamente vinculado à riqueza da terra. Mas foi a atividade comercial que selou o seu destino. Foi através do comércio que as regiões litorâneas foram povoadas. Também através dele se estabeleceram as relações além mar. Houve em Portugal uma burguesia comercial, contudo, para a aventura ultramarina – necessitada de grandes investimentos e uma grande estrutura empreendedora – somente uma instituição seria capaz de investir e dirigi-la: ***o príncipe***. Assim, a burguesia se atrela a ele, subordinada às suas rédeas.

Estas são as bases do ***capitalismo de Estado*** que condiciona politicamente todas as ações comerciais. Do comércio nascerá a glória do reino de Portugal. A estrutura patrimonial será a principal responsável por este processo. Sua centralização e supremacia da coroa frente aos súditos e à nobreza "*permitirá a expansão do capitalismo comercial, fará do Estado uma gigantesca empresa de tráfico, mas impedirá o capitalismo industrial*". Aqui a inspiração weberiana é claramente admitida, inclusive pelas referências.

A indústria que brota nesta sociedade é meramente fruto das necessidades comerciais e não das atividades de sobrevivência e artesanais. Faoro observa que daí surge um divisor de águas para identificar as grandes nações do capitalismo industrial e as não tão bem sucedidas. Do feudalismo surge a Inglaterra, berço da revolução industrial. Do patrimonialismo surge Portugal, potência durante o ***mercantilismo***, superado pelos países do capitalismo industrial.

O recurso à categoria patrimonialismo fornece a compreensão para toda a história de nossa sociedade. São os traços do patrimonialismo que determinam o nosso destino. O patrimonialismo se expressa na esfera cultural, econômica e política.

Na esfera cultural o elemento decisivo é a forte presença do catolicismo. A cultura católica não estimula o trabalho metódico. Não determina a presença de uma ética do trabalho. Ao contrário, estimula a estratificação social e a separação entre portugueses e povos a serem catequizados – ou povos sem

alma. Neste aspecto a presença da Companhia de Jesus é decisiva. Foram os jesuítas os responsáveis pelo desembarque da fé católica no Brasil. Aliás, não só o desembarque, mas, também, a sua manutenção. Obviamente esta análise de Faoro só é possível pela leitura de **A ética protestante e o espírito do capitalismo** de Max Weber.[8]

Na esfera econômica o fenômeno mais importante é a debilidade da burguesia. Tanto em Portugal como no Brasil a burguesia é dependente do Estado. No caso português não houve a revolução burguesa. O que aconteceu foi uma revolução para reconquistar a soberania nacional e preparar a empresa da navegação ultramarina. O Brasil herda esta burguesia débil. Aqui ela sempre buscará a mão segura do Estado. Esta debilidade está relacionada com a falta de uma racionalidade ou ética do trabalho, determinada pela esfera cultural. A burguesia se prende aos privilégios estatais. Ela não alcança o Estado para torná-lo favorável às suas atividades econômicas. Ela não busca o capitalismo empreendedor. Ao contrário, o que acontece aqui é o capitalismo politicamente orientado. A burguesia busca no Estado a segurança das suas atividades. Ela entrega a direção do capitalismo para o estamento, controlador do Estado.

Na esfera política o elemento de destaque é a centralidade do Estado. Diante da debilidade da burguesia o Estado assume a direção dos processos sociais. Ele dá a orientação política ao capitalismo. É aí que o Estado patrimonial se mostra como chave da interpretação da sociedade brasileira. Ao menos esta é a tese de Raymundo Faoro. Em todos os momentos ele se ocupa em demonstrar a presença decisiva do Estado.

Estado patrimonial e Estado patriarcal

Para o objetivo deste trabalho é importante observar o uso que Raymundo Faoro faz das categorias patrimonialismo e patriarcalismo. Um primeiro aspecto para entender estas categorias é mostrar como ele as diferencia.

---

[8] WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Livraria Pioneira, 1996.

Para compreender a diferença entre patrimonialismo e patriarcalismo é necessário conhecer um outro conceito: ***oikos***. É a ruptura com este que determina a passagem de um Estado patriarcal para um Estado patrimonial. Para traduzir este conceito – utilizado por Weber – Faoro usa a expressão ***fazendas autárquicas***. Para Weber quando esta estrutura se rompe temos a emergência dos quadros administrativos, ainda que submersos no patrimonialismo. A partir do rompimento com o ***oikos*** os senhores locais passam a interagir entre si e então surge um senhor supremo, e este vai recorrer a um quadro administrativo. Portanto, na medida em que a sociedade brasileira deixa de se organizar economicamente numa estrutura de propriedades independentes ela se configura como um domínio do patrimonialismo. Ao contrário disto, se ela possuísse grandes propriedades que independessem da ação do Estado para as suas atividades, aí sim teríamos um patriarcalismo brasileiro. Entretanto, o próprio Faoro reconhece que esta separação entre patriarcalismo e patrimonialismo é meramente metodológica. Pois ao analisar o processo de ruptura com o escravismo observa que existiam, naquele momento, fazendas autárquicas independentes que atuavam como verdadeiras empresas. É este caráter autônomo e empresarial das fazendas que vai permitir a elas a passagem da mão-de-obra escrava para assalariada. Deste modo, Faoro recorta um aspecto do patriarcalismo – o **oikos** como fazenda autárquica – e vai entendê-lo como fator decisivo num momento de modernização da economia. Esta é uma análise interessante em que ele opera com elementos conceituais definidos por weber, mas confere a eles nova articulação.

Em seguida, Faoro vai observar a presença de outro elemento descrito por weber que estava presente em nossa sociedade: o juiz de paz. Na obra de Weber o juiz de paz como representante da burguesia dentro da administração estatal era um personagem importante para a racionalização do Estado. O juiz de paz levará a racionalidade econômica para o interior do Estado e a converterá em racionalidade da administração. Faoro mostra como aqui o juiz de paz só fez reproduzir a irracionalidade. O juiz de paz leva a racionalidade econômica para a administração. Mas se na esfera econômica faltar esta

racionalidade o processo fica comprometido. Nossos juizes de paz sob forte influência de um setor privado originário de uma aristocracia da terra, careciam de racionalidade. Nossa aristocracia da terra não tinha aqueles valores racionais responsáveis pela emergência de estatutos e ordens baseados no cálculo. Ela era uma classe privilegiada, viciada pelo ócio e com traços de uma oligarquia. Faoro mostra indiretamente como mais uma vez perdemos a oportunidade da racionalização. E mais uma vez se ele não encontra as mesmas condições do seu quadro teórico de análise, ao menos o utiliza para compreender a realidade.

Na separação entre patrimonialismo e patriarcalismo um elemento fundamental é o surgimento de um quadro administrativo formado por funcionários patrimoniais. Neste caso a mesma estrutura administrativa trata dos negócios particulares e das funções publicas. Tudo é tratado como fortuna pessoal. Para o funcionário patrimonial não existe a distribuição de competências, mas sim a distribuição de cargos de acordo com finalidades específicas e as oportunidades aquisitivas que proporcionam.

Nosso sistema político se assenta neste modelo de quadro administrativo. O Poder Moderador, o Estado centralizado, a corte vitalícia e o voto manipulado impedem o surgimento de um sistema político moderno. As ondas modernizadoras que aqui se abateram foram inspiradas em modelos europeus. Eram roupagens novas para um corpo velho. Mas este aspecto tradicional não pode ser confundido com estagnação. Há um elemento dinâmico, gestor dos processos: o ***estamento burocrático***.[9] Uma camada político-social que se esconde atrás do Poder Moderador, mas que é a grande tutora da nossa sociedade. Segundo os seus interesses o Estado se mostrará o centro de nossa dinâmica social. Sempre ele, o Estado à frente dos processos. O que Faoro está ressaltando neste momento é a continuidade do Estado patrimonial. Nosso capitalismo politicamente orientado vai se repetindo ao longo dos séculos. Aquele modelo de Estado que desembarcou das naus lusitanas ganhou independência e feição própria, sem nunca deixar de existir.

[9] FAORO, Raymundo. Op. Cit. 1997. p. 387

O Estado sempre estará separado da sociedade, acima dela. A relação antes metrópole-colônia, agora passa a Estado-nação. Desta dinâmica se alimenta a classe lucrativa, muito bem representada no estamento. Das grandes navegações até o café a classe comerciante dependeu do Estado para seus empreendimentos. Criou o Estado à sua imagem e semelhança, pelas mãos do estamento.

Os bacharéis eram os grandes personagens políticos já no Segundo Reinado. Eram nossos homens do parlamento. Tinham recebido a educação dos colégios nascidos dos juristas. Faoro compara nossos bacharéis com os colonos norte-americanos. A distinção parece clara: de um lado a cultura católica lusitana, de outro o protestantismo norte-americano. Faltava em nossos letrados aquele espírito empreendedor da América do Norte. Ou seja, embora faça toda sua descrição e análise na esfera política, Faoro busca na esfera cultural um elemento decisivo para nossa especificidade diante dos Estados Unidos. Assim como Weber, para Faoro é na esfera cultural que o capitalismo se define. Capitalismo entendido não apenas como modo de produção econômico, mas como modelo de sociedade.

Toda esta camada da sociedade que se nutre do Estado e nele tece suas teias Faoro vai chamar de ***patronato***.[10] Não é a mera ascensão ao poder que motiva o patronato. É mais que isso. É o desejo do emprego público, enquanto fonte de emolumentos e de *status*. O emprego público não tem objetivo político, mas de nobilidade e privilégios. Não importa que na fazenda a riqueza seria maior. Só no cargo público alcançavam o *status* e a honra que desejavam. E nesta posição transformam o Estado em fonte de riqueza e privilégios. É o conteúdo valorativo do cargo público que Faoro quer ressaltar. O objetivo não era única e exclusivamente econômico. O patronato é uma camada social que busca *status*, poder e riqueza no Estado. Nesta estrutura a carreira política era mera conseqüência.

> "O patronato político não é, na realidade, a aristocracia, o estamento superior, mas o aparelhamento, o instrumento em que aquela se expande e se sustenta".[11]

[10] FAORO, Raymundo. Op. Cit. 1997. p. 389.
[11] FAORO, Raymundo. Op. Cit. 1997. p. 390.

O patronato é a versão oficial do estamento. É um setor deste que ascende ao Estado. É através dele que o estamento se alimenta. Já havia uma distinção clara entre estamento e o resto da sociedade. Fora do centro de poder e riqueza estava a miséria. Mas ainda no interior do estamento havia a distinção daqueles que ascendem aos cargos administrativos. Embora Faoro não cite o termo, patronato é usado por Weber como ***Amtspatronage*** e possui exatamente este sentido de corpo social que integra o quadro administrativo como forma de ascensão ao poder de uma camada socialmente privilegiada.

A morada mais desejada do estamento era o senado. Posição de estabilidade garantida pela vitaliciedade. Era nele onde se fazia política e as decisões importantes ganhavam discussão. Mas discussão entre entes de uma mesma família social que se preocupava com a autopreservação. Para a câmara sobravam as migalhas e a eterna luta por poder dos liberais. Mas muito pouco podiam frente ao senado e ao Poder Moderador. Este último era o órgão do consenso. Consenso garantido pela articulação e habilidade pessoal de D. Pedro II. Mas o estamento desejava assim. Era preferível a subordinação ao imperador que vinha com a garantia dos privilégios que o horror da anarquia democrática.

O Estado patrimonial sempre presente na sociedade brasileira impede que a mesma se emancipe a aprenda a andar sozinha.[12] Não tínhamos o espírito empreendedor americano que Faoro observou anteriormente. O estamento se valia destas dificuldades para acusar a massa de débil. Mas ela não poderia se desenvolver econômica e politicamente se não a deixassem andar sozinha, sem a tutela do Estado e do estamento. E o próprio estamento jamais se interessaria em abrir mão do poder. De um lado povo necessitado de tutela, de outro, estamento tutor. De um lado povo acostumado à independência frente o Estado, de outro um estamento ambicioso e vinculado às raízes do Estado. É neste círculo que o capitalismo politicamente orientado se reproduz. O povo não sabe se cuidar porque tem o estamento. O estamento não abre mão do poder porque acusa o povo de inábil. O próprio estamento garante privilégios nesta dinâmica e o povo continua inábil.

[12] FAORO, Raymundo. Op. Cit. 1997. p. 394.

Estado patrimonial e Estado liberal

Apresentaremos a seguir como Faoro percebe o surgimento da categoria liberalismo. Como sempre procuraremos ressaltar a relação entre a construção da categoria feita por Faoro e a teoria weberiana.

Em um texto escrito no início da década de setenta ao tratar do dilema da família real devido à forte pressão de Lisboa para retornar, Faoro faz uma oposição entre um liberalismo português e outro brasileiro.

> "O credo liberal, em nome do qual se sublevaram os portugueses, cristalizado na aspiração constitucionalista, seria o meio de cativar os brasileiros, num abraço ideológico que homogeneizaria todo o império. Em breve, desmascarado o embuste, a cena seria ocupada pelo liberalismo português, sobre o interesse recolonizador, e o liberalismo brasileiro, de caráter emancipacionista".[13]

O liberalismo português se apresenta, segundo Faoro, como constitucionalismo. Neste tipo de liberalismo, o rei utiliza um Estado com máscara constitucional, onde dá algumas prerrogativas para seus súditos e volta a legitimar as suas. O primeiro liberalismo brasileiro surge em oposição ao poder da coroa. Era um liberalismo que buscava a liberdade contra o colonialismo. Era um liberalismo contra o pacto colonial. Tínhamos um Poder Moderador, não um Estado absolutista. Embora esta feição de nada valesse contra os mecanismos de cooptação utilizados pelo Rei de Portugal e o Imperador do Brasil. As cartas constitucionais de nada valiam contra sua vontade.

> "Os folhetos que compõem esta coletânea situam-se no período de transição do absolutismo para o sistema liberal. (...). Eles se dirigem, frontalmente, francamente, aos interesses econômicos, à estrutura material, apelando para a situação de certas classes, que o autor representa ou visualiza".[14]

---

[13] FAORO, Raymundo. Op. Cit. 1997. p.08.

[14] FAORO, Raymundo. "Folhetos da Independência". *In: O Debate Político no Processo de Independência.* Rio de Janeiro: Cons. Federal de Cultura, 1973. p. 22-23

Este texto publicado antes da segunda edição de *Os Donos do Poder* já demonstra sua concepção de liberalismo: autonomia das forças econômicas. Nosso debate liberal se inicia sob a égide do patrimonialismo lusitano. Sequer tínhamos alcançado a independência de nosso Estado. O patrimonialismo, segundo Faoro, tem como característica absorver as mudanças e dar-lhes novas feições segundo seus objetivos. É neste cenário que surge nosso liberalismo. Assim, ele tem pouco de político e muito mais de econômico. Mas o objetivo econômico de nossas classes era a manutenção de seus privilégios. Nestas condições o liberalismo assume a forma de busca da autonomia das forças privadas. Esta busca assume a militância contra o colonialismo.

Faoro faz uma distinção entre ***elite*** e ***estamento***. A primeira corresponderia ao corpo dirigente fruto dos regimes democráticos. Contudo, ele se mostra fortemente influenciado pela corrente dos elitistas clássicos, ou ***maquiavélicos***. Para estes o regime democrático corresponderia àquele onde haveria uma concorrência de elites pela direção política. Ou seja, não existe governo do povo de fato. Haveria grupos pretensos à direção política que concorreriam num sistema dinâmico (eleitoral). Estes grupos seriam as elites. "*Numa linha progressiva, a classe dirigente, no Estado moderno, tomaria maior consistência com o desenvolvimento da burocracia, que se derrama na tecnocracia*".[15] Já o estamento seria fruto da estratificação social, da aristocracia, e não haveria qualquer tipo de dinamismo. O corpo dirigente apropria-se do Estado e nele tece suas redes de poder, sem ser substituído sem qualquer evolução. Assentado no poder cuidaria para não afetar a honra ou o pão dos dominados e dele tiraria o máximo que pudesse.

Mas no caso português, e seu legado ao Brasil, seria um híbrido entre os dois conceitos apresentados.

> "O estamento absorve as técnicas importadas, refreando a elite ocidentalizadora, para que as novas idéias, as ideologias não perturbem o domínio da sociedade, domínio, mesmo vestido de palavras novas, tradicionalmente cunhado".[16]

[15] FAORO, Raymundo. Op. Cit. 1997. p. 90.
[16] FAORO, Raymundo. Op. Cit. 1997. p. 93.

É a partir da noção de elite no poder que ele vai entender as eleições no Segundo Reinado. Havia uma aristocracia que tinha parte de seus membros escolhidos para participação do parlamento. Era a concorrência de membros de uma elite para participar do poder. Ou seja, a eleição não era a livre escolha de representantes, mas a escolha daqueles que governariam. Esta é a tese dos elitistas clássicos (Mosca e Pareto). A eleição não é um processo de escolha livre, mas de escolha a partir de elites concorrentes pelo poder. Assim, Faoro está recorrendo aos liberais elitistas para entender o processo eleitoral no Brasil do Segundo Reinado. Esta atitude teórica proporciona algumas discussões e questões. Podemos perguntar a Faoro se a partir do uso dessa teoria ele também concordaria com a tese elitista da massa irracional. Noutras palavras, o mecanismo da eleição como concorrência de elites pelo poder é possível a partir da incapacidade das massas para decisão e escolha livre e ilimitada de seus representantes. De outro lado, poderemos discutir com Faoro mais um elemento em sua concepção de Estado liberal. Dentro do liberalismo clássico o Estado supõe a necessidade de escolha livre dos representantes. Contudo, a escola das elites não acredita na democracia representativa e entende a eleição como concorrência de elites. Faoro cita autores do liberalismo clássico como Benjamim Constant, mas em nossa leitura o que ele faz é usar este autor para demonstrar as carências de nosso Estado liberal. Já a escola das elites é citada para apontar elementos presentes de nosso Estado. Por último é importante observar até que ponto é possível e coerente esta opção pela escola das elites e o uso da categoria Estado patrimonial.

Esta debilidade do sistema eleitoral e partidário suscita uma questão. Se o que importava realmente era o poder pessoal do D. Pedro II, qual a necessidade de usar a teoria das elites para compreender as eleições? Ora, se eram ineficazes e se o decisivo era o poder pessoal do imperador, a categoria weberiana Estado patrimonial seria perfeitamente aceitável. Contudo a resposta não é tão simples assim. Faoro usa Estado patrimonial para compreender o capitalismo politicamente orientado aqui presente. Já para compreender o processo eleitoral teve de inserir outro recurso teórico. Afinal, nesta categoria

Weber não trata de situações onde a eleições ocorrerem. É pela necessidade de compreender a ocorrência de eleições num Estado patrimonial que Faoro usa de ecletismo e insere a teoria das elites. Ela serve para compreensão de eleições num Estado patrimonial. Faoro não constrói uma categoria Estado elitista, apenas usa o elitismo para compreender as eleições no Brasil daquele período.

Por tudo isso, parece que a preocupação de Faoro era com a formação de um Estado liberal. Ele parece trabalhar com a oposição entre Estado patrimonial e Estado liberal. Diferente daquilo que poderíamos esperar. Quando vemos Faoro usar a categoria Estado patrimonial como chave da interpretação da sociedade brasileira intuímos que ele usasse como oposição à categoria Estado racional-legal. Na realidade Faoro usa a categoria patrimonialismo para apontar os elementos que determinam a carência de uma esfera econômica autônoma. Por isso o uso de patrimonialismo no aspecto do capitalismo politicamente orientado. Já o uso da categoria Estado liberal em oposição à primeira revela a carência de uma burguesia independente do Estado, de um capitalismo com a esfera econômica autônoma das instituições políticas.

O político e o especulador foram os grandes personagens do final do Segundo Reinado. Distinção possível somente como ferramenta intelectual. A atividade econômica não era empreendedora, mas especulativa. Especulava-se sobre os juros dos empréstimos, da taxa cambial, financiamentos, emissões de moeda, privilégios estatais e valor do produtor exportado. O político garantia o acesso ao Estado, as informações, os privilégios e os monopólios. O especulador de hoje poderia estar no gabinete oficial de amanhã. O político hábil ganharia cargos e direções nas empresas de sucesso. A troca não era unilateral. Faoro cita o exemplo de Mauá. Ele tinha de dar sociedades e cargos nas suas empresas em troca de privilégios. Estes dois personagens reproduziram as relações do capitalismo politicamente orientado. Reproduziram os interesses estamentais. Garantiam a continuidade do patrimonialismo.

Faoro opera com a oposição entre Estado patrimonial e Estado liberal. Ele afirma claramente o recurso às categorias como ***Estado burguês de direito.***[17]

[17] FAORO, Raymundo. Op. Cit. 1997. p. 734.

Contudo, para o nosso trabalho o que interessa é saber se este recurso teórico implica contradições. O objetivo deste trabalho é saber se as categorias weberianas podem ser usadas para estudar o Estado brasileiro. Usamos a obra de Raymundo Faoro como estratégia para responder esta questão. Precisamos questionar se o uso da oposição metodológica ideal típica entre liberalismo e patrimonialismo não representaria uma contradição com o modelo weberiano. A nossa resposta a esta questão é negativa. Faoro descreve o que chama de Estado burguês de direito. Suas análises são no campo jurídico-político. O que o preocupa é observar a necessidade de um direito racional que determine liberdade para os indivíduos. Ora, um modelo de direito que determine a menor intervenção do Estado na vida privada das pessoas e garanta sua cidadania é perfeitamente compatível com o modelo de democracia weberiano. Weber observa a democracia como resultado de uma racionalidade da lei e liberdade para os indivíduos. Para ele o Estado racional-legal é o mais democrático na medida em que trata todos os membros da sociedade igualmente, garantindo liberdades e cidadania. Deste modo Faoro constrói seu modelo ideal típico de liberalismo sem entrar em contradição com as categorias weberianas, pois o próprio Weber expressa, em certo sentido, um conteúdo liberal.

Falta à cultura da sociedade brasileira a racionalidade como valor, como conteúdo dela mesma. Esta carência determina sobre nós uma irracionalidade. Esta irracionalidade não pode ser confundida com anarquia. É uma irracionalidade econômica e política que se determina pela carência das relações impessoais. De outro lado, existe um quadro administrativo organizado. O que temos, segundo Faoro, é uma ***irracionalidade formal.***[18] Esta irracionalidade formal é o obstáculo para que se realizem os liberalismos político e econômico na sua plenitude. É a responsável pela configuração do constitucionalismo, a versão liberal do capitalismo politicamente orientado. Esta versão liberal nada mais é que uma falsa liberdade apenas das forças econômicas. Aqui pouco

[18] FAORO, Raymundo. "A Aventura Liberal numa Ordem Patrimonialista". Revista USP, São Paulo, n. 17, 1993. p. 27

temos de um regime democrático. E nossa economia sofre a todo momento a intervenção estatal para seu controle.

Para Faoro é fundamental esta distinção entre liberalismo político e liberalismo econômico.[19] O constitucionalismo permite esta distinção. Um Estado de direito (constitucional) pode prescrever as regras de um liberalismo econômico. Podem existir as liberdades básicas que inspiram a atividade econômica. Mas um Estado constitucional não necessariamente é democrático. As regras de respeito à liberdade cidadã para participação política podem estar mascaradas. Este mascaramento pode estar dissimulado em processos eleitorais elitistas, ou revelados em autocracias militares.

Faoro tem uma grande preocupação em observar a presença do elitismo em nossas instituições. A partir disto ele dedica um momento do trabalho *A Assembléia Constituinte*[20] para analisar a escola das elites. Segundo Faoro o conceito de ideologia revela o caráter elitista das instituições políticas onde há domínio das minorias sobre as maiorias. Segundo Faoro, estes são argumentos de Pareto. Em toda sociedade há uma separação entre governantes e governados. Os primeiros constituem a elite política do país. Em número menor que os governados gozam de um acesso privilegiado ao Estado. Já os governados são a maior parte da sociedade que fornece os recursos materiais que sustentam as instituições políticas. Faoro atribui esta interpretação a Mosca. Já de Michels ele retira a idéia de que a elite sempre tem uma vantagem sobre a maioria, sua capacidade de organização. A maioria estaria entregue às suas paixões e a debilidade de organização favoreceria a dominação.

Para Faoro não podemos confundir elite, classe e aristocracia. A elite é o corpo político que governa. O faz em nome próprio, para o bem de seus privilégios. Ela pode ter uma relação muito íntima, mas não se iguala totalmente com uma classe. A classe se define economicamente. Faoro chega a

---

[19] FAORO, R. *Assembléia Constituinte: a legitimidade recuperada*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 34

[20] FAORO, R. Op. Cit. 1981.

usar a expressão ***elites do capitalismo***,[21] mas fica claro que está tratando das classes lucrativa e proprietária, ou seja, positivamente privilegiadas pelo capitalismo. Na primeira estão os especuladores que ganham, as custas de lucros e comércios. Na segunda estão os grandes proprietários de terras, de onde tiram sua riqueza.

A relação elite e classe guarda certo dinamismo, pois nem sempre a massa ou as classes negativamente privilegiadas estão passivas diante do que Faoro chama de pilhagem do Estado. Já a aristocracia é um grupo que pode integrar a elite. É na realidade um setor que deseja se apropriar do Estado sem o mesmo refinamento da elite. Somente a elite se preocupa com a legitimidade. É a legitimidade que a garante eternamente no Estado. Não que seja sempre a mesma elite, visto que o processo é dinâmico. "*A história, por isso mesmo, é um cemitério de elites*".[22] "*A história, assim fossilizada, é um cemitério de projetos, de ilusões e de espectros*".[23] Faoro critica a escola das elites (Pareto, Mosca e Michels) pela crença na total irracionalidade da maioria. Se assim o fosse, as elites não teriam de recorrer a processos de legitimidade. A minoria não manda pelo fato em si de ser minoria, mas porque a maioria acredita que assim deva ser. Esta crença é resultado de uma operação ideológica.

A ideologia serve à minoria como recurso para obter obediência e legitimidade. Faoro reconhece a contribuição da escola das elites por proporcionar a compreensão do mando de uma minoria sobre a maioria. Mas critica esta escola por fechar os olhos à legitimidade. Para ele esta legitimidade não ocorre de fato é, na verdade, fruto da ideologia. Seria de outro modo se não existisse a *juris*, mas somente a força. Entretanto, o próprio Faoro demonstra que mando pela força pura e simples está fadado à desobediência. A estrutura jurídica tem um aspecto ideológico. É este fato que a escola das elites não observa.[24]

---

[21] FAORO, R. Op. Cit. 1981. p. 63
[22] FAORO, R. Op. Cit. 1981. p. 64
[23] FAORO, R. *Existe um Pensamento Político Brasileiro?*. São Paulo: Ática, 1994. p. 112.
[24] FAORO, R. Op. Cit. 1981. p. 65

Com esta interpretação fica resolvida a questão se o uso da escola das elites é contraditório com as categorias weberianas. Faoro reconhece que o elitismo enquanto escola pressupõe a maioria irracional. E neste ponto a escola das elites discorda de Max Weber. Mas para ele este pressuposto é um equívoco. As massas obedecem à minoria porque crêem numa dominação legítima. A legitimidade é obtida, entre outras coisas, pelos processos eleitorais e pela estrutura jurídica. Assim, a massa não é irracional, mas ideologicamente manipulada. Neste sentido ele não entra em contradição com as categorias weberianas. Ao contrário, discorda de um aspecto da escola das elites em favor de um argumento weberiano: a crença na legitimidade (***Legitimitatsglaube***). O que marca o poder da elite é o recurso a uma ação com relação a valores.

Considerações Finais

Faoro conclui sua obra afirmando o patrimonialismo como traço permanente ao longo de toda a história brasileira até 1945. O determinante para compreender nosso patrimonialismo é o tipo de capitalismo politicamente orientado aqui presente. Neste modelo o comércio se volta às exportações e a indústria cresce baseada em subsídios. A classe que se destaca é a classe lucrativa. Não há espaço para uma classe empreendedora. Todos os negócios correm com garantia fiscal. Ainda que técnicas racionais sejam incorporadas na esfera econômica e política, o que existe é o primado do irracionalismo.

Faoro observa que em outros Estados modelos tradicionais foram sucedidos pelo "*capitalismo dito moderno, racional e industrial*".[25] O Estado deixa de ser participante-interventor na economia para se tornar guardião das liberdades do indivíduo. Ou seja, os indivíduos passam de súditos a cidadãos. Estas liberdades do indivíduo representam a liberdade para a atividade econômica. O cidadão precisa de liberdade para produzir.

Faoro critica severamente todo o pensamento sociológico clássico pela pressuposição que as formas pré-capitalistas – como o patrimonialismo – estão

[25] FAORO, Raymundo. Op. Cit. 1997. p. 734

fadadas à superação. Mesmo que esta superação não ocorra dentro de um desenvolvimento supostamente natural como foi o caso inglês, o desenvolvimento acaba acontecendo, ainda que aos saltos. Para Faoro o caso luso-brasileiro é um bom exemplo que o patrimonialismo não é uma forma pré-capitalista fadada à superação. Ao contrário, no patrimonialismo técnicas modernas são apropriadas, sejam técnicas comerciais, industriais, ou mesmo técnicas de dominação política. O patrimonialismo articula formas tradicionais de organização da vida oficial e econômica com o que há de mais moderno do capitalismo. Para ele, o caso inglês trata de um tipo diferente: o feudalismo. O feudalismo é responsável pela radicalização de certos fatores que assumem tal proporção que a única resposta possível é a ruptura. Ruptura institucional e da organização da vida privada de tal forma que os traços tradicionais tendem a desaparecer pela realização do capitalismo dito moderno.

O responsável pela permanência dos traços tradicionais num universo modernizador é o estamento. Ele é o grande agente realizador da sociedade patrimonial. O estamento se aloja no quadro administrativo, inicialmente sob a forma de uma aristocracia, depois como elite, até assumir feições burocráticas. Jamais perde sua fonte de poder: a vinculação parasita ao Estado. O domínio patrimonialista se faz numa organização administrativa centralizada. Ainda que ela espalhe por todo o território seus nichos de poder, com traços fortes do patriarcalismo. Este é o exemplo dado pelos fazendeiros, senhores de engenho e coronéis. Inicialmente o patrimonialismo proporciona ao estamento a apropriação das oportunidades aquisitivas fruto da ocupação de cargos oficiais. Com a aquisição de técnicas modernas de dominação e conseqüente burocratização, surge no seu cerne a distinção entre setor oficial e setor privado. "*O patrimonialismo pessoal se converte em patrimonialismo estatal, que adota o mercantilismo como a técnica de operação da economia*".[26] E o decisivo é a presença constante do capitalismo politicamente orientado. Esta é a categoria determinante para compreensão de nossa sociedade.

[26] FAORO, Raymundo. Op. Cit. 1997. p. 736

Segundo Faoro o estamento é quem orienta o capitalismo da sociedade patrimonial. Para sua sobrevivência pode até adquirir técnicas democráticas de dominação. Eleva-se às classes, explorando as debilidades delas e impedindo que se organizem. Na maioria das vezes vicia as classes com privilégios estatais. Como o estamento deseja a manutenção de seu domínio, dificilmente assume formas de poder tirânicas ou despóticas. Como política econômica prefere o mercantilismo, ou ainda, a relação com a economia internacional. Com o comando da administração civil e militar dirige a esfera econômica. Esta direção se dá por políticas econômicas intervencionistas na regulação ou mesmo atuação direta de empresas estatais. O estamento atua junto à sociedade por cooptação daqueles que despertem interesse ou ameaça. É claro que forças sociais sempre tentam combatê-los. Contudo, em movimentos de retração e reação, ou mesmo pendulares entre diferentes classes ele garante a reprodução de seu poder.

O patrimonialismo se sustenta no tripé senhor-estamento-massa. O senhor – rei, imperador ou presidente – é o responsável pela distribuição das benesses do Estado. Coloca-se acima de todos, mas sabe que desapontar seus súditos pode ser fatal. Em sua gestão reina a arbitrariedade, que não significa inconseqüência. Ele fala direto à massa, sem intermediários. O estamento é uma camada política, não um intermediário. O senhor "*é o pai do povo, não como mito carismático, nem como herói, nem como governo constitucional e legal, mas o bom príncipe – D. João I, D. Pedro II ou Getúlio Vargas – empreendendo, em certas circunstâncias, uma política de bem-estar, para assegurar a adesão das massas*".[27]

O estamento espera do senhor a distribuição dos privilégios. Em troca garante o poder senhorial e lhe retribui com uma parte do lucro dos negócios incentivados pelo Estado. Assim, embora precise da figura do senhor para reproduzir suas garantias, o estamento sabe que o seu domínio não depende da figura pessoal de quem ocupa esta posição. O estamento não precisa de uma pessoa específica, mas de um senhor que mantenha a ordem estabelecida. Esta é a fonte de seu equilíbrio. Já as massas dependem das políticas de bem-estar

[27] FAORO, Raymundo. Op. Cit. 1997. p. 740

do senhor para sua sobrevivência. É obvio que elas podem representar perigo no caso de radicalizações, mas o pão e circo e a estratégia da cooptação são mecanismos eficientes de manutenção das relações.

Para Faoro, não podemos confundir as categorias estamento, elite e classe. O estamento se aloja no poder e se define pela direção estatal que exerce. As elites são um espectro que pode ser mais amplo que o estamento, pois entre elas há a concorrência pelo poder político e a ascensão para os cargos administrativos. O elitismo é uma técnica democrática para ganhar maior legitimidade frente aos governados. As classes são uma categoria econômica. Embora tenha íntima relação com a estrutura política, não fazem o exercício do poder como conseqüência da situação de classe. Tanto elite como estamento buscam a sua distinção frente aos dominados. A elite o faz pela crença na sua superioridade, acredita ser destinada a comandar. O estamento o faz pela busca de sobrevivência, parasitando o Estado. A elite está para a democracia assim como o estamento para o patrimonialismo.

Mas o estamento não está isolado do mundo. Surgem pressões modernizadoras. E é aí que ele se mostra competente. Não para modernizar, mas para se apropriar do que há de novo sem deixar de lado velhos costumes. É o estamento, através das elites, que vai modernizar o capitalismo de um país. A indústria é incentivada, as empresas capitalistas são atraídas, mas a direção política da economia permanece. Esta é a chave da não racionalização de Estados patrimoniais. O estamento incorpora novas técnicas econômicas e de dominação sem deixar de manter o controle estatal sobre todo o capitalismo. Fazendo-o, perderia seus privilégios e as oportunidades aquisitivas daí decorrentes. É desta forma que podemos entender porque, mesmo diante de situações favoráveis, não tivemos nossa racionalidade econômica, nosso liberalismo, nossa revolução industrial, nosso capitalismo feito por forças autônomas. O patrimonialismo absorve a burguesia em seu estamento e a acostuma aos privilégios. Realiza para ela o papel modernizador da sociedade. Impede a liberalização da economia, das forças privadas. Mantém tudo sob a égide do Estado.

> "O estamento burocrático, fundado no sistema patrimonial do capitalismo politicamente orientado, adquiriu o conteúdo aristocrático, da nobreza da toga e do título. A pressão da ideologia liberal e democrática não quebrou, nem diluiu, nem desfez o patronato político sobre a nação, impenetrável ao poder majoritário, mesmo na transação aristocrático-plebéia do elitismo moderno. O patriciado, despido de brasões, de vestimentas ornamentais, de casacas ostensivas, governa e impera, tutela e curatela. O poder – a soberania nominalmente popular – tem donos, que não emanam da nação, da sociedade, da plebe ignara e pobre. O chefe não é um delegado, mas um gestor de negócios, e não mandatário. O Estado, pela cooptação sempre que possível, pela violência se necessário, resiste a todos os assaltos, reduzido, nos seus conflitos, à conquista dos membros graduados, de seu estado-maior. E o povo, palavra e não realidade dos cotestatários, que quer ele? Este oscila entre o parasitismo, a mobilização das passeatas sem participação política, e a nacionalização do poder, mais preocupado com os novos senhores, filhos do dinheiro e da subversão, do que com os comandantes do alto, paternais e, como o bom príncipe, dispensários de justiça e proteção. A lei, retórica e elegante, não o interessa. A eleição, mesmo formalmente livre, lhe reserva a escolha entre opções que ele não formulou".[28]

Estas conclusões de Faoro respondem a uma outra pergunta sempre levantada à sua obra: Raymundo Faoro opera com uma noção de atraso da sociedade brasileira? Em nossa leitura essa questão não tem uma resposta binária. Faoro mostra uma noção de processo histórico claramente inspirada em Weber. Não existe um modelo para o qual todos os Estados devam convergir. O que existem são traços de sociedades anteriores e traços da sociedade moderna e contemporânea. Assim não existe evolução, mas traços correspondentes a cada momento e a cada sociedade. De tal modo que aspectos observados na Idade Média caracterizavam aquela sociedade. Outros traços caracterizam a sociedade contemporânea.

[28] FAORO, Raymundo. Op. Cit. 1997. p. 747-748

Levando esta discussão para uma terminologia weberiana significa dizer que o patrimonialismo expressa características de uma sociedade específica e que a burocracia expressa características de outra sociedade. Não há superação, mas especificidade de sociedades e categorias compreensivas. O mesmo ocorreria com a interpretação de Faoro para a sociedade brasileira. Por isso ele afirma incorreta a tese de que o Estado patrimonial será superado. Ele expressa características de nossa sociedade que são determinantes. Ainda que tenha construído uma categoria para expressar as carências de nossa sociedade. A categoria liberalismo não tem a função de mostrar o atraso brasileiro. O que ela visa é demonstrar aspectos presentes em outros países que não surgiram aqui. O liberalismo é característico da sociedade capitalista mundial contemporânea. É uma realidade histórica. Mas ele não se realiza na sociedade brasileira por completo. A categoria liberalismo mostra esta interpretação. Ela expressa uma análise comparativa entre o Brasil e a sociedade capitalista como um todo.

Obviamente poderíamos ser acusados de mascarar uma interpretação que não faz outra coisa senão evidenciar o atraso brasileiro frente à sociedade capitalista como um todo. E não teríamos como responder a esta acusação. O que queremos ressaltar é que Faoro não acredita na superação de modelos, mas na especificidade das sociedades. Se esta especificidade vai ser chamada de evolutiva já não entraremos em debate. Por isto nossa tese é que Faoro não acredita no atraso da sociedade brasileira.

Mas existe um outro aspecto da obra de Faoro que ainda não foi suficientemente explorado: trata-se de seu aspecto metodológico. A cada momento realizamos a tarefa de delimitar as categorias com as quais Faoro opera. Estas categorias não estavam apresentadas em sua obra com tal pureza e precisão. As menções a elas são diluídas ao longo de cada texto, cada livro. Ainda assim pudemos observar que existem quatro categorias que marcam a obra de Faoro: patrimonialismo, feudalismo, patriarcalismo e liberalismo.

Cada uma dessas categorias ressalta um aspecto que Faoro queria observar ou ressaltar a carência na sociedade brasileira. Em outras palavras, diante da realidade complexa da sociedade brasileira e para compreender a sua

história Faoro constrói quatro tipos ideais. Esses tipos ideais não são originais, mas inspirados na obra de Weber. Este texto se propôs a discutir o uso por Faoro das categorias weberianas no Brasil. Mas a conclusão a que chegamos neste momento é que Faoro não apenas usa as categorias weberianas como também faz o mesmo tipo de abordagem metodológica. Faoro usa as categorias weberianas com uma metodologia weberiana para compreender a sociedade brasileira.

E finalmente chegamos a conclusão final deste trabalho. Para tanto vamos ressaltar a questão central a qual nos propomos responder: São as categorias weberianas aplicáveis à sociedade brasileira? A resposta é sim. Ao longo deste texto demonstramos como Faoro usa categorias claramente inspiradas na obra weberiana para compreender a sociedade brasileira. Mesmo que Faoro tenha tentado se afastar de um weberianismo ortodoxo ao não se dizer um weberiano. Nossa conclusão é que ele é fiel às categorias weberianas.

Isto fica claro não só pelo uso e inspiração nessas categorias. Nos momentos que Faoro recorre a conceitos de outras escolas teóricas ele, ainda que não intencionalmente, cria respostas weberianas para dilemas weberianos. Ao usar o conceito de elitismo, Faoro se vê diante da possível contradição entre ***elite*** e a racionalidade weberiana. A sua resposta é afirmar que a massa não é irracional, mas vê nos processos eleitorais uma legitimidade real. Não é uma ação irracional, mas racional com relação a valores.

Assim, Faoro não é um weberiano ortodoxo que acredita que apenas este autor seria capaz de explicar a realidade brasileira. Mas usa as categorias e a metodologia deste autor para compreender nossa realidade. Mesmo que recorra a outros conceitos e crie seus próprios como o constitucionalismo. Mesmo o uso das categorias weberianas não é por simples transposição. O Estado racional-legal não se apresenta na sociedade brasileira. Mas seu conteúdo liberal serve para expressar as carências de nossa sociedade.

Bibliografia

Bibliografia Específica

A) Raymundo Faoro

FAORO, Raymundo. "A Aventura Liberal numa Ordem Patrimonialista". Revista USP, São Paulo, n. 17, 1993.

_____. *Assembléia Constituinte: a legitimidade recuperada.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Existe um Pensamento Político Brasileiro?.* São Paulo: Ática, 1994.

_____. "Folhetos da Independência". *In: O Debate Político no Processo de Independência.* Rio de Janeiro: Cons. Federal de Cultura, 1973.

_____. *O Manifesto Comunista – reflexões não marxistas.* (mimeo)

_____. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro.* 1 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1958.

_____. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro.* 2 ed. São Paulo/ Porto Alegre: Ed. USP/Ed. Globo, 1975.

_____. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro.* 11 ed. São Paulo/ Porto Alegre: Ed. USP/Ed. Globo, 1997.

_____. "Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras". *In Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil.* Antônio Cândido (org.). São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 1998.

B) Max Weber

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.* São Paulo: Livraria Pioneira, 1996.

_____. "A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais". *Weber.* São Paulo: Ática, 1991.

_____. "A objetividade do conhecimento nas Ciências e na Política Sociais". *In: Fundamentos da Sociologia.* 2. ed. Lisboa: Rés.

_____. *Ciência e Política: duas vocações.* São Paulo: Cultrix, 1968.

_____. *Economia e Sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva.* Vol. 1. Brasília: Unb, 1994.

_____. *Economia e Sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva.* Vol. 2. Brasília: Unb, 1999.

_____. *Economia y Sociedad; esbozo de sociologia compreensiva.* vol. II. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.

_____. *Metodologia das Ciências Sociais.* Parte I e II. São Paulo/Campinas: Cortez/Ed. UNICAMP, 1992.

_____. "Os fundamentos da Organização Burocrática: Uma Construção do Tipo Ideal". *in: Sociologia da Burocracia.* org. Edmundo Campos. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

C) Em debate com Raymundo Faoro

DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional.* São Paulo: Cia das Letras, 1966.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil.* 7. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

MARTINS, José S. *O Poder do Atraso: Ensaios de Sociologia da História Lenta.* São Paulo: HUCITEC, 1994.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro.* Rio de Janeiro: Campus, 1982.

URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial: a Burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no século XIX.* Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

Bibliografia Geral

ARON, Raymond. *As Etapas do Pensamento Sociológico.* São Paulo: Martins Fontes/Edunb, 1982.

BARRETO, Kátia M. Mendonça. "Um projeto civilizador: revisitando Faoro". Lua Nova, nº 36, 1995.

BENDIX, R. *Max Weber: um perfil intelectual.* Brasília: Edunb, 1986.

CÂNDIDO, Antônio (org.). *Sergio Buarque de Holanda e o Brasil.* São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 1998.

COHN, Gabriel. *Crítica e Resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber.* São Paulo: T.A.Queiroz, 1979.

FREUND, Julien. *A Sociologia de Max Weber.* São Paulo: Forense, 1970.

GOULDNER, Alvin W. "Conflitos na Teoria de Weber". *Sociologia da Burocracia.* 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

IGLÉSIAS, Francisco. "Revisão de Raymundo Faoro". Cadernos do Departamento de Ciência Política, nº 3, março/1976.

KUPER, Gina Z. *Patrimonialismo y modernización: Poder y dominación en la sociologia del Oriente de Max Weber.* México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

MONTEIRO, Pedro M. *A queda do Aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil.* Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

POGGI, Gianfranco. *A Evolução do Estado Moderno.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais do Estado Capitalista.* vol. I e II. Porto: Portucalense, 1971.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Brasileira, 1948.

SAES, Decio A. M. *A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. pp. 57-179

SAINT-PIERRE, Héctor L. *Max Weber: entre a Paixão e a Razão.* Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

SENEDA, Marcos C. *Infinitude e Seleção: um compromisso weberiano com o concreto.* Campinas: IFCH/UNICAMP, 1993. (Monografia, Departamento de Sociologia)

SOUZA, Jessé. (org.) *O malandro e o protestante.* DF: Edunb, 1999.

_____. "A ética protestante e a Ideologia do atraso brasileiro". Revista Brasileira de Ciências Sociais, 13(38).

CANUDOS E OS MILITARES [1]

Maurício Siaines [2]

No dia 14 de julho de 1897, tropas do Exército Brasileiro no sertão da Bahia, que assediavam o arraial dos sertanejos entendidos como rebeldes à República, promoveram uma homenagem à Revolução Francesa: fizeram salva de 21 tiros de canhão. Estes tiros não eram de festim, mas verdadeiros, de acordo com Euclides da Cunha, que diz ainda o seguinte: "Os matutos foram varridos cedo – surpreendidos, saltando estonteadamente das redes e dos catres miseráveis –, porque havia pouco mais de cem anos um grupo de sonhadores falara nos direitos do homem e se batera pela utopia maravilhosa da fraternidade humana ..." [3]

Neste modo irônico de denunciar a contradição de comemorar direitos humanos bombardeando seres humanos está presente o segundo posicionamento de Euclides da Cunha a respeito de Canudos. No primeiro, expresso nos dois artigos ***A nossa Vendéia***, publicados em ***O Estado de São Paulo***, em 14 de março e 17 de julho de 1897,[4] Euclides entende Canudos como um movimento de fanáticos, algo que deveria ser reprimido em nome da civilização, tal como a revolta monarquista e católica, levada adiante em 1893, por nobres e camponeses da região da Vendéia, no oeste da França.

O segundo modo de apreensão de Canudos por parte de Euclides está em ***Os sertões***, onde, embora a idéia de fanatismo continue presente, Canudos e seus personagens são narrados em tom heróico. Apenas em Euclides da Cunha, portanto, já estão presentes dois modos, não apenas distintos, mas conflitantes de apreender e entender o que aconteceu em Canudos. Há outros.

---

[1] Este artigo foi apresentado no 'IV Seminário de Pensamento Social', organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros do IFCH/UNICAMP, nos dias 16, 17 e 18 de junho de 2003.

[2] Mestre em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[3] CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 431.

[4] CUNHA, Euclides. *Diário de uma expedição*. In: GALVÃO, Walnice G (org) São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p 43-52

Canudos se tornou um ponto de referência. Em 1987, comemorou-se o centenário do fim da guerra em vários acontecimentos promovidos por diferentes iniciativas, tanto comerciais quanto institucionais. O filme ***Guerra de Canudos***, de Sérgio Rezende, uma grande produção para os padrões brasileiros, teve em sua estratégia de *marketing* a estréia na semana em que se completou o centenário, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil realizou simpósio na mesma época. Reportagens e cadernos especiais na grande imprensa, assim como debates no meio acadêmico, foram muitos, assim como a publicação de livros.

Houve, porém outros centenários: em 1993 comemorou-se a instalação do Arraial de Belo Monte e, em 2002, foi a vez de ***Os sertões***. Assim, ao se completarem 105 anos do fim da luta em Canudos, dois centenários já haviam sido comemorados e mais um, o de ***Os sertões*** estava sendo preparado.

Parte da sociedade brasileira e importante agente político, o Exército Brasileiro tem um modo próprio de apreender e discutir Canudos. Neste consiste a principal discussão deste trabalho.

Muito resumidamente, pode-se dizer que uma população de algumas poucas centenas de pessoas se estabeleceu, em 1893, nos domínios de uma velha fazenda abandonada, às margens do rio Vaza-Barris, criando ali o núcleo de um povoado que foi chamado pelo líder dos sertanejos, Antônio Conselheiro, de Arraial do Belo Monte. A antiga fazenda, dando nome à localidade, chamava-se Canudos. Essa população, em quatro anos, cresceu muito, estimando-se o número de habitantes entre 25 e 30 mil, no início das ações militares.[5]

A guerra terminou com o arrasamento completo do arraial, tendo sido mortos todos os ocupantes remanescentes. Alguns fugiram antes do final, voltando mais tarde e construindo uma nova Canudos no mesmo local. Esta foi inundada, quando, em 1969, foi concluída a construção do açude de Cocorobó. Hoje, existe o município de Canudos no sertão da Bahia, cuja sede é vizinha ao antigo arraial, atualmente com 14 mil habitantes.

---

[5] Este número, aceito pelo Exército e por ***Os sertões***, vem sendo questionado por estudos atuais.

Há duas referências para se iniciar a reflexão sobre Canudos, desde os primeiros momentos:

1. o significado da atitude tomada pelas elites dirigentes do país ao fazer a guerra contra os conselheiristas;

2. o significado da aceitação que teve ***Os sertões***, em 1902, isto é, apenas cinco anos depois do conflito.

Naquele momento em que Euclides da Cunha publicou sua obra, com sua nova visão sobre Canudos, uma série de fatores já se haviam combinado para que ela tivesse a grande repercussão que teve, fato que indica algo de novo que se engendrava na opinião da cidade do Rio de Janeiro, que, cinco anos antes fora palco de manifestações pela extirpação de Canudos. O sucesso de ***Os sertões*** é um signo de algo que estava acontecendo.

Para que acontecesse o conflito em Canudos, duas lógicas se chocaram. Uma delas, a dos sertanejos, Euclides da Cunha só pode perceber depois de ir a Canudos, trazendo-a para um debate nacional. A este respeito, Glaucia Villas Bôas diz o seguinte:

> Se pensarmos no dilema de Euclides, confrontado de um lado com a formação do Estado republicano e com a instauração de uma sociedade fundada na ciência e na racionalidade técnica, de outro, com a cultura singularíssima dos sertões, percebe-se que ***sua escolha é pelo conflito de duas lógicas dificilmente reconciliáveis – a lógica da origem e do destino de pertencimento a uma cultura e a lógica legal, igualitária e racional da modernidade.*** Se a recordação do evento extraordinário de Canudos faz um "apelo mais forte aos corações e mentes" do que os princípios legais e abstratos do Estado republicano e contribui apara a reunião de cidadãos em uma comunidade, ela resolve apenas uma dimensão do problema. A outra face relacionada com o compartilhar de ideais individualistas e igualitários requeridos não só para a formação da cidadania como também para a sociedade

> moderna, urbana e cosmopolita permanece como problema.[6]
> (grifos meus)

Este conflito, assumido por Euclides, pode-se afirmar, traz-lhe grande angústia, assistindo em Canudos, sem abrir mão de seus ideais republicanos, às barbaridades de uma guerra feita em nome de um projeto de civilização.

Esta contradição também é apontada por José Murilo de Carvalho, quando fala da dicotomia entre dois diferentes pólos. Um deles contém os "elementos afetivos, familiares, comunitários, cooperativos, espontâneos; no outro, os aspectos racionais, instrumentais, artificiais, individualistas, conflitivos".[7]

Os sertões não é a única fonte de verdade histórica ou sociológica sobre Canudos. Por um motivo ou por outro, imprecisões e enganos podem ser encontrados na obra, mas uma coisa precisa ser lembrada: se não fosse ***Os sertões***, provavelmente não haveria tantos outros trabalhos a respeito de Canudos, como observou seu tradutor alemão, Berthold Zilly.[8] Zilly costuma dizer, nos diversos eventos de que participa, que, para conhecer Canudos, ***Os sertões*** seria um livro dispensável havendo outras fontes muito mais importantes e outros autores que deram contribuições maiores que a de Euclides da Cunha para a compreensão do fenômeno. A questão é que, se não fosse ***Os sertões***, Canudos teria sido esquecido, juntamente com as obras de outros autores contemporâneos do acontecimento e talvez não houvesse obras posteriores. Detalhes de ***Os sertões*** em desacordo com realidades podem ser encontrados e Euclides não perde por isso seu valor.

Além do valor como produto literário, a elaboração de ***Os Sertões*** revela um diferencial ético na postura de Euclides da Cunha em comparação com as

---

[6] VILLAS BÔAS, Glaucia. *Iluminista e romântico: o tempo passado em Os sertões de Euclides da Cunha.* In: BENCHIMOL, Jaime (org) *Brasil ser tão Canudos.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 1997, p.160.

[7] CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados.* São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 60.

[8] Simpósio Internacional ***Os Sertões*** – Permanência e Rasuras – Feira de Santana (BA), 4 de dezembro de 2002

relações sociais em que se apoiava a produção intelectual das elites do Império, baseadas no compadrio associado ao poder político. De volta de Canudos, ao final de 1897, Euclides da Cunha reassumiu sua profissão de engenheiro, sendo nomeado pela Superintendência de Obras de São Paulo para trabalho na cidade de São José do Rio Pardo, onde viveu de 1898 ao final de 1901. Naquele momento, era responsável como engenheiro por uma obra.

> Tratava-se de reconstruir um trabalho importante, uma ponte metálica de origem francesa, obra de alto nível técnico: encontrar melhor localização, desmonta-la e remontá-la. Esse trabalho requeria grande habilidade, e Euclides aprenderia com ele detalhes importantes para sua profissão de engenheiro. Quem lê as anotações que fez, arrolando parafuso por parafuso, transcrevendo em plantas cada aspecto da ponte, percebe que de modo algum ele se desinteressava da engenharia, que entrava em sintonia com o ***éthos*** moderno entronizado por Euclides, sendo signo da eficácia e da positividade das leis da ciência, únicas em que o pensamento moderno poderia confiar.
>
> Em seu barracão de zinco, à margens do Rio Pardo, Euclides realizou de fato duas reconstruções: a da ponte metálica e a de sua viagem a Canudos como testemunha ocular de uma guerra que ao final lhe pareceu plena de equívocos. Isolado e interagindo com a literatura científica da época, o engenheiro seguia intuitivamente o caminho do cientista que revê os dados à luz de novas teorias para avançar e produzir novo conhecimento. A ponte era a metáfora de Canudos, pois tanto numa situação como na outra, havia algo a reconstruir. A atividade de engenheiro nesse caso não era incompatível com a do escritor. Nas duas, imperava a ciência.[9]

Este momento da vida do escritor-engenheiro dá perfeitamente a medida de seu caráter totalmente diverso daquele necessário à participação no jogo de influências típico da *sociedade de corte* do Rio de Janeiro, jogo este em que pouco

[9] ABREU, Regina. *O enigma de Os sertões*. Rio de Janeiro: Rocco/Funarte, 1998, p.209, 210.

valiam virtudes como o apego ao trabalho e o zelo. Euclides era a encarnação de um espírito raro ou novo, pois o padrão ético hegemônico nessa sociedade não se orientava pelo *princípio do trabalho*, na acepção de Sérgio Buarque de Holanda.[10]

A proposta de *uma nova postura ética* estava também associada à atuação dos críticos literários e intelectuais emergentes no início do regime republicano.[11] Entre os três críticos literários que mais promoveram ***Os sertões***, Araripe Júnior, Sílvio Romero e José Veríssimo, embora houvesse diferenças, era comum o fato de não serem originários da Corte do Império, mas de diferentes províncias do Norte, o que significava que sua posição social no Rio de Janeiro fora conquistada, além de terem em comum a *crença no valor da ciência.* Pautavam-se também pelos *princípios do talento e do mérito.* Assim, ***Os sertões*** caía-lhes como se fosse feito sob medida.[12]

O valor moral desprezível atribuído ao trabalho pela aliança política dominante entre classe sociais e estamentos no ambiente da *sociedade de corte* do Rio de Janeiro implicava sua desconsideração como possível fonte de lucros e resultava no não desenvolvimento de uma disciplina nos negócios ou na produção, ou seja, o espírito burguês estava longe.

Canudos e os militares

Os primeiros militares ex-combatentes a publicar livro sobre Canudos foram o coronel Dantas Barreto e o major Constantino Nery. Ambos tiveram livros publicados ainda em 1898, em extremos opostos do país, Nery no Pará e Barreto no Rio Grande do Sul.

Nery produziu ***A quarta expedição contra Canudos***. Trata-se de um diário de campanha, não tendo o autor intenção de se dar a análises ou descrições do meio social, de acordo com a ***Carta ao leitor***, capítulo que serve

[10] HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras,2003, p. 44.
[11] Idem, p. 261.
[12] Idem, ibidem.

de introdução ao livro. Afirma que lhe cabia, como militar, um único dever, "marchar em defesa da pátria obedecendo às ordens de meus chefes".[13] O autor dedica-se, assim, principalmente à descrição das operações, abordando incidentes acontecidos nos deslocamentos e nas lutas, algumas vezes em forma de crônicas, falando também da maneira como se formava e reforçava a solidariedade entre os combatentes, expostos quase permanentemente a grandes riscos. Porém, depois de descrever os combates de 18 de julho, quando houve a tentativa frustrada de tomar de assalto Canudos, ficando em seguida as tropas do Exército expostas e fragilizadas, Nery faz uma descrição do aspecto físico da cidadela e de seus arredores, concluindo da seguinte maneira: "Dir-se-ia que o diabo se alliava com o facinora Antonio Maciel para lhe deparar com ninho digno dos seus designios, donde pudesse, como ave de rapina, atirar-se contra a Republica e a civilização".[14]

Dantas Barreto era um florianista bem definido ideologicamente, não poupando de críticas o então presidente da República, Prudente de Moraes, entendido como um traidor dos ideais do marechal Floriano Peixoto. Prudente representava o retorno dos *casaca*, como era comum entre os militares chamar os membros da elite civil. Publicou dois livros sobre Canudos, ***A última expedição a Canudos***, publicado em 1898, e ***Accidentes da Guerra***, de 1905, este último, ficção criada a partir da vivência do autor.

No primeiro deles, o autor descreve e analisa as lutas. Define-se, no início do livro ao falar de Antônio Conselheiro, caracterizando-o como um criminoso que só tinha a ligá-lo aos outros homens *o ódio e a perversidade*, ou seja, era o inimigo a ser combatido.

Em ***Accidentes da guerra***, os personagens vivem dramas pessoais, inclusive amorosos, no ambiente da guerra, mas não deixa o autor de fazer severos ataques a Prudente de Moraes e a concepções políticas diferentes do

---

[13] NERY, Constantino Antônio. *A quarta expedição co* 2 ed.*ntra Canudos.* 2 ed.Manaus: Editora da Universidade do Amazonas[1898] 1997,p. XI.
[14] Idem, p. 115

regime centralizado, com base na hierarquia militar. Ao mesmo tempo, faz denúncias como a seguinte:

> "O soldado tem em nosso paiz ao menos a consagração da historia com a serenidade que a justiça impõe? Não. Em vez disso, o que se nota é um trabalho surdo, covarde, para nos segregar das outras classes, que, segundo os nossos adversarios, não devem sentir o influxo da nossa energia, o exemplo da nossa tenacidade, afim de serem facilmente dirigidas".[15]

Depois de Dantas Barreto e Constantino Nery, Macedo Soares (1985) é o autor militar que publica, em 1902, seu livro. Trata-se de trabalho diferente dos de Dantas Barreto e Constantino Nery, no que diz respeito ao falar do inimigo, que procura entender, assim como o fez Euclides da Cunha. Este, quando, no ***Diário de uma expedição***, classifica o povo de Canudos como o "incompreensível e bárbaro inimigo"[16] está mostrando uma surpresa, que propõe uma questão, que procurará resolver. Em ***A guerra de Canudos***, Macedo Soares, embora tenha atitude semelhante a de Euclides, também apresenta a visão de que em Canudos o que acontecia era a manipulação de uma população ingênua por suas lideranças, ocupando o discurso religioso o papel de ferramenta desse domínio. Procura, porém, refletir sobre o fenômeno. Apresenta alguns números, como "seis mil e quinhentas habitações em Canudos, onde trinta mil seres (...) se agitavam promiscuamente".[17]

A descrição do guerreiro sertanejo feita por Macedo Soares é um dos aspectos que o aproxima de Euclides da Cunha. Pinta-o como guerrilheiro "que tudo sacrificava à mobilidade, que era realmente de admirar".[18] Sua admiração

---

[15] BARRETO, Emídeo Dantas. *Última expedição a Canudos.* Porto Alegre: Franco & Irmão Editores, 1905, p. 231.
[16] CUNHA, Euclides. *Diário de uma expedição.* In: GALVÃO, Walnice G (org) São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 199
[17] MACEDO SOARES, Henrique D. E.. *A guerra de Canudos.* Rio de Janeiro: Philobiblion / Pró-memória, [1902]1985, p 46.
[18] Idem, p. 80

se manifesta em outros momentos do livro. A descrição que faz de Canudos e de sua sensação ao vê-la pela primeira vez vale a pena reproduzir:

> Lá estava ela, colocada em plano inferior às forças a cavaleiro, a temível Cidadela, a lendária capital dos jagunços! À nossa vista deslumbrada, surgia aquele extraordinário amontoado de casas de vários feitios, de cor barrenta e avermelhada, numa caprichosa desordem; dominando aquelas 6.000 habitações de formas bizarras, erguiam-se altaneiras e ameaçadoras, as duas igrejas vis-à-vis, a do Bom Jesus, ou nova, mostrando o flanco direito à 1ª coluna.
>
> (...)
>
> Era aquela colossal povoação habitada por 30 ou 35 mil pessoas fanatizadas e de armas em punho, prontas a morrer pelo seu ideal, que a 2ª coluna, com 2.200 homens, pretendia assaltar e conquistar; era essa, naturalmente, também a intenção da 1ª, cujo bombardeio desde cedo flagelava a Cidadela: os seus projéteis e os nossos lá se encontravam nas suas casas e igrejas.[19]

Depois de Macedo Soares, Canudos parece ter ficado de lado por um período no Exército. Houve, em 1952, na Escola Superior de Guerra, uma *Semana de Euclydes da Cunha (Cinqüentenário de* **Os Sertões**), que teria tido como um dos mentores o então tenente-coronel Golbery do Couto e Silva [20]. Não há registros de tal evento nas revistas formadoras de opinião no meio militar, o que me leva a supor que tal *Semana* tenha se voltado para um círculo restrito, com poucos oficiais do Exército, ou das Forças Armadas de um modo geral, como participantes.

Nos anos 50, apareceu outro autor de livro sobre Canudos no ambiente militar. Foi Dante de Mello,[21] que dedicou seu livro a contestar **Os sertões**, sem

[19] Idem, p. 90,91
[20] GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 133, nota 53.
[21] MELLO, Dante de. *A verdade sobre "Os sertões"*. Rio de Janeiro:Biblioteca do Exército Editora, 1958.

deixar de reconhecer em Euclides da Cunha "uma entidade rara", que teria se comovido com o sertanejo, mas principalmente por entendê-lo como vencido e, por isso, solidarizar-se com ele.

Acredita que Euclides teria outra visão do homem do sertão, caso a 4ª expedição tivesse sido derrotada, como as três primeiras, e ***Os sertões*** viesse a ser escrito tendo como pano de fundo uma grande guerra civil entre republicanos e monarquistas. Entende ele, que também Castro Alves teria outra visão dos negros, caso voltasse a viver no século 20. Diz ele que Castro Alves não teria escrito ***O navio negreiro***, se pudesse conhecer os descendentes dos antigos escravos, por quem nutre grande desprezo.[22] Da mesma maneira, Euclides da Cunha teria escrito outro livro, menos simpático aos sertanejos, se Canudos, em vez de massacrada, houvesse derrotado a 4ª expedição.

É precisamente neste ponto que se localiza o diferencial de um livro, ***Canudos: visões e revisões***, de Oliveiros Litrento, que analisarei adiante. É uma proposta de mudança de atitude da instituição militar em relação a Canudos. É uma busca de entendimento, deixando de lado conceitos em que se acreditava anteriormente.

Outro autor militar importante e representativo do debate sobre Canudos dentro do Exército foi Tristão de Alencar Araripe, (1894 - 1969). Militar de carreira, concluiu o curso na Escola Militar, como aspirante, em 1915, chegando a ministro do Superior Tribunal Militar, cargo que exerceu entre 1952 e 1964. É também autor de ***Guerra civil no Rio Grande do Sul*** (1986) e ***Tasso Fragoso, um pouco da história de nosso Exército*** (1960).

Araripe presidiu o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) em duas ocasiões, a primeira, de 1948 a 1949, e a segunda, de 1952 a 1961.

Ao contrário de seu homônimo, o crítico Araripe Júnior, o general Araripe não tem muita estima por Euclides da Cunha. Inicia seu livro, referindo-se a ele, dizendo que crescera ouvindo histórias de Canudos, em

[22] Idem, 251

Belém do Pará, contadas por militares ex-combatentes. Diz o seguinte a respeito de seus primeiros contatos com ***Os sertões***:

> Quando, imbuído de grande ardor profissional, enfrentei a decantada obra "Os sertões" sofri profunda desilusão, com as insidiosas restrições feitas aos valorosos soldados do Dever. Meu natural senso realístico, avesso aos excessos da fantasia e do dogmatismo não me permitiu que me enfileirasse aos endeusadores intransigentes do renomado escritor. Nunca cheguei a compreender grande parte das análises e críticas de Euclides da Cunha. Falha minha com certeza, porque é vox populi, de "não haver necessidade de mais crítica da obra monumental, que não precisa de condescendência de crítico algum".[23]

No decorrer do livro, Araripe faz várias referências ao que chama de "panfletários" e " "estrategistas de gabinete", entre os quais Euclides da Cunha parece estar incluído. Seu discurso é sempre o de defender a corporação militar e seus heróis de críticas que lhe sejam feitas.

Ao final do exórdio, Araripe posiciona-se a respeito do modo como apresentar publicamente a figura do sertanejo. A citação é interessante porque traz exatamente a posição do autor, seu estilo e as palavras que escolhe usar:

> Não visamos provocar polêmicas. Queremos apenas colher ensinamentos e reparar a injustiça, intencional ou não, que se originou da monumental obra de Euclides da Cunha. Ressentimentos recalcados levaram os homens públicos a calar o esforço sobre-humano do Exército da primeira década republicana, dos heróis de Canudos, chefes e soldados, não apenas gaúchos ou paulistas, mas soldados de todo o Brasil, sertanejo, sulino ou litorâneo, imolados em ressarcimentos a erros e incompreensões de maus brasileiros.

---

[23]ARARIPE, Tristão de Alencar. *Expedições militares contra Canudos. Seu aspecto marcial.* 2 Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, [1960] 1985, exórdio.
O autor não diz de quem é a citação entre aspas.

> Não é endeusando o bronco, o jagunço, o cangaceiro facinoroso, levando-os pelo mundo afora em filmes e em cantos que nos imporemos ao respeito dos outros povos.[24]

Isto é, falar do homem do sertão em filmes e cantos é algo condenável.

O centenário e as revistas militares

Em 1997, completaram-se cem anos do final da Guerra de Canudos. Este centenário foi marcado por diversos acontecimentos: debates no meio universitário, nos meios de comunicação, em filmes. A referência aos cem anos do fim da guerra esteve sempre presente. Com o Exército não poderia ser diferente. Em 6, 7 e 8 de outubro de 1997, foi organizado o simpósio ***Centenário de Canudos (1897 - 1997)***, no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Antes dele, como uma preparação, o tema foi sendo pautado pelas publicações periódicas de circulação entre os militares do Exército Brasileiro, ***Revista do Exército Brasileiro*** e ***A Defesa Nacional***, sendo também tratado pela edição especial da ***Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.*** Foram ao todo 17 textos, entre artigos e comentários, sendo que dois deles foram repetidos em mais de uma publicação, perfazendo um total de vinte inserções nos veículos de debates. Foram eles os seguintes:

1. MARTINS, Paulo Emílio Matos. "Cinqüenta Antônios e uma tragédia: Canudos". in ***Revista do Exército Brasileiro*** – Vol. 133 – 2° trimestre de 1996
2. COUTINHO, Sales, Teixeira, Rocha, Minussi e Castilhos. "A Campanha de Canudos". in ***Revista do Exército Brasileiro*** – Vol. 133 – 3° trimestre de 1996
3. PAULA, Luiz Carneiro de. "Conversando sobre a Guerra de Canudos" .in ***Revista do Exército Brasileiro*** – Vol. 133 – 4° trimestre de 1996

[24] Idem.

4. SILVA, Carlos Alberto Martins. "Cem anos de Canudos." in *A Defesa Nacional* – Ano LXXXII – 774 – 4º trimestre de 1996
5. FONTES, Oleone Coelho. "O 'Fogo de Uauá': estopim da Guerra de Canudos". in *Revista do Exército Brasileiro* – Vol. 134 – 2º trimestre de 1997
6. MATTOS, Mário Gomes. "Relembrando Canudos." in *Revista do Exército Brasileiro* – Vol. 134 – 3º trimestre de 1997
7. MELLO, Nilson Vieira Ferreira de. "Versos encontrados em Canudos". in *Revista do Exército Brasileiro* – Vol. 134 – 4º trimestre de 1997
8. CANUDOS. *A Defesa Nacional* – Ano LXXXIII – 778 – 4º trimestre de 1997 – Editorial
9. MACIEL, Marco. "Simpósio Centenário de Canudos".in *A Defesa Nacional* – Ano LXXXIII – 778 – 4º trimestre de 1997
10. RIOS, José Arthur. "O enigma de Canudos". in *A Defesa Nacional* – Ano LXXXIII – 778 – 4º trimestre de 1997
11. BENTO, Cláudio Moreira. "Um significado da Guerra de Canudos". in *A Defesa Nacional* – Ano LXXXIII – 778 – 4º trimestre de 1997
12. NO CUMPRIMENTO DA LEI. in *Revista do IGHMB* – Ano 57 – n 83 – 1997 – Editorial
13. MACIEL, Marco. Abertura do simpósio "CENTENÁRIO DE CANUDOS (1897 – 1997)". In *Revista do IGHMB* – Ano 57 – n 83 – 1997
14. RIOS, José Arthur. O enigma de Canudos. in *Revista do IGHMB* – Ano 57 – n 83 – 1997
15. FROTA, Guilherme Andréa. Expedições policiais a Canudos. in *Revista do IGHMB* – Ano 57 – n 83 – 1997
16. MOURA, Aureliano Pinto. As duas últimas expedições a Canudos. in *Revista do IGHMB* – Ano 57 – n 83 – 1997
18. RIOS, José Arthur. O enigma de Canudos. in *Revista do Exército Brasileiro* – Vol. 135 – 1º trimestre de 1998
19. SILVA, Alberto Martins da. Médicos em Canudos. in *Revista do Exército Brasileiro* – Vol. 135 – 2º trimestre de 1998

20. LITRENTO, Oliveiros. Canudos e o Jacobinismo.in *A Defesa Nacional* – Ano LXXXIV – 782 – 4º trimestre de 1998

O objeto aqui é a apreensão de Canudos pelos militares do Exército Brasileiro. A hipótese é a de que o livro de Oliveiros Litrento, ***Canudos: visões e revisões***, permite entender como a representação de Canudos entre os militares se alterou.

Oliveiros Litrento, no exercício de revisão que empreende em seu livro discute a lógica interna daquele que era visto pelos autores militares anteriores apenas como inimigo, o homem de Canudos em suas relações sociais. Embora encare essa tarefa, é perceptível o cuidado que o autor toma ao tratar de assuntos que se tornam polêmicos a partir de que se apresente uma nova visão a seu respeito diferente daquela tradicionalmente reconhecida dentro da instituição militar.

Oliveiros Litrento: o exercício de uma revisão

O livro ***Canudos: visões e revisões*** tem duas características que precisam ser ressaltadas em primeiro lugar: é obra de um intelectual que atua no interior do Exército Brasileiro e sua produção foi uma sugestão da Biblioteca do Exército Editora, durante os debates motivados pelo centenário, em 1997, da Guerra de Canudos, que aconteciam na sociedade brasileira e no interior da instituição. O fato do livro ter sido encomendado indica a preocupação da editora e da instituição militar com o tema.

O autor, Oliveiros Litrento, iniciou a careira militar em 1945, quando foi declarado aspirante a oficial, combinando-a, em seguida, com carreira jurídica, sendo doutor em Direito e professor de Direito Constitucional, Direito Penal Militar e de Direito Internacional Público, na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), desde 1955. Chegou ao posto de coronel em 1974.

O coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho, presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e presidente do conselho editorial da Biblioteca do Exército Editora foi quem propôs ao coronel Oliveiros Litrento a feitura do livro, por ocasião do centenário da Guerra de Canudos, em 1997. O que o moveu foi a consideração de que Canudos era "uma página da história do Brasil que estava sendo – está sendo – muito distorcida".[25]

Favorável a revisões de acontecimentos históricos, desde que haja novas fontes e não apenas motivações ideológicas que visem a destruir a memória e a identidade das instituições, entende o coronel Macedo que algumas abordagens de Canudos procuram brechas para atacar o Exército. Diz ele ainda que:

> O problema de Canudos não teria ganho a dimensão que ganhou se não tivesse havido uma figura, Euclides da Cunha. Houve uma coisa bastante similar, um outro episódio da história do Brasil, o Contestado, abrangendo uma área muito maior, uma coisa muito séria, e, no entanto, pouco se sabe e se explora do Contestado porque faltou a pena e a voz de Euclides da Cunha.
>
> Euclides da Cunha era um jornalista conceituado. Na verdade, há um ponto a considerar: Euclides da Cunha chegou no final, não acompanhou tudo e não foi realmente lá, no quente. Ele tomou depoimentos de outros.[26]

Para se entender um acontecimento histórico, acredita ser necessário ajustar-se o olhar ao olhar do tempo em que ele se deu, para não se estar sujeito às distorções da distância, o que significa considerar a conjuntura da época.

Continuando na mesma linha de pensamento, o coronel afirma que "A mídia, insuflada pela esquerda, é preciso que se diga, explorou muito Canudos, atacando o Exército, querendo associar atrocidades [que aconteceram em

---

[25] Entrevista concedida pelo coronel Luís Paulo Macedo de Carvalho, em 28 de agosto de 2003, nas dependências da Biblioteca do Exército Editora, no Palácio Duque de Caxias, no Rio de Janeiro.
[26] Idem

Canudos] à Revolução de 1964, como se houvesse uma tradição do Exército de ser torturador, matador".[27]

Em seguida, o coronel aborda a questão da degola de prisioneiros denunciada por Euclides da Cunha. Diz que houve a degola e tenta explicá-la como uma tradição histórica introduzida na Espanha pelos mouros, trazida para a América e absorvida pelos combatentes brasileiros na Guerra do Paraguai e outras lutas no sul do continente. Sempre afirmando o caráter liberal do Exército Brasileiro, o coronel diz que a prática da degola, absorvida no Sul, foi manifestar-se em Canudos.

Afirma que Canudos era um problema local, não se tratava de uma sedição anti-republicana, que poderia ter sido resolvido nas instâncias do estado da Bahia, sem a intervenção do Exército, não fossem as diversas articulações dos políticos de um modo geral, tanto os baianos, como os que dirigiam o país, pois o Exército cumpriu ordem do governo federal. Entende que a guerra não teria acontecido se não fossem essas injunções políticas.

Procurando reparar injustiças feitas ao Exército, o coronel Macedo tomou a si a responsabilidade de organizar um seminário, aberto, comemorativo dos cem anos de Canudos, no IGHMB. Considerava ele que faltava uma obra moderna, imparcial, para mostrar o assunto às novas gerações. Daí a proposta a Oliveiros Litrento de fazer o livro.

Do mesmo modo que o coronel Macedo, que acredita que o conflito militar em Canudos poderia ter sido evitado,[28] Litrento define-se em relação a Canudos, dizendo o seguinte:

> Aquela campanha fratricida nada teve a ver, em verdade, com o monarquismo e sua restauração. Nem implicitamente com a República, ainda que pelo Conselheiro identificada ao mal que, como as secas, problema pessimamente solucionado, também gerador do conflito, mas conflito religioso a ser resolvido na jurisdição estadual baiana. Jamais na federal,

[27] Idem
[28] *Idem*

> obrigando as expedições militares, sobretudo ao Exército, o caminho da restauração da ordem, uma vez a legalidade ameaçada. Assim, possibilitou que simples questão de polícia viesse a transformar-se em luta fratricida de proporções consideráveis. Uma "guerra" que, como bem assinalou Jorge Calmon, veio a ser uma tragicomédia de equívocos. Um visionário entre a Monarquia e a República, Antônio Conselheiro, nem monarquista nem republicano, era o profeta do ressentimento, circunstancialmente perturbador da ordem, personagem bíblico a lembrar vagamente os profetas dos primeiros tempos do Cristianismo, asceta e penitente estóico. Tornado juiz, pelos jagunços, para acolher demandas de prejudicados, tentando amparar, de maneira leiga e primitiva, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Seus seguidores, vindos de outras partes do sertão, escorraçados, indispostos, em face da injustiça e da pobreza, desajustados com os senhores da terra, acossados pelo solo pedregoso e calcinado do sertão, ignorantes demais para o entendimento político das reformas de governo representadas pela Monarquia e a República, lograram ser titãs, não obstante, pelo heroísmo ímpar, na defesa de Canudos.[29]

Neste pequeno trecho estão contidos os pontos fundamentais a serem analisados na obra de Litrento: a questão da injustiça, a dos problemas relacionados com as estruturas sociais, a da religiosidade e a da guerra, com seus episódios de violência e heroísmo. Está também caracterizada a ruptura com os autores militares anteriores a ele, que viam em Canudos um inimigo, uma sedição monarquista, através da mobilização de fanáticos, que precisava ser vencida militarmente.

Vale ressaltar também o uso da palavra "guerra" entre aspas para se referir ao que aconteceu no sertão da Bahia, sugerindo a impropriedade do termo. Com isto, o autor se coloca em concordância com o coronel Macedo que considera a guerra "um fenômeno social muito mais complexo" do que

[29] LITRENTO, Oliveiros. *Canudos: visões e revisões.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p. 38.

aquele acontecido no sertão da Bahia,[30] preferindo falar em campanha de Canudos, em vez de guerra de Canudos.

É também importante a tomada de posição de Litrento em relação a Euclides da Cunha: cita um artigo seu, publicado no ***Jornal do Commercio***, do Rio de Janeiro, de 10 de março de 1993, ano da comemoração do centenário da instalação do Arraial do Belo Monte em Canudos, em que reverencia Euclides da Cunha, comparando-o a Homero, afirmando que em ***Os sertões*** são encontradas "as emoções da ***Odisséia*** e o itinerário sangrento da ***Ilíada***". Valorizando Euclides, o autor se diferencia de outros, como Dante de Mello e Tristão de Alencar Araripe.

O livro, com 262 páginas, publicado em 1998, teve tiragem de três mil exemplares. Foi prefaciado pelo senador e ex-presidente da República, José Sarney. É edição graficamente bem cuidada, com 25 fotografias da guerra. Além de autores militares, traz na bibliografia e em 288 notas de pé de página autores acadêmicos como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, José Calasans, Marco Antonio Villa, Walnice Galvão e Maria Isaura Pereira de Queiroz, além do jornalista Edmundo Moniz, e, principalmente, Euclides da Cunha. Em apêndice, apresenta uma entrevista do autor com José Calasans.

A valorização de Euclides da Cunha e a entrevista com José Calasans são dois marcos de referência do autor. A simpatia manifesta por Euclides da Cunha dá a Litrento uma posição diferente daqueles que, até então, vinham se ocupando de Canudos no meio militar. O apêndice com José Calasans, pioneiro na tentativa de transcender ***Os sertões*** no estudo de Canudos, marca sua escolha por buscar os autores que, no meio acadêmico ou de forma independente, procuraram investigar o fenômeno Canudos. Esta espécie de balizamento é importante porque dá a medida da tentativa do autor de se libertar das antigas formulações e interpretações que vinham formando o pensamento do meio militar. Os autores de textos sobre Canudos mais

[30] Entrevista de 28 de agosto de 2003

prestigiados entre os militares, até então, são citados por Litrento mas não orientam seu pensamento, embora estejam presentes e haja o diálogo com eles.

O livro está dividido em 9 capítulos de análises, além de um de conclusão e um apêndice, com a entrevista feita com José Calasans. Nos quatro primeiros, o autor procura entender o fenômeno Canudos. No quinto, no sexto, no sétimo e no oitavo, analisa as quatro expedições militares contra Canudos. No capítulo 9, que tem o mesmo título do livro, ***Canudos: visões e revisões***, apresenta resumidamente o que pensam os seguintes autores, nesta ordem: Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Henrique Duque Estrada de Macedo Soares (tenente participante da quarta expedição contra Canudos), Tristão de Araripe (general aposentado, em 1964, como membro do Superior Tribunal Militar), Dantas Barreto (coronel participante da quarta expedição contra Canudos), Sylvio Rabello, Ataliba Nogueira, Olímpio de Sousa Andrade, Walnice Nogueira Galvão, Robert M. Levine e Mário Vargas Llosa.

Mostra-se aí uma característica essencial da obra e de seu caráter inovador no ambiente cultural do Exército. Os autores nele apresentados olham para Canudos, não como um inimigo, mas do ponto de vista de suas razões. Trata-se, assim, de uma proposta de revisão de um debate no interior da corporação, como o próprio título sugere.

Em um trecho revelador do caráter de revisão da obra, Litrento propõe a seguinte questão: 'Será que as recordações de Antônio Conselheiro e da comunidade de Canudos não nos atormentarão enquanto permanecer, sem solução no Brasil, o problema da reforma agrária?".[31]

A tensão do momento em que Litrento escreve

No debate de Canudos existiu uma tensão relacionada a outras discussões que se processavam no interior do Exército, entre elas a da criação do Ministério da Defesa e da definição de responsabilidades por

[31] LITRENTO, Oliveiros. *Canudos: visões e revisões.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p. 157.

acontecimentos do período de 1964 a 1985. Esse debate, que por si só tinha elementos de tensão, aconteceu em meio a outras transformações relacionadas com o afastamento do Exército da participação direta na política.

A análise das publicações periódicas que circulam dentro do Exército revelou a existência de diferentes visões de Canudos. Se tomarmos os editoriais de duas revistas publicadas quase ao mesmo tempo, ***A Defesa Nacional,*** ano LXXXIII, 778, 4º trimestre de 1997, e o editorial ***Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil***, Ano 57, n 83, 1997, teremos posições totalmente diferentes. Na primeira delas, uma proposta de revisão, na segunda uma posição defensiva, com justificativas para a ação do Exército em 1897.

O Exército se rediscute quando muda seus símbolos

A presença do Exército na condução política do país pode ser vista nos papéis desempenhados por seus ministros [32] em diversos momentos da história do Brasil. A atuação dos ministros militares, especialmente o ministro do Exército, teve sempre importância política, não apenas durante o regime de 1964-85.

O papel que o Exército cumpriu, praticamente durante toda a história republicana, ou com intervenção direta no poder político, ou com pressões em uma ou outra direção, alterou-se em 1985. Em 10 de junho de 1999, com a extinção dos ministérios militares e a criação do Ministério da Defesa, definiu-se uma situação, que se desenhava desde 1985, em que as Forças Armadas deixaram de participar diretamente do poder político. Os três titulares do Ministério, desde então, foram civis.

Paralelamente a essa reorganização do Estado brasileiro, em que a presença da instituição militar é diminuída, existe dentro do Exército uma rediscussão de símbolos da instituição. O processo não é novo. Ao longo do século 20, diversas alterações se sucederam nos sistemas simbólicos do

[32] O órgão governamental se chamava Ministério da Guerra, passando posteriormente a Ministério do Exército. Havia as pastas ministeriais equivalentes da Marinha e da Aeronáutica.

Exército e nos rituais e solenidades as eles relacionados, em consonância com o momento político vivido pelo país. Celso Castro usa o termo *invenção* para designar esse processo. Explica que não se trata de atribuir qualquer valor negativo ao processo, não está afirmando que haja algo de "falso ou mentiroso por oposição a algo autêntico ou verdadeiro",[33] tratando-se, de "(...) tentativa de expressar identidade, coesão e estabilidade em meio a situações de rápida transformação histórica, através do recurso à invenção de símbolos que evocam continuidade com um passado muitas vezes ideal ou mítico."[34]

A revisão de Canudos dentro do Exército aconteceu dentro desta mesma perspectiva, em circunstâncias definidas, por um lado, pelas pressões surgidas por ocasião do centenário, em 1997, por outro, pelas mudanças institucionais que representavam menor presença da corporação na política. A criação do Ministério da Defesa, em 1999, foi resultado de estudos e debates instalados desde o início do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995. Ou seja, o centenário de Canudos, assim como os debates nas revistas militares, aconteceu dentro do mesmo intervalo de tempo em que se preparava a criação do Ministério da Defesa.

A primeira mudança de símbolos analisada por Castro foi a troca de Manuel Luís Osório (1808-1879), o general Osório, por Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), o duque de Caxias, no papel de patrono da instituição, em 1923. Entende tal alteração como "ponto focal de um conjunto de investimentos simbólicos da elite militar nas décadas de 1920, 30 e 40".[35]

Analisando as estátuas eqüestres de Osório e Caxias, encomendadas ao escultor Rodolfo Bernardelli em 1888, inauguradas em 1894 a de Osório e em 1899 a de Caxias, Castro observa que Osório é representado como um guerreiro em ação, enquanto Caxias é mostrado como um aristocrata e estrategista. O cavalo de Osório está em movimento e ele tem a espada desembainhada, como se estivesse em meio a uma batalha, enquanto Caxias está parado e tem um binóculo

[33] CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro.* Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 10.
[34] Idem, p. 11.
[35] Idem, 13

em uma das mãos, na postura de quem acompanha lutas que travam a alguma distância. A instituição de Caxias como patrono do Exército tem como objetivo, segundo Castro "a afirmação do valor da legalidade e do afastamento da política, a bem da unidade interna do Exército, despedaçada, nos anos 20, por diversas revoltas internas e clivagens políticas",[36] afirmação esta feita logo depois do episódio dos 18 do Forte, em 1922, a primeira da revoltas militares daquilo que ficou conhecido como tenentismo. Caxias, corresponde, assim, à busca da disciplina e da ordem no interior da instituição.

Há outros cultos dentro do Exército. Osório deixou de ser patrono do Exército e tornou-se patrono da arma da cavalaria, sendo os também heróis da Guerra do Paraguai Sampaio e Mallet patronos das armas da infantaria e da artilharia respectivamente.

Depois da passagem de Osório a Caxias como patrono do Exército, dois outros cultos, importantes, que se associam entre si e significam a ação política do Exército, o golpe de 64 e a chamada Intentona Comunista, de 1935. Referindo-se à Intentona, Castro diz o seguinte:

> O regime militar iniciado em 1964 (e que duraria 21 anos) deu novo alento à comemoração. O principal elemento utilizado nos discursos passou a ser a idéia de que, em 1964, os comunistas teriam tentado uma nova investida e que esta, à semelhança de 1935, fora impedida pela atuação vigilante das Forças Armadas. Ou seja, o mesmo inimigo de três décadas antes ainda precisava ser combatido. A associação entre 1935 e 1964 tornou-se obrigatória. Além disso, passou a ser feita em todos os quartéis a leitura de uma ordem do dia conjunta dos ministros das Forças Armadas, por ocasião do aniversário da "Revolução" de 31 de março de 1964. Ambas as comemorações reforçavam-se mutuamente, fortalecendo o espírito anticomunista nas Forças Armadas.[37]

[36] Idem, 20.
[37] Idem, 59.

Tanto 35, quanto 64 foram perdendo importância, depois de 1985. Em 1995, o primeiro ano do governo Fernando Henrique, pela primeira vez não houve a ordem do dia conjunta relativa ao golpe de 64.[38] O acontecimento sequer foi mencionado em ordem do dia, em 31 de março de 2003,[39] de acordo com decisão que não teve influência do Ministério da Defesa, partindo exclusivamente dos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Em 2004, o comandante do Exército, general Francisco Roberto de Albuquerque, em ordem do dia, apelou aos soldados, entendendo estes como todos os membros do Exército, para que buscassem e valorizassem a paz e, especificamente quanto à memória de 1964, que reverenciassem a disciplina e a ordem, e que não temessem "as transformações que aperfeiçoam sem mutilar, que constroem sem destruir e que reforçam a noção de autoridade".

A *Intentona* teve comemoração discreta em 2003. A solenidade se realiza tradicionalmente na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, onde aconteceu tentativa de sublevação de forças militares lideradas por oficiais comunistas. A principal figura pública presente foi o chefe do Comando Militar do Leste, general Manoel Luís Valdevez Castro, sem a presença de qualquer autoridade civil. A ordem do dia do comandante do Exército, assim como a de 31 de março de 2004, teve um tom evidente de pacificação, de não alimentar tensões. Como a solenidade incluía uma "chamada nominal dos heróis", isto é dos militares mortos pelos que participaram da tentativa de rebelião, o documento afirma a lembrança dessas pessoas, mas diz que "foi restabelecida a paz" e que, em função disso, "seria um desserviço reacender mágoas e ressentimentos", apelando para que "o perdão permita a superação de desavenças passadas".

É preciso não esquecer o contexto em que essas declarações e posicionamentos vêm acontecendo. Em 14 de agosto de 2003, foi empossada a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Na ocasião, o presidente da comissão, Luiz Francisco

---

[38] Idem, 63.
[39] ***O Globo***, 01 de abril de 2003.

Carvalho Filho, afirmou que "setores das Forças Armadas e do Exército estão resistindo a abrir arquivos que poderiam facilitar a localização e identificação de militantes políticos mortos durante o regime militar", informou o jornal ***O Globo***, de 15 de agosto.

Assim, as mudanças de símbolos acontecem ao mesmo tempo em que se rediscute a atuação passada da instituição. Trata-se de um processo necessariamente tenso.

Não se pode estabelecer uma relação de causalidade entre as mudanças de símbolos e de mitos do meio militar e a revisão de Canudos expressa na obra de Litrento. Pode-se, porém, supor que o Exército viveu mudanças, relacionadas com seu afastamento do centro de decisões políticas, e que essas mudanças tornaram o ambiente da instituição propício à revisão de Canudos, quando o assunto foi posto em pauta pelo centenário, em 1997.

É interessante observar como Oliveiros Litrento e o coronel Macedo, que propôs a Oliveiros Litrento a feitura do livro ***Canudos: visões e revisões***, usam o mesmo raciocínio presente na ordem do dia do comandante do Exército a respeito da *Intentona Comunista*. Litrento, depois de afirmar que a violência, inclusive a degola, era prática comum aos dois lados em Canudos, diz que "Nem todos os males deveriam ser atribuídos, como levianamente vem se propagando até hoje, às forças expedicionárias vencedoras na campanha fratricida de Canudos que, repetimos, enalteceu tantos bravos, jagunços e militares, hoje irmanados pela história".[40]

Este irmanar-se pela história é menos uma constatação que a manifestação de um desejo de pacificação entre o estamento militar e outros sujeitos sociais. A proposta do general Francisco Roberto de Albuquerque, comandante do Exército, de que "o perdão permita a superação de desavenças passadas" faz o mesmo sentido se aplicada a Canudos, à revolta de 1935 ou à guerrilha do Araguaia.

---

[40] LITRENTO, Oliveiros. *Canudos: visões e revisões*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p. 148.

As comemorações de acontecimentos significam uma busca de identidade com um passado que se deseja ter como padrão. Os cultos em que se reverenciam heróis e mártires de confrontos entre projetos diferentes de organização social, como os da *Intentona* de 35 e do golpe de 64, vêm tendo sua importância ultrapassada pela reverência à 1ª Batalha dos Guararapes, travada em 19 de abril de 1648, contra os invasores holandeses de Pernambuco. Interessante observar que se trata de acontecimento anterior à constituição de um Estado brasileiro, numa luta de guerrilhas contra um invasor estrangeiro, sendo os heróis dessa batalha de etnias diferentes. A Batalha dos Guararapes é celebrada no que foi definido pelo decreto presidencial de 24 de março de 1994 como o *Dia do Exército Brasileiro.*

O coronel Macedo discorda da escolha da Batalha dos Guararapes como símbolo da criação do Exército Brasileiro[41] porque naquele episódio não havia Estado nacional brasileiro, nem sentimento de pátria relacionado ao Brasil como um todo, mas à localidade, isto é, a um pedaço do atual estado de Pernambuco.

As revisões a respeito da atuação do Exército e dos militares de um modo geral no trato com presos políticos oposicionistas no regime de 1964 a 1985 também é elemento de tensão. Não é à toa que o coronel Macedo fez referência[42] direta à relação entre as acusações feitas ao Exército a respeito de torturas, no regime de 1964-85 e aquelas relacionadas à violência em Canudos, em 1897. Assim, falar de Canudos não era algo absolutamente tranqüilo, e o autor que propusesse a revisão, sendo oficial do Exército, necessitaria mostrar à toda hora que não se confunde com os que supostamente estivessem atacando a instituição.

Há tensão na discussão de Canudos, perceptível não só no livro de Oliveiros Litrento, como também nas revistas militares. Mas é o mesmo tipo de tensão que houve na substituição de Osório por Caxias no papel de patrono e

[41] No dia 19 de abril, é comemorado oficialmente o dia do Exército Brasileiro, a partir de 1994.

[42] Entrevista em 28 de agosto de 2003, nas dependências da Biblioteca do Exército Editora, no Palácio Duque de Caxias, no rio de Janeiro.

na diminuição da importância dos cultos a 1964 e a 1935. Durante a Segunda Guerra Mundial, isto é, vinte anos depois da substituição de Osório por Caxias, havia uma tendência entre os participantes da Força Expedicionária Brasileira, que foi para a Itália, a preferir Osório a Caxias, no papel de patrono, criando-se a distinção entre o Exército de Osório, que foi para a guerra, e o de Caxias, que ficou no Brasil[43]. Ou seja, duas mentalidades se opunham no interior do Exército e os antigos símbolos serviam para representar a tensão entre elas. Da mesma maneira, as duas atitudes possíveis em relação a Canudos, analisadas no capítulo 2, a de ver ali apenas o inimigo e a de procurar entender a lógica interna daquele movimento, representam atitudes possíveis do Exército frente aos conflitos sociais.

O Exército é uma corporação que compõe o aparelho do Estado moderno. Embora este se baseie em princípios jurídicos que garantam direitos aos cidadãos, com normas claras e explícitas que regulem as disputas entre diferentes forças sociais, as corporações que o compõem têm mecanismos que levam os indivíduos que dela fazem parte a desenvolverem sentimentos de pertencimento à corporação, tendo esta um caráter protetor. Este sentimento é reforçado por símbolos em torno dos quais se organizam sistemas de crença.

O bombardeio de Canudos em comemoração dos 108 anos da Revolução Francesa, citado no início deste texto, era uma atitude da sociedade brasileira que se entendia como civilizada. O Exército, na condição de executor daquele ato, não poderia deixar de estar marcado por ele e de conferir a Canudos um caráter simbólico, cuja revisão se associa a revisões de outros símbolos e mitos que representam sua relação com o conjunto da sociedade.

[43] CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro.* Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 34

PELOS OLHOS DO *MENINO DE ENGENHO*: JOSÉ LINS DO REGO, CRONISTA E CRÍTICO LITERÁRIO [1]

Mariana Miggiolaro Chaguri [2]

Os Anos 20: Contexto Literário, Regionalismo e o polemista Lins do Rego

A década de 20 é fortemente marcada pelos debates em torno da ascensão do Modernismo de 1922. Às orientações desse Modernismo opunha-se de modo mais ou menos incisivo, conforme o caso, o chamado *Movimento do Recife* [3] que, sob a orientação de Gilberto Freyre apresentou preocupações amplas na pintura, nas artes plásticas, no folclore, no aproveitamento da experiência pessoal de cada artista ou escritor para reconhecer e revisar os valores e dilemas da região Nordeste, insistindo na acentuação da diversidade regional para a melhor compreensão da unidade nacional.

Abre-se, assim, especialmente durante os anos 20, um foco de disputa que envolve não apenas polêmicas literárias, mas compreende também as disputas locais pelo poder político na província de Pernambuco (e que, de modo geral, refletem disputas existentes em toda a zona açucareira nordestina), de modo que, o choque entre "modernistas" e "regionalistas" reflete também os embates entre os grupos oligárquicos que aspiravam ao comando político da região.

---

[1] A análise apresentada neste artigo corresponde a discussões mais amplas realizadas no interior de uma pesquisa de iniciação científica, em andamento, realizadas desde de julho de 2003, intitulada *José Lins do Rego e as Transformações no Nordeste Agrário*, financiada pelo PIBIC/CNPq e orientada pela Profª. Drª. Elide Rugai Bastos. Este artigo foi apresentado no 'IV Seminário de Pensamento Social', organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros do IFCH/UNICAMP, nos dias 16, 17 e 18 de junho de 2003.

[2] graduanda em Ciências Sociais, IFCH/UNICAMP.

[3] Em 1925, Gilberto Freyre, Morais Coutinho, Edgar Teixeira Leite e Odilon Nestor fundam o "Centro Regionalista", lançam o Livro do Nordeste (em comemoração ao centenário do Diário de Pernambuco) e realizam em 1926 o Primeiro Congresso Regionalista do Nordeste.

Desse modo, os "regionalistas" – que divulgavam suas idéias especialmente através do **Diário de Pernambuco** e se arregimentavam em torno do **Centro Regionalista do Nordeste** – acusavam o governo federal de interferência indevida em Pernambuco, defendendo política, cultural e artisticamente aquilo que, para eles, definia-se como **região** e, através dela, a superação do esquema frágil das diversas unidades estaduais as quais, diante da decadência do Nordeste, não teriam isoladamente como se sustentarem diante do agora dinâmico Sul. Para Neroaldo Pontes de Azevedo

> "tal perspectiva apontava, também, na direção de um saudosismo, na medida que o passado de glória da região, particularmente na perspectiva das classes dominantes, passa a ser evocado como mítico. Nessa linha, abre-se espaço para o conservadorismo, marcado pelo privilégio do rural sobre o urbano, acentuando-se, além do mais, aquela tendência bairrista do regionalismo, de ver o Nordeste como a mais brasileira de todas as regiões do país".[4]

Já os "modernistas" do Nordeste possuíam como principal veículo de divulgação de suas propostas o **Jornal do Comércio** de propriedade dos irmãos Pessoa de Queirós os quais eram ligados inclusive por laços de parentesco ao presidente Epitácio Pessoa. Para esse grupo,

> "a palavra de ordem era imitar São Paulo, especialmente naquele primeiro grito de urgência na destruição do passado. Insistia-se no privilégio urbano sobre o rural, proclamava-se a necessidade do progresso, tudo vazado em metáforas oriundas de realidades marcadas pela pressa, pela rapidez, pela velocidade".[5]

Embora devamos nuançar essas afirmações, pode-se dizer, de modo geral, que esse grupo não colocava questões acerca da situação econômica ou

---

[4] AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e Regionalismo (Os anos 20 em Pernambuco)*.João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.p.174.
[5] *Idem, ibdem.*p.179.

cultural da região, procurava, antes, verificar as condições de aclimatação das idéias modernistas num contexto diferente do qual foram produzidas, ou seja, buscavam viabilizar a produção de uma arte nos moldes das propostas modernistas.

Podemos sintetizar as disputas e embates envolvidos na polêmica entre os "regionalistas" e os "modernistas" no debate travado entre o sociólogo Gilberto Freyre e o jornalista pernambucano Joaquim Inojosa. Em 1922, é Inojosa que, recém-chegado, de uma viagem ao Rio de Janeiro e a São Paulo, noticia em Pernambuco, a eclosão do movimento modernista. No mesmo ano, o jornalista publica um artigo intitulado "*Que é futurismo?*"[6] no qual condena as críticas às vanguardas realizadas por Faria Neves Sobrinho em artigo publicado no **Diário de Pernambuco**. Para Inojosa, as críticas são frutos da desinformação, da concepção errônea do que seria o futurismo, definido por ele como renovação estética e atualização da arte, reação contra "as tradições, as velharias, o passado" já que um homem sempre pertence ao seu tempo, mesmo que reaja conta ele. No mesmo artigo, argumenta que todos aqueles que estudam sabem que no Brasil, à exceção de São Paulo "vivemos atrasados em cultura artística".

Em outro artigo publicado em 1973 e intitulado "*O Modernismo nas Províncias*",[7] Inojosa reafirma a importância do Modernismo em Pernambuco, argumentando que a divulgação das idéias modernistas foi avassaladora na região e sob o seu impacto, que durou pelo menos oito anos, José Américo de Almeida publicou *A Bagaceira* (1928) e Rachel de Queirós publicou *O Quinze* (1932). É possível notar nos artigos de Inojosa o incondicional e veemente apelo contra o que considera ser o "velho", aquilo que deve ser esquecido "porque os espíritos novos não são obrigados a seguir os velhos como

[6] INOJOSA, Joaquim. "Que é Futurismo (Ao Dr. Faria Neves Sobrinho)". **A tarde.** Recife, 30 out.1922. Citado em: AZEVEDO, Neroaldo Pontes. *Modernismo e Regionalismo (Os anos 20 em Pernambuco)* João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.p.191.

[7] INOJOSA, Joaquim. "O Modernismo nas Províncias". **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro: Campanha Editora Americana, julho 1973.

carneiros". Para o jornalista, os "sonhadores do sul" – modo como ele se refere aos modernistas – são os pensadores capazes de investigar a vida no que ela possui de mais bela porque "desprezam a hora passada, cultivam a hora presente e preparam a hora futura. O ontem vale pelo que o tempo amontoa em seus destroços. Melhor será erguer obra nova sobre as ruínas do passado: erro ressuscitar o que morreu porque passou sua época".[8]

Simultaneamente à divulgação do Modernismo por Inojosa, já se fazia sentir, especialmente nos círculos intelectuais do Recife, certo apelo pela defesa da região Nordeste e de suas tradições, defesa para a qual a ação de Gilberto Freyre e a do Centro Regionalista irão convergir. Já em seus artigos publicados no **Diário de Pernambuco** quando ainda estudava nos Estados Unidos, o jovem Gilberto Freyre demonstrava ampla preocupação com a defesa das tradições, dos hábitos e dos costumes nordestinos, condenando a "volúpia da novidade" e defendendo o dever daqueles intelectuais em reconhecerem e reavivarem "misticamente o Brasil brasileiro de nossos avós",[9] dever e preocupação que, para Freyre, conformaram toda uma jovem geração da intelectualidade nordestina.

No artigo "*Apologia Pro Generatione Sua*",[10] o sociólogo afirma existir um "espírito, ou consciência de geração" à qual se confessa extremamente sensível, isto é, "os da mesma geração somos como uns compatriotas ligados uns aos outros pelos comuns destinos e pelos deveres de lealdade recíproca". Falando sobre os jovens intelectuais do país naquele momento, comenta que da "nova geração brasileira surgem esboços de "leaders" e sombras de prophetas: Agrippino Grieco, Oliveira Vianna, Jackson de Figueiredo, Antonio Torres, Gilberto Amado, Ronald de Carvalho, Renato Almeida, Tristão de Athayde".

---

[8] *Idem.* "Os Sonhadores do Sul". A Província. Recife, 24 nov. 1922. Citado em: AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. Modernismo e Regionalismo (Os anos 20 em Pernambuco).p.195.

[9] FREYRE, Gilberto."Artigos numerados 34" (**Diário de Pernambuco**, 09/12/1923) *In: Tempo de Aprendiz, Vol.I.* São Paulo : IBRASA ; Brasília : INL, 1979.

[10] *Idem.* "Apologia pro generatione sua". **Diário da Paraíba.** 05 abr. 1924. Disponível em <www.fgf.org.br>- Acesso em: 10 out. 2003.

Contudo, é entre bacharéis nordestinos que desenvolvem atividades como cronistas ou críticos em jornais do Recife que Freyre encontrará a melhor acolhida para suas idéias. Trata-se de José Lins do Rego, Olívio Montenegro, Alfredo Morais Coutinho, Odilon Nestor, Luís Jardim que, juntamente com outros, apresentavam preocupações quanto ao tumultuado período político pelo qual passava a República, canalizando seus descontentamentos especialmente para a centralização política entendida como puro artificialismo, uma fórmula fictícia

> "sem bases históricas, nem geográficas, que em vez de uma coloração harmoniosa de entidades histórico-sociais, resultou nesse irritante fenômeno de hegemonia alternativa, em que dois Estados mais influentes se revezam, de quatriênio em quatriênio, na direção do país".[11]

Nesse sentido, o ataque às propostas centralistas, marca de algumas teses federalistas em curso no período, decorre destas serem frutos de propostas e projetos importados e não necessidade orgânica, nem tendência natural do Brasil.

Tais intelectuais demonstravam, também, preocupações, embora pouco sistematizadas, com a desagregação das formas de vida tradicionais especialmente nas zonas açucareiras do Nordeste, bem como com a progressiva descaracterização dos modos típicos de organização social da região, de modo que, à luz da progressiva decadência do Nordeste, questões relacionadas à região e à tradição colocam-se na pauta do dia.

De volta ao Brasil em 1923, após anos de estudos nos Estados Unidos e na Europa, Gilberto Freyre não apenas se insere vivamente nas discussões sobre o Modernismo (iniciando sua polêmica com Inojosa) como, principalmente, articula e sistematiza as preocupações acima mencionadas,

---

[11] COUTINHO, Alfredo Moraes. "Pernambuco e o Regionalismo Nordestino". **Ilustração Brasileira**. Rio de Janeiro/ Recife, Ano 5, n.46, jun.1924. Citado em: AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e Regionalismo (Os anos 20 em Pernambuco)*.p.213.

dando organicidade ao que definiria como *Regionalismo Tradicionalista e a seu modo Modernista do Recife*, o qual ganharia contornos claros e grande influência a partir de 1924 com a fundação do **Centro Regionalista do Nordeste** e em 1926 com a realização do **Primeiro Congresso Regionalista do Nordeste**.

Importante notar como mesmo reunindo um grupo de intelectuais, o **Centro Regionalista** nunca chegou de fato a institucionalizar-se, mantendo reuniões extremamente familiares na casa de Odilon Nestor, "em volta da mesa de chá com sequilhos e doces tradicionais da região".[12] O **Centro** não teve duração muito prolongada, corresponde mais a uma tentativa de, no contexto dos anos 20, dar contornos claros e de agregar o que vinham sendo as discussões sobre o Regionalismo, em especial no Recife, de modo a compor aquilo que ficaria conhecido como o *Movimento do Recife* e que gravitou, especialmente, em torno do Freyre e de suas sugestões. Quanto ao **Congresso**, Freyre o define como um esforço para deixar clara a ação regionalista que, para ele, ainda era mal compreendida e superficialmente julgada.

Para o sociólogo pernambucano, o *Movimento do Recife* caracterizou-se como um "esforço de renovação cultural mais de dentro para fora do que de fora para dentro",[13] buscando, portanto, aquilo que seria organicamente brasileiro em termos culturais, voltando-se para a tradição e para o povo. É apresentado como contrário a qualquer tipo de dogmatismo estético ou político, o que teria permitido sua imensa repercussão na cultura e na vida brasileira, fazendo com que ambas não possam ser analisadas sem que se dedique especial atenção ao *Movimento do Recife*. Freyre assume, na maior parte das vezes, uma postura contrária às propostas modernistas, sendo recorrente a crítica de serem excessivamente europeizadas, ao invés de se dedicarem vivamente ao Brasil e às tradições brasileiras. Considera o *Regionalismo tradicionalista e a seu modo modernista* como completamente "independente do

[12] FREYRE, G. "Manifesto Regionalista de 1926". *In: O Manifesto Regionalista.*Recife: INPJN, 1976.p.54.

[13] Idem. "O Movimento Regionalista, Tradicionalista e, a seu modo, Modernista do Recife". In: O Manifesto Regionalista. Recife: INPJN, 1976.p.13.

'modernismo' Rio - São Paulo, do qual tanto se fala, às vezes esquecendo-se esse outro movimento da mesma época, saído do Recife",[14] afirma não ter aderido à Semana de Arte Moderna e que seus "modernismos trouxe-os direta e pessoalmente ao Brasil, da Europa e dos Estados Unidos. Descobertos por mim. Assimilados por mim",[15] lamentando a falta de publicidade dada ao *Movimento do Recife*. Argumenta, ainda, que o grande impacto desse *Movimento* foi sobre

> "as próprias formas de vivência e de convivência e sobre as formas mais diretas de interpretação dessas formas por ensaístas, por sociólogos, por antropólogos, por historiadores, por folcloristas de um novo e revolucionário tipo: com algo de poético e por vezes até de lírico no seu modo de serem analistas mais ou menos científicos"[16], uma "gente que começa a dar forma, expressão e significação a uma formidável massa de material folk-lorico, de tradições e de elementos de paisagem e de cultura característica da região americana mais complexa na composição física de sua gente e no conjunto de suas tradições".[17]

Para o sociólogo, os modernistas de São Paulo "(...) se voltam para mundos ideais, dando as costas para o Brasil: ao que no Brasil há de verdade digna de ser descoberta ou redescoberta por jovens poetas, jovens críticos, jovens pensadores dispostos a fazer alguma coisa de diferente, de novo, de moderno; de contrário ao estabelecido; de oposto ao aceito".[18] O autor considera que para haver um bom romance regionalista, aquele sem caipirismos, é necessária "uma língua como que tropicalmente brasileira que

---

[14] Idem. "O Movimento Regionalista, Tradicionalista e, a seu modo, Modernista do Recife". In: O Manifesto Regionalista.Recife: INPJN, 1976.p.15.

[15] Idem. "Serei um anti-São Paulo (2)". Folha de São Paulo. São Paulo, 12 set. 1981. Disponível em: <www.fgf.org.br>. Acesso em: 10 out.2003.

[16] Idem. "O Movimento Regionalista, Tradicionalista e, a seu modo, Modernista do Recife". In: O Manifesto Regionalista.Recife: INPJN, 1976.p.29.

[17] Idem. "Os Interesses do Brasil". Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 10 nov. 1938. Disponível em: <www.fgf.org.br>. Acesso em: 10 out.2003.

[18] FREYRE, G. *Tempo Morto e Outros Tempos*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.p.135.

não deixe nunca de ser portuguesa, como língua literária, para tornar-se subportuguesa de tão oral. Os temas regionais e tropicais estão entre nós à espera de romancistas",[19] os quais tornariam nossa literatura intimamente brasileira, literatura que prefere

> "falar com dente de leite e primitivamente a fingir gente grande com dentadura postiça; agora que nossa expressão literária principia a ser antes uma expressão de vida vivida que um esforço de caligrafia ramalhuda alheio à experiência e ao sentimento local".[20]

Para Freyre, a década de 20 tem grande importância para a cultura nacional, reconhecendo a força histórica dos acontecimentos da Semana de Arte Moderna. Contudo, ao contrário do que sustentam Joaquim Inosoja e Sergio Milliet,[21] não considera os romances que se desenvolvem no Nordeste, especialmente a partir de 30, como tributários das tendências estéticas ou literárias vindas do Sul; reconhece, antes, a influência das propostas regionalistas que vinham sendo desenvolvidas no Recife, as quais reuniriam a busca e a explicitação de valores tradicionais, bem como a utilização da experiência pessoal de cada artista num movimento que reunia tradicionalismo, regionalismo e modernismo como modo de revolucionar as "normas de artes brasileiras". Considera, portanto, o **Romance Social do Nordeste** como exemplo da manifestação de novas expressões literárias fruto das provocações do *Movimento do Recife* às convenções literárias e artísticas da época.

É através da expressão da vida vivida que os regionalistas retomam o passado de prosperidade da região Nordeste, bem como apontam, à luz de um passado mitificado, o drama atual de ser uma região reduzida à sombra de seu passado, assistindo àquilo que argumenta ser a inversão de seus valores sociais e que transformou netos de senhores de engenho em "pífios funcionários

[19] Idem, ibidem. p. 131.
[20] Idem, ibidem. p. 216.
[21] Na década de 30, Sergio Milliet publica artigo no qual considera que tudo o que se fez em literatura no Brasil depois de 1922 é tributário e influenciado pela Semana de Arte Moderna.

públicos". Desse modo, opera-se certa mitificação do passado nordestino através da transferência para o plano cultural das disputas políticas e econômicas com o Sul.

Assim, Freyre argumenta que o Brasil é "combinação, fusão e mistura. E o Nordeste, talvez a principal bacia em que se vêm processando essas combinações, essa fusão, essas mistura de sangues e de valores que ainda fervem (...)",[22] ainda ressalta que vários valores da região tornaram-se nacionais "depois de impostos aos outros brasileiros menos pela superioridade econômica que o açúcar deu ao nordeste durante mais de um século do que pela sedução moral e pela fascinação estética dos mesmos valores".[23]

Em síntese, o Regionalismo inspirado por Freyre procurou não só estudar e observar direta e objetivamente as características regionais, como buscou enriquecer tais observações com experiências pessoais vividas. Trata-se de um estudo do todo (o Brasil) através das partes (as regiões) de modo a revelar um Brasil regionalista que não seria um "Brasil dividido, mas respeitando-se nas suas diversidades e coordenando-as num alto sentido de cultura. Um Brasil livre de tutelas que tendem a reduzir a feudos certas regiões".[24]

Desse modo, nota-se a indissociabilidade existente entre este Regionalismo e a decadência vivida pelo nordeste no período, devendo-se compreender as sugestões acerca da ligação íntima com as tradições com a terra a partir dessa decadência. Também é a partir desta que as críticas aos modernistas podem ser melhor compreendidas. É importante ressaltar como, a todo o momento, o discurso sobre a preservação das tradições autenticamente nordestinas (e, em muitos casos, tradições que teriam se tornado valores brasileiros), articula-se com a busca dos elementos populares e típicos da formação regional, reafirmando a grande importância da experiência vivida por esses artistas, políticos e escritores, como revela a própria afirmação de Freyre para quem,

---

[22] FREYRE, Gilberto. "Manifesto Regionalista" *In O Manifesto Regionalista.* Recife: INPJN, 1976.p.76.
[23] Idem, ibidem. p. 57.
[24] Idem, ibidem. p. 57.

> "o instinto de criação alimenta-se do passado, só o de aquisição prescinde dele. Mas uma estética ou uma ordem política adquirida é apenas um empréstimo a 90%; não identifica um tipo nacional de cultura (...) não representa nenhuma energia criadora. Daí o feder a goma arábica nosso regime de 89; e o ridículo do atual "futurismo" dum grupo de rapazes de São Paulo".[25]

Nesse clima e em meio a essas disputas, José Lins do Rego destaca-se, nos anos 20, como um dos maiores polemistas em relação ao Modernismo, travando tais polêmicas através do semanário **Dom Casmurro** (do qual era editor, juntamente com Osório Borba) e em crônicas e em pequenos ensaios publicados em jornais de Pernambuco e no **Diário da Paraíba**.[26] Afinado às discussões e às propostas de Freyre, insiste enfaticamente, na independência do *Movimento do Recife* em relação ao Modernismo, classificando a Semana de Arte Moderna como um acontecimento realizado por "meia dúzia de rapazes inteligentes e lidos em francês".[27] Argumenta que no Recife simplesmente não existiu essa Semana de Arte Moderna porque chegado da Europa, Gilberto Freyre

> "nos advertia da fraqueza e do postiço do movimento. Eu mesmo, num jornal político que dirigia com Osório Borba, me pus do lado oposto, (...), verificando na agitação modernista uma velharia, um desfrute, que o gênio de Oswald de Andrade inventara para divertir os seus ócios de milionário".[28]

---

[25] *Idem,*"Artigos Numerados n.24" *In Tempo de Aprendiz. vol.I.* São Paulo : IBRASA ; Brasília : INL, 1979.

[26] Ao falar sobre José Lins do Rego, Gilberto Freyre retoma a fase de planfetário do romancista paraibano, afirmando que o salvou das limitações inerentes a tal atividade, lembrando que, na época, sugeriu que o autor deixasse de assinar "Lins do Rego" e incorporasse seu nome doméstico "José", mudança de nome que, para Freyre, mostra que o autor se libertou do "furor planfetário que o vinha desviando de sua verdadeira vocação: a de escritor" *cf.* FREYRE, Gilberto. *Alhos & Bugalhos. Ensaios sobre Temas Contraditórios: de Joyce à Cachaça de José Lins do Rego ao Cartão- Postal.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. p. 123.

[27] REGO, José Lins. "Espécie de História Literária". *In: Dias Idos e Vividos: Antologia.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. p.97.

[28] *Idem, ibidem.* p.97.

Também reage enfaticamente contra o já citado artigo de Milliet, considerando que crítico paulista na "literatura que chama de nordestina para humilhá-la, para dar-lhe limites estreitos, é o que há de grande em toda literatura", ou seja, o vigor e a vivacidade que vêm da terra e do povo. Para José Lins do Rego, a literatura não pode ser outra coisa caso queira ser autêntica, de modo que, como faz Milliet, "criticar o romance porque ele exprime a desgraça de uma região, de uma porção de humanidade, é querer conduzir a criação para o puro artifício gramatical".[29] Também defende a universalidade dos temas regionais escrevendo que "um nordestino que morre de fome na seca, ou afogado numa enchente, não tem força para ser um 'herói universal da classificação do Sr. Milliet. Para este crítico, ou o romance brasileiro entre a falar em esperanto, ou ficará eternamente sepulto no esquecimento, pobre enjeitado que só sabe chorar e sofrer as dores do seu povo".[30]

É em um artigo de 1927 intitulado "*Jorge de Lima e o Modernismo*"[31] que o autor postula as intenções da arte regionalista, vendo em Jorge de Lima o verdadeiro e grande poeta porque o é sem querer sê-lo, sem procurar pela forma, isto é, é poeta porque possui o poema dentro de si e é dominado por ele. Assim, argumenta que o Regionalismo do poeta de Alagoas é sua emoção, mais do que sua ideologia e que o Nordeste não "vem como um tema ou uma imposição doutrinária, vem como expressão lírica de um nordestino a evocar sua terra"; a isso opõe "o caráter de partido político que aqueles rapazes de São Paulo oferecem ao país com a insistência de anúncio de remédio" e que acreditam ser arte.

Nesse sentido, considera o Modernismo externo à realidade brasileira; um messianismo que pretende criar uma arte nacional e que falha exatamente por essa razão, porque pretende "provocar uma arte brasileira por processo de chocadeira mecânica". Para José Lins o Modernismo corresponde a uma arte

---

[29] *Idem, ibidem.* p.98.
[30] *Idem, ibidem.* p.98.
[31] REGO, José Lins. "Jorge de Lima e o Modernismo" *In Dias Idos e Vividos: Antologia.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

cerebral que pouco se debruça sobre o Brasil e quando o faz é para catalogá-lo e não para senti-lo. Como exemplo, cita Mário de Andrade que em *Macunaíma* – considerado por ele "um repositório de folclore, o livro mais cerebral que já se escreveu entre nós" – teria criado uma língua artificial, mais um "arranjo de filólogo" do que um "instrumento de comunicação oral ou escrito",[32] afirmando que não fosse o talento de poeta que Mário possui seu livro não passaria de um "fichário de erudição folclórica".

Nota-se, desse modo, que uma das questões centrais para José Lins está em produzir uma literatura que seja fruto da sensibilidade e que seja legítima porque vivida, isto é, "a literatura não como composição, e, sim, como vida ou manancial de vida".[33] Para o romancista, essa é, também, a postura de Freyre, para quem a vida e os homens estariam acima das teorias e dos partidos, sem escravizar a vida em leis, isto é, "a sociologia de Gilberto Freyre é a das que se asseguram mais na vida do que das teorias, é mais humana que sistemática".[34]

José Lins insistirá, ao longo dos anos, na íntima e necessária identificação do homem com seu meio como essencial para a produção da obra de arte. Afirmação que ele considera não só estar na base, mas ser o próprio motivo de existência de suas obras, correspondendo, também, àquilo que Gilberto Freyre considera ter sido a atitude dos intelectuais do *Movimento do Recife*, ou seja, intelectuais que nunca separaram o regional do humano, bem como para nenhum deles o "gosto pela experimentação literárias, artística, sociológica ou psicológica nunca foi, ou é maior que o gosto pelo assunto vivo – os homens vistos de perto; tanto no tempo como no espaço".[35]

Os anos 30 são, para o romancista, o período no qual o Modernismo pode ser estudado sem paixão "uma vez que o tempo esfriou os entusiasmos e

---

[32] *Idem*. "Espécie de História Literária", *In: Dias Idos e Vividos: Antologia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.p.98

[33] *Idem*. *Presença do Nordeste na Literatura*. Rio de Janeiro: MEC, Serviço de Documentação, 1957.p.13.

[34] *Idem*. "Prefácio" *In:* FREYRE, G. *Região e Tradição*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1968.p.18.

[35] FREYRE, G. *Região e Tradição*. Rio de Janeiro: Record, 1968.p.29.

as prevenções".[36] Ele próprio realiza, num artigo dedicado a Antônio Alcântara Machado, um balanço crítico do modernismo, reavaliando algumas de suas posições mais radicais. Tal reavaliação ocorre à luz de sua análise sobre a obra de Alcântara que teria sido o "mais brasileiro, o mais direto na formação de sua obra. Enquanto Mário **estudava** o folclore, Alcântara, olhando para a vida, queria **ver, sentir como homem**",[37] com uma língua livre e com aquilo que é essencial ao romance: a íntima relação do autor com a vida.

Ao contrário de suas posições iniciais que negavam completamente o Modernismo e seus artistas, José Lins do Rego relativiza suas afirmações enxergando em Alcântara Machado um autor ligado à vida e à sua terra, ou seja, um autor que possui as características consideradas por ele, e pelos regionalistas, como as verdadeiras dos grandes escritores. Análise semelhante será realizada sobre Mário de Andrade que mesmo possuindo intenção autêntica de buscar o Brasil e suas tradições, ainda se perde em meio a tanto formalismo e erudição. Mais tarde, na década de 40, no artigo "*História do Nosso Modernismo*"[38] refinará sua postura sobre o escritor paulista, considerando que Mário de Andrade buscou o povo e a arte popular em suas substâncias reais, sendo o homem que "há vinte anos imaginara uma revolução para destruir um mundo de formas velhas só queria uma coisa: era ter uma forma que fosse a de seu tempo (...) Muitas vezes imaginei-o no jogo fácil da anedota. Mas Mário de Andrade era mais que um desfrute de mocidade lida demais".[39]

Nota-se, portanto, que a atitude inicial de José Lins de completa e irrestrita negação do Modernismo cede lugar à reavaliação que reconhece algumas contribuições do movimento, mas apenas quando estas se referem às atitudes dos artistas modernistas em procurarem olhar para o Brasil com a sensibilidade, buscarem as tradições brasileiras e se aproximarem do povo. Portanto, o autor passa a considerar que essas tentativas, em sua visão,

---

[36] REGO, José Lins. "Antônio Alcântara Machado". *In: Dias Idos e Vividos: Antologia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1981.p.83.
[37] *Idem, ibidem*.p. 84.
[38] *Idem*. "História do Nosso Modernismo". *op.cit*., 1981.p.127.
[39] *Idem,ibidem*.p.127.

autênticas e verdadeiras de se fazer literatura não foram privilégios do Regionalismo do Recife, embora insista no argumento de que os modernistas apenas conseguiram, de fato, produzir uma literatura eterna quando se distanciaram dos modismos e dos excessivos experimentalismo estéticos. Logo, ser modernista (ou ser aquilo que vale a pena no Modernismo) é "sobretudo sentir a realidade de seu país, traduzir a emoção de seu povo, estar de acordo com os ideais de seu momento, sem a necessidade de destruir, como imposição da preocupação ostensiva de afirmação".[40] Reitera a busca por aquilo que é tradicional, afirmando que "tradição é escolha", sendo, portanto, "o ponto de vista de quem se liga à vida, de quem é mais dialético do que analista. A tradição verdadeira é a que é sempre da vida, força que passa de geração a geração, com a energia da semente que se propaga".[41] O tradicionalismo no Brasil não é "ocupação de colecionadores" porque Gilberto Freyre ligou-o à região, humanizando-o, assim, construiu um sistema de sondagem da realidade que "toma da tradição elementos vitais" porque tradição é "escolher bem, é distinguir, é poder vencer o tempo, de ser mais do que o tempo".[42]

Importante notar como a defesa que esses intelectuais realizam da arquitetura, da pintura, do artesanato, da preservação dos centros históricos das cidades antigas, enfim, daquilo que eles consideravam aspectos vivos da cultura brasileira desencadeou a política de Getúlio Vargas que instaurou os primeiros Institutos e Fundações de patrimônio histórico do Brasil, o chamado Serviço do Patrimônio Artístico que a princípio foi dirigido por intelectuais nordestinos ligados a Freyre.

O Cronista e o Crítico José Lins do Rego

José Lins publicou vários livros de ensaios e crônicas (algumas de viagem) como *Gordos e Magros (1942); Poesia e Vida (1945); Roteiro de Israel*

[40] CASTELLO, José Aderaldo. *José Lins do Rego: Modernismo e Regionalismo.* São Paulo: EDART: Edusp, 1961.p.96.
[41] REGO, José Lins. "Do Bom Tradicionalismo". *In: Dias Idos e Vividos: Antologia.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.p.109.
[42] *Idem. ibidem.*p.110.

(1951); Bota de sete léguas (1952); Homens, Seres e Coisas (1952); A Casa e o Homem (1954); Presença do Nordeste na Literatura Brasileira (1957); Gregos e Troianos (1957) e *O Vulcão e a Fonte (1958 – edição póstuma).* Esses livros reúnem a chamada "literatura de jornal" de José Lins e demonstram que além de uma vasta obra como romancista, este também produziu muitos ensaios e críticas, articulando, desse modo, criação literária à reflexão sobre ela.

A partir da análise desse material, pretende-se colocar em contexto as afirmações de José Lins – e que são também pontos passivos da crítica-, acerca da espontaneidade e da sensibilidade avassaladoras e da pouca reflexão dos quais seus romances seriam fruto.

Em *Poesia e Vida (1945)*, o autor sintetiza essa postura ao afirmar "gosto que me chamem telúrico e muito me alegra que descubram em todas as minhas atividades literárias forças que dizem de puro instinto".[43] Afirmação categórica que, contudo, como observa Alfredo Bosi não pode ser tomada ao pé da letra já que explica "menos o efetivo labor literário de Lins do Rego do que sua poética explícita, feita de lugares-comuns veristas afetados por um neo-romantismo nostálgico, afim à visão de mundo de Gilberto Freyre".[44]

Para José Lins, a literatura deve ser a essência da vida do escritor. Afirmação enfatizada e reiterada constantemente pelo autor que diz acreditar na "literatura como coisa essencial à vida", devendo o escritor "escrever para sobreviver, para pôr-se em intimidade com a vida, ligar-se com ela".[45] Como "coisa essencial à vida", a literatura deve ligar-se íntima e profundamente ao regional, ao tradicional, alimentando-se da realidade concreta, retratando uma realidade viva, ligando-se às dores da terra como formar de se tornar eterna.

Em "*O Romance e os Caminhos da Vida*" argumenta que não há método para fazer romances (assim como Deus não possuiu método para a criar o

---

[43] *Idem. Poesia e Vida.* Rio de Janeiro: Editora Universal, 1945.p.110.
[44] BOSI, Alfredo. "José Lins do Rego" *In: História Concisa da Literatura Brasileira.* São Paulo: Cultrix, 1975.p.447.
[45] REGO, José Lins. "Por que Escreves?" *In: Dias Idos e Vividos: Antologia.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1981.p.343.

mundo). Para o autor, o romancista, a exemplo de Deus, trabalha como agente fecundado pelo instinto criador. O romance para ser "verdadeiramente um romance, é mais do que uma forma de escrever é, no melhor sentido, um estilo, o estilo do autor, a sua força de criar, o seu poder de levantar personagens",[46] é matéria fecundada, transbordante de vida e não apenas matéria trabalhada pela habilidade. Nesse sentido, o romance regionalista seria um vigoroso interprete do brasileiro, "dando e arrancando do povo o que o povo tem de profundamente original e de profundamente brasileiro. Não é literatura de classe, mas uma literatura humana, identificada com a terra e com a gente como seus elementos básicos".[47]

O romancista demonstra em vários artigos[48] seu repúdio à chamada "arte engajada" que no contexto dos anos 30 e 40 refere-se às sugestões estéticas e políticas do "realismo soviético" que originavam os chamados romances proletários. Para o autor, quando o escritor se reduz a simples cabo eleitoral, renuncia ao que nele há de "íntimo, de força criadora, de gênio, de cor" em nome da disciplina e das propostas partidárias, deixa, portanto, de fazer literatura porque dela precisa como "substância indispensável à vida", não realizando, portanto, uma literatura eterna e universal. A perda da universalidade deve-se ao fato de a "criação literária se amesquinhar desde que o criador não faz da literatura a sua principal atividade, a sua maior tarefa, a essência de sua vida".[49] Intensifica sua crítica ao romance proletário afirmando que

> "o que conta não é a classe social, mas a substância humana de cada um, tudo que lhe revele qualquer coisa do mundo é obra que fica, pouco lhe importando o local ou a qualidade das criaturas

[46] Rego, José Lins. "O Romance e os Caminhos da Vida". *Homens, Seres e Coisas.* Rio de Janeiro: MEC, Serviço de Documentação,1952.p.40.
[47] REGO, José Lins. "O Romance e os Caminhos da Vida" *In: Dias Idos e Vividos: Antologia.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.p.75.
[48] Como em "Por que Escreves?"; "A Posição do Escritor", "O Dever do Homem de Letras" e "A Palavra".
[49] REGO, José Lins. *Homens, Seres e Coisas.* Rio de Janeiro: MEC, Serviço de Documentação, 1952.p.31.

> evocadas, desde que a evocação seja autêntica e que comova. Assim, tudo o que sai do povo é vivo e palpitante e carrega a seiva que vem das entranhas da terra e da gente".[50]

Logo, a literatura deve ser a vida de seu criador, atitude que o liga ao povo e aos problemas da realidade concreta, problemas que antes de serem tratados ideologicamente, são sentidos pelo autor. Portanto, o escritor não deve ser homem de partido ou homem que exerça função pública porque sacrificam sua literatura condenando-a a um engajamento artificial que fala do povo e de seus problemas apenas como uma ficção.

Nesse sentido, considera que o lugar do escritor não está claramente definido na sociedade já que sua ação não corresponde à "função econômica e política bem caracterizadas, o escritor representa um elemento de jogo entre as divergências sociais e quase sempre um elemento de libertação. E por este modo a sua verdadeira função seria a de não ser inteiramente absorvido pelo social, de permanecer, por definição, como símbolo e testemunho da liberdade",[51] liberdade não apenas da arte, mas de todos os homens. Argumenta que não tem "feito outra coisa na vida que tira partido das coisas vividas. Inventar, não é o meu forte"[52] até porque diz acreditar que o mundo da realidade é mais genial do seu próprio gênio. Afirma escrever do modo como as coisas lhe surgem na memória, inspirando-se nos "cegos cantadores de feira da Paraíba e de Pernambuco (...) quando imagino meus romances, tomo sempre como roteiro e modo de orientação o dizer as coisas como elas me surgem na memória, com o jeito e as maneiras simples dos cegos poetas".[53] Repete, em várias entrevistas que gosta de ver sua obra ser associada a uma íntima relação com a terra, bem como de ser considerado puro instinto.

---

[50] *Idem, ibidem.*p.43.
[51] REGO, José Lins. "A Posição do Escritor" In: Dias Idos e Vividos: Antologia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.p.325.
[52] REGO, José Lins. *Homens, Seres e Coisas.* Rio de Janeiro: MEC, Serviço de Documentação, 1952.p.55.
[53] *Idem, ibidem.* p. 55

Entretanto, ao contrário do que supõe a crítica, tais afirmações não expressariam a ingenuidade do autor, correspondem, antes, àquilo que ele considera ser uma literatura eterna porque não se deixa vencer pelo "secundário, pelas imposições de fora, pelo gosto da época, pelas modas".[54] Nesse sentido, suas afirmações sobre a sua linguagem e o seu estilo são igualmente categóricas; para José Lins "os grandes escritores têm a sua língua, os medíocres, a sua gramática".[55] Muitas vezes criticado por sua escrita excessivamente parecida com a linguagem oral, bem como por seu desprezo pelas regras gramaticais da língua culta. Desse modo, José Lins acredita que o uso da linguagem oral é aquilo que produz uma literatura eterna (e não uma literatura fruto de modismos tanto de estilo, quanto de linguagem) já que é através da língua que o povo se mostra mais criador, é falando, mais do que cantando que o povo ensina coisas extraordinárias que não devem ser desprezadas, dizendo que não compreende porque deveria "se meter em câmaras anti-sépticas para escrever". Desse modo, argumenta que escrever não é uma "arte de fazer renda" e que prefere escrever "com minha alma e a minha língua carregada de impurezas, mas o meu escrever".[56] Trata-se da objeção e da recusa clara à escrita acadêmica, à norma culta, que não se aproxima do povo, nem faz com este se reconheça nela.

Um dos eixos centrais para José Lins na discussão sobre o Regionalismo é o fato de a tradição ser, nesse caso, uma expressão viva e forte do passado (no qual a formação nacional se expressaria clara e inequivocamente), opondo, assim, o velho ao vivo. Contudo, nota-se que essa tradição corresponde àquela dos senhores de engenhos, isto é, a tradição das elites agrárias brasileiras e não do trabalhador de eito ou do ex-escravo (essas sempre vistas à luz e do prisma da tradição da casa-grande). Nesse sentido, desenvolve uma ideologia

[54] *Idem, ibidem.* p. 55.
[55] *Idem.* "Lima Barreto". **Dom Casmurro.** Recife, Ano 1, n.2, 06 nov.1922. Citado em: AZEVEDO, Neraldo Pontes de. *Modernismo e Regionalismo (Os anos 20 em Pernambuco).* João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.p.193.
[56] *Idem.* "Prefiro Monteigne". *In Dias Idos e Vividos.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.p.94.

nacionalista (concebida a partir da região) que está em consonância com os interesses majoritários da fração da elite agrária nordestina ligada aos engenhos de modo que "todas as transformações que causem a desestabilização dessa ordem são vistas como nocivas e perigosas ao interesse nacional (...) temos um nacionalismo (igual à unidade nacional) que se afunila pela via regional; uma concepção regionalizante que se afunila nos interesses do estado pernambucano que, por sua vez, se afunilam os interesses dos senhores dos canaviais".[57]

Em síntese, buscou-se analisar, nessas páginas, não só o olhar de José Lins acerca do contexto intelectual no qual se lançou e ganhou destaque como romancista, mas, especialmente, a inserção do autor nos debates e embates que se referem não apenas à criação literária, mas também às disputas sociais, políticas e regionais colocadas em questão durante os anos 20 e 30. A análise desse contexto intelectual, bem como da atividade de cronista e de crítico literário do autor, também revelam que para José Lins o passado e a tradição ocupam lugares centrais na composição da criação literária que se pretende eterna. Tradição e passado que, para o romancista, devem ser conciliados com a modernidade e nunca desprezados. Recuperação do passado (ou artifício de memória como querem alguns críticos de José Lins) que revela escolhas políticas claras: a defesa da região Nordeste, e particularmente, de Pernambuco como o lugar da expressão mais nítida daquilo que se convencionou a chamar de "brasilidade". Defesa na esfera da cultura que visa preservar o papel de destaque da região na vida política e econômica nacional, o que parece cada vez mais distante com o progressivo e forte desenvolvimento do Sudeste.

Defesa da tradição que também reivindica a preservação de uma sociedade na qual esses intelectuais possuem papéis sociais claros, definidos e proeminentes (a qual antes de se referir à condição de intelectuais, dizem respeito às redes sociais construídas diretamente por suas famílias ou a partir da referência ao nome destas). Assim, no jogo entre aquilo que é lembrado e

---

[57] D´ANDREA, Moema Selma..*A Tradição Re(des)coberta: Gilberto Freyre e a Literatura Regionalista*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.p.87.

aquilo que é esquecido José Lins e os regionalistas operam uma recuperação do passado que busca explicar o presente, em seus dilemas e disputas. Presente já não tão próspero para estes netos de senhores de engenhos, em geral remediados em cargos públicos que ocupam, não raramente, por influência de laços de compadrio, amizade e parentesco que ao invés de desaparecerem, ganharam novos arranjos com a decadência do patriarcado rural.

Em síntese, nas crônicas e críticas de José Lins, mais do que a negação do presente e a simples recuperação de um passado mítico, o que se vê é a defesa da articulação entre o passado e o presente, de modo a possibilitar que os traços mais essenciais da ordem anterior continuem operando numa ordem que ao se pretender nova busca ser menos personalista, bem como engendrar um capitalismo que se proclama de mercado, sem que um fato exclua o outro.

NEOCONCRETISMO E SOCIABILIDADE [1]

Sabrina Marques Parracho Sant'Anna [2]

Por volta de 1950, surgiram as primeiras manifestações de arte concreta no Brasil. Ao lado de vários movimentos de ruptura, a abstração geométrica se criava como expressão do sentimento de modernidade reinante. A Bossa Nova, o Cinema Novo de Glauber Rocha e a Poesia Concreta dos irmãos Campos faziam parte das inúmeras tentativas de mudança na produção da cultura brasileira. Brasília era construída e a arquitetura modernista de Niemeyer e Lúcio Costa se consolidava como forma urbana desejada para o país. Djanira, Portinari e Di Cavalcante incorporavam o sentido da arte moderna brasileira. Os museus eram fundados, Francisco Matarazzo criava a Bienal: era preciso provar que também nas artes plásticas o Brasil estava à altura do resto do mundo. Luís Aguilar da Costa Pinto, Maria Isaura Pereira de Queirós, Florestan Fernandes e outros institucionalizavam as Ciências Sociais, refletindo sobre os limites e potencialidades da modernidade nacional. Juscelino Kubitscheck era eleito com a promessa de "50 anos em 5", o Brasil ganhava a Copa do mundo, a televisão entrava nos lares brasileiros. O novo se fazia sentir. Havia um espírito de época modernizante ou, para usar a expressão de Maria Arminda do Nascimento Arruda, um *ambiente moderno*. Eram anos de otimismo, de mudança desejada, de ruptura, de planejamento. O progresso era o meio de equiparar o Brasil aos melhores países no concerto de Nações. As elites intelectuais refletiam sobre o moderno, buscavam o progresso, impunham sobre os acontecimentos interpretações de mudança em direção a um destino planejado.

---

[1] Este paper é resultado de pesquisa realizada para minha tese de mestrado no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, sob orientação de Gláucia Villas Bôas e com apoio financeiro da FAPERJ. Este artigo foi apresentado no 'IV Seminário de Pensamento Social', organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros do IFCH/UNICAMP, nos dias 16, 17 e 18 de junho de 2003.

[2] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ

Se havia um processo de modernização, era porque havia uma tomada de consciência do futuro, um desejo desenvolvimentista.

> "Na vivência de muitos dos seus contemporâneos, o Brasil, nos meados do século XX, ensaiava trilhar um alvissareiro caminho histórico, anunciador do efetivo rompimento com as peias que o atavam ao passado, passado este que se recusava a morrer. É como se a *débacle* do Estado Novo, a instauração de instituições democráticas e a emergência de um surto desenvolvimentista sem paralelos descortinassem a possibilidade de 'forjar nos trópicos este suporte de civilização moderna'".[3]

No entanto, o moderno se diz de vários modos. Se nos anos 50 o Brasil era marcado por um projeto de modernidade, múltiplas eram as vias interpretativas da mudança. Os movimentos concretistas se inseriam na visão de mundo partilhada pelas elites intelectuais dos anos 50 e acreditavam que também as artes passavam, ou deveriam passar, por um momento de mudança. Assim, publicado em 1951, o manifesto do grupo concretista é o marco fundador de um movimento artístico que emergiu no horizonte da produção cultural brasileira, e que se colocou como proposta de inovação no campo das artes plásticas. Grupo Ruptura, como se intitulava, poderia ser definidos como "um punhado de artistas plásticos, de poetas, literatos, músicos, que se proclamam 'modernos' e se reúnem em nome desse modernismo".[4] Imbuídos do desejo deliberado de mudança, estes artistas se reuniram não só em torno de uma identidade coletiva, de um *habitus* partilhado, mas também, em torno de um projeto comum, de um destino comum. Sediado em São Paulo, o grupo Ruptura encontrava nos princípios da abstração geométrica a possibilidade de inovação nas artes plásticas. Recusando toda a imitação da natureza, todo o modernismo herdeiro da Semana de 22, o concretismo buscava nas formas

---

[3] ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e Cultura: São Paulo no meio do Século XX*. São Paulo: EDUSC, 2001, p. 17.

[4] Pedrosa, Mario. *Mundo, homem, arte em crise*. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986, 273.

formas geométricas o caminho de uma arte racional, universal, e, sobretudo, contemporânea aos homens de seu tempo.

Contudo, não é apenas em São Paulo que o concretismo se impõe como movimento em nome da nova forma, também no Rio de Janeiro, em torno do Museu de Arte Moderna carioca, surge um núcleo de jovens artistas que elegem as práticas inovadoras da arte geométrica como caminho de suas pesquisas estéticas. Este núcleo, que começa como Grupo Frente, percorre uma trajetória peculiar que o leva em 1959 a assinar o manifesto Neoconcreto. Nesta medida, pensar o Neoconcretismo seja como projeto de modernidade, ou como crítica desta modernidade, implica retomar as redes de sociabilidade sobre as quais se funda o Grupo Frente.

Sabendo que me deparo aqui com um grupo de jovens intelectuais que constroem uma identidade comum, a questão que me coloco é, a saber, o que torna possível o movimento cultural, o que torna possível que artistas se reúnam em torno de um projeto comum e de um destino comum, e de que modo a identidade artística implica tomadas de posição coletivas num mundo da vida que está para além da arte.

Tomando a identidade coletiva como sentimento de pertencimento que constrói narrativas partilhadas capazes de definir limites de segregação social, de construir mitos de origem comum, de manter a união de grupos, de orientar, a partir de relações de amizade e afinidade, tomadas de posição coletivas no mundo da vida, busco entender de que modo é possível pensar a sociabilidade, as relações sociais concretas no convívio cotidiano e a experiência partilhada como instrumentos aptos a fundar sistemas de interpretação que orientam práticas discursivas, ações coletivas e valores comuns.

Seja no aprendizado de um ofício, seja nas reuniões informais de discussão da forma concretista nas casas de Ivan Serpa e Mário Pedrosa, seja como for, o neoconcretismo é o exercício da prática social, manifestação de relações sociais, é o estabelecer, com o outro, relações orientadas por sistemas de interpretação, é um convívio próximo e cotidiano com pares, é a construção de teias de sociabilidade.

Fundado em 1954, o Grupo Frente se origina das aulas de Ivan Serpa no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Inicialmente heterogêneo, não havia no grupo de alunos "preocupação em ser abstrato ou concreto", tratava-se de "gente moça que se agrupa[va] para realizar pesquisas artísticas", como dizia Jayme Maurício em ocasião de sua primeira exposição.5 Incluindo artistas figurativos e abstratos, a exposição do Grupo Frente é a primeira manifestação da teia de sociabilidade criada no MAM dos anos 50.

Criado em 1948, o Museu de Arte Moderna carioca é voltado para a construção de um saber acerca da arte moderna, caracterizado antes por sua missão didática, pela vida artística que o cerca, que pelo acervo que resguarda. "Ao contrário do MAM paulista, [o museu carioca] enfatiza desde o início ação educacional mais direcionada a provocar intimidade com o trabalho artístico, o que pode contribuir para presença qualificada".[6] Nesta medida, o Grupo Frente se constrói a partir de relações criadas pela missão modernizadora de "disseminar o conhecimento da arte moderna no Brasil".[7] Fundado sobre a formação de um saber artístico, sobre o aprendizado de um ofício, mas também sobre a modernidade e sobre a construção da arte de vanguarda, o grupo carioca cria relações de afinidade e amizade que transcendem a esfera da arte, mas que são por ela orientadas. Olhando superficialmente as trajetórias de vida dos artistas neoconcretos, a escola de formação aparece como o lugar de socialização e difusão de idéias, espaço onde a manifestação individual alcança dimensões coletivas. Com efeito, os cursos do Museu de Arte Moderna ministrados por Ivan Serpa no Rio, aparecem como lugar que une a vida destes artistas, sendo constantemente citados como o lugar onde primeiro entraram em contato com o grupo a abstração geométrica. Diz Lygia Pape: "No Rio de Janeiro o que fortaleceu realmente o grupo foi o MAM, porque todo mundo começou a freqüentar o museu. O Ivan Serpa era professor e começou a criar

[5] MAURÍCIO, Jayme. No Museu de Arte Moderna: Gente moça renovando a paisagem artística. *Correio da Manhã*. Rio de janeiro. 15/07/1955.
[6] LOURENÇO, Maria Cecília França. *Museus acolhem o moderno*. São Paulo: EDUSP, 1999.
[7] Idem.

turmas e mais turmas. Uma geração toda de artistas do Brasil passou pelo Ivan aqui no Rio de Janeiro."[8]

Assim, O MAM carioca aparece como escola de formação que, ao constituir turmas com objetivos comuns e estabelecer entre os alunos um contato periódico, cria, para além de indivíduos portadores de uma profissão, relações de amizade e afinidade capazes de dar ensejo a um grupo com identidade coletiva. Nesta medida, sabendo ainda que lidamos com um movimento de ruptura, vale chamar atenção para a especificidade desta instituição capaz de criar instrumentos de reprodução do ofício de artista, voltados para a prática moderna. Trata-se de uma academia da inovação em que tudo é permitido: nos cursos de Ivan Serpa convivem abstratos e figurativistas, informais e concretistas; trata-se de um curso de experimentação. Do convívio cotidiano e das discussões orientadas pelo objetivo comum da arte moderna, criam-se vínculos sociais pela pesquisa estética. Diz Aluísio Carvão:

> "Embora traindo os princípios ou regras que vigoravam no grupo, como o emprego das cores puras (eu sempre trabalhei com as cores complementares) fui, num certo sentido, muito obediente. Discutíamos – eu, Serpa, Almir Mavignier, Palatnick, Lygia Clark etc – Mondrian, Max Bill, questões de espaço, cor, tempo. Eram discussões muito intensas nas quais se cobravam o tempo todo posições. Cheguei ao grupo por afinidades com as preocupações em torno de um novo espaço. Não fui proposto nem imposto, minha adesão não foi teórica ou filosófica. Comecei pintando umas paisagens 'vangoghianas', umas marinhas quase à maneira de Turner e, depois de Pancetti, daí chegando à geometrização e à construção de espaços metafóricos." [9]

Apesar de sua curta duração (1954-1956), o Grupo Frente ganha relativo destaque na cena artística carioca, expondo em mostras coletivas (Galeria do

[8] VENANCIO FILHO, Paulo *et allii*. Dossiê Lygia Pape. *Arte e Ensaio*. Rio de Janeiro, 1998, Ano V, Número 5, P. 7/16.

[9] MORAIS, Frederico. Quando a pintura toma novo impulso. *O Globo*. Rio de Janeiro, 05/11/1982. 2º Caderno.

IBEU, Museus de Arte Moderna de Itatiaia, Volta Redonda e Rio de Janeiro) e conquistando espaço na crítica e na imprensa da cidade. Neste primeiro momento de reunião dos jovens artistas cariocas, o grupo inclui as mais diversas tendências e o concretismo é apenas uma dentre as diversas possibilidades de inovação. Participaram deste movimento os primeiros alunos de Ivan Serpa e aqueles que iam sendo incorporados pelo crescente prestígio dos cursos do MAM. Partidários da abstração geométrica ou da arte figurativa, os jovens artistas se reuniam, de todo modo, em torno da produção de arte e da livre experimentação. Produções de grupos exclusivamente figurativos ou concretistas eram tachadas de dogmáticas.

Em 1956, no entanto, participaram da Exposição Nacional de Arte Concreta os cariocas do MAM envolvidos com a abstração geométrica. Os alunos figurativistas de Ivan Serpa, como Carlos Val e Elisa Martins da Silveira, desaparecem do movimento. Ao lado dos paulistas Waldemar Cordeiro, Geraldo de Barros e Luís Sacilloto; os alunos de Ivan Serpa: Lygia Clark, Hélio Oiticica, Décio Vieira, Franz Weissman, Aluísio Carvão e Lygia Pape. Se a identidade de aluno de MAM havia sido assinada nas exposições do Grupo Frente, tratava-se agora de assinar também o pertencimento à identidade concretista. Nem Frente nem Ruptura, todos são agora concretistas brasileiros.

Uma vez instituído como movimento nacional, o concretismo se faz, contudo, como amálgama de pontos de vista divergentes. Sob a bandeira da abstração geométrica, paulistas e cariocas começam a construir categorias de distinção que emergem no sentido comum de um movimento cultural. Assim, se a abstração geométrica era sem dúvida o parâmetro formal que orientava as pesquisas estéticas, se era o que dava a unidade ao grupo, nem sempre as regras estabelecidas foram traduzidas da mesma maneira. O que antes era grupo unívoco, concretismo brasileiro de todo modo, em 1959, parte-se em dois. De um lado antigos integrantes do Grupo Ruptura, sediado em São Paulo, de outro ex-alunos de Ivan Serpa, gravitando no eixo carioca, os atores sociais passam a disputar o que deveria ser, no âmbito nacional, o autêntico concretismo brasileiro.

Oscilando entre o grupo do MAM e o movimento concreto, agregando e segregando indivíduos e modos de fazer arte, os antigos integrantes do Grupo Frente, e outros artistas recém-cooptados, assinam em 1959 o Manifesto Neoconcreto. Escrito por Ferreira Gullar e apoiado por Mário Pedrosa, o novo manifesto se impõe como discussão em torno do concretismo. Trata-se de uma ruptura no interior da abstração geométrica; trata-se de abandonar a radicalidade das formas geométricas puras, para abrir ao público a possibilidade de vivenciar o ato de contemplação. A recepção da obra arte não é apenas percepção racional da forma, mas é também relação emotiva. Deixando de lado o rigor formal em prol de uma arte orientada pela relação entre público e obra, a teoria do não-objeto de Ferreira Gullar, a série tátil "os bichos" de Lygia Clark e de "penetráveis" de Hélio Oiticica dão origem ao que será classificado, pela crítica, de *arte brasileira contemporânea.*

Opondo-se, por um lado, ao excessivo racionalismo do concretismo paulista e, por outro, à pintura figurativa de caráter social que dominava o campo das artes plásticas, o concretismo carioca se estabelece como identidade partilhada orientada por um projeto comum.

Premiados pelas recém instituídas Bienais de São Paulo, discutidos pela crítica nacional e contemplados com exposições coletivas, Lygia Clark, Ivan Serpa, Aluísio Carvão, Abraham Palatnik, Hélio Oiticica, Lygia Pape, e uma série de outros artistas, passaram a ocupar lugar de destaque na cena artística nacional. De um lado, negociando as possibilidades de mudança com uma genealogia estabelecida, com os figurativistas investidos do prestígio de Portinari e Di Cavalcante, e de outro, reivindicando o direito à verdadeira ruptura; estes atores colocavam em questão, não só o fazer artístico, mas também o projeto de modernidade brasileira. Em diferentes momentos de sua trajetória, o núcleo do concretismo carioca constrói sua identidade na relação com outros grupos e com outras tendências artísticas.

Num primeiro momento, constituindo-se como grupo Frente, o núcleo de alunos de Ivan Serpa se une em torno da liberdade de experimentação e da pesquisa pela inovação nas artes plásticas. Sua identidade se estabelece como

grupo em processo de busca. A alteridade está, para ele, marcada por dogmatismos e por rígidos princípios de produção estética. Sejam concretistas do grupo Ruptura, sejam consagrados figurativistas, os outros são aqueles que encontraram um ponto de partida *a priori*. A pesquisa, a experimentação, o trabalho de busca do novo são os valores cultivados pelo grupo:

> "(...) Não se juntam esses artistas em grupo por mundanismo, pura camaradagem ou por acaso. A virtude maior deles continua a ser – a que sempre foi: horror ao ecletismo. São todos eles homens e mulheres de fé, convencidos da missão revolucionária, da missão regeneradora da arte. Uma coisa os une, e com a qual não transigem, dispostos a defendê-la contra tudo e contra todos, colocando-a acima de tudo e de todos – a liberdade de criação. Em defesa desse postulado moral não dão, não pedem quartel. (...)".[10]

Já num segundo momento, os membros do grupo Frente, que trabalham com a abstração geométrica, encontram no movimento nacional a possibilidade de uma arte de ruptura. Partilhando a identidade construtiva da abstração geométrica, os concretistas cariocas se põem ao lado dos concretistas paulistas para rechaçar as representações românticas do Brasil tradicional. Reivindicando para si o direito a uma arte mais moderna, à representação da cultura dos homens de seu tempo, o Concretismo supunha, com Ferreira Gullar, tratar-se de uma arte que estava "intimamente ligada aos novos meios de produção, às novas técnicas e noções científicas. Ao contrário das tendências individualistas ou niilistas da arte contemporânea (...), a arte concreta deriva[va] de um compromisso com a época moderna, com a sociedade industrial, dentro da qual o planejamento, o conhecimento teórico e a divisão do trabalho entram como fatores relevantes". [11]

Não foi, contudo, pequena a resistência à nova abstração geométrica. Hegemônica desde 1922, e defendida com unhas e dentes por seus principais

---

[10] PEDROSA, Mario. *Acadêmicos e modernos*. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 248.
[11] GULLAR, Ferreira. *Etapas da arte contemporânea: do cubismo à arte neoconcreta*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999, p. 236.

representantes no período, notadamente por Portinari, a arte figurativa modernista, que primava pela construção do nacional e por uma representação social de Brasil, é agora posta de lado em função de uma arte universal e objetiva, de uma arte que, para muitos, se inseria na "época da máquina".

Descaracterizando a tradição figurativista brasileira como "velha e vaga aspiração de uma arte nacional, uma pintura nacional",[12] o concretismo incomodava à tradição herdeira da arte modernista. Investindo-se do rótulo da vanguarda artística e relegando os clássicos nacionais ao ostracismo, os defensores da abstração geométrica se depararam com as ácidas críticas de Portinari: "Estamos num país onde não podemos nos preocupar com isso [com o abstracionismo] devido à deficiência técnica do nosso meio artístico. Devemos fazer esforços para que se aprenda a pintar e que se saiba o que é pintura e não dizer 'sou abstracionista' ou 'não sou abstracionista' sem nem saber falar numa cor! O essencial é saber pintar".[13]

Do mesmo modo, se no Brasil a arte figurativa é o paradigma a ser quebrado, no exterior, há que se romper com o estigma de nação orientada pelas tradições e pelo romantismo tropical. Trata-se, portanto, de romper com os parâmetros internacionais, não por uma busca de raízes nacionais, mas pela racionalidade absolutamente universal que estava suposta na abstração geométrica. Assim, quanto ao informal e ao tachismo, formas de abstração não-geométrica, mais livres, subjetivas e gestuais, que predominavam nas páginas de crítica e nas paredes de museus internacionais, diz Mário Pedrosa:

> "(...) Predomina agora nesses centros [europeus] uma arte de tendência romântica, ou melhor, anticultural, no sentido de preferir os valores ditos instintivos ou subjetivos aos valores plásticos mais puros. Têm horror, como homens cansados de cultura e de experiências estéticas, a tudo que lembre estrutura, ordem, disciplina, tensões, otimismo, beleza

[12] PEDROSA, Mario. *Acadêmicos e modernos*. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 243.
[13] JEAN, Ivonne. A opinião de Portinari sobre a Bienal. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 09/09/1951. 1º Caderno. Última página.

> plástica, em suma. Ora, nossos melhores artistas de agora não estão nessa linha, pior ainda: não se importam se o que atualmente estão fazendo não é o que está na moda na Europa ou nos Estados Unidos. Ou lá não é apreciado.
>
> Um tal estado de espírito é para nós, brasileiros, muito auspicioso, e é necessário preservá-lo de todas as maneiras, pois será na medida de sua preservação que algo novo e de especificamente nosso poderá surgir. Revela pela primeira vez um pensamento, um sentimento de independência que se vai generalizando entre os melhores de nossos artistas. (...)".[14]

Por oposição aos "velhos figurativistas" e ao tachismo da abstração internacional, o concretismo se apresentava, então, como produção de um "novo" que, dentro da gramática da abstração geométrica, seria capaz de criar uma arte racional, uma arte que pudesse ser homogeneamente apreendida pelo intelecto. Tratava-se de rejeitar simultaneamente a arte social brasileira e os modismos internacionais da abstração livre e subjetiva. Afastando-se do livre subjetivismo e do estigma do exótico, as vanguardas construtivas brasileiras reivindicavam, para a arte nacional e para o próprio desenvolvimento da nação, uma forma que negasse o Brasil do passado, que negasse a tradição, entrave do progresso. Opor-se à tradição artística não era simples estratégia de subversão num campo dominado por posições hegemônicas, mas era tomada de posição política em face da modernidade.

> "Finalmente estava-se diante de um singular momento de sadia mudança de sensibilidade, que veio com a segunda (arquitetura de 30) e terceira (concretismo e neoconcretismo) de artistas modernos brasileiros. Essa mudança se traduzia numa necessidade imperiosa por assim dizer da ordem contra o caos, de ordem ética contra o informe, necessidade de opor-se à tradição supostamente nacional de acomodação ao existente, à rotina, ao conformismo, às definições em que todos se ajeitam, ao romantismo frouxo que sem

[14] PEDROSA, Mario. *Acadêmicos e modernos*. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 281.

> descontinuidade chega ao sentimentalismo, numa sociedade de persistentes ressaibos paternalistas tanto nas relações sociais quanto nas relações de produção. A tudo isso acrescenta-se a pressão enorme, contínua, passiva, de uma natureza tropical não-domesticada, cúmplice também do conformismo, na conservação da miséria social que a grande propriedade fundiária e o capitalismo internacional produzem incessantemente". [15]

Assim, torna-se possível acreditar, ao lado de Ronaldo Brito, que o projeto construtivo brasileiro encontra seu projeto político no desenvolvimentismo que grassava à época. Mas não só, também é possível encontrar semelhanças nas discussões de modernidade da Sociologia dos anos 50,[16] nos projetos de fundação de Museus e Bienais,[17] num modo de pensar que rejeitava a tradição em função do progresso.

Finalmente, em 1959, o núcleo do concretismo sediado no Rio de Janeiro assina o manifesto neoconcreto, deixando explícitas as divergências que permeavam o espaço de produção dos jovens artistas brasileiros. Criticando a postura excessivamente racionalista do concretismo paulista, negando a arte como mero exercício de percepção e voltando-se para propostas mais expressivas da abstração geométrica, a arte neoconcreta preserva a rejeição ao figurativismo e ao abstracionismo informal, mas abre espaço para que a arte possa "*assumir a expressão de realidades humanas complexas*".[18] A arte, fosse ela concreta ou não, fundaria um espaço expressivo que nada tem a ver com a

---

[15] PEDROSA, Mario. *Mundo, homem, arte em crise*. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986, p. 291.

[16] Cf: VILLAS BÔAS, Glaucia. "Passado arcaico, futuro moderno: a contribuição de L. A. Costa Pinto à sociologia das mudanças sociais". In: Villas Bôas, Gláucia & Maio, Marcos Chor (org.). *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

[17] Cf: LOURENÇO, Maria Cecília França. *Museus acolhem o moderno*. São Paulo: EDUSP, 1999.

[18] Trecho do Manifesto Neoconcreto publicado pela primeira vez no Suplemento Dominical, em 1959. In: GULLAR, Ferreira. *Etapas da arte contemporânea: do cubismo à arte neoconcreta*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999, p. 286.

ciência ou a racionalidade, mas que falaria à dimensão humana e afetiva do espectador.

> "Furtando-se à criação espontânea, intuitiva, reduzindo-se a um corpo objetivo num espaço objetivo, o artista concreto racionalista, com seus quadros, apenas solicita de si e do espectador uma reação de estímulo e reflexo: fala ao olho como instrumento e não olho como um modo humano de ter o mundo e se dar a ele; fala ao olho-máquina e não ao olho corpo".[19]

Recuperando, portanto, a dimensão mais expressiva da arte, negando os exercícios meramente perceptivos da Gestalt,e encontrando no corpo o médio que dá ensejo ao aqui e agora da relação com a arte, os artistas neoconcretos mergulham em pesquisas estéticas e restituem ao espectador a relação afetiva com a obra de arte. Quadros sem moldura, superfícies moduladas, esculturas manipuláveis, penetráveis: as obras neoconcretas, em busca de um espaço expressivo, rompem as barreiras da contemplação e aproximam público e obra. Seja por quadros sem limites, seja por obras que só existem pelo toque, seja como for, as obras neoconcretas reconstroem o lugar do público, da obra e do museu.

Abstracionismo e figurativismo, abstração informal e abstração geométrica, concretismo e neoconcretismo são categorias socialmente construídas capazes de definir identidades e explicitar os projetos para o futuro que estão nelas supostos. Com efeito, para entender o conceito de modernidade que subjaz ao neoconcretismo vale levar em consideração os grupos e projetos a que se opõe.

Para Ronaldo Brito, a discussão estritamente formal da arte neoconcreta esvaziava o conteúdo político do projeto construtivo brasileiro. Apolítico por definição, o novo movimento estaria despido do caráter desenvolvimentista do concretismo paulista.[20] Numa via interpretativa oposta, Maria Arminda Arruda

---

[19] Idem.

[20] Cf: Brito, Ronaldo. Neoconcretismo: Vértice e ruptura do projeto construtivo brasileiro. São Paulo: Cosac e Naify, 1999.

do Nascimento pensa o Neoconcretismo como primeiro movimento de dissolução do projeto concretista desenraizado, representando a crítica ao extremo universalismo do primeiro momento e à sua dissociação da vida política nacional. O Neoconcretismo seria, então, início do processo de enraizamento que se radicalizaria na arte de participação social.[21]

Embora baseado numa crítica estritamente formal, e tendo em vista questões exclusivamente artísticas, fato é que o movimento aproximando público e obra traz em seu bojo um conteúdo crítico que não se restringe à arte, mas que abrange modos institucionalizados de relação entre o público e o produtor. Pensar criticamente os modos de relação com a arte, cria novas formas de interpretar o mundo, quebra espaços hierárquicos e institucionaliza novos modos de se relacionar, novas formas de sociabilidade. Há um conteúdo crítico absolutamente fundamental; que é crítica ao concretismo, mas que é também crítica à modernidade racional, que é retomada da subjetividade, da múltipla interpretação, da individualidade por oposição a modos institucionalizados de ver o mundo. "O movimento [neoconcreto] de certo modo liquidou as faturas de qualquer projeto cultural construtivo organizado para o Brasil ao mesmo tempo em que deixou resíduos de uma atitude sistematicamente crítica e liberatória diante dos estreitos limites dentro do qual se processava aqui a prática da arte".[22] Dentro de uma visão de mundo moderna, o neoconcretismo se realiza como processo de modernidade, como derrubada de antigos parâmetros.

Retomando a série de categorias construídas na definição de uma identidade para o núcleo do concretismo carioca, vale dizer que, ao se formar como grupo orientado para a mudança, ele cunha a liberdade de experimentação como princípio que se mantém. O conjunto de valores constituído nas aulas de Ivan Serpa permanece no tempo, orientando o grupo

---

[21] Cf: ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e Cultura: São Paulo no meio do Século XX*. São Paulo: EDUSC, 2001.

[22] BRITO, Ronaldo. *Neoconcretismo: Vértice e ruptura do projeto construtivo brasileiro*. São Paulo: Cosac e Naify, 1999.

para uma trajetória ambígua que se aproxima e se afasta do movimento nacional.

Ao contrário do concretismo do grupo Ruptura que, de saída, formaliza princípios a seguir, encarando o moderno como destino possível, e acreditando na arte geométrica como expressão artística que lhe é adjacente, o concretismo carioca elege como princípio a liberdade de experimentação, o adogmatismo, a eterna busca do novo, em uma palavra, o não-princípio. Incapaz de fixar-se sobre um único rótulo, acolhe múltiplos. Denominando-se ora Frente, ora concretismo, ora neoconcretismo, mantém, contudo, o mesmo desejo de mudança que une o grupo e que acaba, em 1963, por dispersá-lo. A modernidade deste núcleo, sempre oposta a dogmatismos e a movimentos rotinizados, nega a possibilidade do novo como ponto de chegada, constituindo-se como busca permanente de um horizonte que não pode ser alcançado. Definida no conjunto de relações e oposições, sua modernidade se constrói como o próprio processo de inovação.

O Rio de Janeiro na Literatura Policial de Luiz Alfredo Garcia-Roza[1]

Fernanda Rangel de Paiva Abreu [2]

Este artigo se baseia na dissertação de mestrado "Cidade e literatura: reflexões sobre a Paris do romance policial de Léo Malet", defendida em maio de 2004 na Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde examinei a representação literária da cidade de Paris na década de 50 na obra do escritor francês Léo Malet — autor da série de policiais "Os novos mistérios de Paris".[3] Pareceu-me que o mesmo tipo de abordagem poderia ser ampliado para expor representações de outras cidades na obra ficcional de autores policiais; assim, busco revelar neste texto o Rio de Janeiro retratado por Luiz Alfredo Garcia-Roza nos romances *O silêncio da chuva*, *Achados e perdidos*, *Vento sudoeste* e *Uma janela em Copacabana*.[4]

Desde suas primeiras manifestações, a literatura sempre demonstrou especial interesse pelo fenômeno urbano e seus desdobramentos. Na tradição literária da Grécia antiga, a cidade ocupa papel de destaque: Platão já descrevia a cidade ideal, em *A República*, e possível, em *As leis*, enquanto Aristóteles, na *Política*, interessava-se pela organização social da pólis grega. Seguiu-se, ao longo da história, uma sucessão de autores das mais variadas extrações que tiveram na cidade não só o cenário mas também um dos elementos essenciais de suas tramas: de Charles Dickens a Paul Auster, de Honoré de Balzac a Lawrence Durrell, de Eça de Queiroz a Machado de Assis.

---

[1] Este artigo foi apresentado no 'IV Seminário de Pensamento Social', organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros do IFCH/UNICAMP, nos dias 16, 17 e 18 de junho de 2003.

[2] Mestre em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004

[3] MALET, Léo. *Les enquêtes de Nestor Burma et les nouveaux mystères de Paris*. Paris: Robert Laffont, 1985. Tomos I e II.

[4] GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *O silêncio da chuva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
———. *Achados e perdidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
———. *Vento sudoeste*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
———. *Uma janela em Copacabana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

No entanto, pode-se dizer que só com o folhetim, no século XIX, e com o romance policial que o sucedeu, é que a literatura ganha um gênero típica e exclusivamente urbano. Assim, penso que a literatura policial pode servir como um precioso documento para um exame da cidade, seus mecanismos, seus habitantes, do ponto de vista das ciências sociais — o que levanta de um lado a questão da literatura como fonte sociológica, da validade de suas representações, e de outro a possibilidade (e as dificuldades) de se construir uma ponte entre representação literária e representação social.

Também nas ciências humanas o tema da cidade sempre foi objeto de numerosos estudos e debates quanto a sua forma, função e organização. Partindo-se da premissa do francês Émile Durkheim, um dos primeiros teóricos das ciências sociais no século XIX, segundo a qual o indivíduo não existe isolado da sociedade, seria possível considerar que a cidade — concentração de indivíduos em um mesmo espaço físico e organização da vida em comum de acordo com determinadas regras e mecanismos pré-estabelecidos — marca o surgimento histórico do fenômeno social. Os estudos da chamada Escola de Chicago, durante a primeira metade do século XX, lançaram nova luz sobre o fenômeno urbano, levantando questões-chave em relação a suas manifestações sociais e políticas. Dentre seus representantes, cabe ressaltar a relevância dos problemas apontados por Robert E. Park, ainda hoje significativas para os estudos urbanos. O autor afirma que:

> a cidade [...] não é apenas um mecanismo físico e uma construção artificial. Ela faz parte dos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana.[5]

Assim, a cidade delimita uma área cultural específica. O próprio Park reconhece a dívida da sociologia para com os escritores de ficção, que

[5] PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W. e MCKENZIE, Roderick D. *The City*: Suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1984. p. 1.

permitiram conhecer mais a fundo a vida urbana contemporânea, mas aponta para a necessidade de um estudo mais aprofundado e imparcial da cidade. Na estreita relação entre fenômeno urbano e literatura policial, a cidade não é só posta em cena, mas o texto pode ajudar a compreendê-la; longe de ser um mero cenário para a trama, a cidade tem papel crucial no seu desenrolar: seus personagens são tipicamente urbanos, movem-se em um ambiente urbano, usando meios de transporte urbanos, interagem com outros personagens urbanos e vivenciam situações geradas ou possibilitadas pela cidade.

O crítico literário brasileiro Antonio Candido afirma que, para ter significado sociológico na literatura, o fato social precisa ser internalizado pelo texto literário e ter atuação decisiva na estruturação da obra.[6] É o caso da cidade no romance policial. Seguindo a mesma linha de pensamento, é útil evocar a distinção feita pelo húngaro Georg Lukács entre narrativa e descrição: para ter significado, ou seja, para não ser mera descrição, é preciso que o fato seja interno à narrativa da obra; não basta apenas fazer parte da trama, é preciso de algum modo influenciá-la ou estruturá-la.[7] Romances célebres como *O quarteto de Alexandria*, de Durrell, ou a série *A comédia humana*, de Balzac, usam a cidade como muito mais do que um cenário para as peripécias dos personagens: é como se a própria cidade se tornasse um personagem, saindo do cenário para entrar na trama.

O americano Richard Lehan estabelece um interessante paralelo entre os diversos gêneros literários ao longo da história e a evolução das cidades, afirmando que seu surgimento e suas transformações são inseparáveis dos vários movimentos da literatura.[8] Assim, em seu clássico *Robinson Crusoé*, Daniel Defoe descreve uma Londres sustentada pela necessidade comercial em um contexto capitalista cada vez mais evidente após o grande incêndio de 1666.

---

[6] CANDIDO, Antonio. "Crítica e sociologia". In: *Literatura e sociedade*: estudos de teoria e história literária. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

[7] LUKÁCS, Georg. Narrar ou descrever? In: ———. *Ensaios sobre a literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p. 43-94. Tradução de Giseh Vianna Konder.

[8] LEHAN, Richard. *The City in Literature*. Berkeley/Los Angeles/Londres: University of California Press, 1998.

Dickens tenta reduzir a escala monumental e materialista da cidade com a introdução em seus romances de personagens mais humanos e novos observadores. Com o declínio do estado no século XIX, jovens da zona rural passam a ir buscar nas cidades um futuro melhor, como transparece na Paris da *Comédia Humana* de Balzac. Em seguida, a ascensão da cidade industrial pode ser vista nos romances de Zola — a série dos Rougon-Macquart ou o célebre *Germinal*. A geração romântica, por sua vez, procura sobrepor à cidade uma construção mítica para explicar seu significado, como na poesia de Byron; o simbolismo seria uma evolução dessa tendência. Já o modernismo busca transformar a antiga visão da cidade graças ao uso de novas técnicas literárias, como por exemplo na obra de James Joyce. Finalmente, o crescente materialismo da cidade cria na imaginação literária um estranhamento e uma hostilidade que contribuem para criar o clima de mistério e de estranhas conexões de, por exemplo, *A trilogia de Nova York*, de Auster.

Seguindo uma linha de pensamento semelhante, a quebra da lei nas grandes cidades, gerada pelos problemas de sociabilidade em conseqüência de seu forte crescimento, estaria na origem do gênero policial na literatura. Retomando uma noção utilizada por Walter Benjamin, a cidade apareceria como um labirinto que deve ser percorrido para ser desvendado — possibilitando assim a solução do mistério ou crime que está na base do enredo das obras do gênero. Para solucionar o enigma, aparece a figura do detetive. Observador privilegiado da cidade, é o detetive quem vai recolocá-la na escala humana para possibilitar a solução do mistério do enredo.

O alemão Georg Simmel, uma das grandes influências dos sociólogos da Escola de Chicago, afirma que a cidade cria um caráter humano essencialmente intelectual, por oposição ao sentimentalismo que seria a regra na vida rural.[9] Esse caráter, por sua vez, estaria acompanhado de um fenômeno tipicamente urbano: o olhar *blasé* do homem sobre aquilo que o cerca, uma certa reserva e distância dos habitantes da cidade em relação uns aos outros. Isso faria com

[9] SIMMEL, Georg. *On Individuality and Social Forms*. Chigago/Londres: The University of Chicago Press, 1971. Organização e Introdução de Donald N. Levine.

que o indivíduo tivesse uma liberdade jamais vista, mas também traria solidão, ao retirá-lo dos círculos tradicionais de convívio e sociabilidade da vida rural.

Dentro desse contexto surge uma figura urbana típica, também mencionada por Simmel em outro texto, desta vez em 1908: o estranho, o andarilho, que entra em contato com todos os elementos da cidade sem, no entanto, estar preso a nenhum deles. Simmel ressalta a objetividade do estranho, uma conseqüência de sua ausência de vínculos com qualquer grupo social específico. Isso faz com que ele seja alvo de confidências e revelações que lhe permitem tomar conhecimento de assuntos ignorados, escusos. O estranho estaria assim, ao mesmo tempo, próximo e distante do ambiente que o cerca. A figura do detetive no romance policial representaria esse estranho.

O objetivo é portanto apresentar a obra literária — especificamente a obra de literatura policial — como fonte rica e significativa para uma reflexão sobre questões sociológicas relevantes — especificamente questões relativas à sociologia urbana. Um dos maiores, senão o maior problema que surgem então é o uso da fonte literária para estudar fenômenos sociológicos; este já foi abordado por diversos autores. Ao longo de sua extensa carreira, Antonio Candido estabeleceu a importância da literatura para o estudo da sociologia afirmando que o social é um elemento importante da obra literária; o fenômeno social, segundo ele, é internalizado pelo texto e atua decisivamente na estruturação da obra. O também teórico Octavio Ianni vai mais longe: para ele, tanto a sociologia quanto a literatura de ficção são, em grande medida, narrativas.[10] É dessa proximidade que desejo partir para relacionar texto literário e reflexão sociológica.

Procurarei destacar, nos quatro romances de Garcia-Roza, três grandes temas, todos relacionados à vida nas grandes cidades. O primeiro tema é a profundidade psicológica dos personagens, especialmente do protagonista. Ao contrário de boa parte da literatura policial contemporânea, que insiste mais na

[10] IANNI, Octavio. "Sociologia e literatura". *Primeira Versão*, Campinas, IFCH/Unicamp, n.72, set. 1997.

ação, aproximando-se do thriller, as tramas de Garcia-Roza enfatizam bastante os estados de ânimo dos personagens e dedicam longas páginas a suas reflexões pessoais, mais na tradição do detetive cerebral da aprimeira geração da literatura policial, como Sherlock Holmes. Essa ênfase na introspecção parece apontar no mesmo sentido da afirmação de Simmel de que a cidade cria um caráter humano essencialmente intelectual, por oposição ao sentimentalismo da vida rural.

O segundo tema que pude destacar na obra de Garcia-Roza foi a questão feminina. Presença clássica no romance policial, desde a femme fatale até a mocinha indefesa resgatada pelo audaz detetive, a mulher tem papel de especial destaque na obra do carioca e consome grande parte dos esforços de reflexão de seu protagonista. Podemos associar essa presença feminina marcante a toda a problemática atual sobre relacionamentos afetivos nas grandes cidades, suas modalidades e variações, muito distantes do convencionalismo das relações afetivas tradicionais. Sob esse aspecto, Espinosa é um homem de seu tempo: tanto fascinado quanto repelido pelas mulheres, faz delas sua principal preocupação e seu maior mistério.

Por fim, o terceiro tema é a cidade do Rio de Janeiro conforme retratada por Garcia-Roza. O Rio dos romances de Espinosa é ao mesmo tempo cenário e personagem, revelando a íntima relação do autor com sua cidade e a relevância desta para o desenrolar de suas tramas. Examinando trechos dos quatro romances, é possível diferenciar dois "níveis" de descrição da cidade: o primeiro é composto de descrições bastante minuciosas de lugares, trajetos, bairros, personagens urbanos; o segundo é a descrição subjetiva de uma atmosfera urbana. Pode-se dizer que, enquanto o primeiro nível "povoa" a cidade, o segundo praticamente a apresenta como mais um personagem dos romances.

A profundidade psicológica dos personagens de Garcia-Roza fica evidente desde o primeiro romance, *O silêncio da chuva*: "Tomou um banho demorado, desembrulhou um sanduíche dito natural, que estava na geladeira, abriu uma cerveja, esticou-se no sofá da sala e começou a pensar na morte, não na idéia abstrata de morte, mas em quanto tempo ainda teria de vida. Isso aos

quarenta e dois anos, numa noite de sábado, num apartamento de solteiro em Copacabana. Concluiu que já estava morto. Foi dormir".[11]

O personagem de Espinosa tem muitas das características do detetive clássico do romance *noir*: é um homem solitário, com gosto por livros e por filosofia, tem uma relação intensa com as mulheres e se mostra um tanto desencantado com o mundo. Entretanto, no contexto do Rio, ele tem também uma característica peculiar: trata-se de um policial carioca que não é corrupto em uma cidade onde toda a polícia é reputada por sê-lo. Sobre seu protagonista, Garcia-Roza diz: "Porque o inspetor Espinosa é um sujeito íntegro, é uma pessoa normal como qualquer outra. Apesar de ser um burocrata, um policial pertencente ao aparato de Estado, um homem de gabinete. Um homem normal, um funcionário público. Mas ele é íntegro. Ele, de alguma maneira, diz que é possível ser íntegro. Até na polícia. O policial não tem que ser corrupto, assim como ninguém tem que ser corrupto".[12]

Além disso, Espinosa não é apresentado como um investigador infalível que soluciona todos os crimes que lhe são apresentados. A verdade é que ele nunca descobre nada: a solução dos crimes sempre lhe é revelada e muitas vezes o pega desprevenido (como, por exemplo, em *Uma janela em Copacabana*). Em suma, o delegado de Garcia-Roza é quase um anti-herói. Nas palavras do autor: "Eu procurei não fazer do Espinosa nenhum clone de nenhuma figura de algum romance policial clássico. [...] Tentei fazer do inspetor Espinosa um personagem bastante brasileiro, e bastante carioca. Ele tem uma certa preguiça, ele não tem esse sufoco do paulistano, por exemplo. Ele tem características muito próprias. [...] Mas veja bem: ele não é um super herói que dá socos, ele não dá tiros. Ele não se impõe pela força física, ele nem é um grande atirador nem exímio perito em vinhos ou rosas como os detetives ingleses. Não é um gênio como o Nero Wolf, nem é aquela máquina institucional do Sam Spade.

---

[11] GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *O silêncio da chuva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 124.

[12] Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. www.comciencia.br. Entrevista com Luiz Alfredo Garcia-Roza.

Ele é um investigador, que procura fazer da melhor maneira possível seu trabalho e, de preferência, evitando socos e tiros".[13]

Mesmo que a profundidade psicológica do personagem possa ser atribuída em grande parte à origem profissional do autor (renomado psicanalista), acredito que ela também possa ser aproximada das características evocadas por Simmel ao falar do personagem do estranho na cidade: aquele que, sem estar ligado a nenhum grupo específico, está ao mesmo tempo mais afastado e mais perto de tudo o que ocorre à sua volta.[14] Um observador isolado, introspectivo, que usa seu alheamento para percorrer de maneira privilegiada os meandros da cidade e solucionar seus mistérios. Nisso, o detetive também se aproxima da tradição do flâneur de Benjamin, aquele que percorre a cidade para melhor desvendá-la — embora no caso do detetive, ao contrário do flâneur, haja um propósito nessas andanças.[15] De fato, o personagem de Espinosa, morando sozinho no Bairro Peixoto e percorrendo a pé as ruas do Rio, presta-se particularmente bem à reflexão — apesar de esta nem sempre o levar à solução do crime, mas sim a novos dilemas pessoais.

O segundo tema destacado nos romances é o da presença feminina. Não é um tema novo na literatura policial: as mulheres têm lugar cativo no gênero desde seus primórdios; mulheres sempre povoaram e continuam a povoar os casos e o imaginário dos detetives. O mesmo ocorre com o delegado Espinosa, mas é possível dizer que o gênero feminino tem um papel um pouco diferente na vida desse carioca de meia-idade. Espinosa não faz só correr atrás das mulheres: ele se relaciona com elas; chega até a ter sido casado, uma raridade entre seus colegas de gênero literário. Talvez essa particularidade possa ser relacionada à bagagem psicanalítica do autor e ao fato da psicanálise tradicionalmente atribuir grande importância às relações sexuais/afetivas. Entretanto, o autor também credita essa importância das mulheres a outro

---

[13] *Idem*.

[14] SIMMEL, Georg. *On Individuality and Social Forms*. Chigago/Londres: The University of Chicago Press, 1971. Organização e Introdução de Donald N. Levine.

[15] BENJAMIN, Walter. *Paris capitale du XIXè siècle*. Le livre des passages. Paris: Cerf, 1986.

fator, a presença da própria cidade do Rio de Janeiro: "Eu sempre digo que o Rio de Janeiro é uma cidade mulher. É uma cidade feminina. E ela captura homens e mulheres pela sua sedução".[16]

Talvez então o fato do Rio ser considerado uma cidade sensual, um convite ao prazer, possa também ser usado para explicar o papel preponderante das personagens femininas nos livros de Garcia-Roza. Apesar da presença forte das mulheres, a abordagem do sexo em si em sua obra é geralmente menos crua, mais reflexiva do que geralmente se vê em romances do gênero. Não que descrições do ato sexual estejam ausentes; há em particular uma seqüência tórrida nas páginas finais de *O silêncio da chuva*. Mas, em lugar de encontros diretos e muitas vezes até agressivos, relatados com riqueza de detalhes, o que há na maioria das vezes são ponderações, sensações, impressões: "Irene era generosa em sua entrega, oferecia cada parte de si ao prazer de Espinosa e parecia ela própria usufruir de prazer ainda maior do que o do amante. Não havia em sua anatomia recanto não visitado por Espinosa, mas cada recanto guardava ainda segredos inesgotáveis que ambos ressignificavam a cada encontro".[17]

Em todos os romances o detetive Espinosa se relaciona com pelo menos uma mulher, e (fiel à tradição do *noir*) deseja praticamente todas aquelas que cruzam o seu caminho. As que entram em sua vida são em geral mulheres fortes. A Irene de *Vento sudoeste*, mulher independente e sem frescuras (característica que ao mesmo tempo atrai e repele Espinosa), ex-amante de Olga, uma das vítimas do romance, acaba se tornando namorada do delegado a partir do romance subseqüente. A Alba de *O silêncio da chuva* também o atrai por sua vitalidade e autonomia. A Celeste de *Uma janela em Copacabana*, com quem o delegado não chega a consumar uma relação apesar de se sentir atraído, prega-lhe uma peça que só se desvenda no final do livro.

---

[16] Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. www.comciencia.br. Entrevista com Luiz Alfredo Garcia-Roza.

[17] GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Uma janela em Copacabana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 48.

Alternativamente, existem também na vida do delegado mulheres mais doces, mais frágeis. A vendedora de quadros Kika de *Achados e perdidos* ou a Olga de *Vento sudoeste*, são duas mulheres por quem Espinosa se sente atraído sem o mesmo conflito (aparentemente excitante) que demonstra em relação àquelas dotadas de uma personalidade mais decidida. Uma das mulheres na vida do delegado, porém, destoa radicalmente das que geralmente podem ser encontradas na literatura policial: Alice, sua vizinha adolescente que aparece em *Vento sudoeste*. Na relação de afeto quase filial que nutre com Espinosa, a personagem de Alice acrescenta ao delegado algo raro nos protagonistas do gênero: uma dimensão familiar. Curiosamente, Alice está ausente do último romance do autor, *Uma janela em Copacabana*.

Também dentro da tradição do gênero policial, as mulheres são culpadas em três dos quatro romances: a prostituta Flor em *Achados e perdidos*, dona Alzira em *Vento sudoeste*, e Celeste em *Uma janela em Copacabana*. São todas culpadas próximas ao delegado, assim como, aliás, o é culpado de *O silêncio da chuva*, Aurélio, que durante a trama aparece como amigo e auxiliar de Espinosa — numa estrutura do "falso pacto" de honestidade com o leitor (que é utilizado também em *Uma janela em Copacabana*). A proximidade do criminoso respeita uma das regras clássicas do romance policial, segundo a qual o culpado deve fazer parte do rol de personagens, não podendo ser alguém jamais visto antes pelo leitor, mas revela também uma escolha pessoal do escritor: "Eu jogo um pouco com a idéia, que não é propriamente psicanalítica, não é propriedade da psicanálise, que é a idéia de que as maiores ameaças, as que te provocam e te assustam mais são exatamente as que são próximas e ao mesmo tempo invisíveis".[18]

Por fim, o terceiro tema é a representação do Rio na obra de Garcia-Roza. O Rio dos romances de Espinosa é ao mesmo tempo cenário e personagem, revelando a íntima relação do autor com sua cidade e a relevância desta para o desenrolar de suas tramas. Segundo Garcia-Roza, o modo como ele põe em cena a cidade em seus romances foi uma escolha consciente, ditada

[18] Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. <www.comciencia.br> Entrevista com Luiz Alfredo Garcia-Roza.

pelas características do Rio de Janeiro: "O Rio de Janeiro é uma das poucas cidades que você não pode ignorar. Tem cidades que você quase que ignora, o cenário e a geografia dela. Você fica só com a história e descarta a geografia. O Rio de Janeiro se impõe na sua geografia pela beleza e pela sedução. [...] Os meus romances policiais não têm só uma história. Também têm uma geografia. É como se a geografia da cidade fosse um pouco da história da cidade. E não há como a cidade não estar presente, e presente fortemente."[19]

Já no primeiro romance do autor, *O silêncio da chuva*, há a preocupação de descrever com minúcia lugares precisos da geografia urbana carioca, como o Bar Luiz ou o Parque Lage: "O interior *art-déco* do Bar Luiz é protegido da rua por um painel de madeira e vidro canelado até a altura de dois metros. A parte de cima do painel é vazada, permitindo a visão dos sobrados fronteiriços com suas fachadas em cantaria e pequenas sacadas com grades de ferro batido".[20] "O parque, grande o suficiente para conter um estádio de futebol, é ricamente arborizado e possui uma vegetação rasteira que chega à altura da canela. É cortado por caminhos estreitos que convergem para uma grande área central e para o casarão onde funciona a Escola de Artes Visuais, situada a uns cem metros da rua".[21]

Descrições desse tipo, de lugares específicos, parecem "povoar" a cidade com pontos de referência que passam a fazer parte do imaginário dos leitores como, sem dúvida, fazem parte do imaginário do autor. De fato, Garcia-Roza afirma: "[O Rio] é uma cidade que eu conheço intimamente. Não toda ela, mas pelo menos zona norte, centro até zona sul e Barra da Tijuca eu conheço muito bem. Eu nasci e cresci no Rio de Janeiro. A escolha da cidade vai por aí".[22] Assim, mesmo o leitor pouco familiarizado com a cidade é capaz de visualizar

---

[19] Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. www.comciencia.br. Entrevista com Luiz Alfredo Garcia-Roza.
[20] GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *O silêncio da chuva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 13.
[21] *Op. Cit.*, p. 39.
[22] Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. www.comciencia.br. Entrevista com Luiz Alfredo Garcia-Roza.

com precisão tanto seus marcos turísticos ou arquitetônicos quanto os trajetos que, minuciosamente descritos, formam um verdadeiro mapa mental do Rio de Garcia-Roza.

No entanto, além dessas descrições muito próximas da realidade urbana concreta, há momentos em que a relação dos personagens e, por extensão, do próprio autor com a cidade se torna mais introspectiva, mais sutil, criando o que se poderia chamar de "cidade-personagem". Curiosamente, enquanto *O silêncio da chuva* é pontuado sobretudo por descrições objetivas e detalhadas de lugares, os romances subseqüentes trazem maior quantidade desses trechos mais subjetivos. A "cidade-personagem" é mais do que cenário: ela tem suas próprias características e seus próprios estados de espírito. Muitas dessas nuances são captadas pelo delegado Espinosa, espécie de *alter ego* de Garcia-Roza, em suas muitas andanças pelo Rio: "Em lugar de conversar, adquirira o hábito de observar as pessoas ao redor, sem despertar-lhes a atenção. Escolhia alguém em uma das mesas vizinhas e se dedicava a imaginar como seria aquela pessoa e qual a sua história de vida".[23]

Além de arguto observador da cidade e de seus habitantes, Espinosa também usa sua geografia para ajudá-lo a pensar, em trechos que evocam uma quase comunhão do personagem com a cidade. Nesse aspecto é possível sublinhar a forte presença do mar, cuja imagem funciona como convite à reflexão, como por exemplo no seguinte trecho: "Espinosa permaneceu sentado no banco de cimento, de frente para o mar. [...] Perdeu-se na visão da transparência verde das ondas ao se curvarem para quebrar, e lembrou-se de, quando criança, ver cardumes de pequenos peixes ondulando naquela transparência".[24]

Outro *alter ego* do autor no que diz respeito a sua relação de familiaridade e quase comunhão com a cidade que o cerca, o personagem Gabriel de *Vento*

[23] GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Uma janela em Copacabana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 30.
[24] GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Vento sudoeste*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 158.

sudoeste tem o costume de caminhar pelo Rio para refletir, usando também a geografia urbana como catalisador para seu raciocínio: "Seus trajetos eram a expressão física, quase gráfica, dos seus pensamentos; não apenas se faziam em ziguezague, como freqüentemente incluíam retornos. [...] Andava como se estivesse passeando. A diferença, ele sabia, era que não havia prazer naquilo. Não era prazer o que procurava, mas a menor dor".[25]

A cidade funciona portanto, de certo modo, como cúmplice dos personagens, constituindo-se em um personagem à parte. Em *Achados e perdidos*, por exemplo, vemos o Rio de Janeiro "transfigurado" pela época natalina, num contraponto aos personagens que, nessa época do ano, ficam inquietos e vêem muitas de suas angústias aflorarem à superfície: "O comércio de Copacabana já estava completamente tomado pelo espírito natalino, permanecendo aberto até tarde da noite, com músicas vazando das lojas e pinheiros sendo oferecidos nas calçadas em quantidade tal que imaginou terem desmatado toda a Lapônia".[26]

É essa cidade-personagem que se pretende fazer surgir através do texto literário, mostrando até que ponto a fonte literária, embora ficcional e sem o compromisso de se ater à realidade, constitui uma perspectiva singular e reveladora a respeito da sociedade que retrata. A cidade tem um lugar importante na estruturação interna dos romances, que é fundamental tanto para as tramas quanto para a vida mental dos personagens.

O Rio de Janeiro que surge na obra de Luiz Alfredo Garcia-Roza é uma cidade heterogênea, multifacetada, onde locais contemporâneos e reservados — como a galeria de arte ou o parque Lage de *O silêncio da chuva* — convivem com outros mais desolados, impessoais, como o Terminal Menezes Cortes de *O silêncio da chuva* ou o subúrbio do Méier retratado em *Vento sudoeste*. Os romances parecem dar conta do aspecto de "colcha de retalhos" do Rio de Janeiro real, onde convivem diversas realidades distintas. O Rio apresentado por Garcia-Roza contém de fato muitos dos ingredientes de um Rio que se

[25] *Op. cit.*, p. 172.
[26] GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Achados e perdidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 68.

pode chamar de "real": elementos como a corrupção policial, os meninos de rua ou o comércio clandestino aparecem claramente e são bem inseridos na articulação das tramas. A violência urbana não está tão presente quanto no dia a dia dos cariocas, mas serve obviamente como ponto de partida para as tramas, embora sob um aspecto mais localizado e menos aleatório do que na realidade.

Parece enfim ser possível afirmar que o Rio de Janeiro de Garcia-Roza é narrado, e não descrito, usando a oposição cunhada por Lukács. É possível afirmar isso na medida em que o autor distingue e ordena aspectos da cidade como forma de composição de suas tramas. "Só lhe interessam as particularidades capazes de servir para a realização da trama e para o desdobramento da ação no sentido de suas conclusões finais".[27] Essas particularidades assumem uma nova luz na narrativa ficcional. A paisagem marítima, por exemplo, é utilizada como catalisador das reflexões do delegado Espinosa; o metrô, de meio de transporte, é transformado em local de crime; duas janelas de frente uma para a outra em uma rua do Leme transformam-se no centro da intriga em *Uma janela em Copacabana*. Existe uma ligação entre a cidade e a função que ela assume nos acontecimentos relatados; a cidade é organizada, de certo modo, para servir à trama. O que surge é um Rio de Janeiro depurado, não um retrato fiel da realidade, mas uma representação onde ingredientes da realidade são usados para construir uma imagem da cidade que sirva à ficção. Parece adequado concluir esta reflexão com um trecho de Lukács: "Cumpre [ao escritor] captar a relação íntima entre a necessidade social e os acontecimentos da superfície, construindo um [enredo] que seja a síntese poética dessa relação, a sua expressão concentrada".[28]

---

[27] LUKÁCS, Georg. Narrar ou descrever? In: ———. *Ensaios sobre a literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p. 43-94. Tradução de Giseh Vianna Konder.
[28] *Idem.*

POR UMA INTERPRETAÇÃO RENOVADA DA OBRA DE GILBERTO FREYRE

Simone Meucci [1]

(Elide Rugai Bastos: *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e Alonso el Bueno*. Bauru: SP, 2003)

Este livro de Elide Rugai Bastos parece despretencioso. A rigor, a autora deseja, em suas páginas, revelar ao leitor os pontos de contato de Freyre com duas gerações de autores hispânicos, especialmente Unamuno, Ganivet e Ortega y Gasset. Com isso, espera apontar outras leituras do autor, para além de suas conhecidas influências no campo das Ciências Sociais norte-americanas.

Com efeito, muitas evidências são apresentadas por Bastos ao longo do livro que nos convencem do contato de Freyre com autores hispânicos: a consulta à biblioteca pessoal do autor e a localização das obras dos espanhóis, os grifos nos livros, as declarações de Freyre acerca de suas leituras e a meticulosa procura por trechos de textos que sugerem a incorporação de idéias dos espanhóis pelo brasileiro. A análise do material demonstra que Freyre, de fato, leu os autores hispânicos ainda no período de sua formação acadêmica nos Estados Unidos e que, no decorrer dos anos 30 e 40 aprofundou o conhecimento e a apropriação de suas idéias.

A partir daí, Bastos procura, sobretudo, compreender o modo como Freyre realizou o que chamou certa vez de *guisamento das iguarias*. Trata-se de entender a maneira como se apropriou de idéias diversas, re-significando-as e compondo, assim, a trama de seu pensamento. Isso faz com que a autora se entregue à tarefa laboriosa de identificar os pontos em que Freyre se aproxima e se afasta dos argumentos de cada um dos autores em questão.

---

[1] Doutoranda em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/Unicamp) e membro do Centro de Estudos Brasileiros (CEB/Unicamp).

Bastos, com efeito, demonstra que Freyre se inspira em Ganivet para fazer a denúncia da imitação cultural, do progressismo sem critério, do enfraquecimento do papel da família. É, pois, também Ganivet que lhe serve de modelo para a fundação do *Centro Regionalista* e para a elaboração do *Livro do Nordeste*, ambos quase que mimetismos da *Confraria Del Avellano* e do *Livro de Granada* – iniciativas do espanhol para lutar pela preservação da cidade e de suas tradições.

Em Unamuno (segundo Bastos o autor mais lido e admirado por Freyre) o brasileiro encontra alguns elementos especialmente importantes não apenas para a constituição de sua interpretação da vida social no Brasil, mas para o desenvolvimento de uma certa perspectiva sobre o ofício do pesquisador social.

Segundo Bastos, sobretudo a tese do espanhol acerca da *intra-história* foi conseqüente para a fundamentação teórico-metodológica de Freyre. O brasileiro compreende, de acordo com Unamuno, que a vida de um povo não se manifesta em feitos históricos como conquistas, batalhas, revoluções. Manifesta-se em singelas expressões de convivência cotidiana, nas relações domésticas, na linguagem oral e corporal, na higiene, na culinária, nos passatempos, nas formas arquitetônicas. Estas expressões são, pois, a substância da *intra-história*. Trata-se da camada íntima da sociedade, substrato para a formulação da identidade nacional e cuja preservação é condição fundamental para o equilíbrio social.

Desta noção de *intra-história* formulada por Unamuno, inspiradora para Freyre, resulta uma perspectiva na qual se compreende que os verdadeiros sujeitos fundadores da civilização são aqueles que até então foram arbitrariamente arremessados para fora da história oficial: para Unamuno, os africanos, mouros e judeus da Espanha; para Freyre, os moleques, negros e mulheres do Brasil.

A despeito desta concordância essencial, a autora chama a atenção para o fato de que Freyre se afasta de Unamuno num ponto significativo. Ao contrário do espanhol, que compreende que a especificidade da formulação espanhola reside no misticismo, o escritor pernambucano aposta num tradicionalismo secularizador.

Também é significativa a presença das teses orteguianas na obra de Freyre, embora uma distinção importante seja apontada pela autora. Tal distinção diz respeito à formulação do próprio papel do intelectual: o filósofo espanhol entende a missão intelectual associada diretamente à ação política, enquanto Freyre nunca estabeleceu esse nexo, a despeito de ter tido experiências políticas relevantes.

Não obstante, a autora levanta essencialmente três importantes noções de Ortega presentes nas formulações de Freyre. A primeira delas, o enfoque sobre a cultura, ainda que Ortega não tenha a formulação antropológica que estará ao alcance Freyre. De qualquer modo, da leitura de Ortega se deduz que os usos e costumes são mais definitivos do que os componentes raciais. E é sob essa perspectiva 'culturalista' que o filósofo procurará definir a singularidade da Espanha, território sobre o qual se dá o encontro das culturas oriental e ocidental. Tal encontro teria marcado a sociabilidade espanhola com traços predominantes de sensualismo e impressionismo. Impossível não lembrarmos aqui das teses de Freyre acerca da singularidade da cultura brasileira, compreendida como legado da 'mestiçagem' cultural ibérica. Certamente trata-se, como sugere a autora, de um traço importante da presença da tese orteguiana na interpretação de Freyre.

A segunda noção de Ortega que merece o destaque de Bastos por estar significativamente presente em Gilberto Freyre é a de sociedade e processo social. Para o espanhol, a sociedade se manifesta na convivência entre indivíduos. Os níveis de convivência, por sua vez, são representados como círculos concêntricos: a socialização, para Ortega, compreende a ampliação das relações familiares a partir de círculos cada vez mais amplos até que atinja o âmbito do Estado. No caso da sociedade moderna, é cada vez mais intenso o processo se publicização da vida.

Nota-se, pois, que para o espanhol, há não apenas um *continuum* entre indivíduo/sociedade, entre personalidade/cultura, mas também entre família/Estado. Notamos assim, com a ajuda da autora, que Ortega recusa a idéia de rupturas e compreende o processo de socialização como continuidade

entre estes diferentes níveis. Esta formulação de Ortega tem, pois, uma derivação importante na compreensão da relação sociedade/Estado: o autor espanhol entende que as instituições, para terem uma forma persistente, devem nascer espontaneamente da sociedade. Nesta perspectiva, *o Estado é que deveria se moldar ao corpo social como a pele se forma sobre o osso.* (p.130)

Com efeito, nesta síntese, ao chamar atenção para estes pontos, Bastos nos faz lembrar da familiaridade entre os pressupostos de Ortega e os de Freyre. Afirma, pois, que a visão de sociedade do sociólogo brasileiro é muito semelhante, bem como o modo de compreender o processo de socialização e a conseqüente relação estabelecida entre o público e o privado, o Estado e a sociedade.

A terceira evidência da presença de Ortega na obra de Freyre é também importante. É a noção dos tempos superpostos, comum ao pensamento espanhol e que Ortega denominou de *tempo tríbio.* A mesma noção de tempo atravessa as análises de Ortega e Freyre. O brasileiro admite a inspiração orteguiana em alguns dos seus trabalhos. Nesta noção, está contido o pressuposto – central para Gilberto Freyre – de que passado, presente e futuro estão intimamente articulados e se manifestam simultaneamente. É que o ciclo da vida não é compreendido por Ortega, como também não é para Freyre, com uma representação linear. Graficamente, Ortega e Freyre o representariam como uma espiral, um ciclo interminável onde se sucedem períodos de consolidação, decadência, renovação, consolidação, decadência, renovação... Neste processo ininterrupto coexistem simultaneamente forças de renovação e de resistência, no qual os tempos diversos se articulam.

Esta noção singular de temporalidade está ligada também a uma formulação da idéia de decadência que é especialmente singular em Freyre, legado do pensamento hispânico. Conforme nos aponta Bastos, para o sociólogo pernambucano a decadência é parte do ciclo da vida, ponto de partida para outra forma social, mas que ainda assim mantém traços essenciais da forma social original. A vida social, em sua dinâmica verdadeira, é composta, para Freyre, pela coexistência de formas sociais de tempos diversos.

Estes são, pois, apenas alguns dos pontos de convergência e divergência de Freyre com os autores hispânicos Ganivet, Unamuno e Ortega apontados por Bastos ao longo do livro. Mas se engana quem pensa que este é mais um dos trabalhos que se dedicam ao mapeamento de influências na obra de Gilberto Freyre. É que uma certa abordagem acerca do problema do trânsito das idéias permite que a autora vá além do cumprimento de seu objetivo inicial.

Nesta abordagem – discretamente explicitada na própria narrativa e na organização do conteúdo do livro – mais do que apenas estabelecer os pontos de contato entre Freyre e os autores hispânicos, a autora procura compreender o *sentido* deste contato. Assim, não é como mera *influência* que a relação de Freyre com os autores hispânicos é compreendida.

E para que caracterizemos esta abordagem basta afirmar que um pressuposto analítico fundamental orienta a análise de Bastos: a necessidade de compreender, por um lado, as condições sociais e intelectuais que permitem o trânsito de idéias entre autores, entre países, entre tempos distintos. Por outro lado, parece ser também importante para a autora, desvendar o significado e as conseqüências que as idéias, uma vez apropriadas, passam a ter em determinadas circunstâncias do debate social.

Assim, para compreender o que chamamos aqui de *sentido* das idéias hispânicas na obra de Gilberto Freyre, a autora procurou empreender uma análise em dois níveis.

No primeiro nível, tratou-se de estabelecer um certo grau de similitude entre a Espanha do final do século XIX e início do século XX e o Brasil das primeiras décadas do século passado.

Segundo Bastos, ainda que diferenças sejam significativas entre os países, ambos viveram os impasses da transição de uma economia pré-industrial para uma economia industrial. Neste processo, contradições internas foram dramaticamente explicitadas. Entre elas, a desigualdade social que se manifesta no desequilíbrio regional. Na Espanha, como no Brasil, ocorrem grandes perdas econômicas em algumas regiões mais ligadas à economia de tipo colonial, ao mesmo tempo em que outras regiões sofrem grandes surtos de

desenvolvimento industrial. Notáveis também as dificuldades na relação entre Estado e sociedade diante das contradições manifestas e das novas demandas exigidas pelo novo padrão de desenvolvimento.

É este contexto que permite a formação de uma camada intelectual, tanto na Espanha do final do século XIX como no Brasil dos anos 20, imbuída da missão de rever a história de seus países a fim de explicitar o *caráter* e a *vocação* nacional e de refletir sobre a relação entre sociedade e Estado. Era, pois, um projeto de nação que estava em questão e em debate nestas circunstâncias.

Tal similitude entre o contexto social e intelectual da Espanha e do Brasil, cuidadosamente traçada, é que teria permitido – segundo sugere o texto – que Freyre pudesse encontrar no debate espanhol recursos (incluindo os metodológicos) para a resolução de alguns dos impasses que não o desafiavam apenas, mas toda a intelectualidade brasileira do período.

No segundo nível, Bastos buscou identificar algumas das conseqüências sociais e políticas manifestas ou latentes das idéias hispânicas *guisadas* sob os cuidados de Freyre. É, pois, comum o leitor deparar-se com passagens preciosas no qual a autora chama a atenção para o sentido de certa obra de Freyre situando-a no debate que vigorava exato momento de sua publicação. É sob esse olhar que Bastos entende que a proposição de Freyre (inspirada nos espanhóis) acerca da singularidade cultural brasileira – resultante do cruzamento cultural entre o Oriente e o Ocidente experimentado na Península Ibérica – contida em *Casa-Grande & Senzala* (1933) e *Interpretação do Brasil* (1947) apresenta um sentido anti-liberal significativo para o debate político no Brasil dos anos 30 e 40. Para Bastos o resultado desta proposição é, se não a desqualificação das bases necessárias à democracia, pelo menos a formulação de outra saída política legítima, que prescinde da participação popular na política. Tal perspectiva também resulta na não aceitação da modernidade como um processo global, envolvendo as esferas econômicas, política, social e cultural. Freyre diz, afinal, que o Brasil não é simples extensão da Europa e o seu não-europeísmo resulta numa capacidade de harmonização de contrastes e na ausência de uma *racionalidade tipicamente burguesa* entre nós. (p. 100-101)

É, pois, esta abordagem, que se atém a estes dois níveis de análise, que permite que a autora possa, a partir da identificação da apropriação dos autores hispânicos, redimensionar a obra de Freyre. É assim que produz uma interpretação renovada do autor.

Nos limites desta resenha, iremos apenas assinalar um ponto que parece fecundo, provocador de uma renovada interpretação da obra de Freyre. Destacamos a tese da autora de que a obra de Freyre tem, verdadeiramente, uma dimensão nacional. Não se trata apenas de dizer que suas teses tem uma validade explicativa nacional, mas que explicitam um projeto de nação.

Freyre, como fizeram os hispânicos que lhe serviram de inspiração, procura apontar, da *franja excêntrica* do seu país (o nordeste decadente), os limites de um projeto político que leva em conta apenas um único modelo de organização da sociedade. O seu esforço é o de afirmar a necessidade de combinação de várias formas de organização social. Invoca com insistência a diversidade da sociedade brasileira no sentido de negar a eficácia de uma forma única de direção político-social e econômica. É uma tese vigorosa tanto no debate da centralidade político-administrativa da era Vargas, como período desenvolvimentista da era Kubitschek.

Nesse sentido é que denuncia a modernização de cima para baixo que não leva em consideração os diferentes tempos sociais, as diversidades regionais, as camadas íntimas da sociedade e o conjunto variado de interesses que preside uma nação. Afinal, ao afirmar que a sociedade nacional é marcada pelo hibridismo e pela singularidade, Freyre recusa a aceitação de medidas homogeneizadoras, de formulações gerais; o transplante de instituições e idéias genuinamente ocidentais.

E assim, aponta principalmente para o perigo do desaparecimento das formas sociais que sempre tiveram a função de gerenciar os conflitos, de garantir a ordem na sociedade brasileira, especialmente o patriarcado.

Lembremos que é fundamental a idéia de Freyre, inspirada nos hispânicos, de que a nação e a nacionalidade são produto do seu passado, de um tempo original no qual se compôs a substância íntima criadora e

ordenadora da vida social. Nessa medida elementos constitutivos essenciais da sociedade devem ser respeitados. O tradicionalismo e o anti-liberalismo de Freyre tem esse sentido e estes fundamentos. Segundo a autora, para ele, a verdadeira crise, o verdadeiro atraso, a verdadeira decadência da sociedade está na busca de soluções políticas e econômicas estranhas à dinâmica social.

Com efeito, uma das virtudes do livro é que ele contém uma releitura do conjunto da obra de Freyre passando por seus livros mais conhecidos – como Casa Grande & Senzala (1933), Sobrados & Mucambos (1936), Interpretação do Brasil (1947) – até seus trabalhos menos lidos e comentados – como Sociologia (1945) (1957), Ordem & Progresso (1957) e Como e porque sou e não sou sociólogo (1968). A autora revela, a cada página, seu profundo conhecimento da obra de Freyre.

Trapézio

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DO
CENTRO DE ESTUDOS BRASILEIROS IFCH /
UNICAMP

Pedidos: *Trapézio*
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH
Setor de Publicações
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
CEP: 13083-970 - Campinas - SP - Brasil
Fone: (019) 3788.1604 / 3788.1603
Fax: (019) 3788.1589

SOLICITA-SE PERMUTA
Exchange Desired

Diagramação - Revisão - Impressão
IFCH/UNICAMP